

WILSON VALENTIM BIASOTTO  
JOSÉ LAERTE CECÍLIO TETILA

**O MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DO MAGISTÉRIO  
PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL:  
1978 - 1988**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DOURADOS

**O MOVIMENTO REIVINDICATORIO DO MAGISTÉRIO  
PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL:  
1978- 1988**

WILSON VALENTIM BIASOTTO  
JOSÉ LAERTE CECÍLIO TETILA

Campo Grande - MS  
1991

**Revisão**

Telma Valle de Loro

**Datilografia**

Silvana Vianna Passarello

**Leitura dos Originais**

Ceres Moraes, Helena Maria Schvarcz Biasotto e Zonir Freitas Tetila

**Produção**

Divisão de Editoração e Programação Visual da Assessoria de Comunicação Social ; UFMS (Composição) Waldevino Basílio e Wilmar Cristóvão; Programação Visual: Marília Leite Ramires, Ilustração: Giselda Tedesco; Arte final: Arlônio Neder da Fonseca).

**Fotolito, Impressão e Acabamento**

Divisão de Produção Gráfica / GSG/ UFMS

\* Obra aprovada pelo Conselho Editorial da UFMS em Fevereiro de 1990.

**Ficha Catalográfica**

Biasotto, Wilson Valentim  
B579 O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978 - 1988. / Wilson Valentim Biasotto, José Laerte Cecílio Tetila. – Campo Grande, MS: UFMS, 1991.  
232p

1. Ensino público – Mato Grosso do Sul. 2. Escola pública – Mato Grosso do Sul. I. Tetila, José Laerte Cecílio. II. Título

CDD: 379,2098171

### **AGRADECIMENTOS**

Tentamos, mas não conseguimos relacionar todas as pessoas que contribuíram conosco, contudo estamos convictos de que sem tanto apoio esse trabalho não teria sido publicado. Obrigado.

# SUMARIO

INTRODUÇÃO p. 7

## CAPÍTULO I

Magistério : etapas de sua organização p. 11

1 Situação do magistério até a metade dos anos sessenta p.12

1.2 Agravamento das dificuldades do magistério; 1965-1970 . p.20

1.3. Anos setenta: a genese das mudanças p. 32

## CAPÍTULO II

Organização do Movimento Reivindicatório p.43

2.1. A criação da A.D.P p.44

2.2. O Despertar da Grande Dourados p.48

2.3. A criação da FEPROSUL p.49

## CAPÍTULO III

O ideário inicial do Movimento Reivindicatório 59

3 1. Cartas abertas aos governantes 61

3 2. O Quadro Verde

3.3. Serninários e Congressos . . 73

## CAPÍTULO IV

As passeatas ... 75

## CAPÍTULO V

As greves p. 104

5.1. Prenúncios da greve de 1981 p.105

5.2. A grande concentração de 1981 p.108

5.3. A primeira grande greve do professorado

**sul-mato-grossense**

## CAPÍTULO VI

A segunda grande greve do professorado **sul-mato-grossense** 131

6.1. Finalmente, a segunda grande greve 135

## CAPÍTULO VII

A terceira grande greve do professorado matogrosulense 143  
7.1 A greve geral de 196 . 145

## CAPÍTULO VIII

A grande greve de 1987 . p.150  
8.1 A monumental passeata de 1987  
8.2. Os últimos dias de paralisação

## CAPÍTULO IX

Reflexos do Movimento Reivindicatório do Magisterio de Niato  
Grosso do Sul 165  
9. 1. Movimento do magistério X condições das escolas públi  
cas . 166  
9.2. Movimento do magistério X garantias trabalhistas 168  
9.3. Movimento do magistério X salários 176  
9.4. Movimento do magistério X condições de ensino ... 177

CONCLUSÃO .. 182

## APÊNDICE

Estatutos do magistério **sul-mato-grossense**  
1. O Plano de Carreira  
2. O Estatuto do Magistério de 1981  
3. O Estatuto do Magistério de 1988

BIBLIOGRAFIA .. 225

151  
156  
158  
187  
187  
194  
197

# INTRODUÇÃO

Momentos de grandes mobilizações têm feito do professorado de Mato do Sul a vanguarda do movimento sindicalista deste Estado. Este fato motivou a realização deste trabalho, que teve como proposta inicial analisar criticamente o movimento reivindicatório do magistério de Mato Grosso do Sul, na perspectiva de revelar-lhe, tanto quanto possível, o perfil de luta, ao longo de sua palpitante trajetória em busca de melhorias salariais, estabilidade empregatícia e melhoria da qualidade do ensino.

Para viabilizar a proposta inicial, foram entrevistados professores antigos e/ou professores envolvidos com o referido movimento. A seguir procedeu-se a um levantamento minucioso das fontes documentais consideradas imprescindíveis à análise dos fatos. A bibliografia, citada no final do trabalho, comprova que o material coletado é farto e rico (<sup>1[1]</sup>). Esse material concorreu para que o objetivo inicial desse trabalho sofresse pequeno desvio. O movimento reivindicatório do magistério de Mato Grosso do Sul não foi analisado de forma completa. Na verdade, selecionou-se aquilo que foi julgado mais importante, na tentativa de apreender o movimento em seus traços mais gerais.

De qualquer forma, espera-se que esta obra, que agora se apresenta ao público, sirva como ponto de partida para análises futuras, além de ser passiva às críticas naquilo que eventualmente possa causar divergência de interpretação.

O trabalho foi dividido em quatro partes. Na primeira tratou-se da organização inicial do movimento. Para tanto buscaram-se suas origens nas condições de funcionamento do ensino no Estado de Mato Grosso, ainda não dividido. Tempos difíceis aqueles. O Estado, de enorme extensão territorial e com uma população rarefeita, não possuía meios de transporte eficazes para a sua integração. Os governos instalados em Cuiabá estavam mais preocupados em representar convenientemente as oligarquias rurais às quais pertenciam, do que proporcionar educação para todos. O povo, de forma geral, sem meios de transporte e comunicação e sem uma imprensa que permitisse a formação de uma opinião pública forte, encontrava-se desorganizado. Os professores, por sua vez, não só se ressentiam da falta de transportes e comunicações, como também faltava-lhes uma formação que lhes permitisse uma visão mais crítica e abrangente de toda a conjuntura. A maioria dos professores naquela época se constituía de leigos ou profissionais de outras áreas que, por espírito de colaboração ou simplesmente por fazerem “bicos”, acabavam ingressando no magistério.

---

<sup>1[1]</sup> Toda a documentação utilizada neste trabalho encontra-se à disposição dos interessados no Centro de Documentação Regional do Centro Universitário de Dourados /UFMS.

O aumento populacional, provocado pelo surto migratório dos fins dos anos 60 e início dos anos 70, sem dúvida foi o grande responsável pelas transformações ocorridas, principalmente no sul do Estado, que brevemente seria o Mato Grosso do Sul. Com o aumento da população os governos iam aumentando também como podiam as escolas públicas. Em decorrência disso, chegava ao Estado um enorme contingente de professores formados em outros centros brasileiros, principalmente São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. Esses professores, de modo geral, com um nível de profissionalismo mais desenvolvido, perceberam logo que a expansão do ensino era apenas quantitativa. A qualidade, bem dizer, não estava sendo alvo das atenções governamentais.

A constatação da falta de condições para o exercício da profissão e os baixos salários propiciaram um clima de animosidade, capaz de induzir os professores a contestar e, daí para a organização foi um passo.

Na região da Grande Dourados, graças à disseminação do plantio da soja, o movimento migratório se fez mais intenso que nas demais regiões do Estado. O crescimento populacional, forçando o aumento de professores, inevitavelmente, fez surgir nesta região as primeiras organizações do magistério, com o caráter tipicamente reivindicatório. Com isso, o município de Dourados, pólo de desenvolvimento regional, foi transformado em carro-chefe do movimento que, aos poucos, expandia-se pela região e, posteriormente, para todo o território que seria, a partir de 79, o Mato Grosso do Sul. Foi este movimento que culminou com a criação da FEPROSUL — Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul.

A vibração inicial do movimento, o despreendimento e as atitudes entusiásticas à beira do heroísmo das primeiras lideranças não foram aqui ressaltadas. Da mesma forma não se sublinharam as posições governamentais mais apaixonadas. Mas, apesar dessa intenção, não foi possível deixar passarem despercebidas algumas atitudes mais acentuadas de ambos os lados, destacando-se as tomadas pelo governo Pedro Pedrossian, com quem o magistério teve as maiores e mais acaloradas desavenças.

Na segunda parte do trabalho, onde se trata dos principais confrontos entre o governo e o magistério destacaram-se as passeatas, realizadas como forma de pressão e as greves. Dentre as passeatas ressaltou-se a importância da primeira, realizada aos 27 de março de 1980, pelo seu sucesso em termos reivindicatórios, apesar de toda uma gama de problemas levantados na oportunidade, pertinentes especialmente à forma como as lideranças acabaram encaminhando o processo. As demais passeatas, por coincidirem com greves do magistério **sul-mato-grossense**, foram abordadas concomitantemente.

É de bom alvitre sublinhar que não houve preocupação em abordar greves particularizadas. Na verdade, as atenções voltaram-se



mais para aquelas que atingiram proporções maiores, as chamadas greves gerais. Assim sendo tratou-se das greves gerais no Mato Grosso do Sul realizadas em 1981, 1984, 1986 e 1987.

Na terceira parte pretendeu-se demonstrar se houve alguma relação entre o movimento reivindicatório do magistério e as condições de trabalho, atualmente existentes, as condições salariais e a melhoria da qualidade de ensino.

Finalmente, como apêndice tratou-se do “Estatuto do Magistério **sul-mato-grossense**”, dividindo-se o tema em três tópicos: I) O Plano de Carreira do Magistério, II) O Estatuto de 1981 e III) O Estatuto de 1988.

O Plano de Carreira, embora tenha sido uma iniciativa abortada, foi profundamente importante. Este Plano, reconhecidamente, provocou um debate amplo e profundo em todo o Estado, em torno da questão. Se não chegou a ser sequer implantado, pelo menos serviu para auxiliar na formação de uma consciência da categoria que não permitiu jamais que governantes relegassem os professores à condição que vinham ocupando dentro da sociedade, qual seja a de bóias-frias do magistério. O Estatuto do Magistério de 1981, elaborado sem a participação efetiva do professorado — como ocorrera com o Plano de Carreira — apesar de todas as suas imperfeições e de alguns retrocessos acabou tirando o professorado do ostracismo, colocando-o sob o império do direito. Finalmente, com referência ao Estatuto do Magistério aprovado em 1988, optou-se por transcrevê-lo em sua íntegra, colocando em notas de rodapé as situações de conflito em relação tanto ao Estatuto antigo como a uma proposta de reformulação estatutária, endossada pela Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul.

As imperfeições e as lacunas serão observadas com freqüência. Assumi-las, modestamente, em sua totalidade, embora mais cômodo não é o caso. Parte delas deve ser debitada às dificuldades atravessadas pelas Universidades brasileiras — caso da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — que, manietada pelo Governo Federal — que proíbe contratações e sonega verbas — não tem oferecido condições sequer razoáveis para o desenvolvimento da pesquisa.

De qualquer forma, é mais um trabalho que tem no mínimo a primazia de acender o debate em torno do “Movimento Reivindicatório do Magistério de Mato Grosso do Sul”.

Finalmente, deve-se ressaltar dois procedimentos dos autores para esclarecimento do leitor:

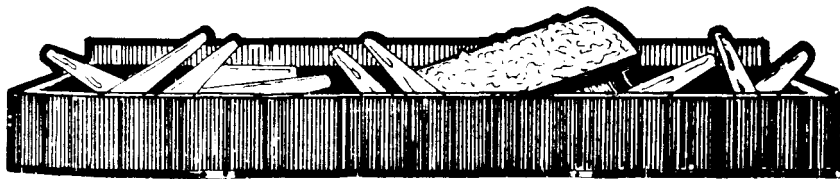
Primeiro: Ao longo do trabalho, o magistério algumas vezes é tratado por “categoria” e outras por “classe”. O leitor deverá notar que “classe” aparece somente quando se faz alguma citação. Os autores adotam sempre “categoria” por entenderem que a sociedade capitalista divide-se em apenas duas classes, a dos que trabalham e são dominados e a dos que parasitam e são dominadores. Dentro dessas classes é que podem se encontrar as “categorias”.

Segundo: A diferença de estilo, que o leitor por certo notará,

deve-se ao fato de que a redação do primeiro capítulo foi feita pelo professor José Laerte Cecílio Tetila e a dos demais capítulos pelo professor Wilson Valentim Biasotto.

CAPÍTULO I

**MAGISTÉRIO**  
**Sul-mato-grossense:**  
**ETAPAS**  
**DE SUA ORGANIZAÇÃO**



Enfocado numa perspectiva histórica, este capítulo, longe de esgotar o assunto, é uma proposta de abordagem crítica do magistério oficial (1 e 2 graus), tentando esclarecer fatos que influíram positiva ou negativamente no esforço de organização da categoria, por conseguinte, em sua luta reivindicatória. A análise parte dos anos sessenta — embora com algumas referências aos anos cinquenta por entender-se que este recuo no tempo seja necessário para esclarecer melhor o grande despertar da classe nos anos setenta e seus desdobramentos até parte dos anos oitenta. Para melhor apreensão dos fatos, optou-se por dividir o segmento temporal eleito em etapas, a saber: 1. Situação do Magistério até a metade dos anos sessenta. 2. Agravamento das dificuldades do magistério: 1965-1970 e, 3. Anos Setenta: a gênese das mudanças.

## **1.1. SITUAÇÃO DO MAGISTÉRIO ATÉ A METADE DOS ANOS SESSENTA**

O imobilismo inexistia onde quer que haja insatisfação. E a insatisfação parece ter sido o atributo inseparável, ao menos de uma parcela do magistério deste Estado, desde os tempos do antigo Mato Grosso. Vários fatos inquietavam os professores já naqueles tempos. Sabe-se, por exemplo, que os governantes daquela época — se bem que os de hoje não são tão diferentes — na condição de representantes da chamada oligarquia latifundiária preocupavam-se muito pouco com a Educação. As elites econômicas que, eventualmente, poderiam exigir a melhoria do Ensino não se envolviam com a política educacional, pois, como acontece ainda hoje, seu alunado sempre pôde contar com boas escolas particulares, quando não, estudar fora do Estado, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, fatos como as dimensões espaciais do antigo Estado e a distância da capital, Cuiabá, simplesmente faziam do sistema escolar da época algo um tanto difícil de ser administrado. A esse respeito os professores Ramão Vargas e Leila Fioravante afirmaram, respectivamente que...

“Cuidar de Mato Grosso do tamanho que ele era (um milhão e duzentos e poucos mil km<sup>2</sup>), sem estradas, com pouquíssimos meios de locomoção, era diferente do que temos hoje” (1).

---

1 Cf entrevista com Professor Ramão Vargas de Olivera

“A distância de Cuiabá era tanta que para se conseguir uma nomeação era quase uma utopia. Tinha que pedir a uma pessoa, a um deputado que levasse os nomes das pessoas para nomeá-las, porque você não tinha meio de comunicação para Cuiabá. Era muito difícil o acesso. Eram muitos dias de viagem” (2).

Todavia, tais empecilhos não parecem justificar os desmandos havidos em relação ao magistério. As rivalidades políticas e o mandonismo dos diretórios partidários, desde muito cedo afetaram o professorado, ensejando-lhe, por assim dizer, um quadro permanente de tensão e intranquilidade. Sobre algumas atitudes governamentais da época, em relação ao magistério, obtiveram-se informações significativas, respectivamente em Campo Grande, Ponta Porá e Dourados:

“Naquele tempo havia muita política. O Dr. Ponce de Arruda quando ocupava o poder botava na rua todo professor de outro governo: aí subia o Dr. Correa da Costa e botava pra fora. Tanto que as diretorias eram assim: Era o Múcio e a Dona Constância. Era o Múcio e a Dona Constância: subia um, descia outro. Por quê? Política, quer dizer, não davam valor ao professor em si, mas ao partido dele” (3).

“Naquela época era costume no Estado, quando se trocava de governo, se trocava todo o quadro de professores também” (4).

“Conforme o governador que subia era aquela leva que saída, aquela leva que entrava. Não havia segurança. Depois, a política era grande ( ... ) Você não tinha condições de pedir a nomeação de uma pessoa mesmo que ela tivesse título. Eles nomeavam e aposentavam quem eles queriam, às vezes com cinco anos de serviço. Tem funcionários que aposentaram com 5, 6 anos de serviço porque eram apadrinhados por deputados” (5).

A importância dos partidos políticos aparece em todos os fatos, desde os mais importantes aos mais corriqueiros. Uma simples transferência de uma cidade para outra, por exemplo, era passível de ingerência dos diretórios partidários, apesar da falta de professores que havia em todos os recantos do Estado. Sobre isso, eis o que conta uma professora de Dourados:

“...Eu me lembro de um fato que acho até interessante: Quando fui para Campo Grande, a fim de cursar Pedagogia, isto no início de 1965, pedi minha transferência de professora primária.

---

2 Cf entrevista com a Professora Leila Fioravante Rosa

3 Cf entrevista com a Professora Quintina Bueno. Na presente citação, a mesma refere-se a dois antigos professores de Campo Grande – Muzzi e Maria Contancia – que se revezavam na direção da escola com as mudanças de governo.

4 Cf entrevista com a Professora Zilda de Matos Ancel.  
5 Cf entrevista com a Professora Leila Fioravante Rosa.

Para isso, era normal ir atrás de políticos. Enfim, eu tinha dois tios, um, presidente do Diretório do Partido Social Democrático e outro do Diretório da União Democrática Nacional, ambos aqui em Dourados. Então, o que fiz: levei uma carta de referência dos dois e, conforme quem estivesse mandando lá em Campo Grande, eu apresentaria a carta. Cheguei lá, me apresentando à diretora da Escola Joaquim Murtinho, a primeira coisa que me perguntou: Por qual partido a senhora é indicada? Eu disse que nem tinha partido, porque eu não havia votado, embora já tivesse título de eleitor. Então, para conseguir uma vaga que havia na escola eu deveria apresentar uma indicação do presidente do Diretório da UDN de Campo Grande. Eu achei absurda essa situação: ter que passar por uma romaria para conseguir aquilo que era um direito meu. Inclusive, discuti isso com a diretora da escola, mas ela disse que isso era normal e se não fosse assim eu não conseguiria a vaga” (6).

A política partidária no Brasil sempre esteve presente no Ensino. E o que acontecia aqui, de certa forma, também acontecia em muitos lugares do país. Só que em alguns Estados, apesar da ingerência política, os governadores cuidavam de fazer alguma coisa pela Educação. Em plenos anos sessenta, o Governo de Mato Grosso sequer havia sido despertado para a necessidade de ampliar, por exemplo, o número de cursos para formação de professores primários, problema este que já havia sido superado em quase todos os Estados do Centro-Sul do país. Até então, as raríssimas escolas normais ainda pertenciam à rede particular de ensino e, com isso, na maioria das vezes quem lecionava era o leigo. Em relação a esse problema, professores que lecionavam em Dourados, Ponta Porã e Caarapó, respectivamente, assim se pronunciaram:

“Normalmente, quem lecionava era o leigo, só com curso primário ou, quando muito, o curso ginasial. A minha turma de normalistas, quando nós entramos na primeira séria do normal, todos nós fomos convidados a lecionar porque faltavam pessoas habilitadas e nós, também, não éramos habilitadas. Éramos leigas, mas por estarmos entrando no curso de magistério, fomos convidadas e, então começamos a lecionar; isto em 1962, sem ter o curso normal. Como se vê, nas escolas, a maior parte eram pessoas não habilitadas, leigas, com poucas condições de lecionar” (7).

“Não tinha professor habilitado. Na época eram todos leigos. Na época em que entrei no magistério era muito difícil. Trabalhava-se com muita dificuldade, sem apoio. Inclusive iniciei minha carreira na zona rural, onde trabalhei dez anos.

7 Cf entrevista com a Professora Zonir Freitas Tetila

Nós professores da zona rural trabalhávamos com as quatro séries numa sala só, classes com 50 alunos. Tinha que ser polivalente...” (8).

“Entrei aqui em 1964. Fui o primeiro professor normalista que pisou aqui. Na época a maioria só tinha o quarto ano primário” (9).

Até o início dos anos sessenta, a considerar pelo que se passava na região de Dourados, pouco se pode falar em termos de organização administrativa do Ensino. Em relação à rede escolar não havia sequer Delegacias de Ensino (atuais Agências de Educação). O que havia era a figura do Inspetor de Ensino que, normalmente, se tratava de um comerciante ou pecuarista. Para se ter uma idéia, só em 1961 é que as nomeações começaram a sair do Palácio Alencastro, Cuiabá, com algum controle.

As nomeações saíam:

“Como uma espécie de diploma. A pessoa recebia esse diploma e passava a ser funcionária do Estado. Aí é que começou a normalizar um pouco, a se saber quantos professores havia no Estado” (10).

É possível, porém, que o descontrole administrativo existisse como uma condição para se obter o controle político-partidário sobre o magistério e não por mera negligência ou pelas dificuldades da época. O desinteresse oficial pela qualificação do magistério, a incompetência, as péssimas condições de trabalho e, principalmente, a onipresença dos diretórios partidários na vida do professor ajudam a reforçar essa tese. Mas, além disso, os professores da época já se deparavam com o binômio “baixos salários” e “atrasos de pagamento”, que, por longos anos, conseguiu tornar o magistério uma das mais desinteressantes carreiras no Estado. Sobre esse histórico, colheram-se os seguintes depoimentos:

“Eu fui nomeada no dia 26.09.63, mas eu trabalhei todo o ano sem receber. Só fui receber em setembro. Isto demonstra como era a situação dos professores. E era normal um professor que tivesse seu pagamento atrasado procurar o presidente do partido. Isto acontecia no tempo da UDN, mas quando o PSD assumia o poder, a coisa acontecia da mesma forma” (11).

“Nós passávamos às vezes três, quatro, cinco meses sem receber, porque não havia dinheiro; então, simplesmente quem era

---

8 Cf entrevista com a Professora Eva de Oliveira Freitas

9 Cf entrevista com o Professor Ramão Vargas de Oliveira

10 Cf entrevista com a Professora Leda Fioravante Rosa



11 Cf entrevista com a Professora Zonir Freitas Tetila

nomeado ficava esperando seis meses até que Cuiabá se dignasse a mandar a Portaria de vencimentos. O início daqui foi assim. A gente vivia sem dinheiro e continuava trabalhando. Não parava de trabalhar. Olha, eu fiquei seis meses sem receber, esperando. Lutava com dificuldade, não parava (12).

Talvez pelas próprias circunstâncias da época (insegurança no emprego, desqualificação da maioria de seus quadros, além de outras razões de ordem ideológica) não pairava sobre os professores a preocupação de encarar o magistério como carreira profissional. De uma forma ou de outra, a resignação e o conformismo eram atributos que não faltavam.

“A grande maioria era leiga... Não havia a preocupação de que aquilo fosse realmente uma carreira” (13).

“O professor era aquele que trabalhava por ideal. Não pensava que no fim do mês tinha que comer, tinha que vestir. Os professores antigos eram diferentes dos professores de hoje...”

Agora, tinha uma coisa muito importante, os professores, naquela época, eram muito dedicados. Todos os meus colegas desejavam mesmo fazer alguma coisa pelo Ensino de Mato Grosso” (14).

O trabalho por ideal, que parece ter sido a tônica daquele momento, em que pese à nobreza de propósito, parece haver concorrido para que o professorado fosse transformado pelos governantes em objeto de exploração. Assim, imagina-se que quanto mais elevado fosse o ideal manifestado pela categoria, mais baixo haveria de ser o seu salário. É lamentável que governantes da época não tenham pensado no idealismo como um critério para amparar melhor o professorado, e não para explorar, como de fato acontecia, pois o trabalho por ideal, como se sabe, envolve valores importantes como dedicação e honestidade. Valores que, por si só, implicam na valorização profissional. E não há dúvida de que os atrasos no pagamento e a precariedade na remuneração tivessem relação direta com a noção de idealismo.

Sabe-se que o trabalho por ideal ocorria – e ainda ocorre — não por obra do acaso. Concepções duradouras como o positivismo, penetraram fundo a alma brasileira, repercutindo amplamente no setor educacional. Seus princípios presentes, por exemplo, em máximas do tipo “O dever é a fonte da felicidade”, “O homem livre é escravo do dever”, “O Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever”, “O trabalho dignifica o home”, “Viver é sacrificar-se”, “Ordem e Progresso”,

---

12 Cf entrevista com a Professora Quintina Bueno

13 Cf entrevista com a Professora Irene Nogueira Rasslan

14 Cf entrevista com a Professora Quintina Bueno

dentre outras, sendo convenientes à classe dominante foram e continuam sendo perpassadas à sociedade, como forma de controle ideológico. Como se sabe, a filosofia positivista substituiu a idéia do direito pela do dever. Dever, ordem, trabalho, sacrifício, foram algumas das expressões que compuseram um sistema de idéias que permearam a educação e contribuíram para legitimar a submissão do magistério, determinando-lhe a forma de agir e pensar. Pelo princípio da ordem, chegou-se quase ao culto às autoridades; e, em nome do dever, abriu-se mão de quase todos os direitos trabalhistas garantidos em Lei.

Os mestres, na verdade, foram explorados economicamente e dominados politicamente, a ponto de pela ilusão do “ideal” assumirem sozinhos quase todos os encargos da educação, para alívio do governo. E com o desvio fácil das verbas da educação, certamente, projetos de interesse direto da burguesia puderam ser mais facilmente implementados.

Argumentar que parte significativa do magistério da época não esteve submetida ao chamado “imaginário coletivo” de fabricação burguesa é fazer sofisma. Mas, apesar disso, houve iniciativa no sentido de obter-se, representativamente para a categoria. Em maio de 1952, para se ter uma idéia, já se criava em Campo Grande a ACP (Associação Campograndense de Professores); em setembro de 1958, nascia em Corumbá o CPPC (Centro de Professores Primários de Corumbá), e, em fevereiro de 1963, fundava-se a Associação de Professores de Aquidauana (APA).

Tempos difíceis para pretender-se em Mato Grosso que associações de professores chegassem a ponto de motivar ações questionadoras, reivindicatórias, capazes de redefinir o modo de pensar e agir tradicionais. Pelo que se sabe, além da submissão, e até por causa dela, o magistério da época já se via penalizado pela mescla com profissionais de outras áreas, ingerência política, insegurança no emprego, indigência salarial, sobrecarga de trabalho, anomalias tais que se impuseram sem tréguas ao professorado do Estado até o final dos anos setenta. De fato associações surgiram, mas como operar avanços na direção de uma nova consciência, de uma nova realidade para o conjunto do magistério, se a submissão, voluntária ou não, era a condição predominante? Eis o que diz, sob este aspecto, uma professora que iniciou carreira em Campo Grande, antes de 1965:

“Eu tenho a impressão que havia muita dificuldade em reunir os professores. Nós trabalhávamos muito, ganhávamos pouco. Não tínhamos condições de pensar em nada. Cada um cuidava da sua vida; não havia associação de classe, quer dizer, ela existia lá, mas a gente mesmo não se preocupava. O desinteresse não era culpa da associação em si, mas era a dificuldade da vida naquela época” (15).

Seguramente, problemas não faltaram para que estas entidades

---

15. Cf entrevista com a Professora Quintina Bueno

não tivessem logrado o êxito de catalizar forças suficientes para efetivar proposta de negociação ao governo. Pretender isso para a época em apreço seria imaginar o impossível. Ao menos da parte da ACP – já que, por falta de registros, pouco se sabe sobre as associações de Corumbá e Aquidauana – isto não significa que a mesma tivesse permanecido apática em termos de reivindicação. Ainda que de caráter pessoal, quando não surgidas de pequenos grupos – as comissões – houve alguma ação. Frisa-se, porém, que tais procedimentos, se não foram suficientes para criar situações de efetiva mobilização da categoria pelo menos, demonstravam que, apesar do grau de cooptação do magistério ao poder, havia quem reivindicasse. Sabe-se, por exemplo que no começo dos anos sessenta, um memorando da Presidente Marina Couto Fortes foi dirigido aos professores campograndenses com o seguinte teor:

“Levamos ao seu conhecimento que estamos promovendo intensa campanha pró aumento do salário dos professores matogrossenses. Para atingir esse objetivo é preciso que trabalhemos na defesa de um interesse comum. Até hoje não foi reconhecida, em nosso Estado, a importância do educador e a prova disso é o ordenado irrisório que cada um de nós recebe. Já é tempo de exigirmos de nossas autoridades uma remuneração mais de acordo com as responsabilidades que o magistério requer. Solicitamos, então, ao caro colega que colabore conosco, em seu próprio benefício, enviando, hoje mesmo, o talão abaixo devidamente preenchido à sede da ACP, na rua Antônio Maria Coelho, 797. Recebendo o comprovante de sua adesão, enviar-lhe-emos maiores esclarecimentos a respeito do assunto” (16).

Naquele período, as campanhas com caráter reivindicatório tentando o envolvimento do professorado foram realmente poucas. Registros desta entidade mostram que, depois de 1960, só em 1963 é que a mesma deu sinais de retomada das reivindicações, desta feita apenas através de seu presidente, professor Múcio Teixeira Filho, ocasião em que o mesmo

“Comunicou-se várias vezes com o governador do Estado, apresentando sugestões e esforçando-se principalmente nas reivindicações das professoras primárias” (17).

---

16 Cf a ata da Associação Campograndense de Professores do dia 30 de julho de 1960. Assinaram pela comissão os professores Marina Couto Fortes, Ernesto Garcia de Araújo e Maria da Glória Sá Rosa e o teor do talão citado e o seguinte: “Declaro que o ordenado dos professores de nosso Estado é uma insignificância, diante do alto custo de vida atual e estou de acordo com a Campanha Pró-Aumento do Salário dos Professores” segue nome e endereço.

17 Cf a ata da Associação Campograndense de Professores, n 890º, de 13 de agosto de 1963. Com referência a um telegrama, onde o Presidente da ACP expôs o Governador as prementes necessidades da categoria, recebeu deste a

seguinte resposta: “Não gostei de seu telegrama, mas encaminhei a mensagem”.

Somente após um novo intervalo de dois anos é que a ACP voltaria a discutir salário e, numa de suas reuniões, ganhou corpo a proposta de se lutar por um aumento salarial de 200% para o magistério em geral. A Ata desta reunião traz um trecho digno de destaque, cujo teor é o seguinte:

“Estando presente o estimadíssimo Frei Theodardo, o mesmo foi induzido a opinar. Disse estar como professor, não visando bens materiais, mas sim como auxiliar no soerguimento do nível educacional matogrossense. Porém, como pároco e professor de bairro pobre, como é o do São Francisco, tem sentido de perto a angústia das donas de casa na desproporção da alta dos produtos mais necessários com o estacionamento dos seus vencimentos. Que não seria demais pedir 200% e que ele, como Frei, rogaria às Luzes Divinas em intenção do corpo docente de nossa terra e estaria pronto a servir como porta-voz desta justa reivindicação junto às autoridades competentes. Este orador foi muito aplaudido” (18).

Esse esforço comprovado de pessoas ou de pequenos grupos no interior da entidade, se por um lado impedia que a mesma caísse no imobilismo, por outro não acumulava força suficiente para evitar que capitulasse diante do poder político. E o que se pode depreender dos fatos é que, apesar da miséria salarial, a grande maioria do professorado da época convivia pacificamente com as autoridades governamentais. E para evitar confrontos, até mesmo o nome da ACP chegou a ser poupado, inclusive em momento de campanha reivindicatória – salarial – em que se chega a criar uma comissão de divulgação da referida campanha (na imprensa falada e escrita, e também através de cartazes e palestras em praça pública, inclusive acrescida de telegramas ao governador), mas com a condição da mesma trabalhar “com a ajuda da Associação e não em seu nome” (19).

E interessante notar que episódios como este deixam transparecer princípios como os da convivência pacífica e da harmonia social, muito claros, aliás, no positivismo comtiano, para o qual a sociedade deve ser concebida sempre em termos harmônicos. Mas como conceber a harmonia numa sociedade de classes? Como não admitir o confronto com as autoridades constituídas – ainda que no plano reivindicatório classista – entre exploradores e explorados, oprimidos e opressores? Sem o confronto, qual o caminho para a conquista da justiça social?

A preocupação com a harmonia, na verdade, sempre esteve presente no magistério. E subjacente a ela parece estar disseminada a ideologia de que a falta de harmonia compromete a ordem, ainda que se

---

18. cf a Ata da Associação Campograndense de Professores, nº 91, de 10 de abril de 1965. D. Theodardo é bispo de Dourados desde o início da década de 70.

19. cf a Ata da Associação Campograndense de Professores, nº 90, de 03 de abril de 1965.

trate de uma ordem estabelecida pelo poder oligárquico. E não foram poucos os que propagaram a harmonia, mas, no fundo, para não comprometerem os seus empregos. Enquanto perduraram armadilhas ideológicas como estas, simplesmente não se fez uso de instrumentos imprescindíveis para se chegar à mesa de negociação.

Outro fato que cedeu espaço à cooptação política da Associação Campograndense de Professores foi o acatamento de atitudes paternalistas por parte dos políticos da época. Várias foram as verbas que os mesmos destinaram-lhe, a título de auxílio. (20)

Estes são fatos, porém, que só podem ser interpretados à luz do contexto histórico, sob pena de se cometer injustiça com uma entidade que, em seu pioneirismo, expôs-se à fragilidade de um magistério ainda em formação. Outras entidades congêneres — como foram as Associações de Professores de Cuiabá e Centro de Professores Primários de Corumbá — certamente não agiram de modo diferente naquele período. É compreensível, portanto, que a luta pela valorização do Ensino e do próprio magistério não tivesse alçado vôos mais ousados. Desta forma, pode-se depreender que a ACP, no período analisado, ocupou o espaço de luta possível, dentro dos limites que a época permitiu.

## **1.2. AGRAVAMENTO DAS DIFICULDADES DO MAGISTÉRIO: 1965-1970**

Na maior parte deste período — março de 67 a março de 71 — Mato Grosso foi governado por Pedro Pedrossian e o mesmo coincidiu com partes de dois mandatos presidenciais: do general Costa e Silva e do general Garrastazu Médici.

Em âmbito nacional, promessas de abertura passam a ser cobradas. Ocorrem manifestações nas grandes capitais que culminam com a famosa passeata dos 100 mil (1968), no Rio de Janeiro. Não se abatendo pelas manifestações, o poder mitar, em 1968, fecha o Congresso Nacional e edita o Ato Institucional nº 5, levando a sociedade civil a vivenciar momentos críticos de repressão que chegou a atingir centenas, talvez milhares de pessoas não envolvidas com a luta armada. Tratou-se de uma fase de arbítrio jurídico-político e, por isso, de muito silêncio nos meios estudantis, sindicais, artísticos e intelectuais. Deste período

---

20. Os repasses dessas verbas, até 1965, acham-se registrados nas Atas de 21.05.60  
1. 11.61 e 07.03.64, da Associação Campograndense de Professores.



foi também o Decreto 477/69 proibindo as atividades políticas de estudantes e professores em todo o território nacional.

Nesta segunda metade dos anos sessenta, além da repressão, o magistério, para viabilizar a sua organização, ainda estava muito despolitizado em função do nível de formação de seus quadros, mas principalmente pelo grande número de leigos e profissionais liberais, alheios à profissão, que integravam a categoria.

No entanto, iniciativas foram tomadas no sentido de habilitar professores. Quanto a isso, é necessário lembrar que o governo chegou a criar duas universidades, uma com sede em Cuiabá e outra em Campo Grande. (21) Mas, durante o seu mandato, os cursos superiores (tanto oficiais quanto particulares) voltados para o magistério, não foram suficientes para atender à demanda de professores, requerida pelo próprio incremento populacional da época. Com isso, a habilitação docente deu-se em caráter precário, apelando-se para a realização de cursos como os oferecidos pela CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), que habilitou leigos de nível médio para lecionarem no secundário (níveis ginásial e médio, como eram conhecidos na época).

Entretanto, esta iniciativa governamental — a CADES abrangeu vários Estados do país — nada significou em termos de estabilidade no emprego, já que não passou de simples credenciamento para o leigo lecionar onde não havia professor habilitado; mesmo assim, parece ter sido positiva, primeiro pela enorme carência de cursos superiores; segundo, porque a CADES contribuiu para despertar em muitos dos que lecionavam uma certa preocupação com a carreira. Tanto que a grande maioria dos que fizeram os seus cursos anos depois entraram para a universidade em busca de habilitação.

Segue-se, porém, que este tipo de preparação, via curso intensivo de apenas um mês de duração, não ensejou uma **qualificação** propriamente dita. E muitos professores que passaram a dominar com um pouco mais de segurança as suas disciplinas, sequer davam conta, por exemplo, de que o conteúdo dos livros didáticos que adotavam era rigorosamente controlado pelo sistema. Com habilitação precária, parte significativa dos professores da época não pôde demonstrar amadurecimento do senso crítico em relação ao período anterior. Em matéria de politização, fator decisivo para a organização da categoria, pouco conheciam além do modelo imposto pela doutrina da Segurança Nacional.

Não bastasse a desqualificação, também a repressão, que na época se impusera sobre todo tipo de movimento reivindicatório, foi

---

21 Em terras que hoje compreendem o atual Mato Grosso do Sul, em 1962 foi criada a Faculdade de Odontologia de Ciências Biológicas (Campo Grande), o Instituto Superior de Pedagogia (Corumbá) e o Instituto de Ciências Humanas e Letras (Três Lagoas). Em 1969 a Universidade Estadual de Mato Grosso integrou esses institutos e, em 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Dourados e Aquidauana.

um fato que pesou profundamente sobre o professorado, dificultando a sua mobilização. Sobre este problema, e em relação aquele período, pode-se afirmar que:

“Os professores não se organizavam porque eram dominados pelo medo. A Revolução de sessenta e quatro era muito exigente. O comando era duro. Qualquer movimento que se fizesse podia ser entendido como manifestação subversiva. Então, todo e qualquer movimento que a gente pensava em desenhar era colocado como subversivo” (22).

No tocante à repressão, sabe-se que, mesmo com o bipartidarismo existente na época (ARENA e MDB), era simplesmente proibida qualquer manifestação oposta ao regime militar, no ambiente escolar. Não obstante o temor ao Decreto 477/69, um simples comentário periférico ao regime vigente podia ser motivo para se ouvir dos interlocutores, enérgicos conselhos quanto ao risco de se estar praticando um ato de subversão. E tais advertências, via de regra, partiam dos próprios colegas, principalmente daqueles que ocupavam cargos administrativos.

O regime militar, sem dúvida, conseguiu que seu ideário fosse interiorizado no magistério e que parcela não desprezível do professorado exercesse o chamado patrulhamento ideológico. Relacionando-se diretamente com a política vigente este patrulhamento, sem dúvida, atingiu limites abusivos no sistema educacional do Estado. Ressalte-se que a conexão político-partidária com fins eleitoreiros entre delegados de ensino, presidentes de diretórios do partido governista e secretário de educação, simplesmente não foi superada em relação ao que houve nos governos anteriores. O agravamento da situação pôde ser percebido em alguns depoimentos de professores.

“Foi difícil atravessar do início do Governo Pedrossian até a entrada do Fragelli. Nós tivemos um período muito difícil; foi a época em que puseram a mão em tudo. Tira, põe, coloca, esse não presta...” (23).

Parece correto que a ingerência política tinha como principal agravante o fato das pessoas agracia pelas “benesses” do poder (diretores, delegados de ensino) serem, em sua esmagadora maioria, corpos estranhos à educação. (24) Esses elementos, apoiados pelos bajuladores do regime, na verdade formavam verdadeiros quistos no recinto escolar, também conhecidos por “panelas” ou “igrejinhas”. Não há dúvida de que estes grupos consituíam fator de intimidação ao

---

22. cf a entrevista com o professor Sultan Rasslan.

23. cf a entrevista com o Professor Ramão Vargas de Oliveira. Essa afirmação e praticamente unânime nos depoimentos colhidos, mudando apenas a forma, evidentemente.

24. Como se sabe, o próprio Secretário de Educação da época Dr. Gabriel Novis Neves, era médico psiquiatra.

professorado. Assim, qualquer tipo de mobilização visando os interesses da categoria, era desestimulado com rapidez e eficiência, garantindo-se assim o silêncio, quando não que os assuntos tratados entre os professores não passassem de meras banalidades.

Dentro desse clima, é óbvio que o professor tivesse medo de falar. E falando quase que estritamente de seu programa de sala de aula, corria da questão política, inclusive, chegando a dizer que não era político, que não gostava de política. Com isso, assuntos não comprometedores foram, de fato, predominantes. E neste período, coincidentemente, acontecimentos importantes, tanto dentro como fora do país, preenchiam o cotidiano do professorado. Na África do Sul, por exemplo, Christian Barnard inaugurava em 1967, o transplante cardíaco. A bordo da Apolo 11 cosmonautas norte-americanos (Armstrong, Aldrin e Collins) pisavam pela primeira vez (20.07.69) o solo lunar. E no México (1970), a Seleção Brasileira de Futebol levantava o tricampeonato mundial. Estes fatos, pela amplitude da repercussão de certa forma, serviram como “cortina de fumaça” para encobrir a repressão que havia no país, talvez a maior de todos os tempos.

Hoje pensa-se que tais acontecimentos somados à intensa propaganda desenvolvimentista da época — traduzida no slogan “Prá frente Brasil” — contribuíram para desviar a atenção do professorado matogrossense da política salarial injusta e irresponsável, imposta ao magistério pelo governo Pedrossian. E esta política, em face do comportamento do professorado, não parece ter sido difícil de ser estabelecida.

“Pouco se somava quem era o governador. Não havia movimento nenhum. Ninguém se preocupava em brigar pelo salário. Todo mundo esperava acomodado que o aumento viesse de cima para baixo” (25).

“A gente via o professor só em cima do livro didático, aquele professor bitolado, que só ficava naquilo ali. Não crescia, não mudava” (26).

O governo Pedrossian não hesitou em manter o professorado a beira da pobreza franciscana, embora já se vivesse, aqui, naquele momento o capitalismo monopolista, onde tudo já estava sendo valorizado em termos econômicos (27).

A propósito, enquanto o país iniciava um período de euforia econômica — após 1968 — que foi o controvertido

---

25 Cf a entrevista com a Professora Irene Nogueira Rasslan.

26 Cf a entrevista com a Professora Aparecida Cazon.

27 Não só o governo estadual oprimia. As redes particular e municipal de ensino também sugaram o quanto puderam, e bem mais que o próprio Estado, a força de trabalho docente na grande maioria das cidade do Estados. Muitas prefeituras pagavam salários inferiores ao salário mínimo aos seus professores primários. E a rede particular tem uma historia pródiga em termos de remuneração ridícula, atrasos de pagamento e Calotes ao professor. Há

casos de colegas que trabalharam mais de um ano em certas escolas particulares sem jamais conseguir receber um vintém.

“milagre brasileiro”. inclusive com taxas do PIB (se bem que por meios escusos) chegando a índices de 10% ao ano, enquanto se verificava também a ascensão — ainda que artificial — de uma nova classe média, aqui no Estado, o professorado simplesmente amargava um congelamento salarial jamais visto antes ou após o governo Pedrossian:

“Passamos quatro anos sem um centavo de aumento para a classe do magistério” (28).

“Sim, quatro anos sem aumento. E nós ficamos esperando todo o tempo. O professor se virava, por exemplo, trabalhava no Estado, trabalhava no particular, dava aula em casa. Eu trabalhava no Joaquim Murtinho, no Oswaldo Cruz e no Perpétuo Socorro. Dava 12 aulas por dia de matemática para sobreviver” (29).

“Para os professores foi o pior governo de todos os tempos. O vencimento dos professores não sofreu nenhum aumento. Os professores sofreram com isso. Passaram fome e houve uma evasão muito grande na área da educação. Muitos bons professores abandonaram as aulas, e não voltaram mais” (30).

“A presença do Governador Pedrossian foi sempre calamitosa. Seus dois períodos foram dois períodos negros para o magistério” (31).

“A categoria não tinha qualquer voz ativa; a remuneração era praticamente um pró-labore de tão baixa que era. Não tinha nem condições de ser chamada remuneração...” (32).

Sabe-se, entretanto, que nem todo o funcionalismo daquele período foi atingido pela política de “pão e água” de Pedrossian. Funcionários da Secretaria da Fazenda, por exemplo, não tinham por que reclamar; mas aqueles que permaneciam nas secretarias de Saúde e Educação, além do aviltamento salarial, não recebiam em dia. Os atrasos no pagamento e seus desdobramentos geraram fatos que se tornaram históricos.

“Eu fiquei um ano dando aula, substituindo uma professora, e demorei um ano para receber” (33).

“Ingressei no magistério a partir de março de 1968 e fomos receber — o que é muito importante deixar registrado — em outubro

---

28. Cf a entrevista com a Professora Niceia Mana Pacco Mendes

29. Cf a entrevista com a Professora Quintina Bueno.

30. Cf a entrevista com o Professor Sultan Rasslan

31. Cf a entrevista com a Professora Zonir Freitas Tetila

32. Cf a entrevista com a Professora Neli Elias Bacha

33. Cf a entrevista com a Professora Aparecida Cazon

ou novembro. Se não me engano, uns oito meses de atraso (34).

“O vencimento do professorado sofreu muito atraso. Para se ter uma idéia, eu, como professor do Estado, tive a luz de minha casa cortada, por várias ocasiões por falta de pagamento.

O Estado atrasava comigo dois ou três meses, mas o próprio Estado queria receber o que nós professores devíamos a ele. E mandava cortar a nossa luz” (35).

“O professor acabava pagando tudo com multa: era a conta da água, da luz. O professorado pagava multa ao próprio governo que lhe atrasava o pagamento. Uma coisa que se discutia muito na época era o atraso de pagamento. Como temos agora casos de pagamentos serem utilizados e aplicados, então, na época também já se suspeitava da possibilidade dessa aplicação... Até hoje, não sabemos se a ordem de pagamento não chegava mesmo a tempo ou se o nosso pagamento ficava retido premeditadamente, na própria Exatoria” (36).

Congelamentos e atrasos, todavia, não esgotavam a questão salarial do período em análise. Imbricado nessa questão, encontra-se também o problema do regime contratual. Como se sabe, o percentual de professores nomeados era baixíssimo; parte significativa do professorado da Rede Estadual era mesmo contratada e os contratos eram firmados com término previsto para o dia 31 de dezembro. O elevado contingente de professores submetidos a esse tipo de regime não passava de mão-de-obra temporária. No governo Pedrossian, os professores podiam trabalhar meses, anos e serem dispensados sem aviso prévio e sem qualquer indenização. Eram “bóias-frias” do magistério. Para esses pobres arrendadores de aula voltar a lecionar no próximo ano era sempre uma incógnita. O clima de insegurança no emprego era generalizado. Nessas circunstâncias, a bajulação ao diretor e a conivência com todas as suas ações eram trunfos infalíveis de que muitos lançavam mão para voltar a lecionar. Em muitas escolas, até mesmo professores experientes e respeitados sofreram a humilhação de se fazerem passar por “acríticos” e/ou “bonzinhos” para conseguirem a renovação de seus contratos.

A não prorrogação de contrato na verdade era uma estratégia golpista que tinha por finalidade o não pagamento dos meses de janeiro e fevereiro. Além disso, toda renovação de contrato era penalizada com a praxe dos enormes atrasos de pagamento.

“... quando encerrava o ano, encerrava a portaria. Daí se era

---

34 Cf a entrevista com a Professora Nilceia Maria Pacco Mendes

35 Cf a entrevista com o Professor Sultan Rasslan

36 Cf a entrevista com a Professora Zonir Freitas Tetila.

novamente lotado em determinadas disciplinas, havendo de se remeter nova documentação. Quem dependia de portarias, todo ano era sacrificado com atrasos que podiam varar meses. Normalmente, se recebia por solta de junho, julho, agosto... Inclusive, estamos perdendo esse período de 31 de dezembro que vencia e só se voltava em março. Nós estamos perdendo para fins de aposentadoria; estamos perdendo tempo de serviço para mudar de classe; estamos perdendo inclusive, licença especial” (37).

E para ampliar ainda mais o drama dos contratados — professores e funcionários — o referido governo, simplesmente, baixou decreto exonerando as pessoas leigas. Conforme um professor que vivenciou de perto aquele período, o governo

“... exonerou quase todos os professores leigos daquela época e alguns voltaram a ser contratados, porque sendo leigos, ou seja, se estivessem no Estado de Mato Grosso naquela época, a um determinado tempo, eles ganhariam doze meses. Se fossem contratados, dez meses. Daí a grande preocupação do governador em exonerar os professores” (38).

Até mesmo a forma de se efetuar o pagamento concorria para humilhar o professor da época. Ao longo das entrevistas, alguns professores se lembraram que recebiam pela Exatoria Estadual, através de uma folha de pagamento, que era assinada no ato do recebimento. No caso de Dourados — e no restante do Estado não parece ter sido diferente — enfrentava-se uma fila do lado de fora da Exatoria, ao sabor do sol ou da chuva, com um descaso muito grande até por parte dos funcionários. O ato de recebimento, realmente dava margem para muitos comentários, como este:

“A nossa folha de pagamento tem uma historinha: o mesmo era feito na Exatoria e uma das exigências que o exator impunha era que a gente tinha que apresentar o título de eleitor, do contrário não recebia o ordenado mensal... A exigência do título era justamente para que os políticos tivessem o controle de todos os funcionários do Estado em suas mãos. Quando havia eleições mandavam os ‘santinhos’ para cada professor...” (39).

Se o contexto político-ideológico concorria para manter o professor inseguro. Desqualificado, vigiado e se, além disso, o mesmo vivia sob os efeitos colaterais de uma política salarial medíocre e aviltante (40), seria utópico pretender uma reação da categoria em termos

---

37 Cf a entrevista com a Professora Nilceia Maria Pacco Mondes

38 Cf a entrevista com o Professor Mario Duran Leitão

39 Cf a entrevista com o Professor Mario Duran Leitão

40 Se o salário dos professores não passava de Simples “pró-labore”, ainda sofria



de mobilização.

Nestas circunstâncias, para muitos dos que dependiam do magistério para sobreviver, só restava a alternativa de aguardar estoicamente o término do governo Pedrossian. Se bem que reivindicações havia, mas, infelizmente, não podiam passar de atos meramente burocráticos, dos quais nada se podia esperar.

A preocupação de quem governava — e isso foi comum em todo país — centravase, basicamente, nos empreendimentos sensíveis aos olhos da população: por isso o enfoque dos projetos oficiais, tanto no âmbito estadual como federal fixou-se na construção de grandes obras. A febre megalomaniaca que acometia o Governo Federal era a mesma que contagiava os governantes, na maioria dos Estados. Construía-se obras realmente “faraônicas”, enquanto o problema social, o problema do funcionalismo público, dos professores era colocado em plano ridículo, desprezível. Era a euforia do “milagre econômico” que, aos poucos, foi sendo transformada em “sacrifício” para enormes segmentos da população brasileira, haja vista o pagamento dos juros de uma dívida irresponsavelmente contraída junto ao grande capital internacional. Do “milagre” dos generais iniciado naquele período, restou uma dívida social para com milhões de brasileiros que, entregues à própria sorte, continuam a sofrer dramáticas conseqüências.

No pique dessa euforia, o Governo Pedrossian tudo fez para passar aos incautos a imagem de grande administrador. Obras, de fato, foram feitas, porém muitas delas sem a mínima prioridade, a exemplo dos monumentais estádios de futebol (Moreirão em Campo Grande e Verdão em Cuiabá). O sonho megalomaniaco de se construir um “Novo Estado”, custou só para o magistério nada menos que um congelamento salarial que se arrastou por quatro anos.

Mas como nenhum regime de força jamais conseguiu viabilizar projetos de alienação plena das massas, entre os professores do Estado pelo menos uma minoria, ainda que ínfima, manteve-se inconformada e revoltada com as agrúrias que vinham sendo impostas ao magistério. Sabe-se, por exemplo, que na região de Dourados — e isto deve ter ocorrido em vários lugares do Estado — quando ainda sequer se cogitava em criar associação — alguns colegas já manifestavam o seu descontentamento, utilizando inclusive meios interessantes. Na entrevista realizada com o professor Ramão Vargas de Oliveira, ele lembrava um episódio ocorrido em comemoração ao término do curso da CADES. Tratava-se de uma esquete em que o professor Ramão, ao lado do padre Zenildo, criticava a ingerência política no magistério.

“Sempre a gente procurou viver em grupo. A gente lutou muito... A gente sentia a necessidade de se unir. Naquela intenção nós fazíamos esquetezinhas... A gente queria mostrar

---

o desconto de uma taxa em favor do “IPEMAT” (Instituto de Pensões de Mato Grosso), mas sabe-se que esse órgão, no período em análise, portou-se bem mais como órgão arrecadador do que prestador de serviços médicos.

ao professor que ele tinha que ser unido, para que não sofresse tanta interferência (41).

Essa minoria, se muito não fez, ao menos não se deixou capitular. Embora alguns de seus integrantes, ao longo do governo Pedrossian, tivessem optado pelo abandono definitivo da carreira, outros chegaram até mesmo a apostar na utopia de organizar a categoria, acreditando em algumas mudanças. Dessas iniciativas surgiram as seguintes associações de professores no Estado: Em Dourados, a Associação Douradense de Professores Primários (ADPP), fundada em 1969 e a Associação Profissional de Professores Secundários (APPS), em 1970, sendo esta extensiva aos municípios de Itaporã, Naviraí, Rio Brillhante, Glória de Dourados, Caarapó e Fátima do Sul; em Ponta Porã, a Associação Pontaporaense de Professores (APP) fundada em 1970; e em Corumbá, a Associação de Professores de Corumbá (APC), também fundada em 1970 (42).

Essas associações, no entanto, tiveram vida efêmera, pois em função do contexto histórico francamente desfavorável à organização da categoria, as mesmas, sendo poucas e dispersas na amplidão espacial do Estado, tiveram que enfrentar uma situação que, simplesmente, eliminava a hipótese de coalizão de forças (43). Apesar disso, a persistência de luta e, ainda, a atmosfera repressiva daqueles anos, formavam um espectro de problemas que, invariavelmente, neutralizava as iniciativas pautadas no trabalho de fortalecimento da categoria, de sorte que as melhores das intenções acabavam caindo no vazio.

Estas associações, sequer esboçaram qualquer tipo de movimento integrado, a exemplo do que acontecia com as associações de Campo Grande e Cuiabá. Esta última, intitulada Associação Matogrossense de professores, apesar de ter sido criada para integrar o movimento do professorado no âmbito estadual e manter o vínculo com o movimento nacional (Confederação dos Professores do Brasil-CPB), infelizmente não conseguiu impôr-se de forma atuante e representativa. E fazê-lo, sublinhe-se, seria obra de envergadura que implicaria até mesmo em conciliar o Sul e o Norte do Estado, até então metidos em rivalidades antigas. Esta questão, por sinal, foi muito bem lembrada por uma ex-presidente da ACP, professora Neli Bacha:

“Devido àquela reação natural que existia entre o Sul e o Norte, Campo Grande sempre se recusou a se subordinar à

---

41. Cf a entrevista com o Professor Ramão Vargas de Oliveira.

42. Seus primeiros presidentes foram o professor José Laerte Cecílio Tetila (ADPP), o Engenheiro Agrônomo Otávio Paes Rodrigues (APPS/Dourados), a Professora Zaira Portela (APP). Infelizmente não se conseguiu o nome do primeiro presidente da APC.

43. Naquele tempo era quase impossível ainda contar, por exemplo, com serviço de telefonia e estradas poeirentas e/ou enlameadas tornavam as viagens demoradas e cansativas. Tudo concorria para que as associações existentes quedassem separadas entre si.

Associação Matogrossense de Professores. Não havia uma subordinação total devido a própria estrutura com que a mesma foi organizada... Aqui no Sul, naquela época já havia várias associações de professores independentes. Havia aqui, havia em Corumbá, em Ponta Porá, em Aquidauana... Nas cidades mais antigas já existiam associações e as mesmas, tal como a nossa, se recusavam a filiar-se de direito para não perderem sua autonomia, sua independência” (44).

Dentro deste quadro, as associações de Aquidauana, Corumbá, Dourados e Ponta Porá, não sobreviveriam além do início dos anos setenta, tendo sido ou desativadas ou extintas por completo, deixando um saldo de poucos serviços prestados. Sabe-se, por exemplo, que a ADPP conseguiu a transferência da folha de pagamento dos docentes para o Banco do Estado de Mato Grosso; que a APPS/Dourados envidou esforços para que fossem pagas horas-atividades, até então inexistentes para – que o professor pudesse preparar aulas, e corrigir provas, participar de reuniões e outras atividades extra-classe – bem como para obter-se remuneração por quatro semanas e meia, e não por quatro semanas como acontecia (45). Além dessas reivindicações trabalhistas, conseguiram, em algumas casas de comércio, descontos aos professores no ato da compra.

O momento de maior lucidez de ambas deu-se, inequivocadamente, por ocasião da vinda do Secretário de Educação, Gabriel Novis Neves a Dourados. Em reunião solicitada pela ADPP (Salão Paroquial) e pela APPS/Dourados (Colégio Pres. Vargas), profundos problemas do magistério e do ensino puderam ser tratados; reivindicações verbais e escritas foram feitas, ainda que sem resultados práticos.

Colegas que vivenciaram este período sabem o quanto era fácil para quem estava no poder e difícil para quem dele dependia. O poder ouvia pouco e tomava decisões que bem entendia. Por isso, tudo quanto se podia fazer além de comunicar os problemas às autoridades competentes era aguardar as decisões vindas de cima para baixo. Nada mais que isso, pois este era o limite. E sua ultrapassagem tinha nome: subversão.

Este período em relação ao anterior, pelas circunstâncias mencionadas, foi de refluxo também para a Associação Campograndense de Professores. Embora resistindo ao tempo (18 anos em 1970), esta entidade, até então, não havia conseguido promover ações conjuntas com outras entidades congêneres, para desencanto daqueles que, a partir dela, esperavam por um movimento do magistério mais dinâmico integrado no Estado.

A considerar pelos seus registros (atas), apenas duas iniciativas foram tornadas em face dos problemas da categoria: uma em que a presidente

---

44. Cf a entrevista com a Professora Neli Elias Bacha.

45. Até os anos sessenta ganhava-se exatamente por aulas dadas. O Estado esquivava-se do pagamento dos dias de domingo e feriado.

se dispõe a formar uma comissão para reunir-se com o Ministro da Educação, quando de sua vinda a Campo Grande. Esta comissão teve a finalidade de:

“elaborar e apresentar um memorial contendo as principais reivindicações da classe: remuneração condigna, reclassificação baseada em tempo de serviço e méritos, pagamento de férias aos contratados, concurso para todos os cargos de Ensino, de Chefia e Orientação, maiores proventos cedidos (sic) pelo IPEMAT” (46).

E a outra, envolvendo questões de direito trabalhista, em que a presidenta faz o seguinte alerta:

“não deixem seus direitos serem postergados, sobretudo neste setor tão elementar da justiça do trabalho, como é o pagamento de férias remuneradas, aliás, direito amplamente assegurado pelas leis. Cabe a cada profissional não aceitar pessoalmente o contrato por dez meses apenas, devendo fazer absoluta questão de que esse contrato seja de doze meses, no mínimo, e preferencialmente por tempo indeterminado” (47).

É interessante notar a maneira quase exclusiva de se reivindicar na época: através de pedidos formais, ou seja, no papel. Assim fez a ACP e assim fizeram as demais associações de professores, já que os instrumentos de pressão como passeatas, greves, sequer podiam ser cogitados. Também o encurtamento do raio de ação das entidades classistas, conseguido pelo regime, pode ser visto na segunda ação, em que a presidenta orienta aos associados da ACP para tomarem medidas individuais, na Justiça do Trabalho, contra o sistema contratual injusto. Este exemplo ilustra o quanto as entidades da época tinham dificuldades para serem, de fato, representativas.

Neste período, o espaço à cooptação política continuou em aberto na ACP. A entidade chegou a cortejar o poder (48) e a ser cortejada por ele (49). E seu caráter assistencialista continuou sendo exercido, como se verifica na Ata nº 101 (17.06.66), onde ficou registrado o episódio em que um professor ficou doente e a ACP repassou-lhe uma soma em dinheiro, além de providenciar uma campanha para angariar fundos com o objetivo de ajudá-lo. O assistencialismo, aliás, também

---

46. Cf a Ata da Associação Campograndense de Professores, nº 122 03 04 70. O

IPEMAT era o Instituto de Pensões de Mato Grosso.

47. Ata da Associação Campograndense de Professores, nº 120 (15.03.70).

48. Cf Ata da ACP nº 100 (16.04.66), numa das passagens do governo por Campo Grande criou-se uma comissão de visita, composta de 13 membros com o objetivo de fazê-lo ciente da existência da entidade que, por sinal, já contava com 14 anos de existência.

49. Cf Ata da ACP de 10.02.69. Esta entidade continuava recebendo proventos da classe política, como foi o caso de Ncr\$ 2.500 cedidos por deputados estaduais no ano de 1969.

chegou a ser exercido por outras entidades de professores da época. Apesar do gesto humano dessas entidades, que muitas vezes são imprescindíveis, o mesmo tem o agravante — hoje nem tanto — das associações acabarem assumindo encargos previdenciários de absoluta responsabilidade do Estado.

Além dos problemas levantados, tudo leva a crer que, pelo próprio estilo de comportamento que prevalecia na época, os professores, de modo geral, mais dificultavam do que ajudavam no avanço das poucas propostas de lutas de suas respectivas entidades. Em relação à ACP, por exemplo, uma professora nela inscrita no período de 1965/68 informou que, nesta entidade...

“... se discutiam algumas questões de salário, condições de trabalho, mas que não havia mais que uma preocupação, por exemplo, de ser associado para obter descontos que esta filiação trazia” (50).

Também lembra a referida professora de haver participado de algumas reuniões nas quais se discutia salário. E completou:

“No fundo até nós professores achávamos que não tinha sentido ficarmos discutindo salário porque a idéia de trabalhar por ideal, apenas, eram muito forte... era isso que se percebia, quer dizer, o magistério estava muito ligado àquela idéia de sacerdócio, que infelizmente ainda permeia hoje” (51).

As idéias de sacerdócio e idealismo sempre seduziram o magistério como um canto de sereia, mas não para valorizá-lo. Assim, para os espíritos conservadores e inclinados à manutenção do “stablishment” sempre foi de bom alvitre passar a idéia de que o magistério é como um sacerdócio quer pela nobreza da missão formadora de homens, quer pela perseverança e dedicação ao trabalho ou, ainda, pelo seu despojamento e pobreza econômica. E tudo leva a crer que até por volta de 1970 o magistério não havia ainda conseguido vencer o tradicional preconceito em relação ao valor da função e do trabalho docente. E só muito superficialmente é que as associações de professores existentes conseguiram colocar o problema dos direitos trabalhistas da categoria. Vai daí que carregando o estigma de **idealistas e sacerdotes** muitos professores declinava de seus próprios direitos. Na verdade, muitos professores da época se sentiam como “vela que se queima para luz aos outros”, frase, aliás, muito usada pelos populistas da época. A categoria, bem dizer, ainda não havia despertado para o profissionalismo. E também parece provável a tese de que alguns mestres que pousavam de idealistas ou mesmo aceitavam o estigma de sacerdotes

---

50. Cf a entrevista com a Professora Zonir Freitas Tetila.

51. Cf a entrevista com a Professora Zonir Freitas Tetila.

assim o fizeram nem tanto por convicção, mas mais como subterfúgio para omitirem participação, num momento deveras conturbado e repressivo.

### 1.3. ANOS SETENTA: A GÊNESE DAS MUDANÇAS

De 1970 até a Divisão do Estado (1978) governaram Mato Grosso José Manoel F. Fragelli (1971-1974) e José Garcia Neto/Cassio Leite de Barros (1975-78) (52), enquanto o país era presidido pelos generais da chamada “linha dura”: Médici (1969-74) e Geisel (1974-79), tendo como ministros da Educação, respectivamente, os militares Jarbas Passarinho e Ney Braga.

Neste período, entrou em vigor a Lei 5.692/71, com o intuito de promover uma reforma “lenta e gradual” do Ensino Básico, dando destaque ao Ensino Profissionalizante. Nos primeiros anos de sua implantação, ainda não havia uma consciência em torno do caráter doutrinário desta Lei, e pouco se ouvia falar no acordo MEC/USAID. No magistério do Estado, professores, desde as principais lideranças, ajudaram no Projeto “Bola de Neve”, pró-implantação da referida Lei. E todos deram seu voto de confiança, pois, a priori, a mesma representava de fato uma esperança de renovação para o Ensino e de melhores dias para o magistério (53). Todavia, no âmbito estadual, e talvez nacional, é provável que esta novidade tivesse repercutido negativamente sobre as tentativas de organização da categoria, pois, quando de sua implantação — início dos anos setenta — coincidentemente, as poucas entidades de professores do Estado que não haviam se esfacelado, mantiveram-se tomadas por um clima favorável à mobilização. A Associação Pontaporaense de Professores manteve-se desativada por seis anos; tentativas de reativação da APPS de Dourados não deram em nada; a Associação de Professores Primários de Dourados, após a segunda gestão, desapareceu para sempre e sobre as associações de professores de Cuiabá, Aquidauana e Corumbá, nem se ouvia mais falar.

Isto não significa, porém, que a chama de luta tivesse sido

---

52. Em final de mandato, Garcia Neto ao candidatar-se ao Senado, foi substituído por Cassio Leite de Barros...

53. E que esperança! Bastava olhar o Artigo 43 para se constatar a promessa de “melhoria progressiva do ensino, aperfeiçoamento e **assistência ao magistério** e aos serviços de educação” (o grifo é nosso).

apagada definitivamente. Em Campo Grande, a ACP, embora persistindo nos métodos do passado, dava alguns sinais de vida. Sabe-se, por exemplo, que em 1971, sua diretoria encaminhou carta à Associação de Professores de Cuiabá indagando se a mesma tinha conhecimento ou já havia tomado providências para a organização de uma Federação Estadual que congregasse associações municipais de professores, a fim de se filiarem à organização nacional da categoria (54). Em 1971, a mesma pleiteou aumento de salários aos professores da Rede Municipal de Campo Grande (55). Em 1975, promoveu o I Encontro de Professores de Campo Grande, que contou com a participação de seiscentos mestres, tendo como objetivo, conhecer e discutir o Estatuto do Magistério (56). Se bem que, até 1976, esta entidade ainda cedia terreno quer à cooptação política, como no episódio do lançamento da pedra fundamental de sua nova sede, que contou com a presença do Governador Garcia Neto além de deputados (57), quer ao assistencialismo, como se vê no depoimento da Professora Quintina Bueno, ex-presidenta da referida entidade:

“Lutamos pela classe... tentando reivindicar, ao governo várias vezes, quer dizer, fizemos aquilo que achávamos que devia ser feito. Inclusive, nós ajudávamos o professor particularmente. O professor precisava de um dinheiro, às vezes, a gente ajudava; um remédio, não podia, a gente ajudava; precisava colégio para o filho, não tinha conseguido, a gente... quer dizer, nessa parte social nós ajudávamos demais o professor” (58).

O início dos anos setenta assistiu também — coincidentemente à implantação da Lei 5.692 — a uma onda de civismo que tomou conta de todo o país. Explorando principalmente o “Sete de Setembro” o regime, através da propaganda comemorativa — ressaltou-se a ênfase dada, em 1972, ao Sesquicentenário da Independência — conseguiu o envolvimento do magistério. Naqueles anos, exacerbou-se como nunca o civismo, chegando-se ao ufanismo patriótico, tanto que, nos monumentais desfiles, crianças e adolescentes, ainda que na sua grande maioria desnutridos, eram perfilados, mesmo sob os rigores do sol ou debaixo da chuva. A festa tinha de ser apoteótica. Por isso os longos ensaios contavam com todo o empenho dos diretores de escola que, de uma forma ou de outra envolviam os professores, já que a **festa máxima** punha em xeque o prestígio das escolas e de seus diretores perante a comunidade.

As esperanças depositadas na nova Lei de Ensino e a ênfase

---

54. Proposta da Prof<sup>a</sup> Ivo Garcia de S. Martins, conf. Ata da ACP, nº 134 (30.10.71).

55. Cf. Ata da ACP, nº 129 de 11.09.71.

56. Cf. Ata da ACP, nº 144 de 10.03.73.

57. Cf. Ata da ACP de 15.10.76.

58. Cf a entrevista com a Professora Quintina Bueno.



do civismo escolar parece haver criado um efeito psicológico junto ao professorado que o levou, pelo otimismo, a um ajustamento tranqüilo aos parâmetros pretendidos pelo regime.

Na esfera econômica, porém, a euforia não passou de 1973, ano este que marcou o início da crise do petróleo. Caiu a máscara do “milagre brasileiro” e a inflação ascendente repercutiu no custo de vida. Com isso, a economia do país, na medida em que começava a dar mostras de insuficiência propiciava condições para o fechamento político (59).

Segue daí que, com o disparo da inflação, professores do Estado, mormente aqueles que tinham no magistério sua única fonte de subsistência, aos poucos viram-se na contingência de aumentar a carga de trabalho, assumindo jornadas de três turnos diários como alternativa única para continuarem exercendo a profissão. Com isso, mais ou menos por volta de 1973 já se começava a desconfiar da propaganda cívica. As esperanças na Reforma do Ensino já não eram as mesmas e a descrença na Política educacional do Estado, que já era grande, tendeu a aumentar.

**No âmbito** Estadual, pelo menos desde os tempos do governador Ponce de Arruda (1956-60) até a divisão do Estado, não houve mudanças substanciais no tratamento dispensado ao magistério e nem ao próprio ensino. Projetos governamentais sempre voltados para os interesses das elites oligárquicas impediam a promoção de um ensino moderno, equipado, capaz de contemplar condignamente os segmentos estudantis da base da pirâmide social, bem como do magistério livrar-se de sua miserabilidade histórica.

É certo, porém, que com o governo Fragelli (1971-74), iniciou-se uma tímida reposição salarial, depois do forte arrocho desfechado pelo governo Pedrossian, assim como houve pequena correção no déficit de vagas escolares. Também foi positivo o fato de algumas escolas receberem uns poucos equipamentos (máquinas de escrever, carteiras, armários). Todavia, a situação do ensino e do magistério, a grosso modo, continuou precária, sendo que a obra que marcou o seu governo no setor educacional foi a construção de uma escola técnica agrícola em Aquidauana. Já no governo Garcia Neto/Leite de Barros (1975-78), a situação manteve-se praticamente estagnada em relação ao governo anterior, trazendo como novidade apenas a criação do curso de Agronomia na cidade de Dourados. Contudo, é importante notar que embora estes governantes também não tivessem solucionado os grandes problemas educacionais do Estado, os mesmos não foram, nem de longe, reprovados pelos professores como foi o governo Pedrossian.

Fragelli e Garcia Neto, é bom que se ressalte, ainda que pretendessem administrar melhor o Ensino Básico e valorizar o magistério — hipótese pouco provável se considerados os seus vínculos oligárquicos — não

---

59. O General Geisel, a parti, de 1974. chegou a comandar um projeto de distensão política, mas ao mesmo tempo em que falava em abertura cassava mandatos de políticos opositoristas.

o teriam conseguido facilmente pois, como se sabe, durante seus respectivos governos, recursos da Secretaria de Educação foram repartidos com as Universidades Estaduais, criadas pelo governo anterior, Pedro Pedrossian. Não se nega que a criação de uma Universidade em Mato Grosso foi um imperativo para aquele momento. Mas, se certos Estados já possuíam duas, três ou até mais Universidades Federais (hoje Minas Gerais já possui sete), porque o governo Pedrossian, na época, teria optado por Universidade Estadual e não Federal? O ensino básico e o próprio magistério pagaram caro por isso, já que as Universidades Estaduais consumiram verbas que a Secretaria de Educação aplicaria no I e II graus, até a Divisão do Estado, ocasião em que as mesmas foram federalizadas.

Em plenos anos setenta, o desrespeito governamental para com o magistério continuou de maneira caprichosa e sem tréguas, até a Divisão do Estado. Informações de colegas e da imprensa (60), dão conta da permanência da melancólica situação dos velhos tempos, tal como se verifica nestes depoimentos:

“Fui admitido por portaria, que seria uma porcaria por que não garantia nada a ninguém... O Estado pagava quando queria. Daí o professor ficava se arrastando seis, sete meses, como no meu caso, nove meses, uma gestação para receber” (61).

“Quando eu comecei o contrato, por exemplo, era por tempo determinado. Você tinha contrato até dezembro; aí terminava o contrato e você era novamente recontratado em fevereiro. De repente, o professor não ganhava férias” (62).

“No meu caso comecei a lecionar em fevereiro e recebi em outubro. Ainda quando vinha, vinha errado, porque a Secretaria de Educação, na época, era de uma deficiência total e a gente não tinha como reclamar” (63).

“Eu iniciei as atividades no dia quatro de fevereiro. A portaria foi publicada no mês de maio do mesmo ano, retroativa a quatro de fevereiro. Recebi o primeiro vencimento no dia 16 de agosto de 1977” (64).

De lato, a instabilidade no emprego, a sobrecarga de trabalho, o aviltamento salarial, os gritantes atrasos de pagamento, continuariam

---

60. O prouiernd da instabi idade no emprego por exemplo, arrastou se por toda a decada de setentC Em editorial do Jornal Panorama (1809 79), referindo-se a Dourados afirma que 500 professores encontram-se ainda em situação instável. Foram designados por portaria, sem vínculo com o Estado. Esclarece ainda, que neste município apenas 10% dos professores eram efetivados.

61. Cf a entrevista com o Professor Cláudio Freire de Souza.

62. Cf a entrevista com a professora Ceres Moraes.

63. Cf a entrevista com o professor Wilson José Moreti.

64. Cf a entrevista com o professor Lauro Sérgio Davi.

perseguindo o magistério como uma sombra. E na esteira desses problemas, a ingerência política — continuou resistindo ao tempo, atravessando os anos setenta, para decepção principalmente daqueles professores que sonhavam ver o magistério encarado com seriedade e profissionalismo. A não realização de concursos públicos não passava de uma estratégia maldosa que mantinha o professorado à mercê de deputados, para o preenchimento de vagas (65). E para intensificar o controle sobre o professorado, o mandarinato, principalmente, conduziu para dentro do magistério pessoas que nada tinham a ver com o Ensino, como foi o caso de muitos profissionais liberais. Servindo bem mais como agentes de diretórios partidários do que propriamente do Ensino, esses apaniguados — alguns náufragos em suas profissões — reuniam força política suficiente para mandar e desmandar, já que ocupavam os cargos de maior importância (66).

Mas a ingerência não se esgotava na nomeação de delegados de ensino. Como nos velhos tempos, os diretores de escola também eram nomeados — salvo raríssimas exceções — conforme os interesses dos senhores deputados. Havia apadrinhados competentes, na verdade; mas pode-se dizer que todos os incompetentes que ocupavam cargos — e que era maioria — foram apadrinhados. E quanto mais medíocres fossem, mais bem “calçados” estavam. Nessas circunstâncias, não seria demais afirmar que o autoritarismo não deu tréguas ao magistério estadual. Para poder lecionar, o critério ainda continuava sendo a vontade dos diretores, através dos quais, deputados às vezes até por métodos grotescos, insistiam em manter os seus “currais” eleitorais no interior das escolas. Neste período dos anos setenta, sublinhe-se que a educação não deixou de ser um campo de apadrinhamento. Do diretor ao servente, a escola, de modo geral, continuou a fazer parte do esquema de reeleição de políticos inescrupulosos (67).

Ainda a propósito das ingerências políticas, parece oportuna a lembrança de que no governo Fragelli, falou-se pelo menos em evitar que os processos pertinentes à área da educação caíssem em mãos de deputados. Nessa ocasião, de fato, as delegacias de ensino começaram a operar por via malotes. O propósito em si foi bom, só que a intromissão política não diminuiu por causa disso. E se a introdução do sistema de malotes teve esse objetivo, ficou fácil deduzir-se que, até então, se

---

65. Foram realizados concursos públicos (1967, 68, 69), quando a maioria do professorado não tinha habilitação para presta-los. Em 1975, o governo chegou a abrir o edital de concurso publico para o magistério para o quai muitos se inscreveram, inclusive mediante o pagamento da taxa. No entanto, os professores ficaram sem edital, sem o dinheiro da inscrição e sem o concurso.

66. Em Dourados, por exemplo, numa unica seqüência a então Delegacia de Ensino chegou a ser ocupada por quatro advogados: Milton José de Paula, Luiz Antonio Alvares Gonçalves, Fernando Meirelles e Theotonio Alves de Almeida.

67. Dourados é uma cidade rica em exemplos dessa natureza. Alguns deputados

ficaram muito conhecidos por intermediarem nomeações à revelia da carreira do magistério. E fatos esdrúxulos de fato aconteceram, como a designação de

um cidadão com apenas 8ª série para dirigir a Escola Floriano Viegas Machado em, 1979.

por um lado deputados relutavam em não procurar algo mais importante para fazer, as delegacias de ensino, por sua vez, não tinham serventia sequer para encaminhar processos. Seu papel precípua era mesmo de fazer política partidária.

Apesar da força com que esses velhos problemas chegavam até os anos setenta, fatos novos — além da onda cívica e da cruzada reformista do Ensino — e não menos importantes, repercutiam profundamente no magistério do Estado alterando-lhe, sensivelmente, o comportamento.

A partir de 1968, expressivo movimento migratório, vindo do Sul do país, resultaria num significativo incremento populacional para as terras hoje pertencentes ao Mato Grosso do Sul. Motivada, basicamente, pela monocultura intensiva da soja, esta migração, dirigindo-se principalmente para as áreas de terras férteis, concentrou-se mais na região da Grande Dourados.

A demanda populacional, aliás previsível (68), decorrente da migração, fez-se acompanhar de providências governamentais. E como parte da infraestrutura necessária, fez-se expandir o Ensino Básico, bem e como o Ensino Universitário. sendo este último voltado para a formação de professores. A partir de 1968 (governo Pedrossian), embora a Rede Escolar do Estado não conseguisse atender à demanda estudantil, o número de escolas aumentou. Enquanto isso, a recém-criada Universidade Estadual disseminava os chamados Centros Pedagógicos pelo interior do Estado, no intuito de oferecer cursos de licenciatura curta, a fim de habilitar professores de maneira mais rápida e barata possível, inclusive com o oferecimento dos chamados Cursos de Licenciatura Curta Parcelada, em várias cidades do Estado, em convênio com o Ministério da Educação. Cursos paliativos, porém úteis, num momento em que as improvisação no magistério já atingia limites insuportáveis.

Mas, enquanto o fenômeno da monocultura da soja ampliava vertiginosamente a sua área de plantio, perspectivas novas abriam-se para o Estado, principalmente em termos de aumento de arrecadação de impostos. Mesmo assim, medidas governamentais acanhadas persistiam em relação ao magistério, bem como à forte demanda estudantil. Em razão disso, a consequência não podia ter sido outra que não o surgimento de uma catastrófica massificação do ensino, seguida de uma acentuada perda de competência do magistério. Neste início dos anos setenta,

“Havia pessoas que não tinham nem tendência e nem qualificação para o magistério, mas que aproveitavam o tempo vago para lecionar... Sem dúvida existia muita falta de mão-de-obra qualificada para o magistério, muita improvisação. Em

---

68. Previsível porque decorreu de opção feita pelo país no sentido de realinhar a sua economia, tendo em vista a exportação, num momento em que o grande capital industrial, sobretudo o estrangeiro, começou a penetrar fortemente no campo.

Itaporã havia uma escola sem nenhum professor formado na área de pedagogia; e como eu tinha Pedagogia fiquei em Itaporã, onde tive que cobrir sete disciplinas para sustentar o curso... O advogado, o médico, o veterinário, o agrônomo, o pastor, o bancário, o padre faziam cursinhos e lecionavam isso e aquilo. Uma gama de profissionais era aproveitada na educação porque não existia a mão-de-obra qualificada para ocupar os espaços” (69).

Hoje é corrente a idéia de que a precariedade do Ensino Público apraz aos imperativos dos setores dominantes da sociedade. E como se sabe, no regime militar, a situação do Ensino Público no Estado, sobretudo ao longo anos setenta, não diferia muito da do país; por isso desconfia-se hoje que manobras hegemônicas mais uma vez não faltaram para diminuir e desacreditar o ensino público fundamental, já que destinado às populações de baixa renda. E não foi à toa que, nos anos setenta, o mesmo chegou às raias da indigência de recursos, a ponto de ver-se obrigado a continuar formando contingentes despreparados, a fim de perenizar o quadro da dominação. Tal estratégia parece ter sido planejada em âmbito nacional, pois do contrário as verbas da União, destinadas ao Ensino Público, não teriam descido a patamares inferiores a 4%.

Em terras que hoje compreendem o Mato Grosso do Sul, verbas da Secretaria da Educação se, por um lado, foram carcomidas pelas Universidades Estaduais, por outro, pouco contemplaram além da edificação de uns poucos prédios escolares. Escolas exauridas foram entregues à própria sorte e, para continuarem funcionando, viram-se obrigadas a gerir seus próprios recursos, através de promoções festivas, que envolviam a comunidade. Discrepâncias gritantes passaram a ocorrer na relação aluno/professor. A improvisação e a perda da competência era o que se via por toda parte, com a chamada polivalência docente, chegando-se ao cúmulo de professores — dado ao aviltamento salarial — verem-se na contingência de assumir concomitantemente, cinco, seis e até oito disciplinas diferentes. E com o aviltamento salarial não foram poucos professores que passaram a lecionar, como já foi dito, em três períodos, acumulando mais de vinte — alguns mais de trinta — turmas de alunos, havendo casos de professores atendendo a mais de 800 alunos num só ano letivo.

Problemas clamorosos eram constatados por toda a parte, mas quase nada se podia fazer. Até a metade dos anos setenta, as circunstâncias impossibilitavam uma organização efetiva do professorado. Este panorama sombrio aparece em depoimentos como este:

“As coisas aconteciam e... todo mundo ficava quieto, sabe? A gente sabia das coisas que aconteciam, coisas erradas, mas não tinha como se esclarecer, explicar, tomar frente, defender.

---

69. Cf a entrevista com o professor Claudio Freire de Souza.

O profissional do magistério estava meio perdido. Força. faltava força. O professor não tinha uma entidade que amparasse, que unisse, que abrisse os olhos, que defendesse, que encaminhasse, que explicasse as coisas” (70).

Sobretudo, na transição da primeira para a segunda metade dos anos setenta, o magistério do Estado viveu realmente uma situação de crise profunda. A categoria vivia sem alento e cansada de tanto desrespeito. Mas se for correta a tese de que as situações caóticas são as que mais precipitam a reordenação, a partir da segunda metade dos anos setenta, finalmente, começava a esboçar-se um novo contexto onde o professor já pode vislumbrar perspectivas alvissareiras para a sua organização. A partir de então, paira no ar uma vontade de juntar forças, deseja-se a superação do caos.

Em 1974, a economia nacional defronta-se com a crise do petróleo, e planos governamentais deixam de ser cumpridos. Aumenta o descontentamento com o regime e, em 1977, o Presidente Geisel fechou o Congresso Nacional por 15 dias a fim de outorgar o “Pacote de Abril”, que incluía medidas antipopulares, como a instituição de eleições indiretas que criaram a figura de governadores e senadores **biônicos**. Isto com a finalidade de impedir a escalada da oposição. Mas atos públicos clamariam por liberdades democráticas, anistia e convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. As forças populares entram num processo de reorganização, clamando por aumentos salariais, liberdade de organização, volta ao estado de direito. É evidente que nem todo professor, que aqui trabalhava, ficou alheio ao desejo de mudança que crescia nas grandes capitais do país.

Neste novo momento em que, a duras penas, a sociedade civil começava a conquistar algum espaço, também em Mato Grosso, com o aprofundamento da onda de insatisfação, os professores começaram a reagir. O magistério andava distraído, eqüidistante e endemicamente despolitizado, já não era mais aquele laboratório de mentes submissas, aquela mesma massa de manobra fácil. Homenagens eloqüentes, louvores e comparações poéticas como as do “Dia do Professor” já não comoviam tanto, pois o desejo crescente era um só: o de ser tratado como profissional. Já não se aceitava, como antes, a dura realidade de uma profissão sem reconhecimento. Em seu âmago, começava-se a dirimir a confusão entre obediência e subserviência. Passava-se a não mais acreditar que a ideologia burguesa e o regime militar fossem monolíticos.

Por volta de 1978, já era perceptível que a minoria ativa começava a preparar-se para virar maioria, enquanto a minoria passiva ia se formando ou por elementos escapistas, recalcitrantes, a quem o **novo** poderia representar uma perda de privilégios, ou por espíritos simplesmente apáticos, acomodados em seu anacronismo contemplativo.

---

70. Cf. a entrevista com a professora Aparecida Cazon.

Apesar dos estreitos horizontes desse novo momento, tentava-se a busca de uma terapia para a crise, desejava-se explorar uma nova possibilidade. E em face desta aurora tímida, porém nova, reclamava-se, resmungava-se pelos corredores das escolas e por toda parte. Só que vozes dissonantes de professores mal remunerados não chegavam ao Palácio Alencastro (sede do Governo), distante e indiferente. Por isso as circunstâncias tornavam cada vez mais flagrante a falta de entidades representativas para a categoria. Entidades que fossem capazes de catalizar as forças emergentes para um enfrentamento real da ordem vigente, com um mínimo de criticidade e competência política, tendo em vista a construção de um movimento diferente, autônomo. O magistério haveria de resgatar sua própria identidade mediante a formação de uma consciência classista entre os professores, fato essencial para o reconhecimento definitivo do professorado como categoria profissional.

Nessas alturas, já era possível sonhar com a criação de associações competentes, altissonantes, à altura do magistério. E não demorou para que espaços fossem abertos na imprensa para a veiculação de idéias, tipo:

“A busca de união entre os professores não é fácil, mais difícil e humilhante é suportar vergonhas e sofrer abusos. Isso é mais difícil e doloroso do que colaborar, participar, discutir e organizar uma associação de professores” (71).

“Sim, reivindicar porque precisamos de tudo. Só que não queremos tudo. O que mais queremos é viver decentemente, porque quando assumimos esta profissão não fizemos nenhum voto de pobreza. Como qualquer trabalhador, necessitamos das condições para que o trabalho não consuma a própria vida... Nós professores carecemos, e com muita urgência, iniciar estudos e debates sobre a situação sócio-econômica a que estamos sendo arrastados... Somos uma classe de profissionais amadurecidos para clamar pelo que nos é de justiça e de direito” (72).

Um fato novo que, sem dúvida, ajudou a despertar anseios, foi a vinda de professores de outros Estados, num processo segundo o qual, uns chegavam com a própria corrente migratória e, outros, atraídos pela disponibilidade de vagas, já que, em seus Estados de origem — basicamente São Paulo e Paraná - nesta época, os quadros do magistério estavam praticamente preenchidos. Esse incremento de professores teve a particularidade de que alguns deles já havia passado por Universidade, ou já tinham a noção do que era um **plano de carreira ou uma organização classista**. Naturalmente que, em face do caos

---

71. Cf. matéria assinada pelo Professor Kiyoshi Rachi no Jornal “O Progresso” de 04/05/78.

72. Cf. matéria assinada pelo Professor José Laerte Cecílio Tetila no Jornal “O Progresso” de 04/05/78.



aqui instaurado, muitos deles foram sensíveis ao apelo em torno da formação de entidades representativas da categoria. E aqueles que traziam experiência de luta, naturalmente, ajudavam a aprofundar a idéia de organização.

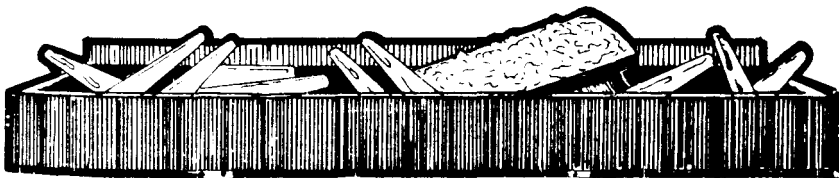
Não menos importante foi a presença dos Centros Pedagógico, onde, apesar do rigoroso controle exercido pelas forças regressivas – até 1978 ainda se assistia a episódios de demissão de professores da Universidade Estadual – dentro dos limites possíveis, alguns de seus professores, sobretudo a partir de 1975, contribuíram na resistência ao provincianismo que ainda se expressava através do mandarinato dos diretórios partidários. Não há como negar que o trabalho de alguns mestres desses antigos Centros Pedagógicos ajudou a criar grupos de pressão úteis para difusão de massa crítica pelo interior do Estado. E considerando que boa parte desses professores também lecionavam no Ensino Básico, não há dúvida de que partilhavam anseios com os colegas de 1º e 2º graus para juntos trilhareem os novos caminhos.

Reputa-se, porém, como de fundamental importância para a “grande virada” o aceno da divisão do Estado. O vislumbrar de uma nova capital bem mais próxima, de um melhoramento no sistema de comunicação e transporte são fatores que fizeram crer no rompimento das velhas barreiras isolacionistas que emperravam a coalisão de forças no processo de organização da categoria. Nos horizontes, ventos divisionistas cada vez mais fortes traziam ares de esperança na edificação de um Estado mais moderno e administrável. E como que despertados por esses ventos encorajadores, os professores entusiasmavam-se, reuniam-se, mediam as suas forças e analisavam as suas possibilidades... Tomavam consciência da oportunidade ímpar que o momento histórico estava a lhes proporcionar para a consolidação efetiva de sua luta. Começavam a se delinear, assim, os contornos de um movimento destinado a romper com a passividade, com aquele compasso de espera que já esgotava os limites da paciência. Poucos foram os que se recusaram a expôr-se a esses ventos. A grande maioria aceitou o desafio.



CAPÍTULO II

# ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO



O ano de 1977 é, sem dúvida, um marco no movimento reivindicatório do magistério **sul-matogrossense**. A história da categoria pode, por isso, ser dividida em pré e pós 77, sendo que a organização anterior a este ano não se constitui na base da organização posterior, ao contrário, toda a organização pré-77 se encontrava desmatelada, muito enfraquecida ou em choque com os ideais da organização nascente.

Avaliar a fundo as condições de funcionamento das associações existentes antes de 1977, embora seja tarefa apaixonante, foi descartada neste trabalho, justamente porque não se encontrou nenhum elo de ligação consistente entre o que ocorreu antes e depois de 1977, em termos de organização do magistério.

As considerações mais necessárias sobre as organizações existentes antes de 77, para que o leitor pudesse contar com uma seqüência lógica, foram feitas no primeiro capítulo e em resumo, pode-se afirmar que as enormes distâncias do antigo Mato Grosso, a falta de comunicações eficientes, a ausência de profissionalismo e conseqüente falta de consciência e a disseminação da ideologia conformista operada pelo golpe de 64, não permitiram o fortalecimento da organização da categoria. Tem-se assim, até 1977, uma categoria desunida, fraca e portanto sujeita às mais diversas ingerências.

Como e porque, a partir de 1977, o magistério organizou-se é o que se procurará esclarecer a seguir.

## **2.1. A CRIAÇÃO DA A.D.P.**

Criar uma associação é obra fácil, difícil é criar uma entidade com bases sólidas, capaz de resistir aos anos, suportar adversidades, resistir às críticas, superar as perseguições e marchar adiante, com consciência de que um movimento reivindicatório não é feito apenas de vitórias mas que está sujeito a avanços e recuos, a fluxos e refluxos.

A ADP — Associação Douradense de Professores — foi uma entidade que nasceu bem. Sua gestação foi longa. Tudo começou quando numa reunião Informal, os professores José Laerte Cecílio Tetila, Sultan Rasslan e Wilson Valentin Biasotto, se propuseram a organizar uma entidade que representasse os interesses dos professores (1).

---

1. Cf as entrevistas dos Professores Sultan Rasslan, Jose Laerte Cecilio Tetila e Wilson Valentin Biasotto. Cf também as cartas-convite para a participação das primeiras reuniões, assinadas pelo Professor Sultan Rasslan, das quais restam apenas cinco cópias nos arquivos da ADP, datadas de 26/09/77.

O professor Sultan era o presidente da Câmara Municipal de Dourados e este fato facilitou a organização da entidade, uma vez que ele colocou o recinto da Câmara a disposição para as reuniões de um grupo emergente para a fundação da referida associação (2). Este grupo de trabalho elegeu como principal tarefa a elaboração de um projeto de estatuto para a futura associação. E, na medida em que trabalhava sobre o Estatuto tal grupo disseminava a idéia da associação, por sinal recebida entusiasmada pela maioria do professorado douradense.

Como coroamento desses encontros na Câmara, no dia 7 de maio de 1978, realizou-se a primeira Assembléia Geral da Associação Douradense de Professores, no anfiteatro do Centro Universitário de Dourados, com a presença de 104 professores (3).

O objetivo da reunião era a discussão e aprovação do Estatuto e a eleição da primeira diretoria. O Estatuto foi aprovado mediante leitura de artigo por artigo e a primeira diretoria foi eleita por unanimidade de votos (4).

Na oportunidade fizeram uso da palavra os professores José Pereira Lins, mestre renomado, decano dos professores de Dourados, Sultan Rasslan, presidente da Câmara Municipal e pai do movimento organizatório e Wilson Biasotto, recém-eleito presidente da Associação.

José Pereira Lins disse ter assistido em Dourados ao nascimento de três associações de professores “Duas morreram, disse ele, mas esperava que a ADP não tivesse o mesmo fim das anteriores” (5).

Sultan Rasslan, contou naquela ocasião uma estória comovente:

“Numa colônia ao Sul do país, região muito fria, vivia uma família constituída pelo pai, mãe e filhinha de quatro anos. Certo dia a menina desaparece e os pais, evidentemente, começaram a procurá-la. Como a procura se mostrava infrutífera apelaram para a ajuda dos outros colonos, seus amigos.

---

2. O grupo era composto pelos professores Sultan Rasslan, Kiyoshi Rachi, Isaura Higa, Abramo Loro Neto, Antonio Carlos Biffi, Ana Lucia Biffi, Nilcéia Maria Pacco Mendes, Arino Braga do Amaral, Helena Maria Schvarcz Biasotto, Aparecida Cazon, Wilson Jose Moretti, Julio Belucci, Sidney Gomes, Marlene Costa, Dalva Maria de Souza, Jose Laerte Cecilio Tatila, Telma Valle Loro e Wilson Valentim Biasotto. A reconstituição desse grupo foi possível graças a somatória de informações contidas nas entrevistas dos professores Sultan, Abramo, Biffi, Nilceia, Cazon, Moretti, Tetila e Biasotto.

3. Cf lista de presença da 1ª Assembléia Geral da ADP arquivada na sede da entidade.

4. A Chapa unica que concorreu e venceu a 1ª eleição da ADP era constituída pelos professores: Wilson Valentim Biasotto (pres.), José Laerte Cecilio Tetila (vice), Antonio Carlos Buffi (secret.), Aparecida Cazon (2ª secret.), Arino Braga do Amaral (tesoureiro), Abramo Loro Neto (2º tesoureiro), Nilceia Maria Pacco Mendes (diretora cultural), Marlene Costa (diretora social), Julio Belucci (diretor esportivo) Sidney Gomes (diretor de relações publicas), Wilson Jose Moretti (diretor de Ética).

5. Cf as enirevistas com os professores Wilson José Moretti e Wilson Valentim Biasotto.

E as pessoas então começaram a procurar a pequena menina pelo trigal que se perdia de vista. De vez em quando voltavam para a colônia com a esperança de que alguém a tivesse encontrado, mas nada. E a noite foi caindo e as buscas continuavam. Então, alguém deu a idéia de todos se darem as mãos e saírem de mãos dadas, varrendo o trigal de um lado para outro. Assim haveria de achar... De fato, já de madrugada, encontraram a menina, mas era tarde, ela estava morta, enrigecida pelo frio. Então, o pai em desespero, lamentava: porque não nos demos as mãos antes? Por que não nos unimos antes? Se tivéssemos nos unido antes teríamos encontrado nossa filha ainda viva” (6).

O Sultan, orador veemente, para contar essa história parece ter colocado a sua própria alma. “Nas pausas que fazia a gente sentia o silêncio...” (7). E ele concluiu seu pronunciamento mostrando a necessidade dos professores se unirem: “Vamos dar as mãos, colegas, antes que seja tarde” (8).

Finalizando a primeira Assembléia Geral da ADP, o presidente eleito, após agradecer a presença e a confiança de todos, disse que era necessário “arregaçar as mangas porque muita coisa tinha que ser feita” (9).

E de fato muita coisa foi feita como se verá no transcorrer deste trabalho — “a 1ª diretoria da ADP construiu um alicerce tão sólido que até hoje é respeitada em todo o Estado pela sua organização e pela sua tradição de liderança” (10).

Um advogado douradense, Altair da Costa Dantas sem nenhum vínculo com o magistério, escreveu em treze de maio de 1982, um artigo com o título “7 de maio”, que reflete a importância da ADP:

“O dia 7 de maio, a partir de 1978, tem, para os sofridos e heróicos professores douradenses o mesmo, ou talvez, maior e melhor significado que o legendário 14 de julho de 1789 francês teve para o mundo. É na verdade, porque o 7 de Setembro é o nosso coração, a alma santificada de dedicação e o zelo de nossas duas maravilhosas datas da história nacional, crosta esplendorosa de Brasil.

E assim o é porque fixa no calendário do tempo e do nosso cotidiano de comunidade em que nasceu a Associação Douradense de Professores, lenço de ternura legal que veio enxugar

---

6. Cf a entrevista com o professor Wilson Valentim Biasotto.

7. Cf a entrevista com o professor Wilson Valentim Biasotto.

8. Cf a entrevista com o professor Wilson Valentim Biasotto.

9. Cf a entrevista com o professor Wilson Valentim Biasotto.

10. A afirmação foi feita na entrevista do Professor Wilson Valentim Biasotto, mas a veracidade do fato é confirmada nas entrevistas dos professores Mario Duran Leitão, Ceres Moraes, Eusébio Garcia Barrios, Aparecida Cazon, Nely Bacha, Marisa Ferzelli e Laerte Tetila.

as lágrimas do sofrimento dos nossos mestres que, até então, viviam solitários de qualquer gesto de compreensão do poder diretivo e administrativo, sem voz para reivindicar seus direitos, escravizados somente ao cumprimento das responsabilidades, deveres e obrigações... A ADP, é pois, um hino de conscientização do professorado, do verdadeiro professorado douradense, é um salmo de valorização da classe e um cântico de trabalho em prol da fixação de respeitabilidade do professor como ser humano, como gente e nunca mais como Objeto ou ficção de caprichos e vaidades pessoais...” (11).

A matéria feita por Altair da Costa Dantas à Associação Douradense de Professores foi espontânea, como já se frisou o advogado douradense não possuía, nem possui nenhum vínculo com a ADP. Todavia, é bom ressaltar, Altair é poeta e literato, homem de letras, muito sensível ao burburinho cotidiano douradense e aficcionado em fazer crônicas locais. Em assim sendo escolheu o dia 13 de maio para falar sobre a ADP. Nessa data a Associação já completava cinco anos, estando portanto consolidada. E embora relacione a fundação da ADP com a tomada da Bastilha — “redenção do professor e redenção do servo francês” — Dantas não menciona que a data que escolheu para escrever seu artigo foi justamente aquela em que se comemorava a abolição da escravatura no Brasil. Nem precisava.

Menos suspeitos, mas dignos de crédito, os fundadores da entidade são unânimes em afirmar a fundamental importância da ADP. Diz um que:

“A criação da ADP, está toda ela resguardada nos seus detalhes, para que ela pudesse realmente obter êxito... Aquela força de vontade, aquele zelo pela criação de uma associação que pudesse nascer forte, é que fez com que ela, realmente nascesse forte, dentro de um verdadeiro epicentro da população e de estudantes de Mato Grosso do Sul que é esta região da grande Dourados... Não há termo de comparação entre aquilo que existia antes da ADP e depois da ADP” (12).

“Depois que foi fundada a ADP o professor teve um certo respeito” (13).

“Qualquer acontecimento marcante referente ao professorado do Estado passa e passou, indiscutivelmente, pela ADP” (14).

Não é necessário fazer demoradas citações a respeito da importância da ADP.

---

11. Jornal “O Progresso” de 13/05/82. O autor assina ALCONDAN (Altair da Costa Dantasi).

12. Cf a entrevista com o professor José Laerte Cecilio Tetila.

13. Cf a entrevista com a professora Aparecida Cazon.

14. Cf a entrevista com o professor Wilson Valentim Biasotto.

No transcurso do trabalho o leitor, por si, perceberá a importância da Associação Douradense de Professores no contexto estadual, ressaltando-se a formação da FEPROSUL e o despertar da Grande Dourados.

## 2.2. O DESPERTAR DA GRANDE DOURADOS

Ocupando posição geográfica privilegiada, mais ou menos no Centro-Sul do Estado — região das colônias agrícolas — Dourados, aos poucos, foi sendo transformada num verdadeiro pólo de convergência da região que é a detentora da mais densa rede de municípios de Mato Grosso do Sul, a Grande Dourados. Daí a sua importância como centro regional, sob todos os aspectos — comercial, financeiro, médico-hospitalar, político, social e educacional. Justamente por nascer num centro urbano com poder de comando nacional, pode-se dizer que a ADP ainda em gestação, já estava fadada a ultrapassar os limites municipais.

“Nós tínhamos consciência de que nada adiantaria termos uma associação em Dourados se ela não encontrasse eco. Então nós nos empenhamos em criar outras associações” (15).

E muitas associações, de fato, foram criadas. Umas, com a participação direta da ADP, outras sob a sua influência. Com isso rapidamente a região da Grande Dourados organizava-se. Caarapó, com “o aval da Associação dos Professores de Dourados... fundava sua entidade em 7 de outubro de 1978” (16).

Em Itaporã, quando se soube da formação da ADP, logo se decidiu

“Convidar o pessoal de Dourados para que viesse até aqui e fizesse uma palestra, uma abertura, a fim de que a gente formasse uma diretoria e fundasse a Associação de Professores de Itaporã... Então a Associação de Itaporã nasceu em 27 de agosto de 1978... Com todo o apoio, com toda força, todo incentivo da ADP” (17).

---

15. Cf a entrevista com o professor Wilson Valentim Biasotto.

16. Cf a entrevista com o professor Mario Duran Leitão.

17. Cf a entrevista com o professor Cláudio Freire de Souza.



O professor José Laerte Cecilio Tetila sintetiza a razão de ser da ADP da seguinte forma:

“Uma Associação nascendo forte dentro da região mais importante do Estado, evidentemente que ela teria condições de se alastrar primeiramente dentro desta região, se cristalizar, se fortalecer para obter êxito **no âmbito** estadual. E foi realmente o que aconteceu (18).

De fato, a ADP teve uma influência muito grande na região e no Estado. Suas reivindicações e suas lutas foram divulgadas pela imprensa falada, escrita e televisada, inclusive no âmbito nacional. Na verdade a fala da ADP, como porta-voz do professorado, como lídima representante da categoria, foi **ao encontro dos** anseios de todos. Dos professores evidentemente, porque os representava; da sociedade em geral porque pugnava por melhores condições de ensino e além do mais, enquanto não se envolveu com os problemas municipais ela foi cortejada pelo prefeito, o que lhe permitiu ampla divulgação na imprensa (19). Mas se não bastasse a importância da ADP no despertar da Grande Dourados, fundamental também ela foi na concretização da união da classe **no âmbito** estadual, com a criação da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul.

## 2.3. A CRIAÇÃO DA FEPROSUL

Criar a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul não foi obra fácil, várias dificuldades tiveram que ser vencidas. Todavia, uma combinação de fatores, alguns já mencionados, contribuíam para a realização deste objetivo.

---

18. Cf a entrevista com o professor Jose Laerte Cecilio Tetila.

19. Jose Elias Prefeito de Dourados em 1978, para sancionar a lei que tornava de utilidade pública a ADP contava em seu gabinete com tres membros da ADP (Wilson Biasotto, Antonio Carlos Biffi, Wilson Moretti) com tres vereadores (Walter Carneiro, Ramão Moacyr da Fonseca e Juarez Fiel Alves), com o assessor de Relações Publicas da Câmara Municipal (Sidney Gomes) e com oito secretários (Luiz Antonio Alvares Gonçalves, Chefe de Gabinete; Lori Alice Gressler, de Educação e Cultura; João Beltrão, Assessoria Jurídica; Antonio Medina, da Fazenda; Leon Tolstoi Rodrigues de Lima, da Saúde; Pedro de Souza Carneiro, da Promoção Social; Zazi Brum, da Administração e Valdenir Barbosa de Vasconcelos, de Viação e Obras. Cf. o “Jornal da Praça”, de 06.10.78 e “O Progresso”, de 05.10.78.

Sem dúvida, a caótica situação do magistério conduzia as lideranças que estavam se formando no âmbito municipal, à busca de soluções. Essa busca levou evidentemente a indagações e essas indagações por sua vez levaram a uma conclusão óbvia: sozinhas as associações municipais pouco podiam. Havia conseqüentemente uma postura, ao menos de expectativa, no sentido de se constituir uma Associação de abrangência estadual.

Outro fator muito importante para a criação da FEPROSUL, e que merece ser reafirmado, foi o “encurtamento” das distâncias em função da divisão do Estado.

Geograficamente, o antigo Estado era mais extenso no sentido norte-sul e foi dividido no sentido leste-oeste. Com isso, o contato entre os municípios do interior e a Capital melhorou significativamente, ainda mais se levando em conta que Campo Grande é a mais centralizada das capitais do país. Este fato favoreceu sobremaneira os deslocamentos intra-estaduais.

Contudo há de se considerar que as estradas não eram asfaltadas. Quando, a partir de 1º de janeiro de 1979, Mato Grosso do Sul passou a gerir o seu destino, quase nada havia de asfalto além da rodovia que liga Porto XV — São Paulo — a Campo Grande e uma outra ligando Campo Grande a Cuiabá. O resto se constituía em estradas de terra, poeirentas em épocas de estiagem e lamacentas durante as chuvas.

Então, apesar dos fatores geográficos positivos para a organização da categoria, conclui-se que eles não foram determinantes. Tem-se a considerar que a população de Mato Grosso do Sul, e dentre ela o professorado, deixou-se envolver por uma euforia psicológica semelhante a que ocorreu com o povo brasileiro, de forma mais ou menos generalizada, com o “Plano Cruzado”, decretado em fevereiro de 1986. Com a divisão, tudo seria mais fácil, o novo Estado seria rico e forte. Cuiabá deixaria de “explorar” o Sul e nasceria um novo São Paulo dentro do Brasil.

Dentro desse clima de euforia a organização do magistério caminhava célere.

Por outro lado, há um outro tipo de “contágio”. Trata-se do descontentamento generalizado dos trabalhadores brasileiros com o arrocho dos salários que motivou, a partir de 1978, as heróicas greves do ABC paulista e que contribuíram sensivelmente para a abertura política do Brasil.

As greves do ABC revelam, na sua autenticidade, o verdadeiro herói brasileiro: o povo trabalhador. E foi esse herói caceteado, bombardeado, preso, morto (20), que motivou o povo a dizer um basta à ditadura (21).

---

20. Recomenda-se a leitura da obra de Paolo Nosella, Porque mataram Santo Dias, da Cortez Editora, São Paulo, 1980.

21. A repercussão das greves do ABC no âmbito nacional é impossível de ser avaliada na sua total amplitude e não é o caso de se estudar neste trabalho o seu alcance sociológico e histórico, todavia, não menciona-la equivaleria a dar tratamento provinciano a um movimento regional, devidamente conectado com os contextos nacional e internacional, já que os fatos do ABC atingiram estes níveis.

No Mato Grosso do Sul, a exemplo dos grevistas do ABC, encontravam-se muitos professores que não se tinham deixado curvar pelo autoritarismo militar vigente no país desde 1964. Dentre eles sobressaiu-se uma vanguarda com garra, despreendimento e abnegação que se constituiu nos fundadores da FEPROSUL. Estes, de fato, enfrentaram a maiores adversidades para construir os alicerces dessa organização que é hoje conhecida e até certo ponto respeitada pela comunidade docente nacional (22).

Mas até aqui se falou dos fatores convergentes para fundação da FEPROSUL. Tratar-se-á agora das dificuldades. Dentre elas podem-se enumerar a falta de recursos financeiros—os fundadores viajavam com recursos próprios (23) — a falta de condução (24) e, mesmo quando ambas as coisas podia ocorrer, às vezes, mau tempo, dificultando tudo (25).

A essas dificuldades devem-se acrescentar as divergências de idéias das pessoas que conceberam a entidade máxima dos professores de Mato Grosso do Sul. Para chegar-se a narração dessas divergências, far-se-á um histórico da função da FEPROSUL.

Das reuniões realizadas em Campo Grande para se organizar a FEPROSUL foram redigidas apenas duas Atas, a de nº 175, de 27/07/78 e a de nº 177 de 09/09/78. São Atas demasiadamente sucintas que não oferecem uma visão do que realmente se passou nessas reuniões. Nem sequer os nomes dos participantes constaram e a identificação das assinaturas foi impossível (26).

Face à dificuldade de documentar-se a fundação da FEPROSUL através de Atas, procurou-se fazê-lo através de depoimentos das pessoas envolvidas e dos ofícios que restam arquivados nas sedes da ADP e ACP.

“Nos primeiros dias de nossa gestão frente a ADP, nós redigimos uma carta e mandamos para todos os municípios localizados no território que seria a partir de 1979, Mato Grosso do Sul... Com o objetivo de constituir uma associação **de abrangência**

---

22. O Professor Lauro Sérgio David, atual presidente da ADP, afirmou em sua entrevista que o exemplo da FEPROSUL “esta levando os demais estados a pensar inclusive na transformação de suas entidades estaduais em federação de professores”. Cf. também a respeito, as entrevistas dos Professores Antonio Carlos Biffi, Eusebio Garcia Barrios, Wilson Jose Moretti.

23. Cf. principalmente as entrevistas dos Professores Eusebio Garcia Barrios, Mario Duran Leitão, Wilson Biasotto, Zilda Alcen, Wilson Morelto, Antonio Carlos Biffi.

24. Os meios de transportes coletivos ligando o interior a Capital eram precários e ainda hoje são deficientes. Itaporã, por exemplo só inaugurou linha de ônibus direta com a capital em 09/08/87. Cf. “O Progresso”, nº 4.606 de 11/08/87.

25. Um exemplo concreto dessas dificuldades tem-se, quando da realização do III SAMPROSUL em Ponta Porá, em que as delegações de Caarapó, Dourados, Itaporã e Nova Andradina chegaram atrasadas por encalharem seus veículos na estrada. Cf. entrevista nos Professores Mario Duran Leitão e Wilson Biasotto.

26. Conseguiu-se identificar os seguintes nomes da Ata da reunião de 27/07/78: Olenka M<sup>a</sup> Garcia, Marisa Ferzelli Silva, Gilva Lino, Nair Fernandes, Marta Elisa Baisso, Mari Lucia Martins, Euler Ribeiro Teixeira, Francisco Xavier Filho, Wilson

estadual, mas por uma incrível coincidência alguns dias depois de termos endereçado as cartas, recebemos uma carta da professora Quintina Bueno, presidente da Associação Campograndense de Professores convidando-nos para uma reunião que tinha por objetivo criar uma associação a nível estadual” (27).

A carta enviada pela ADP, acima referida, não foi encontrada. A única pista documental que se tem uma possível iniciativa da ADP em organizar uma entidade **de abrangência** estadual está contida na Ata da segunda reunião ordinária da diretoria, realizada aos 04/06/78, onde se lê: “A Diretoria aprovou um contato com a Associação de Campo Grande para uma possível união entre as duas associações de professores”.

Como a história se faz com documentos tem-se de admitir que, por eles, a iniciativa da criação de uma entidade **de abrangência** estadual coube à Associação Campograndense de Professores. Em que pese ao fato da reunião da ADP ter sido em 04/06/78. foi através do ofício circular 7/78 de 10 de julho de 1978 que a presidenta da ACP, Quintina Bueno de Oliveira, fez um convite nos seguintes termos:

“A ACP, dia 27 de julho, às 16:00 horas, em sua sede, à rua 7 de setembro 693, fará uma reunião que terá como objetivo primordial, reunir dados, sugestões e idéias, para elaboração do ante-projeto que cria a Associação Sul Matogrossense de Professores” (28).

Um novo ofício circular (12/78) da ACP convidava para se dar “continuidade ao trabalho de elaboração do ante-projeto que cria a Associação Matogrossense de Professores... dia 9 de Setembro, às 16 horas, na Escola Estadual Joaquim Murtinho” (29).

Por seu lado a ADP, se é que foi sua a iniciativa, procurou colaborar com a sua congênere de Campo Grande, enviando convites a todos os colegas das cidades de Mato Grosso do Sul para que comparecessem

---

Biasotto, Antonio Carlos Biffi, José Laerte Cecílio Tetila, Ilton Rosa Pires, Nilda de Fatima Martins, Sueli do Valle, Francisca Anaide Rondon Valino, Maria José de Lima, Eusebio Garcia Barrios, Silvia Costa Malpin da Silva, Quintina Bueno de Oliveira. E na reunião de 09/09/78 identificaram-se as seguintes assinaturas: Marilda Silveira, Luiz Pinheiro da Cunha, Jose Laerte Tetila, Sonia Maria de Leão Gonçalves, Geraldo F. Lopes, Milton Ferro, Antonio Samudio da Silva, Francisca Anaide Rondon Valino, Antonio Carlos Biffi, M<sup>a</sup> de Lourdes Lopes, Aida N. Cunha, Marisa Ferzeli, Sergio Caetano, Marinete Marfim, Wilson Bisotto, Quintina Bueno de Oliveira. Os nomes de 13 participantes não foram identificados na Ata da 1<sup>a</sup> reunião e de 24 na segunda.

27. Cf. as entrevistas dos Professores Antonio Carlos Biffi, Eusebio Garcia Barrios e Wilson Biasotto.

28. Cf. os arquivos de correspondência da ADP referente a 1978.

29. Cf. os arquivos de correspondência da ADP referente a 1978. Tal ofício circular não possui data de expedição.

à reunião no dia 09/09/78, “com o objetivo de formarmos a Associação Sul Matogrossense de Professores” (30).

A reunião do dia 9 acabou não se realizando na escola Joaquim Murtinho, mas na Escola Municipal Nelson Pinheiro (31) e, começando logo após o almoço prolongou-se até a madrugada, havendo um intervalo para um delicioso carreteiro oferecido pela ACP (32).

Mas foi, finalmente, na Escola Maria Constância de Barros Machado, no dia 07 de abril de 1979 a partir das 13:00 horas, que se realizou a Assembléia Geral para aprovação do Estatuto e eleição e posse da primeira diretoria (33).

Embora não se tenha obtido registros documentais, no lapso de tempo entre a primeira reunião - 27/07/78 — e a posse da primeira Diretoria da Associação **de abrangência** estadual — 07/04/79 houve muito trabalho, muita reunião, muito debate, muita luta. Tentou-se resumir toda a empreitada, embora sabendo que a tarefa é delicada.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar, que logo nos primeiros encontros decidiu-se que a ACP se constituiria em Diretoria provisória da Associação Estadual, por isso é que as convocações para as reuniões eram todas elas assinadas pela professora Quintino Bueno, presidenta daquela entidade. E nas convocações da Diretoria Provisória, como nas cartas até então citadas, aparece “Associação Sul Matogrossense de Professores”. Por que?

Desde as primeiras conversações para a criação de uma Associação **de abrangência** Estadual todos pensavam em termos daquilo que se conhecia, ou seja, Associações com núcleos regionais, a exemplo da Associação Matogrossense de Professores. Todavia, como muitos participantes das reuniões eram representantes de Associações de Professores já consolidadas nos vários municípios, pessoas jurídicas portanto, foi-se desenvolvendo e consolidando a idéia de que essas Associações deveriam constituir uma federação, ao invés de Associação Estadual.

A idéia vingou, pois a Federação evidentemente unia, enquanto a Associação Estadual desagregava na medida em que o professor podia optar por filiar-se à Associação do seu município, à estadual ou às duas.

Feita a opção pela criação de uma federação, deixou-se de lado um ante-projeto de estatuto que havia sido proposto pela ACP e elaborou-se um novo, federalizando as associações municipais (34).

---

30. Cf o ofício circular 10/78 de 11/08/78, no arquivo de correspondência da ADP referente a 78.

31. Cf as entrevistas das Professoras Quintina Bueno e Marisa Serrano.

32. Cf a entrevista do Professor Wilson Biasotto. Carreteiro é um prato típico, muito pratico antigamente utilizado pelos condutores de carros de bois, que consiste no cozimento de arroz com carne seca.

33. Cf o ofício circular nº 02/79 de 06/03/79 da ACP nos arquivos da ADP referentes a 1979 e as entrevistas com os professores Quintina Bueno, Eusebio Garcia BARRIOS, Wilson Valentim Biasotto, Marisa Ferzelli e Wilson Jose Moretti.

34. O nome REPROSUL, segundo a professora Marisa Serrano, foi idéia do professor Mongelli. A professora Quintina Bueno afirmou que a proposta surgiu na ACP e o professor Wilson Biasotto pensava que a ideia tivesse sido da professora Marisa.

Não se copiou. Criou-se.

Mas pelo fato dos representantes dos municípios deixarem de lado a proposta da ACP, a sua diretoria resolveu transformar aquela entidade em Associação Sulmatogrossense de Professores, à revelia das decisões já tomadas.

O professor Paulo Roberto Marques Pereira, da Associação dos Professores de Aquidauana, passando pela sede da ACP, em Campo Grande, constatou que aquela entidade faria realizar uma Assembléia Geral na Escola Maria Constância de Barros Machado para proceder a tal transformação (35) e não teve dúvida: rumou para Dourados onde, por coincidência, encontrou a ADP reunida. Expôs a situação e, ato contínuo, resolveu-se que seriam enviados todos os esforços para que o interior comparecesse à Assembléia da ACP e procurasse impedir aquele despropósito (36).

De fato o interior compareceu (37), a professora Quintino solicitou que os sócios da ACP tomassem assento no anfiteatro, à sua direita, e que o interior se sentasse à sua esquerda.

A solicitação foi aceita e serviu para revelar que o interior se fazia representar expressivamente. O assunto foi retirado de pauta. A professora Quintina nega que, em algum momento, tivesse tido a intenção de transformar a ACP em Associação Estadual. Diz ela:

“nunca se pensou em transformar a ACP. Não foi isso. Nós queríamos reunir as Associações numa Associação Sul Matogrossense... É que sempre o interior teve essa mania que Campo Grande estava querendo tomar conta de tudo... mas a ACP não poderia dominar o Estado... Nós não podíamos, juridicamente, transformar a ACP em FEPROSUL... Toda a vida entenderam isso errado. Nós tínhamos que reunir todas as Associações e fundar a Sul Matogrossense... É que naquele tempo tinha um grupinho de professores que queria justamente anarquizar...” (38).

Anarquistas ou não, a verdade é que na Capital existia um grupo descontente com aquela diretoria da ACP e que entendia, como o interior, ser o seu objetivo transformar a ACP em Associação Estadual. Esse grupo espalhou por todas as escolas de Campo Grande o seguinte panfleto:

---

35. Cf. as entrevistas dos professores Antonio Carlos Biffi, Eusebio Garcia Barrios, Mário Duran Leitão, Wilson Jose Moretti e Wilson Valentim Biasotto.

36. A Ata de 05/02/79, da diretoria da ADP registra a presença do Professor Paulo Roberto mas não retrata as discussões do assunto. Para confirmação da veracidade do fato confira as entrevistas mencionadas na nota anterior.

37. “Essa foi a primeira grande demonstração de capacidade de mobilização da ADP pois no dia e hora da Assembléia Geral da ACP o interior se fez representar em tão grande número que os colegas campograndenses ficaram assustados”. Cf. entrevista com o Professor Wilson Valentim Biasotto.

38. Cf. entrevista com a Professora Quintina Bueno.

## “AOS PROFESSORES CAMPOGRANDENSES

A diretoria da Associação Campograndense (ACP), convoca para o dia 7 de Fevereiro às 19 horas uma Assembléia dos professores associados para discussão dos Estatutos da Associação Sulmatogrossense de Professores (ASMP).

De acordo com o Estatuto que será proposto fica claro o seu amplo sentido antidemocrático e bairrista inconseqüente, conforme exemplificado abaixo:

Art. 1º A ACP passa a ter âmbito Estadual e a denominar-se ASMP.

Art. 39 a) Cada Associação Municipal votará por intermédio de um delegado na sede da ASMP.

Art. 35 único — A atual diretoria da ACP, dirigirá a ASMP até 15 de outubro de 1980.

através destes artigos denota-se claramente a vontade da diretoria da ACP de não permitir a participação direta de todos os professores na fundação da ASMP e na escolha de seus dirigentes.

Art. 11 § único — Os membros da diretoria deverão residir em Campo Grande, permanentemente, durante o mandato.

De acordo com este parágrafo fica vetada a participação de professores de outros municípios na Associação que se propõe a ser ESTADUAL.

Art. 43 § único — O patrimônio da ACP passará à ASMP e continuará pertencendo exclusivamente aos associados de Campo Grande.

Constatamos neste parágrafo que a Diretoria da ACP tem a intenção de transferir o Patrimônio da Associação de Professores Campograndenses para a Associação Sulmatogrossense. Pelo exposto acima verificamos que a Diretoria da ACP pretende tornar-se a diretoria da ASMP com o Patrimônio da ACP, sem passar pela aprovação de uma eleição direta.

PROFESSOR PARTICIPE DA ASSEMBLEIA GERAL NO COLÉGIO ESTADUAL MARIA CONSTÂNCIA DE BARROS MACHADO (dia 7 de Fevereiro às 19 horas)” (39).

Quem tem razão: A professora Quintina ou o panfleto?

É difícil e delicado responder, mas alguns fatores levam a acreditar que a diretoria da ACP queria transformar a sua entidade em uma organização **de abrangência** estadual. Dentre estes fatores, resalte-se:

1º) O panfleto transcrito acima não teria sido distribuído gratuitamente.

2º) O prof. Paulo Roberto Marques Pereira não se teria deslocado de Aquidauana para Dourados e incentivado a diretoria da ADP a movimentar toda a região para comparecer em Campo Grande, se não tivesse realmente convicto da gravidade do fato.

---

39. Cf nos arquivos de correspondencia da ADP referente a 1979.



3º) As Associações do interior não iriam gastar tempo e dinheiro para ir simplesmente assistir a uma Assembléia normal da ACP.

4º) Finalmente, a prova cabal disso tudo é que, respondendo às preocupações da ADP quanto à demora no andamento dos trabalhos para a criação da FEPROSUL (of. 01/79 de 12/01/79), a ACP respondeu que “de acordo com as resoluções de 9/9/78, ficou dependendo de uma Assembléia Geral dos Associados da ACP a aprovação final do Estatuto da Associação Sulmatogrossense de Professores...” (40).

As resoluções de 9/9/78, na verdade, se resumem ao seguinte:

“Aos nove dias do mês de Setembro de 1978, na Escola Joaquim Murtinho, nesta cidade, realizou-se uma reunião da Diretoria da ACP, e os representantes das Associações de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de apresentar e discutir o novo estatuto que, deverá reger a Nova Entidade após sua aprovação em Assembléia Geral” (41).

Assembléia Geral da ACP, entendeu a presidenta Quintina Bueno e sua diretoria. Assembléia Geral da nova entidade, entenderam os demais participantes da reunião. Estaria nessa dúvida interpretação a solução da grande polêmica?

Verdade seja dita: após a reunião na Escola Maria Constância de Barros Machado, com o confronto entre o grupo dissidente de Campo Grande, e interior X diretoria da ACP, esta agiu de conformidade com as decisões das Assembléias (42). E tal ação culminando com a publicação do Edital para a aprovação do Estatuto e eleição da primeira diretoria da FEPROSUL, no dia 7/03/79 às 13:00 horas na Escola Estadual Maria Constância de Barros Machado (43).

A eleição da primeira diretoria da FEPROSUL é uma outra longa história. As chapas podiam ser inscritas até a hora da Assmbleia, o que gerou um clima de expectativa muito intenso. O interior, muito embora não tivesse até então revelado quaisquer pretensões de assumir o poder da entidade, não ficava de maneira alguma alheio à disputa dos dois grupos existentes em Campo Grande. Apenas acompanhava, observando as divergências entre ambos (44). Mas no dia da Assembléia não foi possível deixar de participar.

---

40. Cf. nos arquivos de correspondência da ADP referente a 1979 o ofício nº 07/79 de 23/01/79 da ACP. Cf. ainda e entrevista com a prof. Marisa Serrano onde esta afirma que a intenção original da ACP era de fato transformar-se em Associação **de abrangência** Estadual. Todavia com a participação do interior tal ideia foi repensada e concordou-se lá que o melhor mesmo era optar por uma federação. A prof. Marisa não entra, entretanto, no mérito dessa reunião de 07/02/79.

41. Cf. Ata da Associação Campograndense de Professores de 9/9/78.

42. Lamentavelmente não foi lavrada a ata desta reunião pela diretoria da ACP.

43. Cf. no arquivo de correspondência da ADP ref. a 1979, a convocação feita pela ACP.

44. Um destes grupos, mais conservador era liderado pela Prof. Quntina Bueno; o outro, mais progressista, pelos professores Mário Sérgio e Amarilho Ferreira Júnior.

Nem um dos grupos campograndenses abria mão de suas pretensões e o resultado foi que, em detrimento de ambos, houve uma composição em que o interior fez a maioria dos componentes da primeira diretoria da FEPROSUL (45).

“Esta primeira diretoria foi eleita à mineira, ou seja, somente depois de estarem amarrados todos os nós é que de fato começou a Assembléia” (46).

Em Campo Grande, diz outro membro fundador da FEPROSUL, Wilson José Moretti:

“Tinha duas alas, uma ala da esquerda e uma ala da direita e nós do interior até o presente momento não tínhamos chapa, e muito menos candidato. Percebendo uma certa divisão do pessoal de Campo Grande, ali no momento resolvemos montar uma chapa... e foi a eleita...” (47).

Sete de abril de 1979. Quem apenas leu este capítulo, sabe como foi fundada a FEPROSUL; mas, somente quem participou de tal fundação pôde sentir toda a tensão, o arrebatamento dos espíritos e a emoção, indescritíveis, daquela reunião.

---

45. A primeira diretoria da FEPROSUL foi constituída com professores de Aquidauana, Dourados, Campo Grande, Rio Brilhante, Ponta Porá, Caarapó e Itaporã.

46. Cf entrevista com o Professor Wilson Valentim Bíasotto.

47. Cf entrevista com o Professor Wilson Jose Moretti. A respeito dessa composição falam também, em suas entrevistas, os professores Eusébio Garcia Barrios, Mario Duran Leitão, Antonio Carlos Biffi.



CAPÍTULO III

# O IDEÁRIO INICIAL DO MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO



Toda organização associativa, quer seja revolucionária, reivindicatória ou simplesmente recreativa, possui, necessariamente, um conjunto de idéias imprescindíveis para aglutinar um grupo de pessoas.

Assim foi com o magistério, que tesse, originariamente, um conjunto de idéias, ao qual chamar-se-á ideário, que não foi aprioristicamente planejado. Ele originou-se de modo natural, porque existia uma série de necessidades comuns ao professorado. Essas necessidades, pela sua amplitude, tornaram-se alvo permanente das atenções do grupo — professores — a ponto de uní-los na busca de soluções.

As necessidades do magistério de Mato Grosso do Sul resumiam-se em duas: as péssimas condições materiais para o exercício da profissão e a deprimente condição salarial daquela época (1).

Se o magistério tinha essas duas grandes dificuldades como ponto comum, era natural que surgissem na época muitas idéias propondo soluções. Todavia, estas idéias perder-se-iam, por certo, não fosse a presença das associações nascentes para absorvê-las, canalizá-las, filtrá-las e repassá-las novamente, já elaboradas, como bandeiras de luta.

Com essas associações emergiam concomitantemente as lideranças, que longe de serem heróis do movimento, foram pessoas despojadas, sensíveis, que souberam captar os desejos da maioria dos professores e transformá-los em metas realizáveis.

A explicação é simples. Os dirigentes eram, em sua grande maioria, líderes novos e puros. Procuravam representar os anseios da categoria e não impor suas próprias idéias, como freqüentemente se verifica entre os chamados sindicalistas profissionais (2).

Essas novas lideranças não teriam sido, todavia, nada além do que vozes perdidas a clamarem pelo magistério, se não tivessem sido guindadas às diretorias, como dirigentes das entidades emergentes. Nessas associações nascentes de forma geral — mas principalmente dentro da ADP e FEPROSUL — as novas lideranças encontraram os instrumentos eficientes para materializar os anseios da categoria. Para tanto foram utilizadas inicialmente as chamadas “cartas abertas”, endereçadas aos governadores do Estado, mas divulgadas para o magistério e população em geral.

Através de expedientes como as “cartas abertas”, os dirigentes exercitaram-se e aperfeiçoaram-se no delicado papel de catalizar e reproduzir os anseios da categoria.

---

1. Sem nenhuma conotação pejorativa, a professora Irene Nogueira Rasslan afirmou em sua entrevista que em 1976 ganhava Cr\$ 560,00 (quinhentos e sessenta cruzeiros), enquanto uma empregada doméstica ganhava Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

2 A frustração da greve geral dos trabalhadores brasileiros marcada para 20 de agosto de 1987 pela CUT (Central Unica dos Trabalhadores) e CGT (Central Geral dos Trabalhadores), teria tido como motivo principal a falta de respeito, por parte dos dirigentes, às bases. Cf. na Revista VEJA, numero 990, de 26 de agosto de 1987, matéria sobre o “Recuo dos Sindicatos” (pp. 30 a 33), que ilustra muito bem esse fato.

É ai que floresceu o ideário inicial do movimento, surgindo as primeiras bandeiras de luta.

Nesse mesmo sentido, além das canas abertas, contribuíram também para a formação do ideário do movimento o jornal “Quadro Verde”, os “Seminários das Associações Municipais de Professores” SAMPROSUL - e a “Tarde da Reflexão”.

É o que se verá a seguir.

### **3.1. CARTAS ABERTAS AOS GOVERNANTES**

Quando no dia 9 de setembro de 1978, as associações já organizadas – que pertenciam ao território que seria Mato Grosso do Sul — estavam reunidas em Campo Grande para discutir o Estatuto da Federação, a Associação Douradense de Professores pediu licença para apresentar um trabalho que havia iniciado em 4 de junho de 1978, com os primeiros levantamentos (3) e que havia sido aprovado pela diretoria daquela entidade em 2/9/78 (4). Aprovada a solicitação, o professor José Laerte Cecílio Tetila procedeu a leitura da “Carta Aberta ao Governador Cássio Leite de Barros” com o seguinte teor:

“Os professores matogrossenses, representados por suas respectivas associações de classe, vem de público, data vênica especial, apresentar a situação precária e beirando à calamidade, dos professores que atuam no magistério do sistema Estadual de Mato Grosso. Considerando-se as inúmeras reivindicações dos professores paranaenses e paulistas, que labutam em unidades mais desenvolvidas e mais bem servidas, os professores de Mato Grosso estão a enfrentar dificuldades muito maiores e mais agravantes, fazendo recair o ensino e menoscabando com a função docente.

Frente ao que ficou dito, gostaríamos de traçar um perfil da conjuntura que ora se afigura para o desempenho profissional do magistério matogrossense, que assaz há de ser compreendido e apreciado com atenção devida, que o problema solicita.

---

3. Cf. Ata de 4 de junho de 1978 da ADP.

4. Cf. Ata de 2 de setembro de 1978 da ADP.

- a) os ajustes salariais dos últimos quatro anos, não têm acompanhado o ritmo da inflação e muito menos das porcentagens do salário mínimo. Há, segundo os cálculos elaborados, uma defasagem de 90% acumulados ao longo dos últimos quatro anos, entre os reajustes dos salários mínimos em comparação com os do pagamento hora-aula dos professores, em detrimento do último;
- b) os últimos reajustes salariais não correspondem à elevação do custo de vida;
- c) nestas condições. o professor, atualmente, é obrigado a levar uma vida profissional e particular, nem de longe possíveis de proporcionar meios de um comportamento à altura do papel que exerce. Assim, um professor com licenciatura plena, desenvolvendo 44 horas-aula semanais. está percebendo Cr\$ 5.346,00 (cinco mil, trezentos e quarenta e seis cruzeiros), o que está muito aquém de vencimentos de trabalhadores não qualificados e semi-qualificados, de outras áreas de serviços, sejam nos setores primários, secundários ou terciários;
- d) forçado pelos seus poucos vencimentos financeiros, fica diretamente prejudicada sua atuação como orientador do processo ensino-aprendizagem, seja em termos de preparo, dedicação e empenho, seja em termos de desenvolver uma atividade voltada para convivência extra-classe, hoje, uma das metas prioritárias da lei 5.692 de 11-8-1971;
- e) nesta conjuntura, o professor é muitas vezes coagido pelas suas obrigações e deveres familiares, a encarar o magistério como um “bico”, buscando outras atividades mais compensadoras financeiramente. Tal fato, distorce a profissionalização de elementos basicamente voltados para o ensino, prejudicando sobremaneira, a formação e a educação de toda uma geração de futuros cidadãos;
- f) em conseqüência, os profissionais do magistério passam a ser pseudo educadores dos filhos alheios, e um verdadeiro ausente na educação de seus próprios. Frente a isso ele torna-se desumanizado, perante a família, já que não tem tempo e nem energia para desempenhar suas funções de pai e esposo. Pior e mais agravante, o dito professor, não pode mais participar da convivência social, alienando-se e sendo marginalizado pela sua própria comunidade;
- g) o professor é um profissional, na sua grande maioria destituído dos direitos básicos, de qualquer trabalhador registrado com carteira profissional pode usufruir e gozar plenamente. Assim, excetuando o pagamento de férias remuneradas e limitados atendimentos pela previdência social, nada mais pode recorrer e muito menos requerer direitos de outras estratificações enquadradas na CLT;
- h) a maioria esmagadora dos membros do magistério do sistema estadual, é admitida no serviço público, sem maiores garantias de um contrato de trabalho.



Traduzindo na linguagem da CLT não passa de quase simples prestadora de serviços. Não há nenhuma segurança, quanto a estabilidade de cargo, vivendo permanentemente numa posição instável e imprevisível;

i) tal circunstância de ligação entre servidores e Estado, torna o professor uma vítima fácil e indefesa de injuções políticas e jogos de interesses pessoais de possíveis e insensatas autoridades, encarregadas de administrar a educação e a cultura do Estado;

j) há sete anos, o Estado promoveu o último concurso público para o magistério de primeiro grau, **no nível de V a VIII**. Estreitando a disposição do Estado de Regularizar a situação dos professores e ainda ridicularizando a classe, foram abertas e reabertas inscrições para concursos para professores primários (ensino de primeiro grau, nível I a IV), nos anos de 1974 e 1975. Nessas duas ocasiões, milhares de professores matogrossenses inscreveram-se pagando as respectivas taxas, e até agora, para o acúmulo da falta de atenção e responsabilidade, nenhum concurso foi realizado;

l) diante de tal situação, que em certos aspectos chega a ser jocosa, e levando em conta que são comuns os casos de professores atuando no Estado, há 5, 10 ou mais anos, nada mais justo que, os mesmos, de direito e de fato, recebam um tratamento de acordo com a conduta e a dedicação dispensadas para com o Estado.

Diante do exposto, e mesmo sem considerarmos diversos aspectos de dedicação em termos de trabalho, condições materiais, didáticas e disponibilidade profissional, requeremos respeitosamente sejam estudadas e devidamente apreciadas as seguintes reivindicações, as mais urgentes, necessárias e imprescindíveis.

1) reajuste salarial de 100% (cem por cento), com efeito retroativo, a partir de 1º de agosto de 1978, sendo 60% (sessenta por cento) de aumento real, em vista do fato de nossos salários estarem aviltados desde 1968;

2) efetivação pelo Estado de todos os Professores que há cerca de três anos militam no magistério, sem as garantias de um contrato de trabalho;

3) garantia de realização do concurso para professores, aos inscritos em 1974 e 1975 e que não se enquadram no item anterior.

Sendo estas as reivindicações mínimas mais urgentes, subscrevemo-nos apresentando os protestos da mais elevada estima e distinta consideração”.

As 23 associações presentes aprovaram e subscreveram o documento, tendo-se combinado, na oportunidade, que todo município que se fizera

representar realizaria no dia 23 de setembro, uma “Tarde de Reflexão” (5) e daria a mais ampla divulgação possível ao evento e à “carta” (6).

Mas, antes mesmo de realizar a “Tarde de Reflexão”, as associações já recebiam o primeiro recado negativo da parte do governo, através do Jornal “Correio do Estado”:

“O governo do Estado não pretende conceder mais nenhum aumento aos professores, não só porque está proibido de fazer isso por lei como não existem recursos disponíveis que possam ser alocados. Além disso, uma majoração da ordem de 100 por cento é considerada absurda, pois abriria um precedente muito perigoso e colocaria o governo na obrigação moral de estender tal benefício aos demais funcionários, só que é humanamente impossível” (7).

O recado não desanimou, ao contrário, pois os professores tinham consciência de que Cássio Leite de Barros não podia mesmo fazer nada. Ele foi eleito vice-governador e, no segundo semestre de 78 assumiu o governo para que o titular, Garcia Neto, se candidatasse ao senado federal. Além do mais, o Estado de Mato Grosso estava praticamente dividido, sabendo-se inclusive que Harry Amorim Costa seria o primeiro governador de Mato Grosso do Sul.

Então, a carta e toda a repercussão que causou, inclusive a negativa do governo que acima se transcreveu, serviram apenas para constituir o ideário do movimento.

Outra carta importante para reforçar o ideário foi a dirigida ao governador Harry Amorim Costa, que muito antes de sua posse percorreu o Estado todo, conversando com as lideranças locais. Aliás, não houve uma carta, mas dezenas (8).

Eusébio Barrios, presidente da Associação Aquidauanense de Professores — futuro presidente da FEPROSUL comunicou à ADP através do ofício datado de 21/09/78 que:

“sábado teremos a reunião para preparar o documento para ser entregue ao Dr. Harry quando de sua visita em Aquidauana” (9).

---

5. A Tarde de Reflexão teve por objetivo, como o próprio nome diz, reunir a comunidade para pensar profundamente sobre os problemas da educação estadual nos municípios que se fizeram representar em Campo Grande no dia 9/9/78. Não há entretanto muitos documentos comprobatórios. O acontecimento em Dourados e Itaporã, teve a cobertura do jornal “O Progresso” de 26/9/78 e do “Quadro Verde” de setembro de 78.

6. Também neste caso, embora se saiba que a repercussão do movimento foi grande, não se tem muitos comprovantes. O Jornal “O Progresso” em sua edição de 26/09/78, o “Paraibense” de 02/11/78, o “Quadro Verde” de setembro de 78 publicaram a Carta ao Governador Cássio Leite de Barros.

7. Cf. o jornal “Correio do Estado”, edição de 16/17 de setembro de 1978.

8. Lamentavelmente não se dispôs de meios para a confirmação de todas as cartas entregues ao governador.

9. Cf. arquivo de correspondências da ADP ref. a 1978.

Também Amambai entregou a Harry Amorim urna carta reivindicatória em 28/9/78, contendo 100 assinaturas encabeçadas pelo professor Matheus Clemente Letlhorst (10).

Milton Ferro, presidente da Associação de Professores de Ivinhema, em ofício datado de 13 de outubro de 1978, comunicou à ADP que:

“por ocasião da visita do futuro governador de Mato Grosso do Sul a esta cidade, no último dia 6 de outubro de 1978, foi-lhe entregue, em audiência concedida aos professores desta cidade, uma carta expondo as preocupações da classe e reivindicando melhores salários e condições de trabalho. Aproveitamos a oportunidade — prossegue o ofício — para comunicar que tomamos a liberdade de inserir, na referida carta, o quadro demonstrativo da defasagem salarial constante na Carta Aberta ao governador Cássio Leite de Barros...” (11).

Têm-se intimações de que em muitas outras cidades do Estado o primeiro governador de Mato Grosso do Sul recebeu cartas de professores. O esquema era mais ou menos o seguinte: Harry Amorim, antes de sua posse passou de cidade em cidade, conhecendo as lideranças políticas locais e concedendo audiências às entidades de classe (12)

Os professores evidentemente aproveitaram a oportunidade para reivindicar, e para tal tiveram que reunir argumentos, conversar entre si e se essas reivindicações também não tiveram efeito imediato, serviram para solidificar o ideário do movimento.

Dourados entregou a “Carta ao governador Harry Amorim” também em outubro de 1978, após aprovação pela Assembléia Geral em 15/10/78. Diz Wilson Biasotto que:

“A carta ao governador Harry Amorim da Costa reflete um dos momentos de maior lucidez dos integrantes da diretoria da ADP e dos professores de Dourados, de uma forma geral... é (a carta) de uma importância grandiosa para se compreender o espírito das reivindicações da época...” (13).

Por isso transcrever-se-á tal documento em sua íntegra:

“A Sua Excelência DR. HARRY AMORIM COSTA

Os professores douradenses, imbuídos do mais elevado espírito de cooperação, com o propósito de ajudarem na construção

---

10. A Carta de Amambai conforme ficou denominada, foi publicada pelo Jornal Quadro Verde de outubro de 1978.

11. Cf. arquivo de correspondência ref a 1978 na sede da ADP.

12. Harry Amorim era natural do Rio Grande do Sul e foi nomeado governador pelo então Presidente Ernesto Geisel. Embora sendo um experiente administrador, não conhecia a realidade de Mato Grosso do Sul, daí sua peregrinação por todo o Estado.

13. Cf. entrevista do Professor Wilson Valentim Biasotto.

de Mato Grosso do Sul e conferindo a Vossa Excelência o voto de confiança, tão necessário para o harmônico relacionamento entre os poderes constituídos e as entidades de classe, tomam a liberdade, data vênia, de encaminhar um relato geral da situação do magistério sul-mato-grossense.

Esperamos que Vossa Excelência entenda com isso que, apesar da constrangedora situação em que se encontra o ensino, nos propomos a manifestar nosso pensamento na busca de soluções através do diálogo aberto e franco.

No que tange à rede física podemos verificar os seguintes aspectos, que se nos apresentam como negativos:

- a) Existe em Dourados uma deficiência de 200 (duzentas) salas de aula;
- b) as adjacências de várias escolas não contam com luminárias públicas, o que cria sérios transtornos de ordem social e moral. Também a iluminação interna de algumas escolas tem prejudicado as atividades noturnas de aprendizagem, recreação e jogos;
- c) embora sem acompanhar o ritmo da demanda da clientela em potencial, o Estado de Mato Grosso construiu em Dourados várias escolas nos últimos anos. Entretanto, são raras as verbas para manutenção e conservação desses prédios. Isto tem ocasionado uma dedicação extra do pessoal técnico-docente e administrativo, em promoções festivas com o objetivo de arrecadar fundos próprios, onerando a comunidade e sobrecarregando ainda mais os profissionais do ensino;
- d) nossas escolas não possuem salões de amplitude considerável, para realização de reuniões de Pais e Mestres, comemorações cívicas, e outras apresentações artístico-culturais, tais como teatro, conferências e encontros, apresentação de filmes e “slides”;
- e) Dourados não possui um Ginásio de Esportes Público e nenhuma escola em particular possui quadra coberta. Apesar disso, os órgãos superiores estão a exigir mais e mais promoção de jogos, congregando todas as Escolas Estaduais do Município.

No que concerne a recursos materiais, todas as escolas de Dourados são deficitárias, variando, evidentemente, de uma para outra, as necessidades. Enumeramos as principais deficiências:

- a) Nossas escolas não possuem mapotecas, bibliotecas condizentes e aparelhos audio-visuais, tão necessários no desempenho de atividades educacionais neste século das comunicações;
- b) em algumas escolas há falta de carteiras para alunos e mesas para professores; em outras, onde existem, o estado de conservação é lastimável;

c) inexistem verbas para material de consumo; as arrecadações da “Caixa Escolar” são insuficientes para cobrir despesas dessa qualidade;

d) dos recursos provenientes das arrecadações de “Caixa Escolar” e “Anuidade”, somente 60% fica à disposição dos estabelecimentos. O restante destina-se ao Fundo Estadual de Educação que, talvez julgando suficientes os 60% mencionados, deixa de encaminhar verbas;

e) as chamadas salas-ambiente, quando existem, deixam muito a desejar, dada a falta de material especial para o desempenho das chamadas Práticas Educativas (P. Agrícola, P. Comercial, P. Industrial, P. Integrada do Lar);

Além destes problemas que são bastante sérios e merecem toda a atenção possível, causam-nos maior preocupação, ainda, os aspectos que se relacionam com o ser humano, justamente, porque o homem deva ser sempre o principal alvo de qualquer administrador.

Três questões se nos apresentam como nevrálgicas:

#### 1) Baixa remuneração —

Nos últimos quatro anos o salário do professorado sofreu uma defasagem na ordem de 60,78%. O magistério já não constitui atrativo para pessoas bem dotadas, que encontram em outros ramos de atividade melhores oportunidades, ficando o magistério aberto à penetração de pessoas menos qualificadas. Um verdadeiro sinal de alerta para este fato é a triste realidade de que, enquanto os cursos de formação de professores oferecidos pela UEMT não preenchem o número de vagas, existe uma deficiência de profissionais no ensino equivalente à deficiência de salas de aula.

#### 2) Carreira de Magistério —

A inexistência da carreira de magistério tem favorecido a penetração de pessoas não habilitadas para ocuparem cargos administrativos, muitas vezes graças à interferência de políticos, nem sempre escrupulosos.

#### 3) Insegurança Trabalhista —

Cerca de 90% do professorado douradense encontra-se em situação irregular no que concerne ao seu contrato de trabalho. Não são contratados pela CLT e nem podem ser considerados funcionários efetivos, uma vez que há sete anos não se realiza, em Mato Grosso, concurso para preenchimento das vagas existentes no magistério.

Nestas condições, o professor, esse verdadeiro “bóia-fria” do magistério, é obrigado muitas vezes a submeter-se ao arbítrio de superiores que, nem sempre habilitados, acabam desrespeitando os mais elementares princípios éticos.

Colocados, embora de forma geral e superficial, os principais problemas que enfrentamos e, supondo que eles sejam encontrados

nas demais cidades sul-mato-grossenses, solicitamos respeitosamente que Vossa Excelência dedique especial atenção ao que ora apresentamos, em benefício de todo o Magistério de Mato Grosso do Sul e mesmo em nome dele, porque sabemos de sobejo que a insatisfação reinante é geral e reivindicações análogas emergem em toda a parte. São estas as reivindicações, mais urgentes, que fazemos:

1) atendimento do que pleitearam os professores de 21 cidades sulmatogrossenses junto a Sua Excelência o Dr. Cássio Leite de Barros, DD. Governador do Estado, através de uma “Carta Aberta”, da qual tomamos a liberdade de anexar uma cópia, a saber:

a) reajuste salarial na ordem de 100% (cem por cento);

b) efetivação pelo Estado de todos os professores que há três anos militam no magistério, sem garantias de um contrato de trabalho;

c) garantias de realização de concurso para professores, aos inscritos em 1974 e 1975 e que não se enquadram no item anterior;

2) realização anual de concurso para preenchimento de vagas;

3) ampliação da rede escolar, mesmo que isto a curto prazo represente um endividamento ao novo Estado;

4) reformas nos estabelecimentos de ensino, que necessitam de reparos, bastando para tal a solicitação dos Delegados Regionais de Educação, para que as Associações de Pais e Mestres não disvirtuem seu mais importante objetivo que é o de harmonicamente promover o ensino e a cultura de forma mais abrangente;

5) construção de um Ginásio de Esportes nas cidades com mais de 30.000 habitantes, para que o esporte seja realmente praticado por todos e também para suprir a deficiência de salões amplos em nossas escolas;

6) participação efetiva de representantes das diversas Associações de Professores do Estado na elaboração do Estatuto do Magistério;

7) efetivação da Carreira do Magistério, prevista no Estatuto de 1971;

8) o cargo de Secretário de Educação ou Recursos Humanos, seja ocupado por um especialista em Educação ou, por um professor;

Sendo o que nos consta para o momento, e na certeza de sermos atendidos, subscremo-nos, colocando-nos à inteira disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos ou colaboração que se façam necessários” (14).

---

14. Assinada pelos professores Antonio Carlos Biffi e Wilson Valentim Biasotto, respectivamente secretário e presidente da ADP, a carta foi publicada em sua íntegra no Jornal Quadro Verde de outubro de 1978. Outros jornais publicaram apenas as reivindicações. Cf. entre outros, “O Progresso” de 17/10/78. “Folha de São Paulo” de 20/10/78.

Outros governantes, outras cartas. Cada qual com uma gama variada de reivindicações. Suas funções, todavia, foram diferentes. Se as duas primeiras continham a generalidade dos problemas do magistério, e serviram para a formulação do ideário do movimento, as demais buscaram formalizar as reivindicações específicas da FEPROSUL e, praticamente, todas as audiências mantidas com os sucessivos governadores do Estado.

## 3.2. O QUADRO VERDE

A tudo o que se viu sobre a importância das cartas abertas devem-se somar dois outros ingredientes que também contribuíram decisivamente para com a organização do ideário da categoria: o jornal Quadro Verde e os SAMPROSUL — Seminários das Associações Municipais de Professores de Mato Grosso do Sul.

O jornal Quadro Verde nasceu na ADP (15), passou a ser regional (16) e, a partir de abril de 1982, transformou-se em órgão oficial da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul.

A importância desse jornal foi fundamental para o início do movimento reivindicatório do magistério e até hoje continua a exercer, com muita propriedade, o seu papel de principal fonte informativa e formativa da categoria. Embora a sua amplitude jamais possa ser aquilatada com precisão, alguns dados oferecem uma visão se bem que parcial, da abrangência do Quadro Verde.

Em 27 de dezembro de 1979, por exemplo, um professor de Três Lagoas e pracinha da FEB Força Expedicionária Brasileira — escreveu à ADP um ofício, através do qual comunicava:

“Temos recebido, com regularidade, o ‘Quadro Verde’... vocês, caros colegas de magistério, melhor do que ninguém, sabem e saberão avaliar o quanto de penetração — em nossa esquecida classe — conseguiu o Quadro Verde” (17).

---

15. O primeiro número do jornal Quadro Verde circulou em agosto de 1978, com tiragem de mil exemplares.

16. Na primeira edição, depois que passou a ser um órgão informativo regional, em outubro de 1979, o Quadro Verde passou para uma tiragem de 4.000 exemplares.

17. Cf. nos arquivos da ADP, referente a 1979.

De fevereiro a dezembro de 1979, a ADP tem arquivados 47 (quarenta e sete) ofícios que, de uma maneira ou outra, se referem ao jornal Quadro Verde (18). Isso significa que além de Dourados, com certeza, o Quadro Verde atingia 20 (vinte) outros municípios do Estado.

Para um movimento nascente, esses números são representativos e bem demonstram a vontade dos dirigentes em informarem-se e manterem informados os associados de seus respectivos municípios.

A maior parte dos ofícios citados trata de assuntos comerciais: acusa o recebimento do jornal e comunica encaminhamento de Ordem de Pagamento; todavia, bom número deles exalta as qualidades do jornal.

“Recebemos o jornal Quadro Verde... diante de um veículo de tão grande importância para a nossa classe, desde já poderão contar com o nosso apoio e colaboração” (19).

Em 26 de novembro de 1979, a professora Zilda da Silva Custódio, parabeniza a ADP,

“por tão genial idéia de ter enviado (o Quadro Verde), pois só assim podemos ficar a par de assuntos de interesse da classe” (20).

A professora Nilce Trajano dos Santos, presidente da Associação Treslagoense de Professores, em 16 de outubro de 1979, mandou matéria para o Quadro Verde e, aproveitando o ensejo, afirmou:

“o seu jornal, aliás nosso, teve uma aceitação muito grande, pois realmente defende os interesses da classe dos professores” (21).

De Antonio João também partia, com data de 9 de julho de 1979, ofício assinado pelo professor Flori Flores Figueira, assegurando que o Quadro Verde:

“na realidade é o meio de comunicação mais eficiente que a classe de professores conta atualmente” (22).

---

18. Cf. nos arquivos da ADP referentes a 1979, os ofícios das Associações de Antonio João, Eldorado, Nova Andradina, Mundo Novo, Itaporã, Ivinherna, Rio Brilhante, Corumbá, Ladário, Jardim, Paranaíba, Aral Moreira, Três Lagoas, Bataguassu, Ponta Porã, Angélica, Ribas do Rio Pardo, Guia Lopes da Laguna, Anaurilândia e Bela Vista.

19. Cf. of. 002/79 da Professora Luzia Conceição de Brito Alves, presidente da Associação Paranaibense de Professores, datado de 27/08/79 nos arquivos da ADP referentes a esse ano.

20. Cf. os arquivos da ADP referentes a 1979.

21. Cf. os arquivos da ADP referentes a 1979.

22. Cf. os arquivos da ADP referentes a 1979.



Outro elogio ao Quadro Verde cheoou através do ofício de 18/10/78, assinado pelo professor Ivan do Nascimento, presidente da Associação de Professores de Bela Vista:

“Ao receber, pela primeira vez, o órgão de informação dos professores tão bem feito, fico cada vez mais certo de que desta vez vamos obter todos os nossos direitos já que estamos, realmente trabalhando e, o que é em minha modesta opinião mais importante, estamos dando informações da verdadeira situação dos mestres de Mato Grosso do Sul” (23).

Em 28/08/79, Grimaldo Grelha, Presidente da Associação Jardimense de Professores, enviava à ADP o seguinte ofício:

“Ontem (21/08/79) recebemos em nosso nome... o jornal Quadro Verde nº 6. Conhecemos o Quadro Verde através de propaganda e temos visto alguns números rodando de mão em mão pelos colégios, mas nós da Associação Jardimense nem sabíamos como é que chegavarr até aqui... Agora queremos saber quanto devemos à ADP, para efetuarmos o pagamento, a fim de que ele vá prá frente. Confessamos que é um ótimo meio de comunicação” (24).

Não é de surpreender que o professor Grimaldo Grelha não soubesse como o Quadro Verde chegava em Bela Vista. A própria ADP não sabia exatamente como o jornal chegava a todos os lugares para onde era mandado, porque às vezes, por falta de informações, endereçava um pacote com alguns exemplares à Escola Estadual do município tal, sem outras referências quaisquer.

O importante é constatar que a ADP mandava os jornais e, ao que tudo indica, ele era lido por muitos. E depois que se tornou Órgão Oficial da FEPROSUL, então tudo se tornou mais fácil. E atualmente a Federação, com sua organização primorosa, distribui com certa regularidade, exemplares a quase todos os professores do Estado (25).

Lamentavelmente, a proposta inicial dos responsáveis pela criação do jornal, de que fosse uma publicação mensal, até agora não se realizou e o porta-voz principal do professorado continua com edições irregulares, em que pese à melhor situação financeira e organizacional da FEPROSLUL.

Aliás, basta ver os números para verificar que o ímpeto inicial de formação do movimento foi mais favorável à impressão do jornal do que nas condições atuais. O primeiro número do jornal saiu em agosto de 1978 e nesse ano mais dois números circularam (setembro e outubro).

---

23. Cf. os arquivos da ADP referentes a 1979.

24. Cf. os arquivos da ADP referentes a 1979.

25. A edição do Quadro Verde — nº 26. de novembro de 1986 — saiu com uma tiragem de 12.000 exemplares.

Em 1979, 6 (seis) números foram impressos (abril, maio, junho, julho, setembro e outubro). Em 1980 apenas dois números circularam (março e maio). Em 1981 a FEPROSUL enfrentou sua maior crise e o Quadro Verde não deixou de sofrer as conseqüências; nenhum número circulou nesse ano (26). Em 1982 circularam 5 (cinco) números (abril, junho, julho, setembro e dezembro). Em 1983 circularam 2 (dois) números (agosto e novembro). Em 1984 circulou um único número (fevereiro). Em 1985 circularam 3 (três) números (abril, julho e novembro). Em 1988, 5 (cinco) números (março, abril, maio, julho e novembro) (27).

Sobre a trajetória do Quadro Verde há que ser escrito um trabalho à parte, analisando-se as razões de sua irregularidade e, principalmente, acompanhando-se as suas variações editoriais. Entretanto, aqui neste trabalho limitar-se-á a afirmar sua grande importância como formador de opinião na origem do movimento.

De fato, há de se ter em mente que, quando surgiu o Quadro Verde, o magistério encontrava-se em estado permanente de expectativa. Divisão do Estado, elaboração do Plano de Carreira do Magistério, reivindicações trabalhistas as mais variadas, confronto com os políticos que insistiam em imiscuir-se nas nomeações dos quadros do magistério, tudo contribuía para que as idéias pulassem e os debates fossem acirrados.

Divulgando as polêmicas da época, o Quadro Verde contribuiu para a formação do ideário do movimento e, ao longo dos anos, embora irregular e sujeito aos altos e baixos da FEPROSUL, vem demonstrando características peculiares, pouco comuns aos pequenos jornais: independência editorial e jornalística que lhe permitem publicar, além dos assuntos polêmicos, críticas, às vezes contundentes contra autoridades políticas constituídas.

---

26. Em 1981 os professores de Mato Grosso do Sul realizaram a sua primeira greve e tiveram que enfrentar os piores reveses da história do movimento. Veja sobre o assunto o capítulo "As Greves".

27. De 1978 a 1987 circularam 27 (vinte e sete) números do Quadro Verde, mas a numeração entretanto chega apenas ao nº 26. Há três erros na numeração do jornal: em junho e julho de 1979 o jornal saiu com o nº 6, a redação percebeu o erro e pulou o nº 7. Em março de 1980 a edição saiu sem número, a redação mais uma vez percebeu o erro e pulou o número que deveria ter sido impresso, 10 (dez). Em novembro de 1983 saiu o número 18 do jornal e em fevereiro de 1984 novamente houve a repetição do nº 18. A redação não percebeu esse erro e portanto o jornal seguinte que deveria sair

com o número 20 saiu com o nº 19. Daí ter-se 27 exemplares e a numeração atingir apenas 26.

### 3.3. SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

Quanto aos SAMPROSUL — Seminários das Associações Municipais dos Professores de Mato Grosso do Sul — também foram de fundamental importância para a disseminação de idéias. O primeiro realizou-se no prédio do SENAI, em Campo Grande e tratou principalmente do enquadramento do professorado no recém elaborado “Plano de Carreira do Magistério” (28). Depois deste, realizaram-se Seminários em Dourados, Ponta Porã, Paranaíba, Jardim, Corumbá, Fátima do Sul, Angélica, Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Paranaíba (29).

Os Seminários, agora denominados “Congressos Estaduais”, estão atraindo a cada ano mais e mais participantes e estes, a cada novo encontro, estão mais politizados, mais conscientes e conseqüentemente mais combativos.

Esses Encontros têm sido, portanto, ao longo desses últimos anos, importantes na medida em que ampliam o campo dos debates, não os deixando restritos às cúpulas administrativas.

A retenção das informações por um grupo restrito geraria uma espécie de ditadura pois quem possui a informação pode manipular ao bel-prazer aos desinformados.

Com os Encontros Estaduais, a possibilidade de uma cúpula manipular o professorado torna-se mais remota. A conscientização da categoria por seu turno, torna-se mais significativa pelo número e variedade de assuntos abordados.

Só para se ter uma idéia dos assuntos já abordados em Seminários e/ou Congressos, citar-se-ão: Enquadramento do professorado no Plano de Carreira do Magistério, Supervisão Escolar: uma contribuição para a definição de seu Estatuto Profissional, Festas Escolares, Importância do Cooperativismo, Licenciaturas Parceladas, a Questão da Representatividade política do Professorado, Constituinte, Educação Brasileira, Reforma Agrária, Formulação de uma Política Educacional para o Estado, o Ensino que interessa ao trabalhador e etc.

---

28. O I SAMPROSUL realizou se em Campo Grande, no dia 28 de julho de 1979 e contou com 104 participantes. Cf. o Quadro Verde, de julho de 1979. Cf. ainda as entrevistas com os professores Eusebio Garcia Barrios, Antonio Carlos Biffi e Wilson Valentim Biasotto.

29. Cf. entrevistas com os Professores Antonio Carlos Biffi, Eusebio Garcia Barrios, Lauro Sérgio Davi. A partir do 9º, os seminários passaram a chamar-se Congressos Estaduais.

Pelo rol de assuntos pode-se perceber, sem grande esforço, que os professores de Mato Grosso do Sul nunca estiveram preocupados unicamente com a questão salarial. Evidentemente que salário é fundamental numa sociedade de classes, por conseguinte discuti-lo é inevitável em quaisquer reuniões de associações de categorias de trabalhadores. Todavia, os profissionais do ensino foram além desta questão.

A verdade é que conscientemente ou não, o magistério em Mato Grosso do Sul não tentou unicamente melhorar os seus salários. Se assim agisse estaria contribuindo para a reprodução pura e simples do sistema onde existem os explorados — que por melhor que ganhem estarão sempre ganhando menos do que aquilo que produzem — e os exploradores — inclusive o estado, que por mais que pague estão sempre pagando sempre menos do que recebem, em termos de produção, dos seus trabalhadores.

Cartas Abertas, Tarde de Reflexão, reuniões freqüentes das diretorias, Assembléias Gerais em quase todos os municípios, reuniões constantes para a formação da Federação dos Professores, matérias em todos os jornais do Estado, principalmente no Quadro Verde, Seminários das Associações Municipais: eis o clima efervescente no qual se organizava o movimento do magistério em todo o recém-criado Estado.

CAPÍTULO IV  
**AS PASSEATAS**



Nas ruas da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, aconteceram várias passeatas de protesto, sendo a primeira, inclusive, realizada meses após a implantação do Novo Estado, quando o povo pedia a permanência do governador Harry Amorim Costa (1). Somente os professores realizaram quatro passeata na capital e a menor delas foi muito superior a qualquer outro movimento análogo. A primeira ocorreu em março de 1980, a segunda em maio de 81, a terceira em abril de 84 e a última em novembro de 87.

Ao assumir o governo de Mato Grosso do Sul, em lugar de Harry Amorim Costa, Marcelo Miranda tratou logo de mudar a estrutura administrativa de seu antecessor, especialmente no que concerne à transformação da então toda poderosa Secretaria de Desenvolvimento e Recursos Humanos (2) em Secretaria de Educação e Saúde. A mudança provocou transtornos muito grandes, especialmente na área de educação, por implicar na alteração de regime jurídico contratual do pessoal nela lotado. Os professores, que seriam enquadrados segundo o estabelecido no Plano de Carreira recém-elaborado, deveriam aguardar a elaboração de um Estatuto do Magistério, para então obterem a tão desejada efetivação, prevista na Lei 31/77, que dividiu o Estado.

Além dessa mudança, que sem dúvida acarretou grande prejuízo ao magistério, tem-se que levar em consideração também o fato de que as negociações salariais caminhavam a contento durante o governo Harry. Esperava-se, é verdade, o enquadramento no Plano de Carreira, mas já havia sido concedido ao menos um abono paliativo que serviu para reacender as esperanças do magistério, mesmo porque, embora emergencial, esse abono foi a primeira grande conquista da categoria.

O Secretário de Educação, advogado Juvêncio Cesar da Fonseca, designado para substituir o Presidente da Fundação de Educação, professor Antonio Salústio Areias, percebendo, evidentemente, que o magistério estava agonizando e muito descontente com a mudança política do governo, iniciou uma verdadeira peregrinação pelo Estado, promovendo reuniões com os professores.

O jornal "O Progresso", edição de 23/24 de fevereiro, de 1980, relata o encontro do Secretário com aproximadamente quatrocentos professores no Centro Universitário de Dourados, afirmando que

"Durante duas horas e meia o Secretário de Educação foi sabatinado pelos professores que diziam não ser possível que uma pessoa passe 16 anos de sua vida num banco escolar, para

---

1. Harry Amorim Costa foi nomeado pelo Presidente Ernesto Geisel e empossado pelo mesmo com grande pompa em 1º de janeiro de 1979. Seis meses mais tarde, foi substituído por Marcelo Miranda.

2. A Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos congregava as Fundações de Saúde, Esportes, Educação e Cultura, cada qual administrada por um presidente subordinado ao Secretário.



depois vir trabalhar oito horas por dia, sem contrato de trabalho definido, sem garantias sociais e ganhando 3.300,00 (três mil e trezentos cruzeiros) mensais”

Nesta mesma matéria o jornal “O Progresso” informou que

“Juvêncio pediu paciência aos professores, anunciando que até o final de 80 as maiores irregularidades serão sanadas... os professores enquadrados no quadro permanente... e o salário será de 9 mil cruzeiros mensais para Vinte horas semanais”.

Três dias após, em sua edição de 27/02/80, outro jornal, o “Correio do Estado” publicava que o Secretário de Educação,

“Depois de realizar visita aos municípios de Nova Andradina, Ivinhema, Jateí, Anaurilândia, Fátima do Sul, Deodópolis, Glória de Dourados, Sidrolândia, Maracaju, Dourados, Angélica e Bataiporã... fez um balanço geral do que viu em termos de Educação no Estado... e anunciou um piso salarial de nove mil cruzeiros para o professor que trabalha 20 horas/aula por semana... e enquadramento antes do final do ano”.

Na capital do Estado o Secretário também reuniu-se com os professores, dia 22 de março de 80. Eram cerca de 400 educadores que ouviam de Juvêncio Cesar da Fonseca a promessa de um piso de 14 mil cruzeiros e não mais de 9 mil (3).

A professora Onilda Ourives, presidente da Associação Campograndense de Professores, em entrevista à imprensa após a reunião afirmou que

“O encontro foi pobre em novidades, só serviu para aumentar a revolta dos educadores” (4).

As promessas de fato estavam irritando os professores que não suportavam mais ouvir dizer que teriam o melhor salário do Brasil, quando, ao receberem seus vencimentos, constatavam que não eram suficientes para fazer face sequer às despesas domésticas.

Enquanto o governo prometia, os professores organizavam uma grande passeata para o dia 27/03 na capital. Seria uma passeata de protesto e ao mesmo tempo de alerta ao governo. A decisão foi tomada pela FEPROSUL, cabendo-lhe, também, ao lado da Associação Campograndense de Professores, a função de tomar as providências necessárias para o evento.

---

3. Cf. o jornal “O Progresso” de 25/03/80.

4. Cf. o jornal “O Progresso” de 25/03/86.

À ADP coube motivar a região da grande Dourados (5). E assim foi feito: sob o comando do professor Eusébio Garcia Barrios, presidente da FEPROSUL e da professora Onilda Ourives presidente da ACP, foi montado um esquema em Campo Grande, que, como veremos adiante, pôde ser considerado impecável. Por seu turno o vice-presidente da FEPROSUL, professor Wilson Valentim Biasotto, apoiado por jovens lideranças da ADP, inclusive do então presidente — que mais tarde se tornaria um dos maiores líderes do movimento do professorado — Antonio Carlos Biffi, comandou uma ação que envolveu praticamente toda a grande Dourados, através de Assembléias Gerais, que previamente eram marcadas pelos presidentes das Associações Municipais, para reforçarem seus trabalhos de mobilização com a presença das lideranças douradenses (6).

Nestas reuniões eram aplicadas verdadeiras injeções de ânimo nos professores, iniciando-se pela questão do profissionalismo que deveria existir na classe. Como a maioria dos professores era constituída por mulheres, perguntava-se se elas se consideravam realmente profissionais do ensino ou donas de casa fazendo “bico” para auxiliar no orçamento familiar? E diante de algumas objeções como a de “meu marido não deixa” ou “não tenho com quem deixar meus filhos”, perguntava-se onde ficavam os filhos durante toda a semana, durante todo o mês e ano, enquanto elas estavam dando aulas e se os maridos não se aborreciam também com o fato de trabalharem o dia todo (7). A partir disso ia-se demonstrando que os governos de uma forma geral aproveitavam-se exatamente dessas fraquezas do professorado e tentava-se desmistificar a ideologia tão amplamente divulgada de que o magistério é um sacerdócio. Depois, mostrava-se a evidência dos baixos salários, a instabilidade, as promessas sempre renovadas e nunca cumpridas pelo governo e com isso criava-se um clima propenso

---

5. “O Progresso” de 25/03/80 e as entrevistas dos professores Antonio Carlos Biffi, Eusébio Garcia Barrios e Wilson Valentim Biasotto.

6. A pressão política sobre as lideranças das cidades menores se fez sentir de maneira mais acentuada; daí talvez a grande quantidade de convites recebidos pelo prof. Wilson Biasotto, para comparecer as Assembléias. Quando era possível a ADP se deslocava em peso para a localidade que promovia assembleia quando entretanto havia mais de um convite para o mesmo dia a equipe se dividia, o que se constituiu numa verdadeira “escola de lideranças”, na medida em que as pessoas se viam praticamente obrigadas a se envolverem, tomar iniciativas, a liderar enfim. Nestas condições foram visitadas: Ponta Porá, Itaporã, Rio Brilhante Caarapó, Fátima do Sul, Deodápolis, Glória de Dourados, Ivinhema, Antonio João Naviraí, Nova Andradina, Angélica e Bataguassu. Cf. entrevista de Antonio Carlos Biffi, Wilson Valentim Biasotto e Wilson Moretti.

7. Embora a mentalidade hoje seja outra, ainda durante a greve de 87 Wilson Valentim Biasotto ouviu de um marido de professora: “mandei minha mulher

voltar a dar aula para não estragar minhas férias” e, de uma professora: “não entrei em greve porque dar aula para mim é bico”.

à participação dos professores na passeata a ser realizada na capital. Para concluir, após fazer-se o papel de incendiário, fazia-se o de bombeiro: como se vivia ainda o clima da ditadura militar e não se imaginava exatamente qual seria a reação governamental, as lideranças pregavam a realização de uma passeata silenciosa, sem provocações e sem desespero, em caso de represália da polícia. Que todos, nesse caso, conduzissem com serenidade. Os jornais da época, se de um lado anunciavam as promessas do governo, que serviam para esfriar o movimento, de outro não se furtavam em propagandear a “Concentração em Campo Grande” que os professores realizariam no dia 27 de março. “O Progresso” de 11 de março de 1980 estampou em sua primeira página a notícia de que os professores, através da FEPROSUL, estão:

“organizando esta concentração pública e, segundo informações, todas as Associações de Professores do Estado, estarão sendo representadas maciçamente por seus associados”.

Na mesma matéria o jornal “O Progresso” fazia referência aos três itens que a classe reivindicava:

“1 — Elaboração e aprovação do Estatuto do Magistério (30 de junho de 1979);  
2 — Concurso, aprovação e enquadramento de todos os professores até 30 de setembro de 1979;  
3 — Pagamento do piso salarial de Cr\$ 9.000,000 ao normalista (1º de março de 1990)”.

E é interessante notar que muito embora, em termos de notícias, os jornais não emitiam opiniões próprias, limitavam-se no máximo a colocar entre aspas as opiniões colhidas de terceiros. Nessa matéria, “O Progresso” fugiu aos padrões convencionais para, no final da notícia, afirmar:

“O governo do Estado, sempre vem afirmando que a educação, é uma das metas prioritárias do Mato Grosso do Sul, em seus diversos pronunciamentos tanto na capital como no interior. No entanto, até o momento, isso não passa de fantasia, já que existe um grande número de alunos considerados excedentes e no Colégio Reis Veloso, em Dourados, faltam desde luz elétrica, passando por material didático e chegando ao cúmulo da inexistência de aproximadamente 300 carteiras” (8).

Mesmo os jornais, que sempre se mostraram mais propensos a interpretar o magistério como um sacerdócio, não tinham meios de

---

8. Cf. “O Progresso” de 11 de março de 1980.

esconder a notícia: por isso, procuravam minimizar as proporções do evento. O “Correio do Estado”, de 18.03.80 por exemplo, trouxe a seguinte manchete:

“Secretário marca encontro com professores na capital”.

Sob este título o jornal anunciava que no dia 22 de março:

“o Secretário de Educação do Estado, Juvêncio Cesar da Fonseca, estará reunido com mais de 1.500 professores de Campo Grande... para amplos debates em torno dos direitos e deveres dos professores da capital...”

Ao final da matéria, com o sub-título “Concentração de Professores em praça pública” é que o jornal informava que a FEPROSUL e a ACP:

“**tentarão** (grifo nosso) promover no próximo dia 27... a primeira concentração pública de professores... “(9).

Também o jornal “Diário da Serra” parecia não acreditar muito no movimento. Em sua edição de 18.03.80 enfocava a realização de um ato público dia 27, com seguinte título:

“Mais de 500 professores se reúnem na Ary Coelho” (10).

Quinhentos professores!!!

Ainda nessa edição o “Diário da Serra” anunciava que o Secretário de Educação deveria reunir-se com o professorado campograndense em 22.03. e ao mesmo tempo fazia uma denúncia bastante grave contra o Secretário:

“O Secretário de Educação, Juvêncio César da Fonseca manteve contato com a diretoria da Associação Campograndense de Professores, solicitando silêncio com relação a atual situação do professorado e para que os membros do órgão não se manifestassem até o próximo ano quanto ao problema dos contratos em branco, que segundo ele está sendo resolvido, bem como quanto ao salário que estão recebendo.

A afirmação é da vice-presidente da ACP, Vanda Peres Begas, juntamente com a primeira secretária Nilda Safilippo, na última quarta-feira, dia 12, dia este que a presidente, Onilda Orives, não se encontrava na Associação.

As professoras afirmaram que o Secretário pediu para a Associação acalmar os integrantes da classe, pois os problemas

9. Cf. Correio do Estado de 18.03.80.

10. Cf. Diário da Serra de 18.03.80.

seriam solucionados até o início do ano vindouro, tanto na parte salarial como dos contratos em branco para serem assinados. Ainda pediu o titular da Educação do Estado, que a Entidade representativa do professorado campograndense não colaborasse com qualquer movimento e nem tão pouco fosse fazer reivindicações diretamente ao governador Marcelo Miranda Soares, como era intenção da classe, como afirmou, em recente declaração Onilda Ourives... (11).

Este pedido de silêncio feito pelo Secretário gerou uma nota de repúdio publicada no “Jornal da Manhã”, através da qual o PMDB denunciava:

“agressão praticada pelo governo contra a Associação Campograndense de Professores... que exigiu silêncio e paciência à Associação...” (12).

Em 20.03 o “Correio do Estado” já admitia a passeata, mas anunciava:

“Professores liberados para passeata” (13).

Como que sendo uma reunião promovida pelo governo e não pela categoria.

Em 22.03, o “Jornal da Manhã” estimava que compareceriam:

“Mais de mil professores ao ato público” (14).

Quanto mais se aproximava o dia da passeata, mais o governo tentava convencer a opinião pública de que estava empenhado na resolução dos problemas da categoria.

São, neste aspecto, marcantes os títulos de longas matérias publicadas nos jornais:

“Secretário de Educação assegura todos os direitos aos professores” (15).

“Direitos dos professores são sagrados, diz Secretário” (16).

“Secretaria dispensa professores da capital para passeata de 5ª feira” (17).

---

11. Cf. Diário da Serra de 18.03.80.

12. Cf. Jornal da Manhã de 21.03.80.

13. Cf. Correio do Estado de 20.03.80.

14. Cf. Jornal da Manhã de 22.03.80.

15. Cf. Correio do Estado de 24.03.80.

16. Cf. O Panorama de 25.03.80.

17. Cf. Correio do Estado de 25.03.80.

Pela imprensa falada e televisada, o governo procurava também demonstrar sua preocupação com o ensino, todavia, a propaganda oficial, por se situar muito longe da realidade, servia para estimular ainda mais os professores a participarem da passeata.

“O Progresso” de 25.03.80 publicou numa mesma página, duas matérias que, desde os títulos, refletem muito bem a insatisfação da categoria: “Promessas irritam professores” e “Revolta Geral”.

“Promessas irritam professores”

A grande concentração que será realizada dia 27 de março (quinta-feira próxima) em Campo Grande, obterá pleno êxito, devido ao fato do professorado do Estado estar se irritando com o grande número de promessas que estão sendo feitas pelo secretário de Educação, afirmou ao “O Progresso”, o presidente da Associação Douradense de Professores, Antonio Carlos Biffi.

Esta concentração, é **no âmbito** nacional, na comemoração do Dia de Solidariedade ao Professor. “E, somente na região de Dourados - disse Biffi - já estão lotados 40 ônibus e mais outro tanto de carros particulares, numa prova inequívoca de que as promessas já estão perdendo o impacto que despertavam em outros tempos.

“A classe está unida como nunca” - continuou o presidente da ADP - e, como prova, citou “a proposta do secretário de Educação de dispensar os professores da capital para participarem da concentração, o que foi rejeitado pela ACP, uma vez que essa atitude, seria parcial, pois beneficiaria apenas os professores campograndenses.

“O presidente da FEPROSUL, professor Eusébio Garcia Barrios, sempre foi contra a greve, portanto, atribuir-lhe a culpa de tudo é uma injustiça e mais, na verdade o professor Eusébio, foi apenas um cumpridor das decisões da assembléia geral realizada no dia 1º de março. Nosso presidente, não é um tumultuador descontente, mas, um autêntico representante dos anseios da classe”, explicou o presidente da ADP.

O professor Biffi alertou que tem percorrido toda a região, para sentir de perto a participação do professorado quanto às caravanas para a concentração.

## PISO SALARIAL

O piso salarial de cr\$ 14.000,00 anunciado pelo governo no último fim de semana está sendo encarado pela classe como brincadeira, “pois estamos ainda no mês de março de 1980 e o piso salarial é para o ano de 81.

Necessita o professor esperar 10 meses para fazer jus a um salário já decretado”, disse Biffi.

“Não está a classe duvidando das promessas do governo para 1981, ocorre que necessitamos, hoje, de um salário condizente

com o custo de vida, ou seja. queremos a implantação do piso de Cr\$ 9.000.00 urgentemente”, finaliza o presidente da ADP.

## REVOLTA GERAL

### Campo Grande (Sucursal)

Em Assembléia Geral promovida pela Associação Campograndense de Professores cerca de 400 educadores ouviram atentamente a política salarial do governo para a classe difundida pelo secretário estadual de Educação, Juvêncio César da Fonseca, neste último sábado. Em entrevista ontem a presidente da ACP, professora Onilda Ourives, disse que o encontro “pobre em novidades, só serviu para aumentar a revolta dos educadores”.

Segundo ela, o secretário de Educação foi taxativo ao afirmar que não vai conceder, como está sendo reivindicado pela classe, o piso salarial de 9 mil cruzeiros antes do enquadramento de todos os professores, o que vai acontecer somente em meados do próximo ano.

Os professores - informa a presidência da ACP - que esperavam ouvir pelo menos uma promessa de esperança renovada neste encontro, no qual “o governo queimou o seu último cartucho” saíram desiludidos e mais decididos do que nunca a participar da concentração pública marcada para o dia 27. Neste sentido Onilda informou também que ontem recebeu telefonema de Dourados, dando conta que a região far-se-á representar com 40 ônibus, já fretados, além de um grande número de professores que utilizar-se-ão de veículos particulares para virem até à esta capital.

De acordo com as informações da professora Onilda, cuja associação está encarregada da coordenação do ato público promovido pela Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul, o professorado sul-matogrossense tem nesta oportunidade a única chance de sensibilizar as autoridades para os problemas enfrentados pela classe.

No tocante à Assembléia Geral, Onilda afirmou também que “este encontro serviu para mostrar aos nossos colegas que viemos apregoando e denunciando até agora não pretensões, mas a projeção de uma realidade que torna-se cada dia mais drástica. Porque foi triste sairmos da reunião, onde o secretário declarou veementemente que o governo só ia conceder o piso após o enquadramento geral, e vê-lo declarar na televisão que o piso salarial será de 14 mil cruzeiros a partir de maio” (18).

A organização do movimento de um lado e as promessas contraditórias do governo de outro animavam os professores a pensar além de uma passeata. Muitos queriam mesmo era uma greve geral.

---

18. Cf. “O Progresso” de 25.03.80.



“... se nós, os professores, não formos atendidos no que nós temos direito, sou favorável a uma greve geral da classe” (19).

Finalmente chegou o grande dia, o dia D para a FEPROSUL. A organização da concentração em Campo Grande era até aquela data o maior evento promovido pela categoria. Um fracasso poderia fazer rolar por água abaixo todo o trabalho de base até então desenvolvido. O sucesso, por outro lado, demonstraria a torça do magistério e o governo seria obrigado a dar maior atenção aos profissionais do ensino.

Na madrugada do dia 27.03 os professores do interior do Estado acordaram mais cedo, prepararam seus lanches e se encaminharam para os pontos pré-fixados em suas respectivas cidades, a fim de tomarem o ônibus que os conduziria até Campo Grande.

Na entrada da capital, observados atentamente por um aparato policial muito bem organizado, os ônibus foram parando um após outro, formando uma fila enorme. Quando se imaginou que todos os veículos, já haviam chegado, a caravana pôs-se em marcha, dirigindo-se ao Ginásio da UCE (União Campograndense de Estudantes).

Na passagem, atraídos pelas buzinas e pelas cantigas que os professores iam ensaiando, os campograndenses saíam às ruas e muitos acenavam ou faziam o sinal de positivo com o polegar. Com esse comportamento

“... deu para sentir que o povo estava do nosso lado, não havia motivo para temer” (20).

Na UCE, os professores de Campo Grande mais os do norte do Estado receberam os colegas que chegavam do Sul com palmas e o ginásio tornou-se demasiadamente pequeno para acolher tanta gente.

Depois de alguns discursos rápidos os professores iniciaram a passeata (21) e

“Campo Grande parou para ver a maior e mais ordeira passeata de protesto já realizada no Centro-Oeste brasileiro” (22).

A passeata de fato superou as expectativas. Todos os órgãos da imprensa do Estado divulgaram, em grandes manchetes, o evento e até os jornais mais ligados ao governo tiveram que admitir o grande êxito obtido pelos professores, embora tentando obscurecê-lo tanto quanto possível.

---

19. Cf. pronunciamento do Deputado Sultan Rasslan.

20. Cf. entrevista do Professor Wilson Valentim Biasotto.

21. Sobre toda a organização e desenrolar da passeata cf. as entrevistas dos Professores: Antonio Carlos Biffi, Lauro Sérgio Davi, Euzébio Garcia Barrios, Wilson Moretti, Mário Duran Leitão, Aparecida Cazon e Wilson Valentim Biasotto.

22. Este foi o título da manchete publicada pelo jornal “O Impacto” de março de 1980.

O “Correio do Estado”, por exemplo, ao contrário de outros mais, que trouxeram em suas primeiras páginas manchetes elogiosas sobre a passeata, anunciava como título que os “Políticos quase estragaram a passeata: governo pagará 9.000 aos professores” (23).

Nesta matéria, o jornal estimou em 4.000 o número de participantes, enquanto que outros jornais admitiam a presença de 5 a 6.000 professores (24).

Aquele número enorme de professores demonstrava que haviam chegado aos limites máximos da tolerância e todos estavam dispostos, inclusive a participar de movimentos mais extremados, como a greve.

Na referida passeata a situação salarial do magistério chegou a ser divulgada através de cartazes, como os que estão reproduzidos abaixo:

| P4                |         | P4               |          |
|-------------------|---------|------------------|----------|
| 1 Kg de carne     | 3 aulas | 1 par de sapatos | 20 aulas |
| 1 corte de cabelo | 3 aulas | 1 vestido        | 20 aulas |
| 1 quilo de feijão | 1 aula  | 1 camisa         | 20 aulas |
| 3 litros de leite | 1 aula  | 1 calça          | 20 aulas |
| 1 1/2 kg de arroz | 1 aula  | 1 jaleco         | 8 aulas  |
| 1 litro de óleo   | 1 aula  | 6 ônibus por mês | 20 aulas |

Para se ter uma idéia mais precisa do grau de mobilização, selecionou-se e transcreveu-se o que dois jornais campograndenses publicaram a respeito. Conforme “O Impacto”:

“Campo Grande parou para ver a maior e mais ordeira passeata de protesto já realizada no Centro-Oeste brasileiro.

Numa mobilização de classe como jamais se viu antes entre nós, os professores sul-matogrossenses se reuniram aos milhares em Campo Grande para, unidos, buscarem a sensibilização do Governo do Estado para com seus problemas, principalmente de ordem salarial. Vindos dos mais diferentes municípios do Estado, eles começaram a chegar à capital desde as primeiras horas do dia 27 de março, alguns de carros particulares e a maioria de ônibus. Foi quando o campograndense começou a tomar conhecimento do movimento, devido principalmente ao grande número de ônibus que passaram a trafegar pela cidade ostentando enormes e esclarecedoras faixas, onde podiam ser lidos dizeres que eram o reflexo do posicionamento adotado pela classe.

---

23. Cf. “Correio do Estado” de 28 de março de 1980.

24. “O Progresso” de 28.03.80 estimou em 5.000, os professores que saíam às ruas de Campo Grande o “Diário da Serra” e “O Panorama” da mesma data estimaram respectivamente em 6.000 e em mais de 6.000.

25. O Cartaz à esquerda, empunhado por um dos participantes da passeata foi publicado no “Jornal da Cidade” de 30.03 a 05.04.80; o da direita foi publicado pelo “Diário da Serra” em edição de 28.03.80.

Tendo a UCE como ponto de encontro inicial, os professores participantes do movimento realizaram ali uma grande concentração, oportunidade em que alguns dos líderes da mobilização fizeram uso da palavra, tendo sido preocupação unânime a recomendação de se manter a ordem e a harmonia em todos os passos que dessem a partir de então. Pelas recomendações ou não, o fato é que o campograndense e as autôndades constituídas presenciaram a maior e mais ordeira passeata de toda a história da região Centro-Oeste. Da UCE, os representantes do magistério sul-matogrossense passaram defronte à prefeitura e se dirigiram à sede do Poder Legislativo Municipal, onde começou a ser distribuída uma Carta Aberta à População, cujo texto dizia:

“Você trabalharia por Cr\$ 2.400,00 mensais, tendo 11 anos de estudos?

“O aviltamento salarial a que temos sido submetidos pelos governos nas 2 décadas passadas, reflete o arrocho econômico que oprime as demais classes trabalhadoras do país. É o fruto de uma injustiça constante e gritante que espezinha o professor e tira-lhe o ânimo do trabalho, tornando o ensino de baixa qualidade, e nula sua contribuição ao desenvolvimento. A cifra de Cr\$ 2.400,00 é o que ganha a professora primária, responsável pelo trato diário de 40 crianças em sala de aula...

...“as falsas promessas, de melhoria, tem sido desmentidas pelo protelamento indefinido de sua aplicação...

“Por tudo isso, a única linguagem que nos resta é a pressão através da mobilização do conjunto dos professores, como ora nos manifestamos neste Ato Público.

“Nossos objetivos: pelo piso salarial de Cr\$ 9.000,00 para agora, reclassificação automática; concurso imediato; aposentadoria aos 25 anos de serviço; melhores condições no local de trabalho. É a nossa luta”.

A carta vinha assinada pela FEPROSUL — Federação de Professores de Mato Grosso do Sul, que tem como presidente o professor Euzébio Barrios.

Transcrita a Carta Aberta à população, prossegue o jornal “O Impacto” o seu relato:

Da Câmara, a grande massa humana composta de professores vindos dos mais diversos rincões sul-matogrossenses, se dirigiu altaneira até a Assembléia Legislativa, onde foi recebida pelo presidente da Casa, Deputado Londres Machado, que posteriormente veio a se consolidar como intermediário entre a Classe e o Governo. Londres Machado foi quem primeiro transmitiu a notícia ao Governador Marcelo Miranda, que se encontrava na cidade de Dourados.

Foi ainda Londres Machado quem conseguiu audiência mantida pelos representantes da Classe com o Governador.

Da Assembléia, os professores, então em número bem mais significativo, rumaram para a Casa da Cultura da FUCMT, seguindo em seu trajeto pela Afonso Pena até a 14 de Julho, seguindo por essa rua até a Avenida Mato Grosso. Mais de quatro quadras ficaram repletas de professores, que ostentavam faixas e cartazes refletindo as suas dificuldades, as suas lutas inglórias, o seu desalento, a insegurança a que estavam submetidos e os reclamos por melhores dias.

Na Casa da Cultura da FUCMT, os professores se reuniram em Assembléia para deliberações. Em princípio não aceitavam a idéia de apenas os presidentes de associações e da FEPROSUL se avistassem em audiência com o Governador. Posteriormente, houveram por bem reconsiderar e aprovaram a ida de seus líderes para o contato direto com Marcelo Miranda.

No contato mantido com o Governador, pouco ou nada foi resolvido satisfatoriamente, isto considerando os itens de reivindicações apresentada pelo representante do magistério sulmatogrossense. O piso salarial de Cr\$ 9.000,00, pretendido pela classe, foi objeto de consideração; tendo o Governador assumido o compromisso apenas com os professores normalistas, que a partir de maio deverão receber o piso salarial, se aprovado pela Assembléia Legislativa, para onde o Governador mandará a matéria para ser apreciada. Aos que esperam o enquadramento da Secretaria de Educação, foi prometida a consolidação do ato de enquadramento para outubro ao invés de 31 de dezembro, como antes estava previsto. Além disto, esses professores serão beneficiados com um aumento de 25 por cento a partir do mês de maio. Quanto aos itens: reclassificação automática, concurso imediato e aposentadoria aos 25 anos de serviço, não foram sequer mencionados pelos representantes presentes ao gabinete do Governador. Não foram objeto de considerações. O item: melhores condições no local de trabalho, foi considerado, se bem que muito superficialmente.

Quer dizer, os professores sul-matogrossenses, apesar do pedido do Governador para que tivessem compreensão e das afirmações do mesmo de que a atual situação se deve ainda a uma herança herdada de Mato Grosso, não se conformaram com o resultado alcançado. Ficou a impressão de que estão dispostos a conseguir mais. Tanto isso é real que ficou estabelecida a data de 12 de abril para a próxima Assembléia Geral, quando poderá ser decidida inclusive a decretação de greve:

E conclue "O Impacto".

Para quem acompanhou o desenrolar do movimento desencadeado pelos professores, várias constatações ficaram evidentes.

Em primeiro lugar, há que se destacar a capacidade de mobilização demonstrada pelos representantes do magistério, o que não poderá jamais ser menosprezado pelo Governo, sob a pena de sofrer possíveis dissabores futuros. No que concerne a capacidade de diálogo, de negociação e de persuasão dos líderes do movimento há que se convir que não favorece muito aos professores. Apesar das notas distribuídas por políticos do PMDB e do PT, os professores, nesta oportunidade, houveram (sic) por bem dissociar política de suas reivindicações, mas isto não significa que em ocasiões futuras, depois de esgotados seus recursos próprios, não possam a servir de bandeira para os partidos interessados. Outro ponto a ser considerado é o da possibilidade de eclosão de greve, pois essa ação extrema traria conseqüências das mais prejudiciais, tanto para a classe estudantil sul-matogiossense, já por demais sufocada com a baixa qualidade do ensino, quanto como desgaste para o Governo, que vive momentos políticos dos mais importantes em função da implantação do PDS neste Estado. Sob o aspecto de possível greve, como ficou claro nos derradeiros instantes da Assembléia dos professores, entendemos que deveria ser considerado o problema sob os mais diversos ângulos e sob as suas múltiplas implicações de ordem prática. Cabe ao professor, malgradas as dificuldades que vêm enfrentando há tanto tempo em função dos seus baixos salários, pesar conscientemente os prós e os contras antes da deflagração de um tal movimento, ou quem sabe até encontrar uma forma “sui generis” de pressão em busca do atendimento e suas reivindicações. É isto mesmo, neste período que antecede à nova assembléia poderia ser pensado uma nova forma de pressão que não trouxesse os prejuízos que uma greve trará para os já sofridos alunos deste Mato Grosso do Sul. Que os professores precisam de um salário mais condizente, não cabe dúvidas, como também precisam incontáveis classes de assalariados, só que não se pode negar que o melhor seria que isto fosse conseguido sem trazer prejuízos a terceiros, no caso a classe estudantil. Como se vê, há muito o que considerar e o que pensar, de ambas as partes interessadas, mas o tempo permite que haja reflexão consciente e seja encontrada uma saída satisfatória para todos (26).

E outro jornal mencionado anteriormente, “Jornal da Cidade”, por sua vez, publicou a respeito da passeata:

“Passeata, Farofa e Vandré”

Às nove e vinte da manhã de quarta-feira passada, quando a

---

26. Cf. "O Impacto" de março de 1980.

delegação de Dourados chegou, entre aplausos e assobios, à UCE, os mais de 5 mil professores reunidos na concentração puderam finalmente responder ao que consideram “uma insinuação infeliz do Governador, Marcelo Miranda, uma semana antes da concentração, diante da torrente de declarações, afirmações e desmentidos despejados diariamente sobre a opinião pública do Estado, fora à imprensa minimizar a inquietação dos professores, creditando toda a insatisfação pela situação precária do magistério à pessoa de Eusébio Barrios, presidente da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul - FEPROSUL.

Antes mesmo das oito da manhã, a comissão de organização da concentração da UCE já estava trabalhando a toda. A “Carta Aberta à população” e as cópias de dois documentos dirigidos ao presidente da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal estavam rodadas. O roteiro da passeata, previsto e acertado, os auto-falantes instalados.

A mesa da porta de entrada abastecida de crachás e canetas. Os detalhes repassados. Restava a expectativa do comparecimento dos professores e a reação do Governo.

Aí foram chegando as delegações de Rio Verde, Fátima do Sul, Caarapó, Iguatemi, Barbacena, Nova Andradina e mais tarde de todos os pontos do Estado. As arquibancadas da UCE foram se enchendo. Faixas, palmas, música e calor. E os alto-falantes quietos, na espera dos ônibus de Dourados. Pela quadra, circulava a bancada em peso do PMDB; “viemos com a única intenção de dar o apoio do partido às reivindicações dos professores”. Na parede, em cima do bar, uma faixa preta com letras verdes, confirmavam em bom tamanho as palavras dos deputados.

Sufoco no bar. Muita sede dos professores e os refrigerantes saíam sem parar. Na calçada em frente à UCE, os sorveteiros faziam a festa. E de lá do lado de lá do gramado verde do Passo, o pessoal da Prefeitura olhava curioso o movimento do vai-e-vem. Eta verão. Sol de rachar. Quente fora; muito mais quente dentro. Toca a abanar com os panfletos, que a esta altura, já circulavam em sobra. O “Vem vamos embora/Que esperar não é saber” do Geraldo Vandré, comia solto e sem engasgo. E mais duas ou três paródias de marchinhas de carnaval (entre elas “Jardineira”) iam aos trancos e barrancos, apesar das letras distribuídas. O tema era um só: salário de fome, péssimas condições de trabalho, reclassificação automática e as promessas do Governo. De repente um reboliço, buzinas na rua, gente indo à porta e uma voz no alto-falante anunciava: “a delegação de Dourado chegou”. As arquibancadas cheias ficam em pé, aplaudem e assobiam. Eusébio Barrios, presidente da FEPROSUL,



assume então o comando da concentração e o microfone do palco. Os professores da entrada abrem ala, o pessoal de Dourados entra cantando. A UCE se anima e recebe mais uma enxurrada de faixas e cartazes. Com a delegação, chegam mais meia dúzia de violões, máquinas fotográficas, sacolas com o lanche dos mais precavidos e as marmitas com farofa penduradas no ar: foi a crítica mais direta e visível de toda a concentração, ao “Salário de fome” dos professores.

“ESSA É A RESPOSTA”, prossegue o “Jornal da Cidade” Eusébio, em frente à faixa de apoio do núcleo estudantil do PT e da mais desesperada entre todas as faixas (“Pelo amor de Deus, solta a reclassificação”), começou a ler a Moção de Apoio enviada à concentração pela bancada do PMDB. Embaixo das assinaturas dos seis deputados estaduais da oposição, seguiam-se as da Associação dos Advogados de Campo Grande, Centros Comunitários do Guanandi, Guaicurus e Cohafama, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Sindicato dos Empregados Hoteleiros, Movimento pela Anistia e Defesa dos Direitos Humanos, Associação dos Engenheiros e Arquitetos, União Nacional dos Estudantes — UNE, Diretório Acadêmico dos cursos de Medicina, Farmácia e Bioquímica, Engenharia Civil e Economia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e do Centro Cívico Padre José Scampini.

Em nome da classe, Eusébio começou dizendo que os mais de 5 mil professores estavam reunidos para denunciar a situação de arrocho do trabalhador brasileiro. “Os salários são baixos, há insatisfação, movimentos reivindicatórios iguais ao nosso por todo País”, afirmou, completando que “por isso, neste ato denunciamos a respota do governo aos movimentos dos professores de outros estados; os sindicatos brasileiros estão sendo fechados e há prisões em diferentes pontos do país”.

Apesar das denúncias sobre a insegurança no ensino e no professorado dentro do Estado, Eusébio fez questão de “deixar bem claro” que o movimento era reivindicatório e não político.

“Estamos aqui, disse, para reivindicar o que é justo, o que nos é devido há muito tempo”. Eusébio lembrou que desde 21 de junho do ano passado, o piso de Cr\$ 9 mil está fixado por lei e ainda não foi implantado. “Por isso salientou, não queremos mais promessas. Estamos cansados de promessas dia após dia; queremos o nosso piso agora”. E entre palmas, acrescentou que a concentração também era “uma resposta ao Governador, que disse à imprensa que não havia insatisfação

da classe, mas de uma única pessoa: eu, Eusébio, presidente da FEPROSUL. Pois bem, estamos todos reunidos aqui; essa é a resposta”. Com aclamação geral, estava terminado o ato da UCE.

“FAROFA PRO LONDRES”, continua o jornal.

Enquanto uma comissão encabeçada pela presidenta da ACP — Associação Campograndense de Professores, Onilda Ourives, entregava um documento com as reivindicações dos professores municipais da capital ao presidente da Câmara, os professores se organizavam para a passeata. Oito batedores do batalhão de guardas de trânsito passaram a cumprir suas ordens de “apenas observar e orientar o trânsito”, durante o roteiro previsto.

Eram dez horas em ponto, quando a passeata extensa e silenciosa começou a descer à Afonso Pena, com destino à Assembléia, “Por que em silêncio, professora? — perguntou um repórter, estranhando o fim das músicas”. Era orientação da Comissão — E mais que isso, explicou ela com os mesmos versos do Vandrê: “Você leu aquela música do “não espere acontecer”? Pois é assim; esse é nosso primeiro grito de alerta. Estamos mostrando que a classe está unida e cansada de promessas. E também até onde podemos chegar e o quanto temos para falar, se nossos direitos não nos forem dados depois desta concentração”.

E foi assim, em silêncio e sem problemas com o trânsito, que os professores chegaram à Assembléia e perceberam que o PMDB havia tido o cuidado de pendurar no portão outra faixa negra de solidariedade ao movimento. Na calçada, em frente à Assembléia o presidente da FEPROSUL, ladeado pela vereadora Nelly Bacha, teve o primeiro contato com deputados do PDS, durante toda a manhã. Londres Machado, presidente e Ary Rigo, líder do partido do governo no Legislativo estadual, foram receber o documento com as reivindicações de todos os professores do Estado.

De megafone na mão e sujeito como todos os profissionais de imprensa presentes, às exigências de espaço e enquadramento do cinegrafista da TV Morena, Eusébio Barrios mais uma vez lembrou as causas da manifestação a Londres e Rigo. Em troca, recebeu do presidente da Assembléia a promessa de que ainda na mesma tarde, uma audiência seria marcada com o Governador Marcelo Miranda. As professoras mais próximas da ilha (sic) de conversações, ouvida a promessa e terminado o programa do Legislativo, não hesitaram: destampando as marmitas que carregavam, ofereceram farofa para o presidente da Assembléia. Que aceitou, meteu a mão, comeu um bocado, mas não pediu mais.

“LANCHE NA PRAÇA”, continua relatando o “Jornal da Cidade”

Bom, mais uma etapa cumprida. Pela manhã, só faltava terminar o roteiro da passeata. Os professores voltaram à Afonso Pena, dobraram a direita na 14 de Julho e quebraram o silêncio em frente ao Supermercado dos Discos. É que enquanto eles passavam, alguém resolveu botar pra tocar o “Vem vamos embora”, do Vandrê e a cantoria começou. Se bem que tímida e dispersa. Na Dom Aquino, o canto quase parou e a passeata chegou à Calógeras com o esquema de trânsito menos garantido. Mas os carros foram comidos e o comércio abriu bem os olhos para entender as faixas e cartazes. Nenhum aplauso, nenhuma vaia. Sorrisos e cochichos eram as reações do pessoal das lojas e das ruas. Numa banquinha de liquidação, uma mulher nem se voltou para ver a passeata passar. Bos (sic) o olhar repartido do turco, continou absorvida, de mãos mexendo calções lisos e estampados. Antes da reta final da Afonso Pena, ainda na Calógeras, a fala estava reabilitada. A maioria dos mais de 5 mil professores gritava em coro: “Nove mil/ prometeu não cumpriu”. Com esta palavra de ordem, os professores tomaram a Ary Coelho e se reuniram perto da fonte. Sobrou vaia quando a voz de Eusébio pelos alto-falantes do volks amarelo do som resumiu o encontro da Assembléia. Ninguém gostou de receber outra promessa, a de Londres, em troca de uma manifestação que custou horas de viagem, um dia sem a família, dois quilômetros de passeata debaixo do sol e uma concentração apertada e calorenta na UCE.

Mas ficou definido que era quase certa a audiência e que, portanto, convinha ir reunindo os presidentes ou representantes de todas as associações municipais presentes para a conversa no ERPE. Onilda, da ACP, pediu a colaboração dos professores de Campo Grande para a assistência e o almoço dos professores do interior e aproveitou o microfone na mão para desmentir a notícia publicada “por um matutino daqui”. Na verdade, explicou ela, “a ACP não pediu dispensa para os professores da cidade que participaram do ato público”. E acrescentou que a ACP não o fez “justamente por saber que outras associações haviam tido seus pedidos negados e portanto, seus professores estavam sujeitos a punições”. Onilda declarou também, que em nome da união da classe, a “ACP preferiu entrar com igualdade de condições e riscos nesse movimento que é de todos nós”.

Depois do aviso de que as duas em ponto, o professor Fiorello estaria no Dom Bosco (sem aulas em apoio ao movimento) para um debate sobre a situação do ensino, a debandada começou. Lá no Dom Bosco, segundo o consenso, os

professores voltariam a se reunir e esperariam a comissão de presidentes de associações e da FEPROSUL, para tomar conhecimento e discutir o posicionamento do Governador. Os bares perto da Ary Coelho lotaram e os lanches das sacolas começaram a ser comidos pelas sombras, na grama da praça. Cheiro de laranja no ar. Laranja, farofa, frango assado e frito. E no zum-zum-zum do almoço debaixo do céu claro, no burburinho dos balcões cheios, uma certeza tão forte quanto a fome do meio-dia; é, a manhã tinha sido uma resposta, boa como o quê.

Tomando como sub-título palavras de ordem dos manifestantes o “Jornal da Cidade” continua relatando os acontecimentos:

“Cadê os nove mil?  
O Governo nos mentiu”

“Nós fizemos a concentração para mostrar ao governo que não somos crianças e que estamos cansados de ser tapeados”. Com esta explicação, Nelly Elias Bacha, professora efetiva estadual há 15 anos, filiada à Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul — FEPROSUL e vereadora do PMDB, justificou a concentração dos professores estaduais e municipais, na quinta-feira passada. Para ela, o descaso da administração estadual perante a atual situação da classe, os péssimos vencimentos, o desrespeito às leis federais que regem o magistério, as precárias condições de trabalho nas escolas e a lacuna de 10 anos sem concurso para admissão de professores são alguns dos graves problemas que não mais podem ser protelados.

Durante a rápida entrevista concedida por Nelly, alguns pontos da intrincada rede de informações e contra informações, declarações, afirmações e compromissos despejados sobre a opinião pública através da imprensa, desde a mobilização dos professores do Estado em torno de reivindicações da classe, puderam ser esclarecidos. Na concentração, em carta aberta à população, os professores vieram a público esclarecer que apesar de uma lei já aprovada, e das reiteradas declarações do Secretário Estadual de Educação, Juvêncio César da Fonseca, o piso salarial atual não é de Cr\$ 9 mil.

“As normalistas, que dão aula aos alunos da primeira à quarta série do primeiro grau, na verdade estão ganhando Cr\$ 2.400,00; nem um terço do que proclama o secretário de Educação”, diz Nelly. Eu, depois de 15 anos de estudos, 15 de magistério como professora nível 5 (com licenciatura plena), um dos mais altos (a normalista é nível 1), ganho Cr\$ 10.069 líquidos, por uma manhã inteira de aula, em classes de 40 alunos. Isto com todos os adicionais; incluindo o adicional de

tempo, que pelos meus 15 anos, é exatamente 25 por cento dos meus vencimentos. Então, na verdade, o meu piso é de Cr\$ 7.500 e não de Cr\$ 9 mil”, argumenta Nelly.

O adicional pelo tempo de serviço é outro problema. Antes do desmembramento do Estado, os professores eram regidos pelo Estatuto do Magistério de Mato Grosso. A cada três anos de trabalho os professores adquiriam o direito de um adicional de cinco por cento sobre os vencimentos. Depois da implantação de Mato Grosso do Sul, foram criadas “duas porcariazinhas de Leis — O Estatuto do Servidor Público e o Plano de Classificação de Cargos e Empregos”, segundo Nelly, que “piorou ainda mais a situação dos professores do Estado”.

Agora, pelo Estatuto do Servidor e pelo Plano de Classificação os professores passarão a receber por quinquênios: nos primeiros cinco anos, o adicional por tempo de serviço é de 10 por cento, e nos posteriores de cinco por cento. Feitas as contas, no caso de Nelly, depois de enquadrada, o adicional baixa de 25 para 20 por cento. “O problema é que depois de determinado nível, ao professor não interessa estudar mais, para ter mais titulação: eu que já tenho licenciatura plena, não me interesso por pós-graduação, por exemplo. Assim, o adicional por tempo de serviço passa a ser a principal fonte de melhoria de vencimentos dos professores”.

Nelly considera esta redução no adicional por tempo como um retrocesso para classe, já que uma conquista adquirida será perdida pelos antigos professores depois do enquadramento no Estatuto do Servidor. “Pior que isto: para os novos professores isto significa entrar no magistério com um direito legítimo a mais, simplesmente suprimido”. Fazer com que uma classe perca seus direitos — “uma cachorrada dessas” (sic), para Nelly é um retrocesso que desmente toda a conversa sobre progresso, construção de Estado Modelo e cidades humanas apregoadas pelas assessorias de imprensa do Governo.

A reclassificação dos professores regida e garantida pela Lei federal 5692, não funciona em Mato Grosso do Sul. “A 5692 prevê justamente o avanço funcional conforme a titulação adquirida durante o serviço”, esclarece Nelly, complementando que a Lei foi feita justamente para incentivar a especialização no magistério. “A reclassificação significa vencimentos maiores, às vezes em até 40 por cento, para compensar o curso que o professor acabou de fazer”, explica ela. “Mas aqui em Mato Grosso do Sul, apesar dos pedidos e dos estudos da classe, a apresentação da titulação não significa a reclassificação prevista pela Lei sancionada pelo Congresso Nacional”.

Contra isso, a classe se decidiu por alinhar a reclassificação automática (na hora do pedido e da apresentação da titulação)

entre suas reivindicações básicas. Outra exigência é a da melhoria das condições de trabalho. Segundo Nelly, nas escolas estaduais, onde a situação é muito mais precária que na Rede Municipal de Ensino — Reme — os professores são obrigados a fazer o recreio “num corredorzinho qualquer, porque não têm nem mesmo sala de professores”. Em alguns colégios, os alunos são instruídos para sentar no chão, na falta de carteiras.

As horas-atividades pagas aos professores se restringem a duas a cada vinte horas para professoras primárias; quatro, para os professores estaduais com carga de 22 horas semanais e apenas duas para os professores municipais com 17 horas. E no pagamento das horas-atividades que os professores são remunerados por todo trabalho desenvolvido fora das salas de aula: planejamento, elaboração e correção de provas e trabalhos.

Outra reivindicação é o piso salarial imediato de Cr\$ 9 mil. Segundo as promessas da Secretaria de Educação, os professores efetivos depois de enquadrados passarão a este piso, recebendo desde janeiro deste ano. Mas os interinos só receberão o piso de Cr\$ 9 mil do enquadramento em diante. Isto discrimina cerca de 7 mil e 800 professores interinos existentes no Estado, os admitidos irregularmente através de portarias e resoluções, ao invés do concurso previsto por Lei. Nelly é contra a discriminação por duas razões: segundo ela; a maioria dos interinos é habilitada por cursos, mas só não é efetiva exatamente porque o último concurso para admissão ao magistério foi feito em 69, para o ginásio e o colegial e em 71, para o primário.

Nelly acha que a classe não pode pagar pelo fato do governo não ter se organizado em quase ano e meio de implantação do Estado. “Aos professores não importa se o Juvêncio alega que está entrando agora; o governo dele está aí desde há muito mais tempo. Nem nessa e nem em outras administrações anteriores, os professores encontraram seriedade às suas reivindicações; a gente cansou de ir em comissão entregar estudos e documentos assinados e a Secretaria nunca deu nem pelota”.

Enquanto isso... prossegue o “Jornal da Cidade”

No último parágrafo de uma carta enviada pelo presidente da FEPROSUL — Federação das Associações de Professores de Mato Grosso do Sul — Sr. Eusébio Barrios, ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Londres Machado, na qual denuncia a situação em que se encontra o professorado do Estado, estão consubstanciadas as principais reivindicações da classe: aplicação imediata da tabela oficial salarial constante do Plano de Classificação e Cargos, realização imediata

de concurso para efetivação dos professores interinos. reclassificação automática do professor com seu enquadramento no nível salarial a que faz juz

pelo título apresentado, aposentadoria aos 25 anos de efetivo serviço e melhores condições no ambiente de trabalho. São cinco pontos considerados de vital importância pelo professorado: “É o mínimo necessário para que possamos realizar nosso trabalho a contento”, enfatizam os professores. E essas reivindicações foram levadas ao Governador, após o término da passeata empreendida na quinta-feira passada, com a participação de mais de cinco mil professores vindos de quase todos os municípios do Estado. Foi certamente a maior manifestação classista jamais realizada por estas bandas.

Os professores sul-matogrossenses demonstraram uma capacidade insuspeita de arregimentação, fato que evidentemente despertou a gula eleitoral da classe política – é o maior segmento de trabalhadores de um único setor do Estado (mais de 12 mil membros), e que agora demonstra estar unida diante dos problemas comuns. Mas, por motivos óbvios, só a oposição está podendo tirar proveito da situação – os deputados governistas estão preferindo até nem tocar no assunto.

Na posição firmada pelo deputado estadual Sérgio Cruz, o “Jornal da Cidade” encontra o sub-título para prosseguir em sua longa matéria:

#### ENGODO GOVERNAMENTAL

Todo o povo do PMDB, do PT e do PTB, os três quase (sic) — partidos de oposição brasileira, estava lá na UCE quando começou a concentração que deu origem à grande passeata. Além do sempre presente proleto político, inevitável nessas horas, surgiram propostas mais positivas, como a do deputado Sérgio Cruz, líder do PMDB, propondo uma emenda ao Artigo 6º da Lei que fixa novos valores e reajusta vencimentos, salários e proventos dos servidores do Estado. A emenda de Sérgio Cruz propõe a retirada do texto do artigo da expressão “enquadramento no Estatuto do Magistério Público Estadual”. Com isso todos os professores — não importando em que quadro de pessoal estejam lotados — terão direito ao piso salarial prometido pelo Governo do Estado.

Como está o texto original projeto do Governo, enfatiza Sérgio Cruz, apenas os professores efetivos seriam beneficiados com o citado artigo que, na íntegra, diz o seguinte: “O vencimento-base do professor enquadrado no Estatuto do Magistério Público Estadual, a contar de 1º de março de 1980, é de Cr\$ 6.168,00 e de 7.710,00 a partir de 1º de maio de 1980, mantido o escalonamento vertical consubstanciado na Lei 3.601, de 17 de dezembro de 1974, do Estado de Mato Grosso”.

Em uma nota enviada à imprensa, Sérgio Cruz explica sua posição: “Há conscientização. Há união e decisão. Os professores de todo o Estado, representados nesta manifestação geral, mostram, com sobras, que o engodo governamental ruiu por terra. A conversa fiada do Palácio sobre salário de índices forjados, de aumentos que não são aumentos, mas tapeação, tudo fica para a História como exemplo do arrocho imposto a uma das mais sacrificadas e laboriosas classes do país”.

E a posição de Sérgio Cruz tem o aval de seus companheiros de bancada: “A luta que o professorado do Mato Grosso do Sul trava por melhoria salarial encontra enormes obstáculos a serem transpostos, todos eles colocados por esse Governo anti-popular: nesse sentido as entidades abaixo relacionadas (a Moção de Apoio” que contém a frase não relaciona nenhuma entidade) colocam-se à inteira disposição dos professores para que, unindo nossas forças, possamos saltar esses obstáculos e chegarmos à vitória”. Eles concluem afirmando:

“Aos professores sul-matogrossense, nossa solidariedade”. Assinam Alberto Cubel, Sultan Rasslan, Ramez Tebet, Onevam de Mattos e Roberto Orro, além do próprio Sérgio Cruz. A Caminho da Greve... prevê o “Jornal da Cidade”

Depois de afirmar aos professores que foram ao seu gabinete, liderados por Barrios, o presidente da FEPROSUL, Marcelo Miranda assegurou-lhes, segundo a Secom/MS, que seu Governo está preocupado com as condições não só dos professores, mas também dos alunos de todo o Estado.

Em nota emitida ainda na quinta-feira, após a reunião de Marcelo Miranda com os professores, a Secom observava que “o governador garantiu para maio um piso salarial de nove mil cruzeiros para todos os professores dos níveis um e dois, de toda a rede estadual, e reafirmou o compromisso já assumido anteriormente pelo secretário Juvêncio César da Fonseca, da Educação, de que a partir de janeiro (de 1981) todas as reivindicações da classe, em termos salariais, estarão completamente atendidas”.

“Ao receber em seu gabinete — prossegue a nota do setor porta-voz do Governo — uma comitiva de mais de cinquenta professores de diversas regiões do Estado, o Governador reconheceu como legítimas e honestas as reivindicações do magistério lembrando que este problema não é só do professorado, mas de todo o Estado”.

E a Secom vai mais longe: Diante do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Londres Machado, e do secretário Juvêncio César da Fonseca, da Educação, o governador Marcelo Miranda, após ouvir as reivindicações do professorado garantiu-lhes que o Governo enviará em breve mensagem à



Assembléia Legislativa, propondo aumentos que garantirão um piso salarial de nove mil cruzeiros aos professores da rede estadual, com aumentos previstos para março e maio”.

Porém, no dia seguinte, o Governador, em entrevista concedida a uma emissora de rádio local, mudava um pouquinho o que havia sido divulgado pela Secom. O piso de 9 mil cruzeiros será autorizado em maio somente para os professor normalistas, não licenciados, de nível que no Plano de Carreira corresponde ao P4. Aos demais, que possuem licenciatura curta ou leigos, e aguardam o enquadramento da Secretaria de Educação, ficou estabelecido um aumento de 25 por cento em março e outro acréscimo de percentual igual em maio, com a vantagem de serem enquadrados até 15 de outubro, ao invés de 31 de dezembro.

Quanto às outras reivindicações dos professores, o governador Marcelo Miranda citou-as apenas “en passant”, ainda segundo a nota da Secom, demorando-se um pouquinho mais no ponto “melhores condições de trabalho”. Marcelo afirmou que seu governo “agora está empenhado na construção de mais 700 salas de aula”.

A Comissão de professores saiu da audiência com Marcelo e dirigiu-se ao Teatro Dom Bosco, onde todos se reuniram no final da tarde. Em princípio, os professores declararam-se não satisfeitos com as propostas governamentais e dispostos a paralisarem o trabalho. Mas antes de decidirem a medida extrema, os professores decidiram consultar os seus colegas do interior — assim, no decorrer desta semana haverá assembleias de professores em todos os 55 municípios do Estado.

E no dia 22 de abril próximo haverá uma Assembléia Geral em Campo Grande, que terá delegados de todas as Associações de Professores dos Municípios de Mato Grosso do Sul, para decidir os caminhos da classe. E é quase certo que será o da greve geral, se não houver atitudes mais firmes do Governo do Estado.

Dando mostras de conhecimento profundo sobre as reivindicações do magistério, o articulista do “Jornal da Cidade” procurou subsídios até em um manual preparado pelo Governo para enquadrar seu pessoal: Manual de Enquadramento para ajudar Funcionário a saber onde irá trabalhar no Governo.

Utilizando os serviços de estudantes universitários do Projeto Rondon, o Governo do Estado inicia em breve um grande censo de funcionalismo público estadual, para que possa finalmente enquadrá-lo no Quadro Permanente, o quadro definitivo, o único, de funcionários do Estado, de acordo com o Plano de Classificação de Cargos.

Segundo um “Manual de Enquadramento” que a Secretaria Estadual de Administração distribuirá a todos os funcionários

Estaduais, “este plano prevê a organização de todos os servidores em carreira, isto é, arruma o funcionalismo do Estado de forma que as pessoas que exerçam as mesmas tarefas e tenham iguais responsabilidades ocupem cargos da mesma denominação e, conseqüentemente, recebam vencimentos equivalentes”.

Dirigindo-se especificamente ao funcionário, o Manual de Enquadramento observa que “a fim de que você possa compreender e participar diretamente de seu enquadramento numa nova situação funcional, passaremos a mostrar como foi organizado este Plano, suas definições e vantagens, sua finalidade e conteúdo, para que você seja responsável pelo seu enquadramento”.

Aliás, essa parece ser uma constante preocupação do Governo, no caso — que o funcionalismo participe firme e decisivamente de todo o processo de enquadramento, que, como a Justiça Divina, tarda mas acaba por chegar. E talvez o renascer das esperanças dos funcionários públicos estaduais de verem finalmente suas situações colocadas de acordo com as leis do novo Estado, pois a grande maioria ainda se encontra sob o regime jurídico do Estado antes da divisão em pior situação, ganhando salários bem mais aquém da realidade após a inflação de proporções delfinianas.

#### Questões a serem respondidas

Para serem enquadrados, os funcionários terão que responder a uma série de perguntas — “Começaremos juntos — diz o manual — a pensar nestas indagações: como você ingressou no Estado de Mato Grosso (sic) Por que você hoje exerce funções diferentes daquelas para as quais você foi admitido? Você realmente deseja continuar executando as mesmas tarefas que executava em 31/12/78? Você já se formou e quer ser enquadrado numa função melhor ou diferente da que tem hoje?”

Numa linguagem que pretende ser didática, mas que geralmente é confusa, o manual, além das perguntas colocadas dá uma explicação geral do que é o Plano de Classificação de Cargos, o que é clientela, enquadramento, trasposições, transferência, categoria funcional, classe, referência, etc., etc., tudo de acordo com “linguagem hoje vigente em administração de pessoal”. Isto é, tudo um tanto esotérico.

Assim mesmo, o funcionário que ler o Manual ficará sabendo que o “Plano de Classificação de Cargos e Empregos é constituído de tabelas que definem o número de cargos que podem existir no Estado, a denominação desses cargos, a formação escolar exigida para ocupar esses cargos e, finalmente os vencimentos correspondentes a cada cargo criado”. Vai ficar

também sabendo o que é clientela, que clientela tem três tipos: clientela originária, clientela secundária e clientela em geral. Os primeiros são servidores efetivos, concursados: os segundos, são servidores não concursados, titulares de cargos: e os terceiros são os que não estão incluídos nas categorias anteriores. Tomará conhecimento de que enquadramento “é o ingresso do pessoal no Quadro Provisório (o pessoal do Estado novo). Esse enquadramento dar-se-á por transposição ou transferência”.

### Transposição e Transferência

Quem ler o Manual do Enquadramento poderá ter uma idéia do que são os processos de transposição e transferência. O primeiro é a inclusão no quadro permanente de servidores nomeados ou admitidos no Estado de Mato Grosso, mediante concurso público ou prova de habilitação de caráter competitivo. Em outras palavras, é o ingresso dos servidores concursados em data anterior a 1º de janeiro de 1979, no Quadro Permanente.

Transferência é a inclusão no Quadro Permanente, de servidores admitidos no Estado de Mato Grosso antes de 1º de janeiro de 1979, sem prestação de concurso público. Esses servidores, observa o manual, “ficarão sujeitos a treinamento e a processo seletivo, dos quais deverão participar com responsabilidade”.

### Quando Acontecerá

O Manual responde também a pergunta mais ansiosamente feita nos últimos meses pelos funcionários públicos, principalmente os professores: “quando se processará o enquadramento”. Diz lá o manual: “o enquadramento do funcionalismo se processará durante o ano de 1980, estando seu encerramento previsto para 31 de dezembro de 1980”. Quer dizer, não é a resposta que todos aguardavam, pois terão que aguardar quase dez meses para finalmente se tomarem funcionários de Mato Grosso do Sul. Mas diz que vai pagar os atrasados desde 12 de janeiro de 1980.

Na segunda-feira passada o governador Marcelo Miranda assinou decreto que disciplina o enquadramento, dando finalmente uma base legal ao Manual de Enquadramento. Mas no meio do funcionalismo, principalmente entre o professorado — que provocou o apressamento das medidas governamentais, graças às pressões que tem exercido — há ainda sérias desconfianças. O governo agora tem mais é que mostrar serviço, sem ficar blasonando através da imprensa e TV, prometendo salários

que não pode pagar e atitudes que não pode tomar” (27). Mas nem tudo saiu perfeito nesse dia. Na parte da tarde a FEPROSUL marcou uma reunião geral no anfiteatro do Colégio Dom Bosco e, infelizmente, nem tudo transcorreu como o professorado queria.

O presidente Eusébio Barrios convidou todos os presidentes das Associações Municipais para subirem ao palco e então iniciou uma avaliação do movimento. Os presentes, entusiasmados com o sucesso da passeata, começaram a exigir a presença do governador na Assembléia. O professor Eusébio, diante da situação, passou a direção dos trabalhos ao vice-presidente Wilson Biasotto e saiu, na tentativa de conseguir acertar uma audiência com o governador.

O anfiteatro do Dom Bosco, a exemplo do ginásio da UCE, também tornara-se pequeno para acolher tanta gente e o professorado inflamado, sentindo-se forte, começou em uníssono a gritar: GREVE, GREVE, GREVE.

Biasotto reuniu-se, naquele mesmo palco, com os presidentes das Associações Municipais e foi perguntando um a um se suas respectivas associações estavam dispostas a acompanhar o clamor daqueles professores presentes. Não havia estrutura, foi a conclusão. Biasotto pediu silêncio e expôs a situação. A presidente da ACP, professora Onilda Ourives também fez uso da palavra para afirmar que a capital, naquele momento, não estava em condições de deflagrar uma greve no magistério. Outras lideranças também foram ocupando o microfone para defender a idéia de que uma greve naquele momento era inviável, mesmo porque o governo ainda não se havia manifestado.

Nada disso satisfez o professorado, que continuava a clamar por greve e os oradores só foram ouvidos porque havia um grande respeito pelo trabalho que aquelas lideranças haviam desenvolvido, além, evidentemente, do nível intelectual da categoria.

Os professores voltaram a fazer silêncio com o providencial retorno do professor Eusébio, anunciando que o governador receberia todos os presidentes de associações para uma audiência em seu gabinete.

A Assembléia foi suspensa, as lideranças do movimento lotaram um ônibus e foram conversar com o governador Marcelo Miranda.

A audiência foi tensa. O governador dava mostras de nervosismo e irritação, e os professores, de força. O encontro resultou em mais uma promessa: piso salarial de Cr\$ 9.000,00 a partir de maio, para os normalistas classificados como P4 e 25% a partir de março e mais 25% a partir de maio para os demais professores.

As lideranças não gostaram, mas a caminho de volta, dentro do Ônibus que os conduzia, decidiram aceitar a proposta ao invés de deflagrarem a greve.

No anfiteatro Dom Bosco, reunidos novamente, os professores,

foi-lhes anunciado o resultado da audiência e a decisão das lideranças. A decepção foi geral. Aquele dia chegava ao fim com as esperanças e os entusiasmos da passeata diminuídos. Os professores, cabisbaixos, já tomados pelo cansaço, retomavam às suas cidades, às suas casas. Em pequenos grupos os professores acusavam as lideranças de “aliados do governo” e o governo de “divisionista” 28.

Por quais razões as lideranças do movimento contrariaram as pretensões dos professores presentes no Dom Bosco, que pediam greve?

A resposta a esta questão é importante para a história do movimento em si, mas é fundamental também para o bem da verdade uma vez que muitos pensaram na época que as lideranças estavam vendidas (29). Na realidade a não ser o pedido de silêncio feito pelo Secretário de Educação à ACP, — o que foi denunciado — não houve nenhuma insinuação de se “comprar lideranças” e se, tentativas tivessem havido não haveria como concretizá-las, porque o sistema Federativo de organização do magistério de Mato Grosso do Sul dificulta este tipo de contravenção.

Teria havido erro? Passados oito anos dos acontecimentos, os líderes daquela época continuam acreditando que não houve erro e sim grande acerto na medida (30).

A greve naquela oportunidade teria sido inoportuna e, de fato, a conjuntura naquele momento parece comprovar isso. Em primeiro lugar, deve-se lembrar que as negociações não estavam encerradas. Ao contrário, desenvolviam-se com grande vigor. Então, não deveria ser o magistério a interromper as negociações porque isso acabaria beneficiando unicamente ao governo, que muito facilmente, lançaria a opinião pública, até favorável ao magistério, contra ele. Em segundo lugar deve-se considerar a conjuntura política.

O governador Marcelo Miranda, como já foi dito, havia substituído Harry Amorim Costa e sua indicação deveu-se principalmente ao trabalho do então senador Pedro Pedrossian, de quem Marcelo era aliado. Todavia, desde o início de seu mandato o novo governador nomeado deu claros indícios de que não pretendia seguir a orientação política de Pedrossian, gerando um inevitável conflito que desestabilizaria o governo. Para o governo não era conveniente um conflito também com o professorado, daí a expectativa das lideranças do magistério em resolverem suas questões sem necessidade da greve.

Marcelo Miianda tinha portanto grandes problemas: provar ao povo que faria uma administração melhor do que a do já respeitado governo de Harry Amorim Costa: vencer, além da oposição natural que

---

28. Cf. o “Diário da Serra” de 28.03.80.

29. Em sua entrevista Wilson Biasotto diz que “muitos anos após a passeata da Professora Marlene Souza lhe confidenciou que na época ela e muitas de suas colegas acreditaram que as lideranças haviam sido compradas pelo governo”.

30. Cf. as entrevistas dos professores Antonio Carlos Biffi, Eusébio Garcia Barrios e Wilson Biasotto.

lhe movia o PMDB — nesta época Marcelo pertencia ao PDS — uma oposição muito mais perigosa, a do grupo de Pedrossian, agora seu adversário e evitar qualquer movimento paredista dentro do Estado que o enfraquecesse (31).

As lideranças do professorado, enfim, estavam certas. Sem greve, conseguiu-se o maior índice salarial da história do magistério de Mato Grosso do Sul — inclusive considerando-se ainda a época em que o Estado ainda não estava dividido (32).

E mais: apesar do grande descontentamento verificado ao final da passeata não houve “rachas” no movimento. As lideranças continuaram valorizadas, sinal de que, afinal, todos concordaram que elas estavam agindo corretamente.

Depois desta, como se anunciou no início deste capítulo, mais três passeatas se realizaram — maio de 81, abril de 84 e novembro de 87. Todavia nenhuma se equiparou à primeira, nem em termos de objetivos e nem em termos de sucesso (33).

O objetivo da primeira passeata foi demonstrar força para evitar a greve: o objetivo das outras três foi mostrar união para não terminar as greves.

Valorizou-se no presente capítulo apenas a primeira passeata porque ela foi, por si, o principal meio de pressão. As demais fizeram parte do contexto das greves e, portanto, serão abordadas no capítulo seguinte.

---

31. Embora tenha contribuído para evitar uma greve que lhe desgastaria mais a imagem. Marcelo Miranda não resistiu ao poderio do grupo Pedrossian e foi substituído por este.

32. O magistério alcançou nesta época 2,9 salários mínimos, caiu ao final de 81 — governo Pedrossian — para 0,8 e em janeiro de 88 não ultrapassa os 2,5 salários.

33. É verdade que a passeata de novembro de 87, tendo reunido cerca de 20.000 pessoas superou numericamente a de 1980, mas não obteve resultados positivos sobre a passeata de 87. Veja o cap. “As Greves”.

CAPÍTULO V  
**AS GREVES**





O Magistério de Mato Grosso do Sul realizou ao longo dos nove anos de história administrativa do Estado, quatro greves. Isso quer dizer que em, aproximadamente, cada dois anos há um movimento grevista. Este dado é alarmante. Por que os professores fazem greve? Porque os governos deixam que as greves aconteçam?

No transcurso das páginas seguintes procurar-se-á esclarecer essas questões.

## **5.1. PRENÚNCIOS DA GREVE DE 1981**

A primeira greve do magistério de Mato Grosso do Sul registrou-se em 1981, mas a preparação efetiva do professorado começou em 1979, antes da realização da sensacional passeata de 80.

EM 27.03.79, o “Jornal da Praça” divulgava que a “Greve de Professores é só alarme falso”, mas já a 11.04.79, admitia que a “Greve dos Professores poderá surgir em Dourados” e, no dia seguinte, 12.04 estampava a manchete que “Professores querem greve, mas ADP busca diálogo”.

Outros jornais também anunciavam: “Professores querem greve” (O Progresso de 08.04.79), “ADP com dificuldades para controlar os ânimos dos professores” (O Progresso de 25.04.79), “Professores podem entrar em greve” (Diário da Serra de 31.08.79).

Estas e muitas outras manchetes evidenciavam a existência de um clima favorável a uma paralisação geral. Nessa época, estava sendo elaborado o Plano de Carreira do Magistério por várias lideranças do professorado e de posse desses artigos membros da comissão, por estarem mantendo contatos quase que diários com o Secretário de Recursos Humanos, Odilon Martins Romeu, pressionavam-no para antecipar o reajuste do magistério, que inicialmente estava previsto para quando estivesse pronto o Plano. O governo, cedendo às pressões, concedeu um abono que, embora paliativo, conseguiu acalmar o magistério que só voltou a falar novamente em greve no ano de 1980 (1).

---

1. As tabelas completas desse abono emergencial concedido aos professores através do Decreto Lei nº 067 de abril de 1979, fora publicadas na Integra pelo jornal ‘Quadro Verde’ de maio de 1979. A média percentual do abono foi 52% (cinquenta e dois por cento).

Em 3 de abril de 80, os jornais voltaram a falar em greve e o continuava sendo o mesmo, instabilidade empregatícia, uma vez que foi implantado o Plano de Carreira e muito menos o Estatuto do Magistério, e baixa remuneração salarial (2).

A passeata do final de março de 80 serviu para reavaliar as forças da categoria e as lideranças, empenhadas em serem representativas das aspirações das bases, não podiam deixar de ir organizando, como podiam, o movimento. Com um mês de antecedência programou-se o dia 15 de maio para a deflagração da greve. “13 de Maio, liberdade para os escravos do magistério”, foi o lema escolhido para motivar os professores e esclarecer a comunidade de forma geral.

A decisão de deflagrar-se greve com tanta antecedência, se de um lado favorecia a organização do movimento, de outro dava à FEPROSUL e ao governo a possibilidade de continuarem as negociações iniciadas em 27.03. Negociações difíceis, na verdade, Já em 18.04, o mesmo jornal “Correio do Estado” anunciava que o “Governo diz não às exigências apresentadas pelos professores”.

“Durante a reunião, o governador pediu aos líderes de classe para que não encarassem o encontro na base do bandido e do mocinho: basicamente foi um encontro calmo, mas o governo deixou bem definido que não aceitará novas negociações nas bases propostas ou que peçam novos reajustes salariais. O Deputado Ary Rigo ainda tentou contornar, afirmando que um novo contato poderia ser mantido, mas o governador adiantou que não concederá novos reajustes salariais” (3).

Com a possibilidade de interrupção das negociações, as entidades municipais ligadas à FEPROSUL saíram à luta em busca de apoio. Um dos documentos mais contundentes de que outras entidades estavam, de fato, do lado do magistério é o manifesto da 5ª OAB de Dourados.

“A Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de Mato Grosso do Sul, por sua 5ª Subseção... diante da greve dos professores do Estado, designada para dia 13 de maio de 1980, tem o dever e a honra de manifestar seu irrestrito apoio aos senhores professores que, se vêm na iminência de lançar mão do extremo recurso da greve”.

Direito mundialmente reconhecido nos Estados Democráticos, a paralisação do trabalho, como instrumento reivindicatório,

---

(2). Sobre estas novas ameaças de greve cf. “O Progresso” de 03, 10, 11, 15, 25, 29 de abril e 01 e 07 de maio de 80; “O Panorama” de 10, 11, 15 de abril e 01, 06, 07, 08 de maio; o “Diário da Serra” de 12, 25 e 26 de abril e 03 e 08 de maio de 80 Correio do Estado” de 14 e 18 de abril 80.

(3) Cf. o “Correio do Estado” de 18.04.80.

não representa de nenhuma forma desserviço ao Estado ou à Nação, mas pelo contrário, caracteriza manifestação de consciência democrática e instrumento destinado a contribuir para maior dignificação do trabalho e do trabalhador.

Que não se intimidem os professores ante ameaças explícitas ou veladas, como repressão, demissão em massa ou ilegalidade. A Lei há de nascer e existir como emanação e espelho dos anseios e aspirações da Nação a que se destina. No contexto atual da pseudo-abertura política, o poder usurpado e ilegítimo, ilegítimo e usurpado persiste, com escandaloso exemplo no Estado de Mato Grosso do Sul, onde o comando dos destinos de um povo se instalou, por um governo ultra-ilegítimo, não escolhido sequer pelas normas da Carta outorgada, também ilegítima” (4).

Enquanto se organizava a greve, a promessa do executivo estadual de mais manter conversações com os professores não concretizou e novos contatos foram mantidos com a intervenção do líder do governo na Assembléia Legislativa, deputado Ary Rigo e do próprio Secretário de Educação Juvêncio César da Fonseca.

Das longas negociações, surgiu mais uma promessa que a categoria acabou aceitando: “enquadramento profissional a partir de 15 de outubro, irreversivelmente, e pagamento de um piso salarial — a partir do enquadramento — de Cr\$ 14 mil.

Mais uma vez, governo e professores chegara a um acordo e a greve de novo foi adiada. Nessa oportunidade, o professorado atingiu o maior índice salarial de sua história (2.9 salários mínimos) e por alguns meses foi o mais bem pago do Brasil.

Mas, se de um lado o governo Marcelo Miranda conseguiu agradar aos professores, de outro não resistiu ao grupo de Pedro Pedrossian e foi destronado por aquele que o havia colocado no poder. Com a nomeação de Pedro Pedrossian, o magistério tinha razões de sobra para ficar preocupado. Em seu governo anterior, esse governador passou quatro anos sem conceder um único reajuste ao magistério. A inflação nesse período já era preocupante, nos últimos doze meses, maio de 80 a maio de 81 atingiu a casa dos 108% (cento e oito por cento), quantia que a FEPROSUL reivindicava de reajuste para fazer face, evidentemente, ao aumento do custo de vida.

Antes de iniciar uma greve, os professores tentaram nova demonstração de força, através de passeata e concentração em Campo Grande.

---

(4) A nota completa assinada pelo presidente da 5ª Subseção da OAB/MS. Dr. Jose Marques Luiz foi publicada no jornal “O Progresso” de 01 de maio de 1980.

## 5.2. A GRANDE CONCENTRAÇÃO DE 1981

O “Jornal da Cidade” de 24 a 30/05/81, sob o título “Professores param dia 27” conseguiu retratar com muita clareza as intenções e as preocupações do magistério:

Estado está assaltando professores

Novamente, os professores sul-matogrossenses têm que tomar medidas extremas para fazer valer seus direitos, quase sempre desrespeitados pelo Governo. Na próxima quarta-feira, dia 27, a classe pára em todo o Estado, para um Dia de Protesto e reivindicações — a principal dessas reivindicações refere-se a salários: os professores, baseados na inflação dos últimos doze meses, solicitam reajuste de 108 por cento em seus vencimentos ao passo que o Governo do Estado concedeu apenas 15 por cento. Faltam 93 por cento. Aqui em Campo Grande, os professores concentraram-se, na quarta-feira, a partir das oito horas, no ginásio de esportes da UCE, de onde irão para uma grande passeata.

Na segunda-feira passada, dia 18, os professores divulgaram uma “Carta aberta à população sul-matogrossense”, na qual tecem uma série de críticas ao Governo do Estado e apresentam suas reivindicações. Eis, na íntegra, o texto do documento:

Nós, professores da rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, estamos tornando público nossa insatisfação com as intenções governamentais de reajustar nossos vencimentos com índice economicamente irrisório e profissionalmente desestimulante, traduzindo desconsideração e falta de atenção para com toda uma classe de cerca de 10.000 profissionais, atingindo portanto ao redor de 50.000 sul-matogrossenses.

Enquanto os reajustes salariais das demais categorias funcionais variam de 50 a 80 por cento o magistério, a partir de maio, receberá 15 por cento. Em Assembléias Gerais realizadas em mais de 30 cidades do Estado, simultaneamente, no dia 04/04/81, decidimos não aceitar passivamente o índice estabelecido pelo Sr. Pedro Pedrossian, e que foi aprovado pela Assembléia Legislativa.

Sobram razões para mais esta mobilização da classe, mobilização

esta, mais amadurecida e equilibrada pelas lutas reivindicatórias dos anos anteriores. As razões são as mais variadas possíveis;

1. O atual quadro econômico nacional, apresenta uma espiral inflacionária capaz de engolir e neutralizar o índice de 15 por cento em minguados dois meses;

2. Este reajuste que pretende cobrir um período ao longo de 12 meses (maio de 81 à maio de 82), é totalmente incongruente com os reajustes e aumentos do custo de vida (alimentação, aluguel, luz, água, transporte, saúde, etc).

3. Hoje o magistério não está, absolutamente, “bem” como argumentam algumas fontes governamentais, ao contrário, pois o último reajuste decretado em maio de 1980 só começou a ser pago integralmente em janeiro de 1981.

Como ficamos com uma inflação de 110 por cento.

Afora tudo isso e muito mais que a classe vem sofrendo, questionamos:

Quais foram os critérios para determinar o índice de 15 por cento?

Onde estão os 25 por cento dos incentivos financeiros previstos pelo Estatuto do Magistério, aos professores de 1ª a 4ª série?

Quando virão as diferenças salariais referentes aos meses de Outubro e Novembro de 1980?

Como ficará o pagamento das diferenças salariais relativas à enquadramentos incorretos?

Muitos professores estão recebendo menos que o devido, pelo nível de sua habilitação, em vista de terem sido, por erro do governo, enquadrados em nível inferior. Temos também os professores contratados por Serviços Prestados, que não têm direito a Férias, 13º salário, Licença Médica, Licença Gestante, Aposentadoria e além de tudo recebem menos que o professor enquadrado.

Quando é que o governo vai se decidir em pagar o contingente considerável de professores que estão com seus vencimentos atrasados desde o ano passado (alguns desde fevereiro de 1980)?

O índice de reajuste salarial que achamos mais justo e compatível com os parâmetros econômicos atuais é de 108 por cento, de acordo com os estudos estatísticos feitos e o consenso da maioria dos profissionais da classe do Magistério.

Dê o seu apoio à nossa luta, não mande seus filhos à escola no dia 27 de maio: Dia de Protesto (5).

Ao contrário da passeata de 80, os preparativos da de 81 foram sensivelmente prejudicados pela ação governamental que, através de

---

5. A nota e a assinada pelos “Professores Sul-Matogrossenses” com data de 18 de maio de 1981.

delegados de ensino ou diretores escolares, pretendiam esvazias o movimento  
Já no dia 09.05.81, o presidente da ADP, Antonio Carlos Biffi denunciou na Assembléia Geral da FEPROSUL em Campo Grande que:

“... alguns Agentes Regionais de Educação, já começaram um trabalho de pressão sobre os diretores de escolas, no sentido de acalmarem todo o movimento de professores descontentes, inclusive, alertando alguns, de perderem seus cargos, se participarem da movimentação” (6).

Já a presidenta da ACP, professora Onilda Ourives, foi mais incisiva em sua denúncia, dando nome ao agente que estava pressionando os professores para não participarem da passeata:

“A titular da Agência Especial de Educação do Estado, Rosa Campanhã, está ameaçando os professores da Rede Estadual de Ensino, para que desistam de participar da passeata do dia 27” (7).

Desde quando foi deliberado que os professores fariam a concentração em Campo Grande — 09.05 — até o dia de sua realização, os jornais da capital e do interior gastaram muita tinta em incentivo ou desincentivo ao movimento. E não só pelo fato de existirem jornais tendenciosos. O “Diário da Serra”, por exemplo, num mesmo dia e numa mesma página destacava duas manchetes completamente antagônicas. De um lado colocava a declaração da Secretária de Educação e do outro a declaração do Presidente da Confederação de Professores do Brasil:

“Magistério chegou a ter aumento de 40 a 65%, diz Mariza Ferzelli” (8).

“Zanetti: os professores pedem pouco” (9).

As informações contraditórias, embora pudessem confundir a opinião pública, não prejudicaram o movimento e quando eram decorridos 14 meses após a passeata de 80, novamente os professores da rede estadual de Mato Grosso do Sul saíram às ruas de Campo Grande,

---

6. Cf. em “O Progresso” de 12.05.80 Biffi repetiu as denúncias novamente em ‘O Progresso’ de 22.05.81.

7. Cf. o “Diário da Serra” de 22.05.80.

8. Cf. “Diário da Serra” de 27.05.81. A então Secretária de Educação, professora Mariza Ferzelli entendeu equivocadamente nessa oportunidade que os incentivos financeiros aos professores das séries iniciais, previstos no Estatuto e dados a partir de maio correspondiam ao aumento salarial.

9. Cf. “Diário da Serra” de 27.05.81. O então presidente da CPB, Hermes Zanetti esclareceu nessa reportagem que o salário dos professores deveriam subir na mesma proporção em que subiu o salário mínimo nos últimos doze meses 300%. Zanetti argumentou ainda que se a inflação era tão elevada a culpa não cabia aos professores, mas ao próprio governo.

objetivando pressionar o governo para que atendesse às reivindicações da categoria.

Em Dourados, 15 mil alunos ficaram sem aulas (10), mas em Campo Grande e outras localidades, a paralisação não foi total (11). Mesmo assim, mais de 2 mil professores estiveram na passeata (12) e se concentraram defronte ao ERPE — Edifício das Repartições Públicas Estaduais — para forçar o diálogo com Pedrossian. Mas o governador tinha viajado à Brasília e os professores foram atendidos pelo chefe da casa civil, Osmar Dutra, que fez o seguinte pronunciamento para os indignados professores, que jamais esperavam pela viagem do governador:

“O governador recomendou que os recebesse e que logo após a sua chegada, se pronunciará a respeito do assunto e entrará em contato com a classe, prometendo logo uma solução” (13).

Mas, contrariando as palavras do Chefe da Casa Civil, o “Jornal do Povo” destacava em letras garrafais: “Pedrossian e PDS fogem dos professores” e sob este título dizia:

“Apesar dos ingentes esforços tentando impedir a passeata, do Sr. Pedrossian e de sua cúmplice nº 1 — Sra. Marisa Joaquina Serrano Ferzelli, os professores de MS realizaram pelas ruas de Campo Grande o ato de Educação, de Democracia mais importante do ano.

Cerca de 4 mil professores reunidos na UCE, saíram em passeata gritando contra o responsável por esse mau pedaço que terão de atravessar, caso não saiam vitoriosos na luta pelos 108%, até agora negado pelo governo.

O governo do MS só explora os professores quando ‘concede’ a título de reajuste salarial 15%, como o explora novamente quando não aceita pagar novo reajuste no próximo semestre.

A passeata que levou mais de cinco horas, conquistou a simpatia de toda a população que também se sente aviltada pelos crescentes custos da alimentação, do vestuário e ao mesmo tempo recebe salários que dia-a-dia perde seu poder de compra” (14).

---

10. Cf. “Folha de Dourados” de 27.05.81.

11. Cf. “O Progresso” de 28.05.81.

12. Cf. “Jornal da Manhã” e o “Diário da Serra” de 28.05.81. Na mesma data “O Progresso” diz que compareceram na concentração 5 mil professores. O “Jornal do Povo” de 31.05 afirma um número de 4.000 e o “Correio do Estado” de 28.05, demonstrando pouca simpatia ao movimento, fala em pouco mais de 400 participantes.

13. As palavras de Osmar Dutra foram publicadas no “Diário da Serra” de 28.05.81.

14. Cf. “Jornal do Povo” de 31.05.81.



Outro semanário de Campo Grande, comparando a passeata de 80 com a de 81 achou que aquela foi maior em número e esta, melhor em qualidade. Diz o jornal:

“Os professores voltaram às aulas, desta vez com mais força e união O movimento cresceu em qualidade, cujo reflexo se fez sentir na perseverança e no calor da passeata realizada na quarta-feira. Muito embora o número de professores presentes fosse menor do que anterior, os quase três mil demonstraram que estão maduros e conscientes do problema que passa o ensino no país” (15).

Mais maduro e consciente deveria estar mesmo o movimento. Não há dúvidas. Todavia não atingiu seu objetivo de dialogar com o governo, no sentido de obter os 108% de reajuste salarial pretendido.

Por que falhou essa passeata se a primeira, apesar dos pesares, foi vitoriosa? A resposta mais objetiva a esta pergunta talvez seja a que deu a professora Onilda Ourives:

“Dias antes da passeata, todas as diretoras foram chamadas à Secretaria de Educação em Campo Grande onde receberam orientações para impedir a passeata a qualquer custo. A partir de então foram seriamente advertidos em reuniões realizadas nas escolas.

... O governo de Marcelo Miranda, sem dúvida foi muito mais democrático que o governo de Pedrossian” (16).

### **5.3. A PRIMEIRA GRANDE GREVE DO PROFESSORADO**

As condições da época, de fato, impuseram ao governo de Marcelo Miranda uma abertura um pouco maior. Já Pedrossian, sendo o quinto governador em apenas três anos de divisão do Estado, sentia-se mais seguro. Sua queda era praticamente impossível, porque ela representaria uma total desmoralização do governo federal em relação às suas nomeações.

---

15. Cf. “Jornal da Cidade” de 31.05 e 06.06.81.

16. Essa declaração da professora Onilda foi publicada em “A Crítica” de 07 a 13 de junho de 1981.

Então Pedrossian pôde impor seu velho estilo de governo, caracterizado, basicamente, pela feitura de obras faraônicas.

Os professores, por sua vez, voltaram para suas casas mais uma vez desiludidos. Mas sem perder as forças, começaram a organizar a greve geral que ameaçavam desde 1979.

Bem que os professores queriam dialogar. Por que então agora os professores haveriam de radicalizar suas posições?

A verdade é que os professores não tinham nenhuma outra saída, que não a greve, pois quem se recusava a dialogar era o Governador do Estado e não a categoria. O governo bem sabia que os professores não tinham como reduzir a exigência de 108% de reajuste porque a inflação do período havia sido bem maior e, como não estava disposto a ceder e pagar a diferença de 93%, preferia ir preparando a opinião pública contra os professores.

De forma velada o “Correio do Estado” já em sua edição de 12.06.81, advertia que demissão era uma ameaça para o professorado porque:

“Uma análise governamental demonstrou que as despesas de custeio na área do professorado aumentam de forma assustadora... Tem professor sobrando, por culpa de muitas diretoras que contratam... Em resumo, milhares de contratados pela CLT estão ameaçados” (17).

As ameaças embora completamente descabidas, como esta que publicamos acima, foram se tornando cada vez mais incisivas, como se verá no decurso deste capítulo. Todavia os professores não se intimidaram, mesmo porque esgotava-se, em relação ao governo, uma das fontes que mais alimenta os homens, a esperança.

Como agravante de todo esse descontentamento, o governo, não se sabe se por má intenção, tentando demonstrar que não possuía dinheiro no erário, ou por má administração, começou a partir de maio, a atrasar o pagamento dos professores. Mal remunerados e ainda com seus vencimentos em atraso, os professores, através da FEPROSUL, decidiram que paralisariam suas atividades a partir do dia 10 de cada mês, caso o pagamento não fosse efetuado.

Essas paralisações, embora isoladas — porque cada município recebia em dias diferentes — foram como que uma espécie de preliminar (18) para uma greve geral. E nesse sentido,

---

17. Cf. o “Correio do Estado” de 12.06.81.

18. Em sua edição de 16.06.81, o “Diário da Serra” divulgou que “os mestres das cinco principais escolas estaduais da cidade... decidiram não trabalhar até o recebimento do salário”. “O Progresso” de 10.09.81 divulgou que os professores paralisarão as atividades amanhã, protestando pelo não

recebimento

de

seus

outro balão de ensaio foi a “Semana de Mobilização do Magistério Estadual”, decidida no sétimo SAMPROSUL — Seminário das Associações Municipais de Mato Grosso do Sul — realizado sob o comando da FEPROSUL na cidade de Jardim em 10.09.81, e levado a efeito de 12 a 16 de outubro. Em documento oficial, tirado no seminário de Jardim, os professores

“... informam ao governador a realização da Semana de Mobilização do Magistério Estadual de 12 a 16 de outubro, independente do recebimento ou não dos salários, cujo objetivo é sensibilizar a classe e a população quanto a necessidade de reajuste salarial de 108% reivindicado no início do ano” (19).

A Semana de Mobilização, entretanto, não atingiu todo o Estado. Com certeza, paralisaram suas atividades normais e promoveram outras, os professores dos municípios de Dourados, Bela Vista, Angélica, Fátima do Sul, Itaporã e Corumbá; entretanto não se dispõe de registros sobre o acontecimento (20).

O que se sabe, com certeza, é que o governo continuava inabalável na sua decisão de não reajustar os salários dos professores além dos 15%.

Em 27 de outubro de 1981 a Secretária de Educação, professora Mariza Serrano (21), recebeu em seu gabinete a FEPROSUL, que se fazia representar por vinte e dois presidentes de entidades municipais. Na oportunidade a secretária desabafou que:

“Ihe falta autonomia na Secretaria que dirige, chegando ao cúmulo de tomar conhecimento de decretos e medidas que

---

salarios em dia...”. E em sua edição do dia 17.09. “O Progresso” divulgou que a “greve branca iniciada por Dourados prossegue em várias cidades como Douradina, Eldorado, Ivinhema, Angélica, Ponta Porá, Fátima do Sul...” Essas paralisações em protesto pelo não recebimento em dia dos salários foram tão comuns durante a gestão de Pedrossian que não deve ter havido município que ao menos uma vez não tivesse paralisado as aulas em função disso. A situação era de tal forma caótica, que a Assembléia Legislativa cogitou em aprovar uma lei que estabelecesse “multa de 10 por cento ao Estado, no pagamento dos salários atrasados” Cf. “O Panorama” de 25.11.81.

19. Cf. o “Jornal da Manhã” de 10.10.81.

20. Cf. o “Jornal da Manhã” de 14.10.81. Em Dourados, segundo as edições de “O Progresso” de 14, 15 e 16.10.81, as atividades foram intensas, incluindo missa culto, concentração em praça pública e até mesmo uma concorrida passeata pela União Douradense de Estudantes em solidariedade ao movimento.

21. A professora Mariza Serrano, foi uma das fundadoras da FEPROSUL, alias membro muito atuante e vereadora em Campo Grande, pelo grupo do prefeito Levy Dias. Sua ascensão à Secretaria de Educação deveu-se a compromissos políticos entre os grupos de Pedrossian e Levy Dias. Os acordos entretanto parecem não ter dado certo e a professora Mariza foi de um lado abandonada pelo governo e de outro muito criticada pelos professores que entendiam que, sendo ela uma professora, deveria atender melhor a categoria.

dizem respeito ao setor educacional, apenas no dia da sua publicação no Diário Oficial” (22)

Sem poderem contar com o apoio da Secretaria sem diálogo como o governador, de um lado, e de outro recebendo apoio até dos alunos que, em última análise, seriam os mais prejudicados, os professores não estavam pretendendo terminar o ano letivo de 1981.

E apesar de toda essa insatisfação, a FEPROSUL não tomava a iniciativa da paralisação, não que sua diretoria hesitasse ou estivesse acomodada ou temerosa, mas sim porque nas Assembléias Gerais constituídas por três delegados de cada associação municipal — não se obtinha maioria favorável à paralisação.

O problema maior ficava por conta das cidades menores, onde, pelo fato da influência e pressão política se fazerem sentir com mais intensidade, os professores hesitavam em paralisar suas atividades.

Não suportando essa conjuntura de indecisão, a ADP tornou a iniciativa do movimento, deflagrando a partir de 10 de novembro de 1981, aquela que seria a primeira greve geral do Estado.

O fato de ter sido a ADP a iniciadora da greve e não a FEPROSUL, enseja que se abra um parêntesis para se fazer mais uma vez a apologia do sistema federativo de organização dos professores s. Quando a Federação emperra, uma outra, ou várias associações municipais levam a reboque a própria federação. Quando uma ou outra ou várias associações municipais emperram, a federação as leva a reboque. Isso faz com que o movimento reivindicatório do magistério de Mato Grosso do Sul seja mais dinâmico que em outros estados brasileiros, onde os professores estão organizados à base de Associações.

Mas voltando à paralisação, Dourados, por vários dias suportou sozinha a responsabilidade da greve. A jovem liderança de Antonio Carlos Biffi arrojara-se nesse empreendimento, consciente de que não estava só. Com ele não estavam apenas os líderes antigos, mas os alunos e as Associações de Pais e Mestres. E foi com o apoio dos estudantes, mas principalmente das Associações de Pais que a ADP organizou comissões mistas — professores, pais e alunos — para percorrerem as escolas de Dourados, onde ainda alguns professores estavam indecisos, e para viajarem

---

22. Cf. o “Jornal da Manhã” de 27.10.81.

até os municípios vizinhos, a fim de mostrar aos colegas a necessidade de aderirem ao movimento (23).

O trabalho foi árduo, mas eficaz. Todavia, não fora o elevado índice de conscientização do professorado douradense nessa época, a greve fracassaria e, mais que isso, todo o processo de organização da categoria seria abalado. E isso tudo porque, não bastasse a lenta adesão dos outros municípios, governo e imprensa tentavam esvaziar o movimento.

Até mesmo o jornal “O Progresso”, até então demonstrando simpatia ao movimento, parece ter invertido do dia para a noite sua posição e, no mesmo dia em que os professores douradenses iniciaram a greve — 10.11 - publicava dois artigos que, ao invés de notificar os acontecimentos — como deve ser a função de artigos jornalísticos — mostrava-se contrário à paralisação.

Num primeiro artigo, sob o título: “Greve não resolverá o problema” o articulista diz que:

“A greve dos professores douradenses, a partir de hoje, da rede estadual de ensino, está sendo encarada com desprezo, principalmente, porque está sendo considerada como mais uma ‘jogada política’, e que nada resolverá o problema da classe, no tangente ao aumento de salário já que isso só deverá ocorrer no próximo ano...

A classe dos professores, entendida como uma espécie de sacerdócio do saber, do transmitir cultura aos iniciados, e não de agitação, como vem ocorrendo em todo o Estado, embora ela lute por seus direitos. Mas a greve só serve para denegrir todo um empenho que engloba uma ação culturalizante. Os professores deveriam ter mais consciência e esvaziarem este movimento... (a greve) acarretará imensos prejuízos no ensino, além de incentivar outras classes” (24).

Na mesma edição, “O Progresso” divulgou uma nota da JDS — Juventude Democrática Social — (sic), assinada pelo então presidente Paulo Roberto Palhano, onde o próprio jornal destacava entre aspas que o presidente considerou a greve:

---

23. É praticamente impossível restabelecer com precisão o nome de todos os que em comissão, saíram com seus próprios carros, e as suas próprias custas pelas Cidades vizinhas — no Mato Grosso do Sul nessa época uma cidade distante 120 km era considerada vizinha — incentivando os colegas a aderirem ao movimento grevista. Duas presidentes de Associação de Pais e Mestres todavia merecem ser destacadas: Irene Nogueira Rasslan e Rógena Milan. A primeira chegou a ser acusada na Assembléia Legislativa de promover piquetes (O Panorama de 12.11.81) e a segunda recebeu até uma carta do governador como se verá adiante.

24. Cf. “O Progresso” de 10.11.81. A matéria, em parte transcrita, difere tanto, em termos de redação, da linha do jornal que parece ter sido escrita por um

leigo mas como não há assinatura, a responsabilidade, evidentemente é do próprio jornal.

“Inoportuna e prejudicial aos jovens estudantes, que estão sendo coagidos a aceitar uma situação contrária aos seus interesses”.

E o presidente da JDS, destacou “O Progresso”:

“**Exigiu** (grifo nosso) do governador Pedro Pedrossian uma ‘iniciativa concreta no sentido de colocar termo aos caos (sic) que uma minoria de professores vêm promovendo nas escolas de Dourados’ (25).

No dia 11, sobre a greve dos professores “O Progresso” publicava a seguinte manchete: “Greve dos Professores: Agente de Educação faz um apelo aos pais: Não permitam prejuízos aos seus filhos”.

O Agente de Educação de Dourados, nessa época era o professor José Pereira Lins que há três anos atrás havia apoiado a formação da ADP, não só com palavras, mas emprestando inclusive uma grande sala de sua escola particular para o funcionamento da entidade, agora, como agente, assumia uma posição no mínimo estranha, porque através de sua entrevista ao jornal tentava esvaziar o movimento, com afirmações contrárias a realidade.

Na verdade, a matéria do jornal distorceu todas as informações dadas pela liderança do movimento quando, em praça pública, na tarde anterior, comunicava aos colegas reunidos, a situação do movimento. Diz o jornal:

“Cinquenta por cento das unidades educacionais de ensino (sic) estão funcionando normalmente...” “... as escolas que tiveram paralisação de aulas somam no máximo um número de três...”

“A suposta decisão de solidariedade de outras escolas da jurisdição ao movimento... foi cabalmente rejeitada pelos professores do magistério daquelas localidades, quando os mesmos exerceram rotineiramente suas funções junto aos alunos”.

“Os pais de alunos podem e devem enviar seus filhos às aulas...” (26).

Outro jornal Douradense, embora tivesse divulgado as mesmas informações passadas pelo professor Lins, refletia uma

---

25. A nota completa assinada pelo presidente da JDS encontra-se publicada em “O Progresso” de 10.11.81.

26. Cf. “O Progresso” de 11.11.81. No final de sua entrevista o agente admitiu que a greve é “Direito inalienável de qualquer cidadão que viva sob um regime democrático”.



situação completamente diferente sobre a greve:

“Muito embora praticamente todas as escolas estaduais estivessem quase paradas ontem, por causa da greve decretada pelo magistério, o professor José Pereira Lins, Agente Regional de Educação, afirmou ontem que 50 por cento das unidades educacionais estão funcionando normalmente... (27)

Em Campo Grande, o “Diário da Serra” anunciava que:

“22 Escolas da Rede Estadual de Dourados, deflagraram greve... o índice de professores que estão em greve é superior a 90 por cento da classe... (o presidente da ADP) confirmou também a paralisação em Ivinhema, Ananilândia e Bataguassu”.

No complemento dessa matéria o jornal anunciava as palavras da Secretária de Educação, professora Mariza Serrano Ferzelli, que afirmava:

“Essa paralisação não tem justificativa, pois eles sabiam que o governador vai receber a FEPROSUL no dia 20 próximo. Portanto, qualquer reivindicação será discutida naquele dia” (28).

Marcar audiência com os professores para o dia 20, dez dias portanto após ter sido deflagrada a greve, não representou apenas um ato de desrespeito da parte do governo para com a categoria, mas principalmente uma tática que pretendia evidentemente retardar a entrada de outras cidades no movimento e, conseqüentemente, esvaziar a greve levando ao cansaço aqueles que haviam aderido ao movimento desde os primeiros dias.

A partir de 12 de novembro, entretanto, a evidência da paralisação já não permitia aos jornais qualquer tentativa de manipulação da opinião pública e todos eles passaram a acompanhar o movimento mais ou menos de acordo com o seu verdadeiro desenrolar. Isto não quer dizer que através dos jornais não houvesse a divulgação de opiniões, tanto favoráveis quanto contrárias ao movimento, mas isto, havendo igualdade de oportunidades é democrático e salutar.

“O Panorama”, por exemplo, publicou em 12.11, a pedido da Juventude Democrática Social (sic), uma nota de repúdio à greve e no dia 13, também a pedido, mas desta feita do PMDB jovem, divulgou nota de apoio.

---

27. Cf. “O Panorama” de 11.11.81.

28. Cf. o “Diário da Serra” de 11.11.81.

“O Progresso” de 14/15 de novembro, divulgou o manifesto de um “grupo de senhoras”, contrário à greve e no dia 17, nota da UDE — União Douradense de Estudantes — favorável ao movimento.

Impossível publicar todas as opiniões que foram divulgadas a favor ou contrárias à greve (29), mas a ADP, temendo que os contras fossem superiores aos prós, pôs-se em campo para “conscientizar os pais sobre as razões do movimento” e

“Os professores estaduais de Dourados, que estão em greve desde a última quarta-feira, estiveram em várias igrejas desta cidade no domingo passado, com autorização do bispo diocesano Dom Teodardo Leitz, para um contanto com os pais dos alunos... “Quando o bispo foi procurado na semana passada por um político local do PDS, para que não permitisse que o magistério fosse às igrejas, Dom Teodardo Leitz argumentou que se “o povo está ao lado dos professores, a igreja também...”

no domingo os padres que oficiaram as missas, logo ao final do ato religioso, explicaram que os professores estavam ali para apresentar os motivos da greve e que ninguém era obrigado a permanecer no local para ouvir as ponderações da classe. Mas ninguém se retirou do interior das igrejas... (30).

A ADP parece ter tido razão em tentar, com as suas possibilidades, esclarecer a opinião pública sobre o movimento (31) pois, por ter sido a primeira entidade do Estado a deflagrar a greve, não lhe faltaram críticas.

O “Diário da Serra”, por exemplo, na mesma edição e na mesma página em que publicava a adesão à greve de mais oito municípios do Estado, trazia também declaração da Secretária Adjunta de Educação, Marli Marinho Américo dos Reis, criticando a Associação Douradense de Professores por ter se

“antecipado a qualquer decisão da entidade maior da classe, no Estado, que é a FEPROSUL” (32),

Como se fosse a Secretária Adjunta a responsável por decidir a quem cabia dentro o professorado tomar as decisões da categoria.

---

29. No Centro de Documentação Regional do CEUD há um grande acervo de recortes de jornais à respeito.

30. Cf. “O Panorama” de 17.11.81.

31. A iniciativa de ir às Igrejas para esclarecer a opinião pública não foi a única medida tomada pela ADP. Diversas comissões foram criadas para fazer palestras as Associações de Pais e Mestres de outras entidades, que se mostrassem interessadas em receber esclarecimentos dos professores.

32. Cf. o “Diário da Serra” de 17.11.81.

Enquanto os dias iam-se arrastando lentamente para chegar ao tão almejado 20.11, data em que o governador receberia os professores, os jornais continuavam a informar, cada qual dentro de sua linha, as edições da greve no Estado:

“Os professores de Ponta Porã da rede estadual de ensino não vão aderir à greve dos professores iniciada na semana passada em Dourados”.

“Depois de conseguir adesões de Ivinhema, Bataguassu e Anaurilândia, o movimento grevista... conseguiu a incorporação de outras cidades da Grande Dourados como Angélica, Caarapó, Douradina, Bataiporã, Rio Brilhante e Itaporã” (33).

“Professores de 15 municípios em greve: 70 mil sem aulas” (34).

A paralisação crescia, e até as agremiações que mais se opunham ao movimento, acabaram se dividindo. A Juventude Democrática Social (sic), por exemplo, teve abaladas todas as suas críticas anteriores ao movimento quando um de seus membros, Pedro Rocha, denunciou que:

“... a críticas feitas até agora pelo movimento do partido do governo, tem sido atos isolados do dirigente Paulo Palhano e outras pessoas, pois não foi convocada reunião de todos os membros da JDS para discutir e dar um parecer sobre o problema” (35).

O presidente da JDS, Paulo Palhano, no dia 17.11, havia mandado colocar faixas na principal avenida de Dourados — Marcelino Pires — criticando o movimento grevista do professorado (36).

Mas, deixando à parte as críticas e as moções de apoio, vamos ressaltar a audiência com o governador.

Os professores, temendo qualquer mudança nos planos do governo, ao invés de comparecerem apenas através de seus líderes, para a

---

33. Cf. “Jornal da Praça” de 17.11.81.

34. Com essa manchete o jornal “Correio do Estado” divulgou em 18.11 que Dourados, Itaporã, Caarapó, Angélica, Ivinhema, Rio Brilhante, Nova Andradina, Bataiporã, Bataguassu, Amambaí, Panambi, Indápolis, Cristalina e Glória de Dourados estavam em greve. Denunciou ainda que “as pressões contra o movimento reivindicatório dos professores já foram iniciadas pelo prefeito Jose Elias Moreira, que em contatos telefônicos vem pedindo aos prefeitos das localidades onde os professores estão paralisados que sufoquem o movimento com ameaças”.

35. Cf. “O Panorama” de 18.11.81.

36. Cf. “O Panorama” de 18.11.81.

audiência do dia 20, prepararam uma concentração em frente ao ERPE (Edifício das Repartições Públicas do Estado):

“Todos os professores da rede oficial de ensino de Campo Grande deverão unir-se aos colegas douradenses que estão com suas atividades paralisadas atualmente, na próxima sexta-feira, pela manhã, defronte ao Edifício das Repartições Públicas (37).

Na realidade, não foram apenas os professores campograndenses que se uniram aos colegas douradenses, mas representantes de praticamente todos os municípios do Estado. E, enquanto os professores ficaram concentrados defronte ao ERPE, as lideranças do movimento foram recebidas por Pedro Pedrossian.

Após o encontro com os professores, a Casa Civil do Governo do Estado divulgou nota oficial esclarecendo entre outras coisas que:

“o governo administra o orçamento deficitário no exercício de 1981, e que a folha de pagamento dos professores já apresenta dois terços da arrecadação dos impostos estaduais, mais ainda assim, garantirá um aumento de, no mínimo, 50% para 1982, a entrar em vigor em duas etapas, 15% em março e 35% em maio” (38).

Em maio de 81, o governo concedeu 15% de reajuste. Os professores reivindicaram 108%. Em novembro de 81 os professores entraram em greve, após tentarem, de todas as maneiras, um acordo com o governo, reivindicando apenas a diferença de 93%, prevista para maio, como se não houvesse inflação nos meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro. Mesmo assim o governador do Estado acenou com um ‘aumento’ de 50%, parcelado em duas etapas, uma de 15% em março de 82 e outra de 35% em maio.

Mas, mal os professores tinham descido as escadarias do ERPE, o governador recebia uma bem disposta representação das Associações de Pais e Mestres de Dourados, que procurava demonstrar a Pedrossian que os professores tinham razão. Em resposta, a presidente da Associação da Escola Castro Alves, Rogina Cleri Milan Brochado, recebeu o seguinte ofício do governador:

“Pelo presente, manifesto a satisfação que tive em recebê-la, juntamente com os demais representantes das APMs de Dourados, em meu gabinete. Nesse encontro tivemos a oportunidade de examinar as dificuldades e necessidades da laboriosa classe de Professores.

---

37. Cf. “Diário da Serra” de 18.11.81.

38. A nota oficial da Casa Civil encontra-se publicada na íntegra no Jornal “Correio do Estado” de 23.11.81.

Apraz-me, assim, comunicar a Vossa Senhoria que, num esforço especial por parte deste governo, darei, a partir de março vindouro, um aumento de 15% e mais 35% em maio de 1982.

Com as expressões de apreço e consideração

Pedro Pedrossian  
Governador” (39).

Evidentemente, o magistério não aceitou a proposta do Governo. Os professores que já estavam em greve continuaram-na, os que ainda não haviam aderido, iniciaram-na e o movimento cresceu como bola de neve. E fundamental para a continuidade do movimento foram as adesões da capital, Campo Grande, e das duas outras grandes cidades do Estado que ainda estavam fora: Três Lagoas e Corumbá.

O jornal “Estilete” de tendência oposicionista ao governo, dedicou todas as páginas de sua edição de 22.11.81 à greve dos professores e dentre muitas e contundentes críticas destacou que a crise é uma:

“prova de insensibilidade e da incompetência do Governador Pedro Pedrossian. Este, em lugar de aplicar os recursos disponíveis nos setores prioritários, está (aplicando) no Palácio dos Poderes, que está sugando todas as verbas que, num governo sério e responsável, estariam comprometidas com as necessidades do Estado, quais sejam as áreas de educação, habitação, saúde, alimentação e transporte” (40).

Reconhecendo que suas promessas – ínfimas, diga-se de passagem para o ano de 82, não haviam convencido os professores a retomarem às aulas, ao contrário, haviam provocado a primeira grande greve geral no Estado, o governo resolveu apelar para outros expedientes, menos democráticos, mais persuasivos: as ameaças.

A primeira ameaça foi a de corte dos salários e a segunda, remoção em massa (41).

A primeira ameaça em muitos casos se concretizou; a segunda não, talvez não somente pela força demonstrada pelos professores mas também, pelo equilíbrio de forças políticas existentes na Assembléia Legislativa (42).

---

39. A cópia do ofício encontra-se arquivada no Centro de Documentação Regional do CEUD — Centro Universitario de Dourados — juntamente com recortes de jornais sobre as greves do magistério de MS. Segundo o jornal “O Progresso” de 20.11 o governador receberia também uma delegação de estudantes. Todavia não se tem documentos sobre essa audiência.

40. Cf. o Estilete de 22.11.81.

41. Sobre ameaças de corte de salários cf. o “Correio do Estado” de 24.11.81. “Diário da Serra” e “Jornal da Manhã” também de 24.11 e “O Panorama” de 28.11. Sobre as ameaças de transferência cf. principalmente a entrevista do professor mais visado por Pedrossian, Antonio Carlos Biffi, mas também as de Eusébio Barrios, Wilson Moretti, Lauro David, Aparecida Cazon, Laerte Tetila, Mariza Serrano, Nely Bacha, Zonir Tetila, Ramon Vargas, Mário Duran e Wilson Biasotto.

42. Na época, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul era constituída

Em verdade, as ameaças anunciadas pelo governo foram muito menos nocivas do que aquelas que ele não anunciou, mas pôs em prática, sem qualquer propaganda prévia: a criação da APMS e o corte, em folha de pagamento, dos descontos das mensalidades pagas pelos professores à FEPROSUL.

Eusébio Garcia Barrios, primeiro presidente da FEPROSUL, em sua segunda gestão, havia conseguido um convênio com o governo de Marcelo Miranda para que as mensalidades dos filiados às associações municipais de professores fossem descontadas em folha de pagamento para a FEPROSUL. Assim, ao invés das Associações Municipais repassarem os dez por cento de suas arrecadações à FEPROSUL, esta sim, repassaria 90% da arrecadação de cada município à respectiva Associação. Mas, mal tal convênio havia sido colocado em prática, foi cortado através de um ato unilateral do governo (43).

Quanto a APMS — Associação dos Professores de Mato Grosso do Sul — ela foi intermediária de uma negociata com o governo — note o termo negociata e não negociação — em que o magistério receberia 70% de ‘aumento’, sendo 20% a partir do início do ano letivo e os 50% restantes a partir de maio (44).

Essas medidas, aliadas ao cansaço dos professores e o próprio descontentamento da comunidade que via o ano chegando ao seu final sem que a greve se acabasse, levou a um enfraquecimento progressivo do movimento paredista, até que em 30 de novembro já não houve como prosseguir. A greve acabou.

É verdade que, antes de seu encerramento, houve uma espécie de canto do cisne. Após a audiência do dia 20 as adesões ao movimento cresceram rapidamente. No dia 24.11.81, o jornal “O Estado de São Paulo” anunciava que:

“A greve parcial iniciada em Dourados há 13 dias, recebeu a adesão de professores da Capital do Estado, Campo Grande, de Corumbá e de Três Lagoas...” (45).

---

de 12 deputados do PDS e 6 deputados do PMDB. Dentre os deputados peemedebistas que defenderam a causa do magistério destacaram-se Sultan Rasslan, Sérgio Cruz dentre os defensores do governo destacou-se o deputado Walter Carneiro que segundo “O Panorama” de 26.11.81 “num discurso desesperado e inflamado chamou os professores de crápulas”. Na verdade essa declaração foi feita em aparte ao pronunciamento do deputado Sultan Rasslan e a confirmação dessa denúncia pode ser feita pela fita cassete em posse da FEPROSUL, ou pelos anais da Assembléia Legislativa de MS.

43. O corte do desconto em folha provocou a maior crise da FEPROSUL em toda sua história. Para se ter uma idéia das proporções dessa crise basta verificar que a FEPROSUL não conseguiu nesse ano de 81 sequer editar um numero do Jornal Quadro Verde.

44. Sobre a aceitação por parte do professorado destes 70% confira o “Correio do Estado” de 27.11.81 e “O Panorama” de 29.11.81. Sobre a APMS falar-se-á à parte.

45. Cf. a respeito do crescimento da paralisação posterior a audiência com o governador (20.11), além de “O Estado de São Paulo” de 24.11. o “Correio do Estado” de 21/22.11 “O Panorama” de 21.11.81.

Mas como se disse anteriormente, a greve não resistiu e, ao final do mês, os jornais anunciavam a volta às aulas, uns entendendo que vitória havia sido do governo e outros entendendo que os professores haviam-se saído vitoriosos:

“Professores voltam às atividades hoje: frustrada, minoria reconhece fim da greve” (46).

“Professores derrotam o governo e suspendem greve até fevereiro (47).

Sob estas manchetes, os jornais procuravam defender suas respectivas linhas editoriais. Mas na verdade ambos os jornais parecem não ter chegado ao âmago da questão: as greves do magistério, em verdade, não provocam derrotas e nem vitórias para o magistério ou para o governo. O grande prejudicado em qualquer greve do magistério é o ensino público. Mesmo que os alunos não tenham perdido o ano, perderam em qualidade.

Mas para efeito de teorização vamos admitir que tenha havido um perdedor, então esse foi, sem dúvida o governo. Não de imediato, mas nas eleições de 1982, quando o candidato de Pedrossian, José Elias Moreira, foi derrotado pelo candidato da oposição, Wilson Barbosa Martins, que teve aberto e irrestrito apoio do professorado.

Todavia, merece menção, a tentativa do governo de dividir o movimento através da já citada APMS — Associação dos Professores de Mato Grosso do Sul — criada nos gabinetes palacianos.

A APMS — a Associação dos Professores de Mato Grosso do Sul, ao contrário da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul — FEPROSUL — nasceu sem a participação das bases. Parida nas salas palacianas, surgiu para defender os interesses do governo (48).

Não é preciso ser sábio e nem muito crítico para perceber as intenções do governo e da APMS. Basta ver o artigo abaixo, publicado em 1º de dezembro, quando a greve já havia terminado:

“O governador Pedro Pedrossian concedeu ontem aumento de 70 por cento ao professorado estadual, após prolongado diálogo com representantes da recém-fundada Associação dos Professores de Mato Grosso do Sul — APMS — que congrega representantes da classe de todo o Estado e que foi fundada

---

46. Cf. o “Correio do Estado” de 30.11.81.

47. Cf. o “Jornal da Cidade” de 23 a 29 de novembro de 81. O fim da greve foi noticiado por outros jornais, mas sem muito estardalhaço. Cf., por exemplo, “O Panorama” de 01.12.81; “Jornal do Povo” de 02.12.81; “O Progresso” de 01.12.81.

48. Não se conseguiu, e não foi por falta de esforço entrevistar ninguém que pertenceu à APMS. Sobre a nefanda participação da APMS no movimento do professorado, sobram referências Cf. entre outras as entrevistas dos professores Eusébio Garcia Barrio, Antonio Carlos Biffi, Lauro Sergio David, Wilson Moretti, Mário Duran Leitão, Wilson Biasotto.



sob a filosofia do diálogo, tendo inclusive, divulgado ontem nota repudiando a 'precipitação com que uma minoria em nome de interesses pessoais, radicalizou o trato, obstruindo canais de relacionamento entre o professorado e as instituições oficiais, maculando a filosofia democrática da classe e prejudicando-a social e economicamente'.

Afastadas as infundadas pressões, sob as quais não se dispunha a negociar, o governador Pedro Pedrossian conversou ontem por quase três horas com representantes do professorado e garantiu-lhes o aumento de 70% no primeiro semestre de 1982, sendo 20 por cento no início do ano letivo e 50 por cento em maio, ao final do encontro, garantindo os aumentos salariais, Pedrossian disse querer 'um professorado livre e independente, que faça política na hora de votar'. Manifestou ainda sua posição de reconhecimento nas lutas pelas conquistas, ressaltando que de modo algum houve má fé ou má intenção por parte do governo, como elementos radicalizados (sic) procuram desenvolver e colocar até ontem.

Ao elogiar a criação da Associação dos Professores de Mato Grosso do Sul, o governador Pedro Pedrossian adiantou que a mesma representa o ideal da classe, acrescentando que só através do ideal 'se pode construir uma grande sociedade; sublinhando ainda que seu governo estará sempre pronto ao diálogo e ao debate amplo e sadio.

Pedrossian garantiu à Associação de Professores de Mato Grosso do Sul terreno para a construção de sua sede própria. A Associação dos Professores de Mato Grosso do Sul foi fundada, segundo seus idealizadores, com os objetivos de defender os direitos do professor, manter estrito relacionamento e intercâmbio com as Associações congêneres, Universidades, etc. Levar ao interior, com a criação dos núcleos municipais, os benefícios da entidade e manter convênios oficiais e particulares em empreendimentos de interesses da classe" (49).

Embora a matéria por si própria denote a ligação estreita existente entre o governo e a APMS, sublinhar-se-ão alguns aspectos, objetivando deixar marcado de forma indelével no seio do professorado um exemplo, que em hipótese alguma deverá novamente se repetir.

---

49. Essa matéria foi publicada na 8ª página do jornal "O Progresso" do dia 1º de dezembro de 1981. Na mesma edição desse dia, só que em primeira página, o jornal publicou outra matéria sobre os professores. Todavia, com o título "Professores voltam as aulas hoje", divulgou exclusivamente a notícia em si, sem críticas a esta ou aquela entidade ou ao governo. Isto induz à desconfiança de que a matéria sobre a APMS poderia ser uma dessas notas oficiais distribuídas por assessorias de imprensa dos governos aos jornais e que acabam sendo publicadas.

Logo na primeira frase da matéria, o grande engodo:

“Pedrossian concedeu aumento de 70 por cento ao professorado...”

O professorado estava na verdade reivindicando, e por um meio extremo, já que não conseguia negociar através do diálogo, um **reajuste salarial** da ordem de 93% desde março de 81 e o governador **concedeu aumento** de 70 por cento em duas parcelas, sendo uma de 20 por cento no início do ano letivo (fevereiro ou março?) e a outra a partir de maio. Quer dizer, o governador, na realidade não estava concedendo reajuste algum e muito menos qualquer aumento, pois a inflação relativa a março de 81 a março de 82 era superior a 100%, que, somados aos 93% que haviam ficado para trás, fazia com que a defasagem salarial se elevasse a mais de 200%.

A prova cabal da defasagem salarial sofrida pelo professorado no curto período de governo de Pedro Pedrossian está no fato de que, quando Marcelo Miranda foi apeado do poder, o professorado ganhava 2.9 salários mínimos e quando Pedrossian deixou o poder, ganhava 0.8 salário mínimo.

Mais abaixo diz a matéria que:

“a precipitação com que uma minoria em nome de interesses pessoais, radicalizou o trato...”

Ora, essa minoria era constituída por trinta e um municípios do Estado (50), o que, evidentemente demonstrava que o descontentamento do professorado era mais ou menos generalizado, contrariando assim o discurso da APMS. Além do mais essa “minoria” era comandada pela FEPROSUL, entidade que nasceu das bases e não de conchavos, estes sim, de minorias (51).

Como se não bastassem esses incríveis disparates lançados pela famigerada APMS, também o próprio governador não deixou por menos ponderar que

“só através do ideal se pode construir uma grande sociedade” (52).

Eis aí o velho e surrado argumento conservador sendo recrudescido por Pedrossian, a fim de encobrir o aviltamento salarial, novamente imposto ao magistério pelo seu governo.

---

50. Cf. “O Panorama” de 1º de dezembro de 1981. O “Correio do Estado” chegou a afirmar que ‘a ACP e a FEPROSUL, além da associação de Dourados (informaram uma) adesão de 98% do professorado estadual’ à greve.

51. O “Correio do Estado”, após a criação da APMS, chamou a FEPROSUL, em sua edição de 30.11.81 de “estrangeiríssima FEPROSUL”, numa infeliz tentativa de atingir seu presidente, o professor Eusébio Barrios, nascido na Espanha. O professor Antonio Carlos Biffi diz que a APMS foi criada “na calada da noite pelo governador Pedro Pedrossian, para lhe dar respaldo no governo...”

O presidente dessa entidade bem como toda a diretoria serviu de testa de ferro do governo”.

52. Cf. o “Correio do Estado” de 30.11.81.

Mas, como na fábula, o lobo não mais conseguiu esconder-se sob a pele da ovelha. Nem a compra de veículo (perua Caravan com direito ao abastecimento) para a APMS, nem os aluguéis de uma mansão em Campo Grande e uma casa confortável em Dourados, devidamente mobiliados (53), nem tampouco a promessa — que aliás não foi cumprida — da doação de terreno para a construção da sede desta pseudo-entidade, nada disso jamais convenceu a categoria, que desde logo percebera o embuste, pois a grande maioria do professorado sabia perfeitamente com quem estava lidando.

Desta vez, a tentativa de traição ao professorado acabou não dando certo. A APMS, parida nas hostes do governo, teve vida efêmera. Há quem diga que a mesma já nasceu com sentença de morte iminente, pois, com pouco mais de um ano esta Associação já estava definitivamente enterrada. E para isso bastou apenas o fim do mandato de Pedrossian e a derrota de seu candidato ao governo do Estado, José Elias Moreira.

A propósito da APMS, um jornal campograndense não hesitou em afirmar terem sido os professores:

“... surpreendidos por uma atitude mesquinha do governador que reunindo a escória do magistério (membros da JDS, fura-greves, candidatos derrotados nas eleições da ACP, diretores de escolas e supervisores temerosos de perderem o emprego), subvencionou, patrocinou e orientou, em conversa de 3 horas e meia, uma tal de Associação Estadual de Professores” (54).

É de se imaginar porém, que se não houvesse sido derrotado o candidato de Pedro Pedrossian nas eleições para governador de 82, não estaria hoje morta a FEPROSUL? Não estaria triunfante a APMS? E o movimento reivindicatório do magistério de Mato Grosso do Sul teria continuado ou ter-se-ia uma associação subserviente, paternalista e mesquinha?

Divague sobre estas questões o leitor. Aqui se pretende escrever uma história do movimento e a história não admite o condicional. Não existe o SE. Aconteceu, aconteceu, pronto. E, no caso, se aconteceu a vitória da oposição, já foi dito, em muito ela se deveu ao professorado.

Mas, já que estamos pretendendo fazer a história do movimento reivindicatório, é bom salientar que não é papel da história julgar

---

53. Cf. a entrevista do professor Antonio Carlos Biffi, na qual ele afirma inclusive que o mobiliário das residências foi simplesmente tomado pelas casas fornecedoras após a derrota do candidato de Pedrossian nas eleições de 82 e conseqüentemente fim da APMS.

54. Cf. “Jornal do Povo” de 2.12.81. Não há dúvidas de que o governo ‘subvencionou, patrocinou e orientou’. O professor Antonio Carlos Biffi afirmou em sua entrevista que o governador mandou inclusive buscar certos elementos de avião todavia não se pôdo generalizar nem todos os diretores e

supervisores estiveram ao lado da APMS, em que pesem às pressões existentes.

personagens do passado porque elas foram julgadas em sua própria época — já dizia Jaime Cortesão. Não se pretendeu também aqui julgar a APMS, mas compreendê-la para não repeti-la. Julgada ela foi em sua época e, dentre seus juízes, escolheu-se neste trabalho aquele que talvez tenha sido o seu maior e mais lúcido crítico: o deputado Sérgio Cruz:

“Revoltante, amolecada, própria dos crápulas e dos calhordas, atitude mesquinha tomada pelo governador Pedrossian com relação aos professores e seu movimento reivindicatório. Depois das ameaças. Depois da frustrada tentativa de jogar alunos e pais de alunos contra os trabalhadores na educação, o sr. ‘Pedro Pigmeu’ resolveu apelar, como medida de desespero extremado, para o golpe baixo, articulando a divisão do movimento.

Se condenamos a ação detestável do grupinho que aceitou fazer o jogodo-pigmeu, devemos redobrar o nosso repúdio ao governador Pedrossian que desconhece as legítimas lideranças e agrava uma crise que todos tentam superar com bom senso e grandeza. O grupelho inexpresssivo desempenha o papel atribuído aos sabujos privilegiados. O governador caracteriza o ódio que dedica aos servidores de um modo geral e, especialmente, aos professores que, com ousadia, coragem e indiscutível equilíbrio, assumem democraticamente a defensiva dos interesses do ensino.

Se há greve e o movimento, apesar das pressões já denunciadas, tem recebido todo o apoio da população, (55), é evidência de que a atitude dos professores é conseqüente e as suas exigências são procedentes. Houvesse honestidade de propósito por parte do governador, teria mantido entendimento direto com as lideranças legítimas do movimento e não com o grupamento espúrio e sem nenhuma representatividade, gerando a frustração e na pretensão pessoal de elementos que, na consulta às bases, foram julgados incapazes para encaminhar as reivindicações da classe.

A ação cabotina do governador não o incompatibiliza apenas com os verdadeiros líderes classistas, muito mais grave, estabelece um confronto de imprevisíveis conseqüências entre o governo e o professorado. Um confronto mais prejudicial ao ensino que a própria greve” (56.)

---

55. Em 20.11.81 “O Panorama” publicou nota oficial da Associação Médica de Dourados apoiando a greve. Em 2.12.81 o “Jornal do Povo” noticiou a moção de solidariedade e apoio da Federação das Associações Amigos de Bairros e Centros Comunitários de Mato Grosso do Sul.

56. O artigo assinado pelo então Deputado Estadual Sérgio Cruz foi publicado no "Jornal do Povo" de 02.12.81.

De fato houve confronto, nos locais onde a APMS chegou a se organizar e, principalmente, nas escolas onde tinha representantes o clima era de tal maneira tenso que havia, sem dúvida, prejuízo para o desenvolvimento das atividades normais na escola.

A FEPROSUL possuía o apoio das bases, mas não tinha recursos financeiros, uma vez que lhe fora cortado o desconto em folha das mensalidades dos associados. A APMS possuía todo o recurso financeiro que precisou, mas não teve o apoio das bases. Por estas razões, as duas entidades capengaram até o final do mandato de Pedrossian. Ao término deste, perdendo as mordomias que lhe concedia o governo do Estado, a APMS sucumbiu. A FEPROSUL, por sua vez, que apoiou a candidatura do novo governador — Barbosa Martins — se não recebeu nenhum apoio paternalista, ao menos recebeu seu reconhecimento, que foi suficiente para seu soerguimento.

Nos dias atuais a FEPROSUL é, reconhecidamente, a única entidade representativa do magistério estadual e, qualquer dissidência no magistério poderá levar a uma luta pelo poder dentro da própria entidade, jamais com a criação de outra, paralela.



CAPÍTULO VI

# **A SEGUNDA GRANDE GREVE DO PROFESSORADO**



**M**enos de oito meses foram transcorridos desde que findou a primeira grande greve de 81, quando o professor Antonio Carlos Biffi, então presidente da ADP, acenou com a possibilidade de uma ‘mobilização geral’ da categoria em função do ‘arrocho salarial imposto ao professor’ (1). Também o presidente da ACP, Amarelho Ferreira Júnior, anunciava em Campo Grande a disposição do professorado em entrar em greve, caso o governo Pedrossian ‘não cumpra a promessa feita no ano passado de não mais atrasar os pagamentos’ (2).

Nenhuma das ameaças dos presidentes das associações das duas maiores cidades do Estado acabaram se concretizando, todavia elas demonstram, ao menos, que o movimento reivindicatório não havia desaparecido, apesar da existência da APMS.

Mas o vigor do movimento reivindicatório das Associações Municipais de Professores, comandada pela FEPROSUL, voltou mesmo a ser demonstrado em 1983. Enquanto a APMS se preocupava em atender paternalisticamente aos seus poucos associados (3), a FEPROSUL lutava com o objetivo de fazer com que fossem respeitados os direitos trabalhistas da categoria.

Em fevereiro de 83, mesmo sem que houvesse sido reiniciado o ano letivo, os professores já davam mostras da insatisfação pela possibilidade de atraso de pagamentos (4). O presidente da ADP, Lauro Sérgio David, não profetizava, mas simplesmente, através da análise dos acontecimentos, chegava à conclusão lógica de que os salários atrasariam.

Análise correta. Se já era praticamente regra o atraso de pagamento durante o governo de Pedrossian, agora que ele havia sido derrotado nas eleições de 15 de novembro do ano anterior, inclusive devido ao posicionamento do professorado que apoiou seu adversário, e entregaria o poder dentro de mais um mês, era de se esperar que o pagamento atrasasse mesmo.

Pedrossian de fato, em seus últimos dias de mandato, perseguia ainda mais o magistério atrasando o pagamento do salário. Os professores, por sua vez, partindo da premissa que a posse de seu aliado seria breve, não tinham absolutamente nada que temer. Assim é que em 21 de fevereiro foi deflagrado outro movimento grevista no Estado (5).

---

1. Cf. “O Progresso” de 23.07.82.

2. Cf. “Correio do Estado” de 11.08.82.

3. As preocupações da APMS nunca foram de ordem sindical, nem poderiam ser, se considerada a forma como a entidade foi criada. Nessa época, por exemplo, suas preocupações maiores eram a de intermediária do PREVISUL no financiamento de casa própria ao professor e dar alojamento aos professores do interior em trânsito na capital.

4. Em 06.02.83, Lauro Sérgio David presidente da ADP, ameaçava através do jornal “O Panorama”, com a possibilidade de paralisação caso houvesse atrasos de pagamento.

5. O “Correio do Estado” e “O Progresso” de 21.02.83 bem como a “Folha de Dourados” e “O Panorama” de 22.02.83, davam a entender que apenas os professores

Ter que fazer greve para receber o salário em dia pode parecer absurdo, todavia a medida em Mato Grosso do Sul não foi inédita e nem derradeira. Antes de 82, vários municípios já haviam paralisado atividades por falta de pagamento e no mandato de Barbosa Martins a realidade não mudou muito, pelo menos no início (6).

Nesta época, para os professores do Mato Grosso do Sul, recorrer à greve, em circunstâncias tais, já era uma questão de bom senso e profissionalismo: sem salário não deveria haver trabalho (7).

E com essa determinação, a greve se arrastou de fato até o dia em que o governo resolveu pagar o salário de janeiro, ou seja, em 3 de março de 83.

Antes do final da greve, entretanto, houve um outro desdobramento. O novo governador eleito, Wilson Barbosa Martins, que deveria tomar posse em 15.03, anunciou seu secretariado e no que tange ao magistério quebrou a palavra dada de que o Secretário de Educação seria um professor.

Já em 26/27 de fevereiro de 83, os jornais anunciavam o descontentamento do professorado com a nomeação de Leonardo Nunes da Cunha para a Secretaria de Educação (8). Este fato, aliado aos boatos de que Pedrossian deixaria a questão dos atrasos salariais para ser resolvida pelo novo governador, levou o professor Amarílio Ferreira Júnior a afirmar que:

“Não fazemos diferença entre PDS e PMDB... os professores que estão em greve... vão continuar parados enquanto o governo do Estado não lhes pagar os salários” (9).

Mas a greve acabaria no dia 3. As aulas começaram com atraso de 15 dias.

Os professores receberam seus pagamentos e de lambuja um reajuste de 97% em seus salários. Pedrossian deixaria para seu sucessor as conseqüências desse reajuste que elevavam os gastos do governo

de Campo Grande e Dourados é que haviam paralisado suas atividades todavia, já em 23.02. “O Panorama” anunciava que dez cidades estavam paralisadas e “O Progresso” de 24.02 dizia que o número de adesões à greve se elevava para treze.

6. Já se afirmou anteriormente que como estas greves não chegaram a ser gerais não se dispõe de dados exatos sobre elas.

7. Embora já seja este o pensamento predominante entre professores e comunidade, idéias reacionárias e deslocadas no tempo sempre tiveram espaço garantido na imprensa. No caso dessa greve, por exemplo, não faltou quem dissesse que a paralisação dos professores não era justa, e que “a falta de idealismo e abnegação e um dos fatores primordiais para essas ocorrências desagradáveis”. Cf. “O Progresso” de 24.02.83. Para o responsável por esse tipo de afirmação justo com certeza era o governo pagar salário de miséria e com atraso.

8. “Professores sentem-se traídos com indicação do Secretário de Educação” estampou “O Progresso”. “Professores insatisfeitos com escolha de Secretário” disse a “Folha de Dourados”.

9. Cf. “O Progresso de 26/27.03.83.

com o professorado de Cr\$ 700 milhões para Cr\$ 1,3 bilhões.

Um jornal da capital, já em 02.03 indagava se os professores:

“... que deflagram uma paralisação por 10 dias, por não terem recebido janeiro (assumiriam a mesma postura) com a gestão peemedebista” (10).

Recebido o pagamento, terminou a greve. Em 15 de março, assumiu Wilson Barbosa Martins, primeiro governador eleito no Mato Grosso do Sul, com o apoio, inclusive, do professorado (11). Tirando à parte a questão da nomeação de um Secretário de Educação, que descontentou o professorado (12), do resto tudo corria bem. Pedrossian havia concedido, ao término de seu governo, um reajuste de 97% a todo o funcionalismo e Barbosa Martins, apesar das difíceis condições financeiras em que assumiu o governo, ia-se arrumando e pagando os servidores.

Somente em maio de 83 é que o magistério voltou a ocupar espaços nos jornais:

“Magistério: Governo paga, até junho salário dos grevistas”.

Com essa manchete, “O Panorama” de 25.05.83 anunciava que o governo pagaria, em breve, os salários descontados do professorado durante a greve realizada no governo Pedrossian (13). E anunciava também as reivindicações da FEPROSUL ao novo governo: reposição salarial em torno de 25%; disponibilidade para os presidentes de associações municipais nas cidades com até 150 professores e disponibilidade de 44 horas para os presidentes e secretários de associações das cidades acima de 400 professores.

Depois dessas notícias auspiciosas, somente em 27.06.83, os professores se manifestaram novamente, dessa feita rompendo com o

---

10. “Diário da Serra” de 2.3.83. Na mesma matéria o jornal notificou que o professor Amarílio Ferreira afirmou que “não haverá mudança de postura”. Os dados relativos ao aumento da folha de pagamento também foram publicados nesta edição do Diário da Serra”.

11. O primeiro governador do Estado foi nomeado Harry Amorim Costa. Deposto seis meses após sua designação foi substituído pelo presidente da Assembléia Legislativa, Londres Machado até que assumisse o cargo Marcelo Miranda Soares. Deposto também este último, novamente assumiu interinamente Londres Machado, até a posse de Pedrossian. Quer dizer que de 10 de janeiro de 79 a 15.03.83 Mato Grosso do Sul teve quatro governadores.

12. Barbosa Martins havia recebido da FEPROSUL um perfil de Secretário. O governador, todavia, pediu nomes e a FEPROSUL lhe encaminhou cinco. Eusébio Barrios, Sultan Rasslan, Walmir Correia, Magali S. Baruki e Wilson Biasotto. Antes da posse, reunidos com Barbosa Martins, Barrius, Biffi, Nely Bacha. Amarilho e Biasotto, acertaram a designação de Sultan Rasslan. Portanto uma quebra de acordo por parte do governo.

13. Segundo “O Panorama” de 25.05. o total descontado na greve de 81 por Pedrossian foi de 17 milhões de cruzeiros em todo o Estado. 10 milhões só em

Dourados. Os atrasados só foram pagos no final do ano e totalizaram Cr\$ 18 milhões. Cf. "O Progresso" de 22/23.10.83.

governo e ameaçando greve, caso os salários de julho fossem pagos com atraso (14). Todavia, embora não se disponha de informações preprecisas, ao que tudo indica o goveno pagou corretamente porque a greve não aconteceu. E somente em novembro é que de fato o magistério soltou à carga, desta vez com mais vigor, reivindicando reajuste salarial e não apenas pagamento em dia.

Os professores estavam insatisfeitos porque, depois dos 97% de reajuste concedidos no final do governo de Pedrossian, não tinha havido mais nenhuma reposição, embora a inflação continuasse a corroer dia-a-dia os salário de toda a classe trabalhadora. Os vencimentos do professorado no Mato Grosso do Sul já haviam atingido 2,9 salários mínimos com Marcelo Miranda, baixando para 0.8 salários mínimos no final do governo Pedrossian e se elevando a 1.05 no início do governo de Barbosa Martins, tendo permanecido assim até o final de 83. Se levar em conta todo o apoio dado pelo professorado à candidatura de Barbosa Martins e suas promessas de palanque, não se pode deixas de dar razão ao magistério e às suas reivindicações.

O que queriam os professores: 30%, 180%, três salários mínimos?. Não importa, mesmo porque, talvez pela experiência de 81, quando a greve foi no final do ano, os professores decidiram que entrariam em greve, caso o governo não os atendesse, apenas no início do ano letivo de 84 (16).

## **6.1. FINALMENTE, A SEGUNDA GRANDE GREVE**

As ameaças das lideranças do magistério de Mato Grosso do Sul, feitas em novembro de 83, de que não iniciariam o ano letivo de 84 caso o governo não atendesse suas reivindicações, parecem não ter

---

14. Cf. o “Correio do Estado” de 27.06.83.

15. “O Panorama” de 22.11, noticiou que o governo negou 30% ao professorado segundo Lindomar Beth, “O Progresso” da mesma data, citando como fonte o Presidente da ADP Lindomar Beth, afirma que a greve seria deflagrada em virtude do governador ter negado 30% de reajuste a partir de 12 de outubro. O “Diário da Serra” em manchete de 23.11 anunciava que os professores queriam 180%, mas quando abre aspas para as palavras do Presidente da FEPROSUL, Antonio Carlos Biffi diz que “... o magistério não abre mão de um reajuste a partir de primeiro de janeiro e que seja devolvido à classe o piso de três salários mínimos regionais”.

16. Cf. "O Progresso" de 23.11.83 e "Diário da Serra" de 23.11.83.

surtido o efeito desejado. Transcorreu todo o mês de janeiro de 84, sem que o governo atendesse à categoria. Em 08.02, a imprensa noticiava que:

“... na sexta-feira, dia 10, representantes de 40 associações municipais de professores estarão reunidas em Campo Grande para decidir sobre a deflagração ou não de um movimento grevista de professores pelo não atendimento de suas reivindicações” (17).

No dia previsto para a realização da Assembléia Geral da FEPROSUL, o “Correio do Estado” publicou duas matérias sobre as reivindicações dos professores, ou melhor, duas matérias para desestimular qualquer movimento grevista. Basicamente elas procuravam demonstrar que o Estado não tinha como satisfazer a qualquer pedido de aumento por parte dos professores, todavia os argumentos do jornal (em editorial) chegavam a ser ridículos:

“Que os professores se reúnam, pacíficos e normalmente, sem formular ameaças, nem falar em greves e procurem obter e organizar, para a classe, um quadro de funcionários à altura das possibilidades do governo, afigura-se o mais justo no momento. Os professores contam com a boa vontade de um secretário que nos parece capaz e compreensivo e por isso haverá de conseguir pelo menos o máximo possível (os grifos são do próprio jornal).

O confuso editorial acabava chegando à conclusão de que o problema exigia profundas reflexões e, não se fez de rogado: apresentou-as sem nenhum pudor:

“1) Ninguém tem o direito de exigir do seu empregador mais do que ele pode oferecer; 2) Ao professor não é dado posicionar-se numa luta constante com o Estado, usando como arma a quebra da ética de sua condição de educador, que deve ensinar pelo exemplo, 3) A repetição constante dos movimentos de protestos com prejuízos para a coletividade termina fazendo seus autores perderem a simpatia do povo, especialmente no presente caso, em que este vem sendo prejudicado através da educação de seus filhos; 4) O professor, quando aceitou o emprego, sabia que não seria remunerado de acordo com os seus méritos e com os resultados de seu trabalho, em razão da pouca capacidade econômica dos seus empregadores” (18).

Sobre as **profundas reflexões** do editorial do “Correio do Estado”

---

17. Cf. o “Correio do Estado” de 08.02.84.

18. Cf. o “Correio do Estado” de 10.01.84.



far-se-ão apenas e simplesmente algumas ligeiras observações, coincidentes com a ordem numérica seguida pelo jornal:

1) Como se pode aferir quanto o empregador 'pode oferecer'? Um empregador da iniciativa privada pode chegar ao empregado e dizer-lhe que não lhe pode conceder qualquer reajuste porque precisa fazer uma viagem à Europa a fim de melhorar o relacionamento empresarial. Um governador pode alegar que não há reajuste, porque precisa construir um estádio de futebol ou embelezar uma determinada avenida.

A questão parece ser justamente o contrário, do que afirma o jornal, ou seja, em se tratando de governo democrático, deve haver transparência nos gastos públicos, pois o governo teria dever de prestar contas do quanto recebe, do quanto gasta e no que gasta. Neste caso, o funcionalismo ficaria sabendo concretamente se suas reivindicações são compatíveis com os recursos disponíveis, bem como com a forma com que tais recursos são administrados.

2) O que entenderia o jornal por "ensinar pelo exemplo". A greve do magistério não poderia ser, ao contrário do que insinua o editorial, um exemplo de coragem que serviria para tirar os alunos da apatia generalizada que lhes impôs os 21 anos de ditadura militar? E mais, vivendo num regime capitalista, onde se paga até a água que se bebe, aceitar o trabalho, mesmo com salário aviltado, por acaso não seria uma forma de dar exemplo aos alunos de como se transformar em otário?

3) Os professores, ao fazerem a greve, perderiam a simpatia do povo, disse o jornal. Greve, é bom que se esclareça se faz por profissionalismo, não por outra razão.

4) Terminando sua reflexão quádrupla afirma o jornal que o professor sabia que não seria remunerado de acordo com os seus méritos e com os resultados de seu trabalho. Nesse aspecto, o jornal revelou-se ultrapassado, pois não deu conta de que idéias fatalistas e encomendadas como estas já não penetram no magistério hodierno. Ora, qual o critério para se pagar o funcionalismo? E, principalmente, qual é o compromisso do governo com a educação? Dizer que o professor deve ganhar aquilo que deseja o governo é, no mínimo, usar de malandragem para com o magistério. Ora, já não se alienam professores como antigamente.

A disseminação pelo Estado autoritário, de ideologias como esta, sem dúvida, levou o povo brasileiro, de forma geral e, principalmente dos estados periféricos, a uma condição de resignação, de comodismo e até de covardia. Fica a pergunta: quem escrevia os editoriais, como o mencionado recebia recompensa financeira para prestigiar como o dos professores, ou simplesmente havia interiorizado a ideologia dissiminada pela ditadura?

Quer-se, aqui neste trabalho, enfatizar que o movimento reivindicatório não teve apenas o mérito de melhorar as condições profissionais dos professores, mas também de colocar em cheque a autoridade ditatorial do Estado e o poder autoritário dos governantes, evidenciando que a abertura democrática era muito tênue.

E a prova concreta do autoritarismo do governo se fez sentir muito cedo. Wilson Barbosa Martins, ao ascender ao poder em Mato Grosso do Sul, parece ter-se esquecido que fora vítima da repressão militar — caçado que foi o seu mandado de deputado federal — ao suspender as negociações com a FEPROSUL, “enquanto houvesse ameaça de paralisação” (19).

Em nota oficial, distribuída à imprensa, o governador do Estado tentou demonstrar que fez o que pôde para o magistério,

“Todavia, apesar do grande esforço do governo do Estado para dar uma resposta dentro do prazo oferecido, fora desencadeada pela FEPROSUL ampla campanha no Estado instigando o Magistério à greve geral em evidente desrespeito às autoridades e às normas legais, que não admitem a paralisação do serviço público, pela própria natureza. Isso é intolerável. O Governo do Estado não decide sobre ameaça. A Lei deve ser respeitada” (20).

A nota foi dura, mas seus resultados ineficazes. O colunista Guilherme Filho conseguiu demonstrar, com muita clareza, as implicações políticas do rompimento do governo:

“O governo... não desconhece que os professores tiveram uma participação marcante na campanha do PMDB, quando mostraram sobretudo que são ótimos adversários, já que enfrentaram todo o tempo o Governo pedessista, deixando-o na defensiva e abrindo largos espaços para a campanha do PMDB que saiu vitoriosa. Considerando-se ainda a margem estreita de votos através do qual o PMDB garantiu a sua vitória, é de se supor que o partido, ainda que tenha planos de crescimento, não pode estar abrindo mão dos aliados com que contou na eleição passada” (21).

Tinha razão o articulista Guilherme Filho, o governo não desconhecia a importância da categoria em sua eleição. Embora não a tivesse admitido jamais, dois dias após a divulgação da nota rompendo o diálogo, convidou novamente a FEPROSUL para negociar (22).

Mas, embora o governo tenha enviado um documento diretamente à FEPROSUL, ao contrário da nota oficial anterior, convidando-a

---

19. Cf. o “Correio do Estado” de 09.03.84.

20. A nota oficial do governo encontra-se publicada na íntegra no “Diário da Serra” de 09.03.84.

21. Cf. o “Diário da Serra” de 11.03.84.

22. Segundo o “Diário da Serra” de 11.03.84, o governador convidou os professores a um novo diálogo por intermediação do líder do PMDB na Assembléia, deputado Valter Pereira e do presidente do partido, Marcelo Miranda Soares.

“... para retornarmos as conversações, em ambiente de concórdia e inteira descontração” (23).

Não houve senão uma única rodada de conversações e, em 5 de abril de 1984, começava a segunda grande greve do professorado .

Ao contrário da grande greve de 81, iniciada por Dourados e engrossada aos poucos por outros municípios, a greve de 84, já no seu primeiro dia, contou com a participação de 36 municípios do Estado (24) e em seu auge, com 52 municípios (25).

Nessa greve de 84, algumas coisas já eram corriqueiras para os professores, portanto a tensão não era tão grande como na greve de 81.

Em termos políticos, o acontecimento principal foi a guinada peemedebista. Enquanto o governo era do PDS, a bancada peemedebista na Assembléia Legislativa criticava veementemente o governo por não oferecer ao magistério materiais de trabalho e salários condignos, todavia, nesse momento em que o executivo era o PMDB, a bancada assegurava total apoio ao governo (26). Essa posição de apoio ao governo, entretanto não era cômoda e ensejava uma cisão no partido governista que, diga-se de passagem, era constituído por antigos emedebistas autênticos e peemedebistas de última hora, oportunistas que, ao verem naufragar o barco do PDS, apressaram-se em ingressar no PMDB. Não fosse o pulso firme, a autoridade moral do governador, o partido não teria escapado de cisões traumáticas. A sua ação vigorosa, entretanto, não foi suficiente para manter o partido coeso.

“Em discurso proferido ontem (06.07) na Câmara o deputado Sérgio Cruz (PMDB-MS) prestou irrestrita solidariedade aos professores em greve” (27).

“A bancada municipal do partido (Campo Grande) se solidarizou com os grevistas e deverá procurar o governador na segunda feira a fim de tentar aproximar os dois setores” (28).

Na Câmara Municipal de Dourados, por iniciativa dos vereadores peemedebistas Carlos Cristino de Oliveira e Paulo Falcão e na Câmara de Miranda, por intermédio do vereador Jehul Acosta, foram aprovados requerimentos apoiando a greve do magistério (29).

---

23. Cf. o “Correio do Estado” de 12.03.84.

24. Cf. o “Diário da Serra” de 06.04.84.

25. Cf. “O Progresso” de 10.04. Esses números são significativos se considerar-se que em 81 Mato Grosso do Sul possuía apenas 64 municípios.

26. cf O “Diário da Serra” de 07.04.84 e no “Correio do Estado” de 11.04.84.

27. “O Combate” de 7 a 13.04.84. O Deputado Sérgio Cruz, na gestão anterior era deputado estadual e ao lado do deputado Sultan Rassian, constituiu-se em grande defensor das causas do magistério. Em 1984, enquanto o partido se mesclava com o ingresso de ex-pedessistas. Sérgio Cruz mantinha sua coerência a ponto de acabar deixando o partido.

28. Cf o “Diário da Serra” de 07.04.84.

29. Sobre a aprovação do requerimento pela Câmara Municipal de Dourados  
cf. 0

Por outro lado, da parte do executivo, diz o Jornal “O Combate” que o governo

“Além de não atender as reivindicações dos professores... agride a classe, tanto através de uma nota oficial que distribuiu no mês passado rejeitando de forma grosseira as pressões do magistério, como via deputado Leite Schimidt que qualificou de ‘guaiecas’ o professorado e os dirigentes da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul” (30).

Mas a iniciativa realmente inovadora do executivo foi o uso da televisão:

“Num pronunciamento de 16 minutos, transmitido à noite pela televisão, o governador Wilson Barbosa Martins concitou os professores em greve... que regressem às aulas... e manifestou disposição de retomar os entendimentos em torno das reivindicações salariais da categoria...

... a greve deflagrada... foi precipitada e injusta e acrescentou ‘o governo não fechou diálogo. Foi justamente o magistério que fechou diálogo, que correu para a greve, a nosso ver precipitamente...

... nunca eu poderia dizer que os professores de Mato Grosso do Sul ganham bem, embora possa dizer que os professores do Estado ganham melhor que em quase todos os Estados do Brasil...

se formos examinar os salários das diversas parcelas do professorado, caímos naquelas parcelas, naquelas quantias que não permitem que nenhuma dessas famílias realmente possa ter uma vida condigna, uma vida que lhes permita conforto suficiente, que lhes permita a tranquilidade a que têm direito...

entretanto, é preciso levar em conta a realidade orçamentária do Estado... no terreno da educação, não temos sobre nossos ombros somente o problema do salário dos professores. Temos mais de 100 mil crianças com idade de 7 a 14 anos fora das salas de aula. As escolas existentes estão em péssimas condições”. (31)

---

“Panfleto” de 14.04.84 e sobre o requerimento aprovado em Miranda cf. o “Jornal da Cidade” de 8 a 14.04.84. O “Jornal da Cidade” de Miranda anunciou nesta mesma edição que a moção de solidariedade aos professores apresentada pelo vereador João Bertozo do Nascimento foi rejeitada pela maioria absoluta dos vereadores de Bodoquena. E muito provável que tenha havido muitas outras manifestações de Câmaras Municipais do Estado, todavia não se dispõe de documentos comprobatórios.

30. Cf. o “O Combate” de 7 a 13.04.84. Guaiecas são os cães de raça ruim.

31. Vários jornais do Estado noticiaram sobre o pronunciamento do governador, “O Progresso” de 12.04.84, por exemplo publicou na íntegra,

todavia o que resumimos acima foi publicado pelo Correio do Estado de 11.04.84.

Em suma, o governo reconheceu os baixos salários, reconheceu as péssimas condições dos estabelecimentos de ensino, reconheceu a falta de escolas para mais de 100 mil crianças, mas alegou nada poder fazer, em virtude do orçamento não suportar elevações salariais.

Na Assembléia Legislativa, o pronunciamento do governador repercutiu mal: o vice-líder do PDS, Waldir Cardoso

“... teceu severas críticas à atitude do governador em ocupar 16 minutos de horário nobre na televisão — tempo esse que o deputado acredita ter sido pago pelo governo — para nada esclarecer que satisfizesse as reivindicações dos professores...

... durante o seu pronunciamento o deputado Waldir Cardoso foi aparteado por diversos parlamentares solidários aos professores, dentre os quais Ary Rigo, Cecílio Gaeta, Djalma Barros e Manfredo Correa. Por outro lado, o deputado Walter Pereira, líder do PMDB, foi o único de sua bancada que durante um aparte procurou defender a atitude do governador, tendo os demais companheiros de bancada permanecido omissos” (32).

Mas o governador não realizou seu pronunciamento na televisão para agradecer aos deputados pedessistas, nem mesmo, pelo que se viu de seu pronunciamento, para propor algum acordo ao professorado. Na verdade o governador motivou a opinião pública no sentido de desacreditar o movimento, pois bem sabia que, para o dia seguinte ao seu pronunciamento, o magistério promoveria uma grande passeata em Campo Grande objetivando, de um lado, mostrar força e pressionar o governo e, de outro, procurar reacender os ânimos da categoria que há 8 dias encontrava-se em greve.

A passeata de 12 de abril de 1984, no entretanto, não conseguiu cumprir seu intento apesar do grande número de professores de todo o Estado que dela participaram. O professor Antonio Carlos Biffi, então presidente da FEPROSUL, em sua entrevista, assim referiu-se a essa passeata:

“... a terceira grande passeata realizada foi no governo de Wilson Barbosa Martins como término da greve de 1984... e contou com grande número de professores do interior e da capital...”

---

32. Cf. “O Progresso” de 12.04.84. Esta foi a única oportunidade em que os deputados pedessistas assumiram ao longo da greve uma postura favorável ao professorado. Diga-se de passagem, a atitude de silêncio foi coerente, afinal o PDS jamais se mostrou no Estado de Mato Grosso do Sul identificado com o magistério. Maior estranheza causou a omissão dos deputados peemedebistas que, enquanto oposição, defendiam o magistério. E bem verdade que os deputados eram outros, mas o partido era o mesmo.

E demonstrou seu desânimo com os resultados práticos do movimento:

“Esses movimentos são movimentos pesados, que envolvem um custo muito grande e que hoje na evolução do próprio movimento nós entendemos que estão se tornando obsoletos...” (33).

Acabada a passeata, não havia mais fôlego para continuar a greve. Ela também se encerrou sem que os três salários mínimos reivindicados como piso fossem obtidos.

---

33. Cf. a entrevista do professor Antonio Carlos Biffi.



CAPÍTULO VII

# A TERCEIRA GRANDE GREVE DO PROFESSORADO



**N**a verdade a terceira grande greve não foi tão grande em termos de adesões e muito menos em número de dias paralisados, e só foi considerada grande por ter sido geral e porque foi deflagrada em um congresso do qual participavam 2.500 professores, ao invés de ter sido decidida apenas pelas delegações que constituem a Assembléia Geral da FEPROSUL.

A exemplo do ocorrido antes das outras duas grandes greves, também antes de ser deflagrada a de 1986, houve várias ameaças de paralisações em 1985.

Lauro Sérgio Davi, presidente da ADP, em maio de 85, declarou que

“A Assembléia do último sábado, no CEUD, votou favoravelmente à deflagração da greve caso não seja possível entrar num acordo com os setores financeiros do governo. E como nós já conhecemos bem o governo Barbosa Martins, dá pra prever uma nova greve no atual governo” (1).

Em agosto, no dia 15, houve uma Assembléia Geral da FEPROSUL, onde cerca de 200 representantes dos 64 municípios do Estado reafirmaram a proposta do professorado, mas não chegaram a um consenso sobre a deflagração de uma greve geral.

A situação na época era a seguinte:

| Salário atual           | Proposta/FEPROSUL      | Proposta/Governo     |
|-------------------------|------------------------|----------------------|
| Nível I Cr\$ 352.586    | 1,7 salário (1º julho) | 70% (setembro/85)    |
| Nível II Cr\$ 405.474   | 2,0 SM – novembro/85   | 1,5 SM (novembro/85) |
| Nível III Cr\$ 528.879  | 2,5 SM – maio/86       | 2,0 SM (maio/86)     |
| Nível IV Cr\$ 581.767   | 3,0 SM – novembro/86   |                      |
| Nível V Cr\$ 652.218    |                        |                      |
| Nível VI Cr\$ 669.913   |                        |                      |
| Nível VII Cr\$ 687.543  |                        |                      |
| Nível VIII Cr\$ 705.172 |                        |                      |

Em setembro, as negociações prosseguiram e o governo melhorava um pouco sua proposta. Para novembro/85 elevava a proposta de 1.5 SM, para 1.8 SM; a partir de maio/86, elevava de 2.0 para 2.3 salários mínimos, além dos 70% a partir de setembro/85.

Em 6.10.85 os presidentes das associações municipais de professores reuniram-se em Campo Grande com o Presidente da FEPROSUL e descartaram a possibilidade de greve.

---

1. Cf. ‘O Panorama’ de 29.05.85. As ameaças do Presidente da ADP se repetiriam em 26.07.85, através de “O Progresso” e 13.08.85, através da “Folha de Dourados”.

2. O quadro foi publicado pelo jornal “O Progresso” de 14.08.85. É bom frisar que são poucos os professores enquadrados nos níveis VI, VII e VIII. Na época inclusive, no nível VIII, só havia um professor enquadrado.

Estava aceita a proposta governamental, embora como é natural, nem todos os professores estivessem de acordo. Em Campo Grande, por exemplo, o presidente da ACP, professor Sérgio Auer, em virtude do descontentamento de muitos professores com a aceitação da proposta governamental, declarou que

“Precisamos lembrar que a ACP é apenas uma das integrantes da FEPROSUL e não pode tomar decisões por todo o Estado” (3).

Não houve greve em 85. A decisão da maioria das Associações Municipais de Professores foi respeitada e as palavras do Professor Sérgio Auer, supra-transcritas, foram muito significativas para demonstrar o poder de força da FEPROSUL e a autoridade que a entidade havia conquistado no seio da categoria. Nem mesmo a ACP, sem dúvida alguma a entidade municipal que congrega o maior número de associados do Estado, sentiu-se forte para enfrentar sozinha um movimento paredista. O exemplo dado por Dourados, em 81, era coisa do passado. Qualquer decisão agora, **no âmbito** estadual tinha, indubitavelmente, que passar pela FEPROSUL.

## **7.1. A GREVE GERAL DE 1986**

Coerente com a pauta de reivindicações do ano anterior, em abril de 86, a FEPROSUL foi para a mesa de negociações com o governo, levando a proposta de um piso salarial de 2.5 SM a partir de maio e três salários mínimos a partir de novembro. Um dado novo entretanto havia sacudido a política econômica nacional e dificultava as negociações: o governo federal havia decretado o “Plano Cruzado”, que congelava preços e salários até março de 1987. Barbosa Martins, tendo por escudo o decreto do governo federal, negava-se a aceitar qualquer mudança salarial.

De fato, como o Plano Cruzado de início causou uma euforia generalizada no povo brasileiro, o governo acabou não modificando os

---

3. Cf. o “Correio do Estado” de 07.10.85.

salários e os professores tiveram que se conformar (4).

Em outubro, todavia, a euforia do Plano Cruzado começava a ceder lugar para uma triste realidade: congelados, de fato, estavam apenas os salários dos trabalhadores, porque os preços, o governo não controlava e o ágio tornou-se comum em quase todas as transações comerciais, a começar pelo quilo da carne.

Para o dia 3 de outubro estava marcada uma audiência com o governador Ramez Tebet (Barbosa Martins deixou o governo para candidatar-se ao senado federal e Ramez Tebet, que era o vice-governador assumiu), através da qual os professores pretendiam um acordo, não só no que tocava aos salários mas também para alterar-se o Estatuto do Magistério.

Nesse dia os professores da capital paralisaram suas atividades para concentrarem-se defronte à governadoria, enquanto se dessem as negociações. Esse fato provocou o cancelamento da audiência (5). E só após muita insistência, é que o governador recebeu a FEPROSUL, mas apenas para dizer que manteria aberto o diálogo e marcaria nova audiência.

No dia 14 de outubro, de fato, o governador recebeu novamente a FEPROSUL em audiência, mas apenas para declarar que somente iria estudar as reivindicações do magistério em dezembro, juntamente com o restante do funcionalismo público (6).

Embora a atitude do governador tenha causado grande descontentamento, os professores deixaram para o “XIII Congresso Estadual de Professores” a realizar-se em Ponta Porã, qualquer decisão.

Logo na abertura do Congresso, o presidente da FEPROSUL Antonio Carlos Biffi, afirmou que:

“a categoria não era intransigente, mas estavam brincando com os professores e, embora não fosse intenção da Federação fazer a greve, o governo estava empurrando o magistério para ela” (7).

No dia 19, os cerca de 2.500 professores presentes ao Congresso optaram pela deflagração da greve a partir do dia 28 de outubro (8). A decisão foi moderada, pois durante os oito dias que precediam a

---

4. Em 14 de agosto os professores de Dourados paralisaram as suas atividades, mas devido ao atraso de pagamento. E embora provavelmente outras localidades também tenham feito o mesmo não se tem registros. Sobre a paralisação de Dourados Cf. “O Progresso” de 13.08.86 e “O Panorama de 14.08.86.

5. Ramez cancelou a audiência afirmando: “Sob pressão eu não negocio”. E foi insuficiente a afirmação da Comissão dos professores de que “a paralisação e a concentração não tinham como fim pressioná-lo”. Cf. o “Correio do Estado” de 03.10.86.

6. A informação foi prestada pelo presidente da ADP, Lauro Sérgio David nos jornais “O Progresso” e “O Panorama” de 17.10.86.

7. Cf. o “Jornal da Praça” de 18/19.10.86.

8. Cf. o “Correio do Estado” de 20.10.86. “O Panorama” de 21.10.86. “O Progresso” de 22.10.86.

Paralisação, as lideranças poderiam muito bem entrar em negociações com o governo e chegar a um acordo. Na realidade, para impedir-se a eclosão do movimento grevista, bastaria ao governo encaminhar à Assembléia Legislativa o projeto do Estatuto do Magistério, pois no referido projeto, entre outras vantagens, constava o piso de 3 salários mínimos, reivindicação muito antiga e cara ao magistério.

O governo transferiu ao legislativo a responsabilidade e o professorado terminou o ano letivo, aguardando que a Assembléia, no prazo, decidisse.

O governo todavia não tomou nenhuma iniciativa e as Associações Municipais iam fazendo suas Assembléias Gerais para decidirem oficialmente sobre a paralisação e levarem as decisões tomadas à Assembléia Geral da FEPROSUL (9).

No dia 28 de outubro iniciou-se a greve, no dia 30 terminou. Três dias de paralisação. Por isso, afirmou-se que a terceira grande greve não foi tão grande pela sua duração e nem pelas adesões que recebeu. Já no dia 29, após apenas um dia de greve o jornal “Correio do Estado” estampava em manchete que

“Fracassa a greve dos professores do Estado” (10).

Com razão, a greve fracassou. Aliás, sob a ótica governamental, ainda não houve na história do magistério de Mato Grosso do Sul greve vitoriosa. Essa é uma verdade incontestável. Mesmo que o professorado em outras paralisações tenha obtido resultados mais positivos, jamais se reconheceu uma de suas greves como vitoriosa. Essa é uma lógica do sistema capitalista: se o empregado reivindica 100% e o patrão concede 99%, a vitória é do patrão que não cedeu às pressões e aumentou os salários somente naquilo que ele quis.

O magistério de Mato Grosso do Sul, entretanto, após tantos anos de aprendizado, já tinha consciência de que muitas vezes o avanço só se faz com recuos estratégicos.

O “Correio do Estado” não teve a mesma visão e afirmou

“Posicionamento sério e rigoroso, o do governador Ramez Tebet, alertando os professores que não vai aceitar pressões e que agirá com os rigores da lei contra os grevistas.

Foi o suficiente para que a classe do professorado tremesse nas bases e iniciasse o processo de reavaliação das posições que foram tomadas. Uma coisa deve ser dita: o governador é Tebey, não Martins.

---

9. A Assembléia Geral da FEPROSUL realizou-se no dia 25.10 com a presença de 36 representações e decidiu-se pela paralisação a partir do dia 28. Cf. o “Correio do Estado” de 27.10.86.

10. Cf. a edição do dia 29.10.86. Em Dourados, segundo o próprio “Correio do Estado” a paralisação atingiu 80% do professorado. O índice, embora expressivo em relação aos outros municípios, foi pequeno para Dourados. De qualquer forma, se isto tivesse ocorrido no restante do Estado a greve se sustentaria. Não ocorreu.

Na administração passada, nunca os grevistas tiveram alguém que os enfrentasse. Hoje têm e por isso vão ter que recuar. Ligeirinho” (11).

Ramez Tebet era do PDS, transferiu-se para o PMDB e compôs chapa vencedora com Wilson Barbosa Martins nas eleições de 81. A alegação do jornal de que Ramez era mais rigoroso do que Martins reflete a tendência de direita do jornal, jamais a realidade concreta (12).

Derrotados, os professores voltaram às aulas. Derrotados?

“Os professores de todo o Estado, reunidos em Assembléia na sede da FEPROSUL, em Campo Grande, decidiram colocar fim à greve que havia sido deflagrada na última terça-feira, aceitando as propostas do governador Ramez Tebet que vai negociar com o magistério no mês de dezembro, visando a fixação dos índices de reajuste para a categoria e para o envio do Estatuto do Magistério à Assembléia Legislativa.

A nova rodada de negociações entre professores e governo foi marcada pela disposição do presidente da FEPROSUL, Antonio Carlos Biffi em obter do governo uma garantia para o estabelecimento do piso salarial de três salários mínimos. O Secretário de Trabalho, Heitor Miranda dos Santos foi chamado para intermediar as negociações e argumentou que as negociações (sic) foram conduzidas até a exaustão, lembrando que as discussões surgiram com oito meses de antecedência da data base.

Ramez voltou a reafirmar aos professores, a condução de forma cristalina e democrática das negociações, apontando o documento enviado à FEPROSUL como prova incontestada das boas intenções do Governo em dar soluções sem leviandade ou demagogia. ‘Não tenho comportamento da receita do Estado normal’ (sic) acentuou ele ao solicitar a compreensão e reflexão das categorias para o exame da questão. Ele voltou a garantir que o reajuste passa a vigorar a partir de 1º de janeiro, mesmo que a Assembléia Legislativa encontre dificuldades para votar a matéria; e lembrou que o governo não discriminará os benefícios a serem concedidos ao funcionalismo” (13).

Na mesma edição do dia 30, “O Progresso” divulgava o relatório passado pela secretária da ADP, professora Vera Lúcia de Lima,

---

11. Cf. o “Correio do Estado” de 29.10.86.

12. Enquanto Wilson Barbosa Martins estava no poder, o “Correio do Estado” não fez qualquer menção desabonadora ao seu governo, inclusive quanto ao enfrentamento da greve de 84. Ao contrário, sempre condenava o magistério. Esse tipo de atitude por parte do jornal merece um estudo mais profundo que fica aqui sugerido.

13. Cf. o jornal “O Progresso” de 30.10.86.

afirmando que a greve mobilizava 90% (noventa por cento) dos professores. Os dados embora corretos, referiam-se na verdade à paralisação registrada em Dourados no dia 29; dia 30 a greve já havia findado:

“Mesmo não tendo conseguido o atendimento às reivindicações, os professores resolveram voltar às atividades acreditando mais uma vez na palavra do governo do Estado...” (14).

“.. os professores consideram que a situação financeira do Estado é delicada, mas foi considerado também, para a suspensão da greve, a exploração política de partidos de esquerda infiltrados no movimento, o que poderia comprometer os objetivos do protesto contra o governo” (15).

Coisas muito estranhas estavam sucedendo-se, numa anacronia flagrante com o desenrolar do movimento reivindicatório até então verificado no Estado. Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração que a paralisação de dois dias, e em algumas localidades de três dias, não levou a absolutamente nada, e sem que houvesse qualquer dado novo, o professorado através da FEPROSUL resolveu voltar às aulas. Em segundo lugar, vem a alegação absurda de que os professores teriam voltado às aulas reconhecendo a delicada situação financeira do Estado. E, finalmente, a bizarra referência de que partidos de esquerda, infiltrados no movimento, poderiam comprometer os objetivos do protesto contra o governo.

A questão das dificuldades financeiras do Estado, é bem verdade, já vinha sendo levantada há muito. Antonio Carlos Biffi, na abertura do XIII Congresso Estadual de Professores, alertava para este fato (16), mas a declaração da infiltração das esquerdas foi inédita.

Inédita se considerar-se que partiu de um líder do próprio movimento (17), pois os professores, que lideravam a categoria até então, evidentemente não foram poupados de certas qualificações, só que por elementos declaradamente contrários a qualquer manifestação que não refletisse o espírito de sacerdócio da categoria.

Nesse momento, todavia, as principais lideranças dos movimento estavam vinculadas ao PMDB, o que dificultava qualquer análise. Quem era agora de esquerda: os peemedebistas históricos, descontentes

---

14. Cf. entrevista do professor Lauro Sérgio David, presidente da ADP ao jornal “O Panorama” de 31.10.86.

15. Cf. o “O Progresso” de 31.10.86.

16. Cf. o “Jornal da Praça” de 18/19.10.86. O jornal insinua nesta matéria que Antonio Carlos Biffi consciente do que uma paralisação significa em termos de aproveitamento escolar e desgaste político para o partido do governo do qual ele é candidato não estaria disposto a incentivar a greve.

17. Embora não se encontre entre aspas a matéria de “O Progresso” de 31.10.86. evidencia que a declaração foi prestada pelo presidente da ADP, professor Lauro Sérgio Davi.



com os fisiológicos? Os pedetistas, os petebistas, os petistas, os socialistas, os comunistas ou (pasmem) os pedessistas?

O assunto merece análise melhor elaborada, quem sabe inclusive, que outros trabalhos por certo trarão à luz. Para este, simplesmente, a greve estava encerrada.

Os líderes da categoria não queriam a greve, esta é a verdade, porque ela poderia prejudicar a candidatura do presidente da FEPROSUL, Antonio Carlos Biffi, a urna cadeira na Assembléia Legislativa, pelo PMDB. Todavia, não a conseguiram frear, em função principalmente da euforia dos 2.500 (dois mil e quinhentos) professores presentes ao Congresso em Ponta Porã.

Eram, aliás, cerca de 2.500 professores também os que gritavam por greve em 27.03.79, no anfiteatro do Colégio Dom Bosco. Mas nesta época as lideranças conseguiram evitá-la, quem sabe para o bem da categoria, que não sofreu qualquer derrota nesta oportunidade (18).

No dia 11 de dezembro de 1986, o governo e os professores reabriram as negociações e no dia 12 elas se encerraram. O governo prometia 2.7 salários mínimos a partir de janeiro de 87, os professores queriam 3.0 salários mínimos (19).

A greve terminou em 30 de outubro. Nas eleições de 15 de novembro o professor Antonio Carlos Biffi não se elegeu. O magistério não estava, em hipótese alguma satisfeito. Ficava portanto aberta novamente a perspectiva de uma nova greve.

---

18. Não se tem a pretensão neste trabalho de esgotar esse assunto, polêmico e atraente ao mesmo tempo.

19. Cf. o "O Panorama" de 11 e de 12.10.86.

CAPÍTULO VIII

# A GRANDE GREVE DE 1987



Todas as greves gerais do magistério tiveram algumas características semelhantes. Por exemplo, elas aconteceram no segundo semestre levito, jamais no primeiro. As deflagrações de greves sempre foram precedidas por ameaças feitas pelas lideranças, através da imprensa do Estado. Sempre houve também a preocupação de buscar-se um acordo salarial antes de qualquer greve. Algumas negociações, inclusive, se arrastaram por períodos prolongados, como as de 86, que duraram oito meses.

A grande greve de 1987 não foi diferente, seus antecedentes não registraram mudanças significativas e, por isso, não serão abordados para evitar-se o risco de repetição desnecessária.

Os professores reivindicaram junto ao governo estadual o pagamento de um piso de 3 salários mínimos, com efeito retroativo a partir de setembro e de 4 salários mínimos a partir de dezembro. O governo, por sua vez acenava com a possibilidade de pagar 3 salários mínimos, a partir de março do ano seguinte — 1988 (1).

Além da reivindicação salarial, pleiteavam também os professores,

“reforma estatutária, eleições diretas para diretor e diretor-adjunto, ensino público e gratuito para todos os níveis, verbas públicas somente para escolas públicas...” (2).

Evidentemente, a questão financeira deve ser colocada em primeiro plano. Aliás não é vexatório afirmar-se que o professorado fez greve por melhorias salariais: lutar por melhores salários é função primordial das entidades sindicais ou de Associações representativas de quaisquer categorias, quando a lei proíbe a sindicalização (3).

A FEPROSUL, também nesta paralisação, foi a coordenadora absoluta de toda a movimentação. De sua sede partiu a decisão da greve, a coordenação geral do movimento e, inclusive, o final da paralisação.

Dia 14 de outubro iniciaram a greve 41 municípios, que atingiram uma média geral de 85% de paralisação. A posição era a seguinte:

“Amambai, 80%; Anaurilândia, 80%; Aparecida do Taboado, 80%; Angélica, 98%; Aral Moreira, 100%; Bataguassu, 100%; Bataiporã, 100%; Bela Vista, 90%; Bodoquena, 100%; Bonito, 40%; Coronel Sapucaia, 33%; Camapuã, 80%; Cassilândia, 80%; Dourados, 98%; Deodápolis, 90%; Eldorado, 100%; Fátima do Sul, 70%; Ivinhema, 100%; Maracaju, 80%; Miranda, 100%; Mundo Novo, 90%; Naviraí, 100%;

---

1. Cf. o “O Progresso” de 15.10.87.

2. Cf. o “Diário da Serra” de 15.10.87.

3. A respeito da função sindical das Associações de professores, são importantes as opiniões de Antonio Carlos Biffi e Eusébio Garcia Barrios. Cf. suas entrevistas no CDR- CEUD.

Nova Andradina, 100%; Rio Verde, 100%; Sidrolândia, 90%; Tacuru, 50%; Taquarussu, 100%; Terenos, 100%; Três Lagoas, 80%; Campo Grande, 90%; Caarapó, 80%; Douradina, 100%; Glória de Dourados, 100% e Ponta Porá 100%” (4).

Em 22 de outubro a greve atingiu seu pico máximo. Todas as 59 associações filiadas à FEPROSUL estavam em greve. O movimento paralisou 96,6% dos professores (11.592), fechou 339 escolas e deixou em atividades escolares 246.909 alunos (5).

Dos 59 municípios que aderiram à greve, vinte e cinco deles conseguiram a proeza de atingir, no pico, 100% de paralisação. São eles, Angélica, Aral Moreira, Brasilândia, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Bodoquena, Costa Rica, Douradina, Eldorado, Glória de Dourados, Ivinhema, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Pedro Gomes, Porto Murtinho, Rio Negro, Rio Verde, São Gabriel do Oeste, Sete Quedas, Taquarussu, Terenos e Três Lagoas (6).

Para o décimo sexto dia de paralisação, as Associações Municipais previram e concretizaram um dia de passeata. Ao contrário das passeatas anteriores, não houve uma única grande concentração em Campo Grande, mas ocorreram em praticamente todas as cidades do Estado (7).

Em Campo Grande, os professores da rede municipal juntaram-se aos da rede estadual e, com a ajuda de pais e estudantes, promoveram uma espetacular passeata com a participação de, aproximadamente, cinco mil pessoas. Um dos pais participantes declarou na oportunidade que:

“Acredito que minha ajuda juntamente com minha esposa, contribuirá sensivelmente. Eu, como pai de um aluno, entendo perfeitamente a situação do professor, tanto do Estado como do Município” (8).

A passeata desta feita não foi silenciosa, houve “barulhaço” com panelas e tudo quanto se pudesse imaginar e, enquanto os professores se dirigiam à prefeitura eram aplaudidos por populares que apoiavam a greve (9).

---

4. Cf. o “Diário da Serra” de 15.10.87. Esse é o quadro de paralisação mais completo que se conseguiu, sobre todo o movimento, presume-se todavia que haja outros, ainda mais gerais nos arquivos da FEPROSUL ou das grandes associações uma vez que era normal a apresentação de boletins diários às Assembléias Gerais, para acompanhamento do movimento.

5. Cf. o “Diário da Serra” de 23.10.87. Os dados, embora possam até ser questionados quanto a precisão, são muito significativos.

6. Cf. o “Diário da Serra” de 23.10.87.

7. Lamentavelmente não se possuem dados documentais a respeito do assunto para todas as cidades que participaram.

8. Declaração do Sr. Marcelo Castro que o “Diário da Serra” publicou em 28.10.87

9. Cf. o “Diário da Serra” de 28.10.87. Em 1987, pela primeira vez na história do Movimento Reivindicatório do Magistério de Mato Grosso do Sul, o professorado da rede municipal de Campo Grande deflagrou greve juntamente com os da rede Estadual. Escapa, infelizmente dos limites deste trabalho a análise desse movimento.

Em Dourados a passeata aconteceu no dia 29 de outubro e mais de 600 professores, conduzindo panelas, zabumbas e outros instrumentos barulhentos, saíram em passeata da praça Antonio João e se dirigiram até a vice-governadoria (10).

Das duas passeatas registradas, nenhuma foi suficiente para decidir alguma coisa em termos de fim de greve. A de Campo Grande, sem dúvida, foi uma grande demonstração de força e de capacidade organizadora da categoria. A de Dourados conseguiu arrancar do vice-governador George Takimoto — a vice-governadoria de Mato Grosso do Sul, na gestão 87/90, funciona em Dourados, segunda cidade do Estado a promessa de que advogaria junto ao governador do Estado a causa dos professores. Só isso.

Mas, na realidade ninguém esperava mesmo por fim à greve com a realização destas passeatas. Esperava-se, sim, aumentar a pressão sobre o governo do Estado, que até então se mantinha irredutível na sua proposta de conceder o piso de 3 SM a partir março de 88. E essa pressão, somada aos dezoito dias de paralisação, realmente parece ter dado resultados:

“... o governo apresentou uma nova contra-proposta, de conceder um piso de 2.8 SM em fevereiro e 3 SM em março...” (11).

O resultado obtido todavia não satisfiz ao professorado, que continuou a exigir piso salarial de 4 mínimos, aprovação do Estatuto e eleições diretas para diretores de escolas (12).

Se então, de um lado os professores não abriam mão dos 4 SM imediatos e se de outro o governo só concedia 2.8 a partir de fevereiro e 3 a partir de março, chegava-se ao impasse. E com o impasse veio, inevitavelmente, a radicalização. Então, cada qual com suas armas.

Nesses termos, é evidente que o fiel pendeu para o lado do governo, porque o professor fora da sala de aula é uma espécie de tartaruga sem casco, enquanto o político no governo é o conquistador do poder, conseqüentemente, da força.

Detendo o registro das torneiras do erário público, a primeira ameaça do governo, só poderia ter sido uma: corte nos pagamentos. E já no dia 10 de novembro Marcelo Miranda ameaçava não pagar o mês de outubro, caso o professorado não voltasse às aulas (13).

---

10. Cf. o jornal “O Progresso” de 30.10.87.

11. Declaração do professor Lauro Sérgio David, presidente da ADP para o “Progresso” de 30.10.87.

12. Cf. “O Progresso” de 04.11.87. Dois dias depois (06.11) o mesmo jornal estampava em manchete que “Nova proposta do governo pode terminar com greve”. A nova proposta todavia não passava de um simples verniz em madeira velha, o governo mantinha 2.8 SM para fevereiro e 3 para março. O verniz consistia no encaminhamento do Estatuto do Magistério a Assembléia até o dia 10 de novembro.

13. Marcelo Miranda tomara posse em 15.03.86 desta vez eleito através do pleito de 15.11.85.

Dia 10, em Nlato Grosso do Sul, é dia de pagamento dos professores. Por não receberem até esse dia, muitas greves foram deflagradas em vários municípios. Justamente no dia 10 a imprensa publicava que não haveria pagamento (14).

Os professores reagiram a essa intimidação inicial afirmando que o governo tinha, de fato, o direito de cortar o pagamento. Mas, no afã de demonstrarem força e capacidade de organização, acabaram irritando o governador. Nessa época o governador inaugurava obras pelo Estado e por onde passava encontrava, inevitavelmente a esperar-lhe dezenas, centenas de professores, com faixas, cartazes e palavras de ordem (15).

Mil faixas, entretanto, não superam a falta de um litro de leite para o filho que chora. Palavras de ordem, por seu turno, proferidas em situações ímpares, não são suficientes para sufocar certos conselhos cotidianos que partem das pessoas mais íntimas.

Sabe-se — e o governo melhor que ninguém — que a influência ideológica, disseminada pelas classes dominantes, fizera com que parte da população entendesse a greve como manifestação espúria, que combina com o professorado.

Esta noção, ideologicamente repassada, de que greve não é recurso digno para uma categoria como a do professorado, além de conquistar parte da população, chega e influenciar até mesmo alguns colegas menos avisados, alguns ainda longe de entenderem a relação entre exploradores e explorados, pedra de toque sobre a qual se estrutura nossa sociedade. A ordem, a harmonia, tão cobradas aos professores pelas autoridades e pela imprensa dependentes, de fato, não combinam com a greve; todavia, salários aviltados pelo próprio poder público, subestimando a dignidade profissional de toda uma categoria, também não combinam com a ordem e a harmonia pretendidas. Daí a legitimidade da greve. Daí o exemplo de dignidade repassado pelos professores às demais categorias profissionais do Estado, via movimento grevista.

Mas, voltando às pressões. Na mesma edição em que o jornal “O Progresso” divulgava as medidas punitivas anunciadas pelo governo do Estado, divulgava também a seguinte moção:

“Reunidos no último final de semana no Instituto Pastoral da Diocese de Campo Grande, os bispos, representantes dos padres e dos fiéis das Dioceses de Dourados, Campo Grande,

---

14. Cf. “O Progresso” de 10.11.87 e o “Diário da Serra” de 11.11.87.

15. Os dois exemplos mais significativos dessas manifestações talvez tenham se processado em Glória de Dourados e em Dourados. Neste último município quando inaugurava em companhia do Ministro das Minas e Energia. Aureliano Chaves, a subestação da Eletrosul. Há que se considerar que os governantes brasileiros são autoritários, em função das próprias instituições, em Marcelo há de se acrescentar a própria indole.

Jardim, Corumbá, Três Lagoas e Coxim, elaboraram a programação da igreja Católica para 1988, ao mesmo tempo que divulgaram uma nota de moção de apoio aos professores do Estado, que estão em greve há cerca de um mês, como forma de reivindicar justo salário.

Com o título 'Moção de apoio aos Professores Estaduais', o documento diz o seguinte: 'Nós, bispos, padres, leigos e irmãos do Regional Oeste 1, reconhecendo a justiça das reivindicações do professorado sul-mato-grossense e acreditando que uma verdadeira educação contribui para a construção de uma nova sociedade, decidimos em Assembléia Regional, realizada em Campo Grande, nos dias 06. 07 e 08 de novembro/87, manifestar o nosso apoio às justas reivindicações desta categoria de trabalhadores que busca melhores condições de vida e de qualidade ensino, lutando pela reposição salarial e pela aprovação do Estatuto do Magistério. Contar com o nosso apoio" (16).

Os professores tomaram conhecimento da moção que além de inédita foi significativa. Inclusive, tivessem trabalhado para tornar efetiva a predisposição da igreja em apoiar o movimento, os professores, certamente, poderiam contar com centenas de paróquias e igrejas espalhadas por todo o Estado e buscar o apoio generalizado da população.

Mas, o movimento reivindicatório no Estado já havia atingido seu pleno amadurecimento nesta quarta grande paralisação. Era autônomo, podia garantir-se com as forças de sua própria base. Por isso as lideranças optaram por promover mais uma passeata pelas ruas de Campo Grande.

## **8.1. A MONUMENTAL PASSEATA DE 1987**

Em 1980 Campo Grande assistiu à maior e mais ordeira passeata do Centro Oeste, foi dito no capítulo intitulado "As Passeatas". De fato, a afirmação não foi incorreta, ao menos, com certeza, até aquela data era. A passeata de 1980 conseguiu levar, às ruas da capital, entre 5 e 6 mil participantes e foi vitoriosa, porque por si evitou a eclosão

---

16. Cf. o "O Progresso" de 10.11.87.

de uma greve e propiciou, como consequência, o maior índice salarial atingido pelo professorado de Mato Grosso do Sul.

Todavia, em que pese ter sido vitoriosa, ela foi superada, ao menos quantitativamente. Em 1987, o magistério conseguiu a façanha de colocar nas ruas da capital do Estado nada menos que 20 mil pessoas:

“Os professores da Rede Estadual e Municipal de Ensino mostraram, ontem, que não estão brincando com relação à greve geral que já persiste por um mês.

Ontem (11.11.87), em uma agitada passeata, eles reuniram cerca de 20 mil pessoas, inclusive com adesão dos pais e inúmeros alunos.

A passeata teve início às 14:00 h., por todas as ruas centrais da Capital, reunindo professores de praticamente todas as cidades do Estado....

O tumulto foi geral e o trânsito de Campo Grande pela primeira vez paralisou totalmente.

Após o término da passeata, todos se dirigiram à Praça do Rádio Clube e decidiram ir até à governadoria do Estado...

Muitos afirmaram que essa passeata geral da categoria reuniu mais pessoas do que a das “Diretas Já”...

“Nós votamos no PMDB e gostaríamos que seus representantes entendessem isso. O problema é que após as eleições, realmente a situação mudou totalmente. Achamos que o voto foi perdido, pois, o que estamos reivindicando são coisas justas e o governo tem condições de atender-nos”, comentou Fernando Augusto (professor de Três Lagoas) (17).

Encerrada a passeata, os professores da rede municipal de Campo Grande e da rede estadual das mais diversas localidades, acompanhados de pais e alunos, dirigiram-se até a governadoria onde além de não encontrar o governador, não encontraram viva alma que os pudesse receber.

Interessante notar que em 80, o mesmo governador Marcelo Miranda acabara curvando-se diante da manifestação de 6 mil professores e recebendo em audiência todas as lideranças estaduais. Em 87 o governador não quis receber as lideranças que eram empurradas por 20 mil pessoas (18).

---

17. Cf. o “Diário da Serra” de 12.11.87.

18. Embora o palácio do governo se encontrasse vazio, os professores armaram um palanque sobre um caminhão equipado com aparelhagem de som e nele as lideranças do movimento discursaram tecendo críticas ao governo. Ao final dos pronunciamentos, de mãos dadas, os presentes entoaram o Hino Nacional. Depois a medida que se iam retirando, num gesto emocionante que jamais será esquecido pelos presentes, cravaram suas faixas e seus cartazes nos jardins do palácio. Apenas as estrelas testemunharam que aquele colorido jardim de cartazes foi regado por muitas lágrimas emocionadas de mestres, que jamais haviam participado em suas vidas de uma aula tão linda de consciência profissional.



Onde residiria a diferença de tratamento da parte do governador?

A resposta talvez possa ser encontrada facilmente, se considerarmos a conjuntura dos respectivos momentos históricos. Em 80, embora designado pelo regime autoritário, constituindo-se portanto, em interventor, Marcelo precisava angariar simpatias. Em primeiro lugar, porque substituíra um governo — o de Harry Amorim Costa — que embora também tivesse sido nomeado e não eleito, conquistara a população e principalmente o professorado. Em segundo lugar, deve-se levar em conta que Marcelo Miranda e o principal articulador de sua nomeação, Pedro Pedrossian, já não liam no mesmo breviário, portanto, para Marcelo manter-se no poder, independentemente do grupo que o havia nomeado, só seria possível com o maciço apoio de toda a população, incluindo-se a categoria magistério.

Apesar de ter tentado, Marcelo, acabou sendo destituído nessa época. Foi por essa razão que abandonou o PDS e ingressou no PMDB, onde conseguiu, logo em 82, eleger-se Senador da República e em 86 Governador do Estado.

Em 87, portanto, Marcelo não era simplesmente um interventor, mas governador eleito. Com seu mandato garantido, e em início de governo, pôde manter-se irredutível. E, por paradoxal que possa parecer, se não teve chances de ser autoritário quando nomeado interventor pela ditadura militar, demonstrava sê-lo exatamente quando fora eleito democraticamente.

## **8.2. OS ÚLTIMOS DIAS DE PARALISAÇÃO**

Após a monumental passeata do dia 11.11, os professores tinham razões de sobra para acreditar em sua força. No dia 12.11 realizaram-se Assembléias Gerais em todos os municípios para que os professores avaliassem a passeata e decidissem sobre o encaminhamento que se daria ao movimento. Os resultados dessas Assembléias seriam levados à Assembléia Geral da FEPROSUL, no dia 13, em Campo Grande (19).

---

19. É lamentável não se dispor de dados sobre as Assembléias. Por certo as discussões foram apaixonantes. Em Dourados, a Assembleia Geral decidiu pela continuidade do movimento. Em Campo Grande cerca de 200 professores presentes. À Assembleia “foram unânimes em afirmar que o retorno é inviável neste instante”. Cf. o “Diário da Serra” de 13.11.87.

Mesmo não se possuindo dados suficientes sobre as decisões tomadas nas Assembléias do dia 12, de uma coisa se tem certeza: elas foram realizadas em clima de grande tensão. Ocorreu que o governador Marcelo Miranda tornara público seu decreto de número 4.347 que estabeleceu basicamente quatro pontos principais:

- Corte do ponto;
- Corte do pagamento — já atrasado, como forma de pressão;
- Instauração de processo administrativo, para demitir os grevistas;
- Contratação de pessoal necessário para substituir os demitidos; (20)

Dos quatro pontos, um realmente pesava, era o corte de pagamento. Nas circunstâncias da época, o trabalhador não podia ter seu salário atrasado em mais de três dias. Se isso ocorresse ia ao desespero porque ele não tinha sequer dinheiro para o ônibus.

Essa constatação, crua e irrefutável, antecipa uma conclusão óbvia sobre as greves do magistério: a menos que se criem situações diferentes, quaisquer greves futuras do professorado não ultrapassarão trinta e três dias. E isso para o governo não é nada, contudo, para professores, alunos e pais é desgastante.

E foi nesse clima tenso que se realizou a Assembléia Geral da FEPROSUL, no dia 13 de novembro de 1987, na capital do Estado.

Em sua edição de 14/15.11.87, o jornal “Correio do Estado” estampou em sua primeira página a seguinte manchete:

“PROFESSORES PERDEM A LUTA: Depois da radicalização, derrotados, fazem da imprensa o bode expiatório pelo fracasso da greve”.

Debaixo desse título o “Correio do Estado” divulgava, ao lado de grande foto (8x10), da Assembléia da FEPROSUL, que

“Mesmo decidindo voltar às aulas na segunda-feira, os professores da Rede Estadual de Ensino, acabaram por destruir totalmente o restante do prestígio que tinham. Durante a assembléia de ontem, na Federação Estadual da categoria, eles expulsaram, aos berros, as equipes de TV CAMPO GRANDE (grifo do jornal) e da TV Caiuás. Como se não bastasse, um fotógrafo do CORREIO DO ESTADO (grifo do jornal), em serviço, foi ameaçado de agressão física pelo 1º secretário da FEPROSUL, professor Gerson Sperandio. A aula de vandalismo deixou perplexos

---

20. Cf. o “Correio do Estado”.

os jornalistas, que não se arriscaram e deixaram o local...” (21)

De fato, às emissoras de TV que estavam no local não foi concedida permissão para que realizassem seu trabalho, mas não é verdadeira a afirmação de que o professor Gerson tivesse ameaçado algum repórter de agressão física (22).

Embora sem entrar no mérito, deve-se esclarecer que as emissoras de TV não puderam gravar nada na oportunidade, porque durante toda a greve pouca divulgação deram ao movimento e, quando o fizeram foi mais para divulgar as posições do governo. Assim sendo, pensavam os professores: Por que razão deveriam anunciar o fim da greve? Para demonstrar a derrota dos professores e a vitória do governo?

Claro que a Assembléia foi tumultuada. Evidente que o clima foi tenso. Para se ter uma idéia da temperatura da Assembléia basta dizer que no momento da votação, 29 municípios decidiram pelo fim da greve e 26 votaram a favor de sua continuidade (23). Evidentemente que antes da votação, durante as discussões dos prós e contras a respeito do assunto, os delegados das 59 associações presentes — faltaram apenas 5 representações — defenderam com veemência suas respectivas posições. E além dos aproximadamente 180 delegados de associações, estavam presentes dezenas de professores assistentes, principalmente os envolvidos na campanha de sucessão na Associação Campograndense de Professores, que constituíam três grupos com tendências diferentes.

Na verdade, a anormalidade ocorrida durante a Assembléia não está relacionada com o episódio da imprensa, mas com a tentativa de agressão ao professor Antonio Carlos Biffi, por parte de um descontente com as posições do ex-presidente e agora diretor da FEPROSUL (24).

Esta tentativa de agressão física representa um retrocesso na caminhada democrática que vinha sendo empreendida pela FEPROSUL. Há que se analisar contudo, que alguns setores do magistério estavam

---

21. “Correio do Estado”, 14/15.11.87. A análise do comportamento da imprensa sobre o movimento reivindicatório do magistério merece e comporta um estudo a parte, especialmente no que toca a ideologia por ela disseminada. Poder-se-ia inclusive, chegar ao questionamento de quem distribui e como são distribuídas as concessões para o funcionamento de radios AM e FM e canais de televisão.

22. Além de vários depoimentos testemunhando que o professor Gerson não ameaçou ninguém, deve-se conferir a respeito a Ata da FEPROSUL dessa Assembleia de 13.11.87, onde o fato é muito bem esclarecido.

23. Cf. o “Correio do Estado” de 14/15.11.87. Na Ata da FEPROSUL relativa a essa Assembleia em 13.11.87, Consta que 29 Associações votaram pelo fim da greve, 25 pela continuidade e 5 delegações estavam ausentes.

24. A respeito desse assunto deve se conferir o pronunciamento do Prof. Lauro Sergio Davi, na Assembleia da ADP de 14.11.87 e a entrevista da professora Alda Silva Lima Mendes no Centro de Documentação Regional/CEUD.

realmente descontentes. como bem refletem as notícias divulgada pela imprensa:

“Os professores de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá, agora querem retirar a atual diretoria da FEPROSUL, principalmente a presidente Elza Aparecida e o diretor Antonio Carlos Biffi, acusados de fazerem um movimento para desmobilizar toda a categoria do Estado” (25).

Claro que no final de uma greve, com mais de um mês de duração e seguida a uma passeata espetacular que contou com cerca de 20 mil participantes, deve ser muito bem explicado. Teriam duas ou três ameaças do governo imposto tamanho medo à categoria, que esta acabou recuando repentinamente?

Sobre o assunto ouviram-se dezenas de comentários apaixonados: a ligação da diretoria da FEPROSUL ao PMDB teria provocado um arrefecimento das lideranças. Outro comentário: como os membros da diretoria da FEPROSUL, e grande parte das lideranças de Associações Municipais estão à disposição de suas entidades, teria havido um certo receio por parte dos beneficiados que, temendo perder esses privilégios, opuseram-se à continuidade da greve. Finalmente, os comentários diziam que teria havido acertos entre o Governo e as lideranças.

Acredita-se que possa ter havido, por parte das lideranças, uma tendência para que a greve se encerrasse, todavia os comentários ocorridos que se mencionaram acima não são tidos como verídicos.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a greve terminou porque, quando da votação, quatro associações pesaram no resultado.

Pelo fim da greve votaram: Amambai (181) sócios, Anastácio (96), Aparecida do Taboado (115), Aquidauana (306), Aral Moreira (37), Bandeirantes (45), Bodoquena (32), Bonito (73), Coronel Sapucaia (39), Costa Rica (64), Deodápolis (173), Glória de Dourados (90), Iguatemi (60), Itaporã (121), Itaquiraí (33), Taquari (18), Maracaju (122), Miranda (93), Mundo Novo (162), Nioaque (29), Paranaíba (297), Pedro Gomes (65), Ribas do Rio Pardo (37), Rio Negro (49), Sete Quedas (126), Sidrolândia (46), Tacuru (50), Terenos (35) e Três Lagoas (787).

Pela continuidade da greve votaram: Anaurilândia (78), Angélica (65), Antonio João (35), Bataiporã (43), Bandeirantes (45), Bataguassu (139), Bela Vista (140), Brasilândia (54), Caarapo (188), Camapuã (89), Cassilândia (171), Campo Grande (2.038), Corumbá (457), Coxim (154), Dourados (649), Fátima do Sul (249), Eldorado (66), Inocência (56), Ivinhema (196), Jardim (165), Naviraí (174), Nova Andradina (240), Ponta Porã (351), Rio Brilhante (60), Rio Verde (109) e São Gabriel do Oeste (71).

---

25. Cf. o “Diario da Serra” de 15.11 87.

Não compareceram à Assembléia: Douradina 31, Guia Lopes da Laguna (68), Jateí (49), Porto Murtinho (32) e Taquarussu (58) (26).

As associações que votaram pelo fim da greve congregam 3.381 (três mil e trezentos e oitenta e um) associados. As associações que votaram pela continuidade da greve congregam 6.037 (seis mil e trinta e sete associados).

Os números falam por si. Embora 29 associações tenham votado pelo fim da greve, elas representam pouco mais da metade dos associados da FEPROSUL. Isto quer dizer que a FEPROSUL tem que repensar a questão da representatividade. Não é possível que a ACP, que reúne em seus quadros 3.038 filiados, tenha o mesmo número de delegados que a menor Associação do Estado, Santa Rita do Rio Pardo, que possui 12 filiados (27).

É preciso que a FEPROSUL estabeleça uma determinada proporção, de modo que uma Associação com 2 mil professores tenha um número maior de delegados do que uma com quinhentos professores e, essa tenha um número maior do que uma de cinquenta sócios. Assim, realmente, haveria uma democracia representativa proporcional.

E, justamente a falta dessa proporcionalidade na representação é que ocasionou o fim da greve e o descontentamento de grande parte do magistério, que chegou inclusive a duvidar das lideranças do movimento (28).

Dia 17.11, sob foto sorridente do Secretário de Educação, advogado Aleixo Paraguassu, o jornal "O Progresso" anunciava que

"A Secretaria de Administração está enviando a partir de hoje, para os bancos, as folhas de pagamento referentes aos professores da Rede Estadual de Ensino... todos deverão receber indistintamente... no entanto... será exigido o cumprimento de carga horária prevista por resolução do Conselho Estadual de Educação, que prevê carga horária máxima de mais de 200 dias letivos..." (29).

---

26. Dados fornecidos pelo professor Gerson Sperandio, secretário da FEPROSUL

12.04.88 os numeros entre parentesis representam os associados de cada entidade mencionada.

27. A Associação de Santa Rita do Rio Pardo nem sequer participou da Assembleia que decidiu pelo fim da greve porque ainda não existia como entidade autonoma. Na ocasião, a menor entidade era a associação de Jaraguari, com 18 associados.

28. A questão da confiabilidade em lideranças e problematica num país, onde os próprios dirigentes da nação estão desacreditados. Qualquer pessoa, portanto, que assuma uma posição de comando por mais trabalhadora e honesta que seja acaba sendo criticada por ócio e desonestidade. Crê-se que as lideranças do movimento reivindicatorio do magisterio de Mato Grosso do Sul, desde as origens ate agora, não se corromperam. Podem ter tomado decisões prejudiciais ao movimento por terem atrelado a FEPROSUL a varias associaçõoes municipais a um partido politico o PMDB mas isso ée outra discussão.

29. Cf. o “O Progresso” de 17.11.87.

E no dia 19.11.87, a professora Elza Aparecida Jorge, presidente da FEPROSUL esclarecia que

“A organização sindical do magistério estadual é hoje a mais sólida estrutura associativa dos trabalhadores sul-mato-grossenses. Prova disso, foi a greve de 32 dias com 96 por cento de paralisação e a histórica passeata pelas ruas centrais da capital, com 25 mil manifestantes.

Não chegamos a essa posição por acaso. Ela é fruto da ação direta da militância de milhares de professores no cotidiano da ação educacional; o Brasil vive hoje um período de transição democrática. O atual governo do Mato Grosso do Sul, contrariando a lógica das mudanças sociais e políticas exigidas pelo povo brasileiro, adotou medidas arbitrarias e repressivas em relação ao movimento reivindicatório do magistério estadual, atingindo inclusive outras categorias profissionais de servidores públicos, através de:

Suspensão do pagamento dos professores, especialistas e funcionários administrativos das escolas; e decretos governamentais ameaçando demissões de professores do quadro provisório e a instauração de inquéritos administrativos (DO 13 de novembro de 1987)... medidas essas só adotadas em governos instituídos pela “ditadura militar”... as conquistas resultantes do movimento, embora significativas, estão longe de trazer à categoria do magistério...” (30).

Com essa nota a FEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DE MATO GROSSO DO SUL dava por encerrada a quarta greve do magistério . Resta esclarecer o porquê dessas greves. Deixamos que o jornal “Tribuna Livre” preste esses esclarecimentos, sem se ter contudo, a esperança de que o assunto seja por ele esgotado.

“Todos sabem que as greves causam alguma consternação ou prejuízo, e por isso mesmo é um recurso radical utilizado pelos trabalhadores na luta por melhores salários e condições de trabalho. Quando a negociação entra em colapso, o diálogo entre patrões e empregados é interrompido e os níveis de exploração tornam-se insuportáveis, a greve é o caminho natural e recurso legítimo de luta dos trabalhadores. Se param operários o empresário perde, se param bancários o banqueiro perde e os clientes sofrem dano, se os ferroviários param os passageiros e a arrecadação da empresa são prejudicados.

E se o professor pára? O que acontece de imediato?

Como qualquer trabalhador, o professor que é assalariado também recorre ao direito legítimo de greve quando não é possível negociar com os proprietários de escolas e, sobretudo,

---

30. Foi utilizada a nota divulgada pelo jornal "O Progresso" de 19.11.87.



com o governo que é o principal responsável pela manutenção das escolas de nosso país.

Qual seria, então, o prejuízo imediato da parada das aulas? A resposta é o aluno. Mas, que tipo de prejuízo eles sofrem? A greve é como febre alta, um sinal de que algo vai muito mal no organismo do paciente. Não adianta dar paliativos, porque pode-se abaixar a febre, mas não se cura uma infecção grave com gotas de novalgina, ainda que em doses cavalares...

A escola está doente há muitos anos e a situação crítica que vive hoje é fruto de um processo falido de reformas. O 1º, o 2º e o 3º graus padecem de males que se arrastam sem cura e, neste caso, os prejuízos são imensos pois já comprometeram a formação de diversas gerações de crianças, de jovens e de novos profissionais. Somos mal educados, porque freqüentamos uma escola que não tem condições razoáveis de ensino e somos ensinados por professores que ganham salários aviltantes” (31).

---

31. A análise é do jornal “Tribuna Livre” de 22 a 28.04.87 e refere-se a greve das universidades federais, todavia, como a análise foi abrangente, em seu início, utilizou-se dela neste trabalho.

CAPÍTULO IX

# REFLEXOS DO MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DO MAGISTÉRIO DE – MS



**P**assados dez anos, desde que surgiram as primeiras manifestações do professorado que culminaram com a criação da Federação dos Professores de

Mato Grosso do Sul — FEPROSSUL — torna-se necessário analisar-se, de fato, a organização da categoria teve algum reflexo no conjunto da educação estadual. Em uma linguagem mais direta, quer-se saber se a organização do magistério serviu para alguma coisa. Entenda-se, por exemplo que seria útil saber se houve alguma relação entre organização da categoria e a melhoria das condições físicas das escolas; entre a organização e as garantias trabalhistas; entre a organização e a qualidade do ensino.

## **9.1. MOVIMENTO DO MAGISTÉRIO X CONDIÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Na análise da relação entre a organização do magistério e as condições de trabalho do professorado, é preciso que se tenham em conta as condições das escolas antes da organização da categoria e aquilo que se imagina serem, senão as condições ideais — a utopia — pelo menos as condições satisfatórias de trabalho, tanto do professor em ensinar como do aluno em aprender.

Para se ter conhecimento das condições das escolas em Mato Grosso do Sul antes da organização da categoria seria necessário uma obra independente, todavia a leitura do primeiro capítulo deste trabalho oferece ao leitor um quadro que lhe possibilita, ao menos, uma visão geral da questão. Agora, com referência à caracterização de uma escola com condições satisfatórias de trabalho, basta a convivência de alguns anos com o ensino público para apreender-lhe o perfil. É o que se fará, levando-se em consideração o estágio de desenvolvimento do Estado de MS e do próprio país.

Uma escola deveria ser limpa, pintada com as cores recomendadas pela moderna pedagogia, ter ventilação e iluminação adequada; sanitários higiênicos, bebedouros de água potável abundantes, salas adequadas para que os professores possam preparar suas aulas e corrigir suas provas; dependência para direção; supervisão, orientação, secretaria, cozinha e almoxarifado; quadra(s) de esportes onde se pudesse realizar além das aulas de educação física, jogos de integração estudantil; anfiteatro para palestras, conferências, reuniões e atividades sócio-culturais e recreativas; laboratórios para aprendizado das ciências

físicas, químicas e biológicas; bibliotecas com acervo compatível aos cursos oferecidos; mapotecas; aparelhos audio-visuais em geral; pátio para recreio, além de outras coisas menores.

Isso tudo sem se levar em conta a tese de que a escola deve ser o centro da comunidade, porque aí deveria possuir ainda outros quesitos que a comunidade julgasse convenientes.

Lamentavelmente tem-se que admitir que o Estado, apesar do movimento reivindicatório, não voltou sua atenção para aquilo que nos palanques os políticos chamam de prioridade número 1. Pouco, muito pouco se fez, nesses últimos dez anos para melhorar a imagem da escola pública.

É verdade que os governos que se sucederam na administração do Mato Grosso do Sul não foram absolutamente insensíveis a situação dos prédios escolares. Harry Amorim Costa, por exemplo, em seus poucos meses de mandato estabeleceu um plano de descentralização das verbas públicas destinadas a reforma e conservação das escolas, que funcionou relativamente bem. Harry repassava os recursos para as prefeituras que, por sua vez contratava as empreiteiras para realizarem os serviços. Depois de Harry voltou a centralização.

Outro governo que se preocupou com as escolas foi o de Wilson Barbosa Martins, só que em termos de construção, não de reformas. Barbosa diminuiu em cerca de 50% o déficit escolar do Estado, calculado em 80, 81 em, aproximadamente, 140 mil crianças e hoje em cerca de 81 mil.

Mas mesmo minguadas, as verbas para manutenção das escolas públicas têm sido obtidas. Dir-se-ia que essas verbas, ao menos, permitem manter as escolas em pé. E, para o movimento reivindicatório do MS, esse fato é significativo e pode ser considerado uma grande vitória.

Ocorre que, há dez anos atrás, as festas escolares com o objetivo exclusivo de se angariarem fundos para reformas urgentes eram constantes e exigiam dos professores atividades extra-classe para esse fim. Com a organização do movimento, as denúncias, inicialmente tímidas e esparsas, foram ganhando corpo e graças à encampação da idéia de que festa em escola deve ter caráter cultural, artístico ou recreativo, mas jamais econômico-financeiro, pelo conjunto do professorado, fez com que as direções e as agências de ensino se empenhassem mais na obtenção de verbas governamentais ao invés de promoverem festas com fins lucrativos (1).

Mas, como se afirmou anteriormente, o Estado pouco fez no sentido de mudar a imagem da escola pública. As quadras de esportes, via de regra, são insuficientes, mal iluminadas e descobertas; os anfiteatros inexistem e, conseqüentemente, não são desenvolvidas quaisquer atividades extra-classe enriquecedoras da vida estudantil; os laboratórios

---

1. A idéia de que não se deveria apoiar a realização de festas com fins lucrativos foi disseminada no 2º e 3º SAMPROSUL, realizados respectivamente em Dourados e Ponta Porá. Cf. a respeito a entrevista do professor Wilson Valentim Biasotto.

são raríssimos, podendo-se contar nos dedos de uma das mãos os existentes em todo o Estado; as bibliotecas, que deveriam ser os cartões de visitas das escolas, quando existem, mais se prestam a ser depósitos de entulhos do que ambiente adequado à leitura e reflexão; os aparelhos da informática e da comunicação inexistem e as aulas consistem ainda naquilo que se pode obter do quadro negro, do giz e da voz do próprio professor.

Em que pese à afirmação contida no parágrafo supra, houve algum avanço, pois, antes da organização era comum os professores comprarem giz e apagador para ministrarem suas aulas. Hoje essa situação jamais se repetiria, em virtude da conscientização da classe.

Mas, o avanço, sem dúvida, foi muito pequeno. As condições físicas das escolas continuam precárias. Entretanto, deve-se levantar ao menos uma questão a respeito do assunto: Compete à organização ao magistério — Associações Municipais e FEPROSUL — ter como bandeira a luta pela melhoria física das escolas públicas?

Se levado em conta que as associações substituem os sindicatos e que portanto a FEPROSUL representa os interesses trabalhistas do professorado, não. Todavia, se se considerar de um lado, que o Estado tem interesse na má qualidade do ensino público, para favorecer a expansão do ensino particular e, de outro, que o interesse da classe trabalhadora é justamente oposto ao do Estado, então, sim.

Quer dizer, se a categoria magistério tiver consciência de que compõem a classe trabalhadora, por serem os professores profissionais do ensino e não sacerdotes difundindo um ideal, então deve integrar a pauta de reivindicações a exigência de melhorias físicas nas escolas públicas, para restabelecer-lhes a aparência saudável que contribuirá, inevitavelmente, para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Mas que fique claro: quando se diz integrar a pauta de reivindicações não se quer dizer que o item deva ser simplesmente listado, mas que se deve, de fato, “brigar” por ele com a disposição idêntica com que se “briga” pelas melhorias salariais.

## **9.2. MOVIMENTO DO MAGISTÉRIO X GARANTIAS TRABALHISTAS**

Dentre as dezenas de entrevistas realizadas para a consecução deste trabalho, uma questão foi campeã em termos de controvérsia: a relação entre a organização da classe e a segurança empregatícia. Muitos acharam a relação até íntima demais, outros acharam que não

existe relação alguma, outros ainda ficaram no meio termo. O conjunto respostas foi que permitiu organizar-se a análise infra, para a qual foram utilizados até mesmo alguns depoimentos equivocados.

O professor Nelfitálio Ferreira de Assis, por exemplo, ao ser inquirido se acha que sua associação havia contribuído para melhorar a segurança no emprego, respondeu:

“Acho, porque através da criação da FEPROSUL, os professores mais antigos conseguiram o enquadramento. E dentro do trabalho da FEPROSUL nós já conseguimos dois concursos” (2).

A resposta do professor Nelfitálio divide-se em duas partes: uma referente ao enquadramento e a outra aos concursos públicos. Tratar-se-á inicialmente da questão do enquadramento, que é justamente a questão na qual o professor se equivocou (3).

Jamais a FEPROSUL solicitou ao governo do Estado o enquadramento do professorado, ou melhor dizendo, a efetivação dos membros do magistério por tempo de serviço. Sabiam, os dirigentes da Federação, que a efetivação em cargo público somente pode se dar após aprovação em concurso e demonstração de probidade no decurso de dois anos de efetivo exercício do cargo. (4)

Mas não somente pela inconstitucionalidade da efetivação sem concurso é que os dirigentes não a pediam. Sabia-se que o presidente Castelo Branco, excepcionalmente, em 1967, efetivou no cargo os servidores públicos com mais de cinco anos em exercício sem a necessidade de concurso. E se houve esse precedente poderia haver outros. Ocorre que os dirigentes daquela época não concordavam mesmo com esse procedimento de efetivação sem concurso porque entendiam que isso poderia vir a ser prejudicial para a qualidade do ensino. Tanto é que se defendia, na época, a abertura de concurso público, valorizando-se na contagem dos pontos os anos de exercício no magistério de Mato Grosso.

Quer dizer que se os dirigentes não cogitavam na efetivação pura e simples, também não deixavam de levar em conta que 90% dos professores do Estado eram verdadeiros “bóias-frias” há dez ou doze anos.

---

2. Cf. a entrevista do prof. Nelfitálio de Assis.

3. O equívoco quanto a questão do enquadramento é mais ou menos generalizada entre os professores que ingresaram no magistério mais recentemente, mas antigos e experientes sindicalistas, como o professor Amarilho Ferreira Junior e Paulo Roberto Marques Pereira, também se enganaram nessa questão. Amarilho afirma: “esse enquadramento, por exemplo, e os concursos que vieram depois foram encaminhamentos sindicais conduzidos pela FEPROSUL”. Paulo Roberto, por sua vez afirma que a organização contribui para “assegurar segurança como foi o caso do enquadramento... e dos concursos...” Quanto aos concursos, tudo bem, entretanto quanto ao enquadramento não foi encaminhamento da FEPROSUL. Cf. as entrevistas mencionadas.

4. Cf. a CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.  
Paragrafo 1º do Art. 97e Art. 100.

Daí a solicitação de contagem elevada de pontos para os anos de efetivo exercício no magistério matogrossense.

Na verdade, a efetivação do professorado veio de cima para baixo e inclusive surpreendeu à própria FEPROSUL.

Essa questão merecerá um enfoque atento, porque além da necessidade de se estar a par desta forma “sui generis” de efetivação, existiu, no início de 1988, um equívoco da parte da própria Secretaria de Educação, que entendeu serem os professores enquadrados através de concursos públicos, hierarquicamente mais importantes que aqueles enquadrados em virtude da divisão do Estado (5).

Em primeiro lugar devem-se buscar os fundamentos da efetivação do pessoal na Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Diz a Lei, em seu Capítulo IV, que trata do Pessoal:

“Art. 23... os governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul deverão aprovar, no prazo máximo de seis meses, no primeiro caso a partir de 1º de janeiro e no segundo a contar de 15 de março de 1979, os quadros definitivos do pessoal civil e os efetivos na Polícia Militar”.

“Art. 24 — Os servidores pertencentes ao Estado de Mato Grosso, em exercício em 31 de dezembro de 1978, serão incluídos em quadros provisórios, na situação funcional em que se encontrem”.

§ “1º — Em decorrência do disposto neste artigo, haverá quadros provisórios de pessoal para o Estado de Mato Grosso e para o Estado de Mato Grosso do Sul, nos quais serão incluídos respectivamente, os servidores em exercício no território de cada um dos referidos Estados”.

§ “2º — Aprovados os quadros definitivos, se verificada a existência de excedentes, estes poderão ser redistribuídos, após a sua prévia manifestação, de um Estado para outro, a fim de completarem as respectivas lotações, de conformidade com critérios que serão definidos pelos governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, em coordenação com a Comissão Especial prevista nesta Lei” (6).

Como a primeira Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul teve, em seus primeiros seis meses de existência, caráter estrito de

---

5. O equívoco se efetivou através da Resolução SE nº 511, de 22.12.87, que previa lotação dos professores obedecendo ao seguinte critério: 1º, os professores concursados antes da divisão do Estado; 2º, os concursados após a divisão do Estado; 3º, os enquadrados no Quadro Permanente, por transferência e finalmente os contratados a título precário. Esse engano pela Secretaria de Educação gerou uma grande confusão na distribuição das aulas no início de 88 e inclusive muitas rugas entre os professores. A categoria ficou bastante dividida, o que leva a crer que tal resolução possa ter sido maquiavelmente planejada para criar cisões na organização.

6. Cf. a Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977 in **Legislação de Mato Grosso do Sul: 1971. Tomo I Decretos-Leis**. Campo Grande. MS. Junho de 1981. pp. 12 a 18.



Constituinte, o governador do Estado, amparado pelo Art. 7º da Lei Complementar nº 31, podia exercer poderes legislativos através de Decreto-Lei.

Assim sendo, já em 1º de janeiro de 1979, através do Decreto-Lei nº 1, que trata da organização básica do Estado de Mato Grosso do Sul, o governo estabeleceu:

“Art. 29 — O pessoal do serviço público civil do Poder Executivo do Estado do Mato Grosso do Sul e de suas entidades autárquicas, remunerados pelos cofres públicos, compreenderá três quadros, a saber:

I — Quadro Provisório — constituído pelos servidores efetivos e contratados do antigo Estado de Mato Grosso e de suas autarquias, absorvidos de acordo com § 1º do art. 24 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977;

II — Quadro Permanente — constituído pelos servidores admitidos após 1º de Janeiro de 1979 pelo Estado de Mato Grosso do Sul para a Administração Direta e entidades autárquicas, pelo pessoal do Quadro Provisório que for incluído no Quadro Permanente e pelos excedentes do Estado de Mato Grosso que venham a ser redistribuídos na forma do § 2º do Art. 24, da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977;

III — Quadro Suplementar — constituído pelos servidores efetivos e contratados do Quadro Provisório, não incluídos no Quadro Permanente...”

“Art. 32 — Os servidores do Quadro Provisório, que ingressarem no Quadro Permanente, consideradas as necessidades e conveniência da administração, deverão atender às seguintes condições:

I — Satisfazerem as qualificações mínimas estabelecidas para ingresso no cargo ou emprego;

II — lograrem aprovação em processos seletivos;

III — submeterem-se, quando necessário, a treinamento intensivo e obrigatório” (7).

Embasado nessas leis supra citadas, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul elaborou a Lei Complementar nº 2 — Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado de Mato Grosso do Sul — de 19.01.80, a Lei nº 55 — Plano de Classificação de Cargos e Empregos, Quadro Permanente e Sistema de Retribuição do Pessoal Cível do Poder Executivo — também de 18.01.80 e a Lei Complementar nº 4 — Estatuto do Magistério, de 12.01.81.

---

7. Cf. o Decreto-Lei nº 1, de 1º de janeiro de 1978 in **Legislação de Mato Grosso do Sul: 1971. Tomo 1 Decretos-Leis**. Campo Grande. MS. Junho de 1981.

pp. 61 a 69.

Após a elaboração de todo esse aparato legal o governo distribuiu um “Manual de Enquadramento” através do qual explica que “Quadro Permanente — é o novo Quadro de Mato Grosso do Sul constituído de:  
— Cargos de Confiança.  
— Cargos efetivos — serão primeiro ocupados por servidores remanescentes de Mato Grosso, em exercício em 31.12.78”.

Explica ainda o manual que o enquadramento — ingresso do pessoal do Quadro Provisório no Quadro Permanente — deveria ser feito por transposição e transferência.

“Transposição é o ingresso dos servidores concursados em data anterior a 1º de janeiro de 1979, no Quadro Permanente”.

“Transferência é a inclusão no Quadro Permanente de servidores admitidos no Estado de Mato Grosso, antes de 1º de janeiro de 1979, sem prestação de concurso público”.

O que diferencia a transposição da transferência é o fato de que os servidores, efetivados através da primeira, não precisavam se submeter a nenhum treinamento e, no segundo caso os servidores estavam sujeitos a

“Treinamento e a processo seletivo...” (8)

Sendo que

“o enquadramento nas categorias funcionais de Professor e Especialista de Educação se fará somente por provas e títulos...” (9).

Finalmente, para não pairar mesmo nenhuma dúvida, deve-se explicitar que

“Os servidores que ingressarem no Quadro Permanente, regidos pelo Estatuto, desde logo serão considerados como efetivos, sendo sua admissão sujeita à instauração de processo administrativo e, conseqüentemente, estarão resguardados por uma série de direitos, vantagens e regalias que o Estatuto outorga àqueles que ampara e rege” (10).

Face ao exposto, conclue-se que o enquadramento e conseqüente efetivação dos professores no Quadro Permanente não foi obra da FEPROSUL,

---

8. ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Manual de Enquadramento. p. 5.

9. Idem p. 18.

10. Idem p. 12.

embora não se negue sua importância para a segurança do professor.

Quanto a realização de concursos públicos, tem razão os que afirmam que eles foram conseguidos em decorrência da luta do magistério e que contribuíram para a segurança empregatícia (11).

De fato,

“A primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia, em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei” (12).

“Serão estáveis, após dois anos de exercício, os funcionários nomeados por concurso” (13).

É provavelmente devido a esses artigos constitucionais que o professor Luís Alberto Abrão afirmou:

“... eu sou concursado e a legislação oferece toda a segurança que preciso...” (14).

É verdade. Aos concursados a legislação oferece segurança. Agora, o que se tem a observar é que, antes da organização da categoria, fazia dez anos que não se realizava um concurso público no Estado. O último concurso havia sido realizado em 1971 (15) e embora em 75 tenham-se aberto inscrições e cobrado inclusive taxa para se efetuar-las, esse concurso jamais foi realizado e a taxa, nunca devolvida (16).

Em suma, a segurança empregatícia depende de concurso público, e com a realização de concursos públicos a organização do movimento, a FEPROSUL é largamente responsável pela segurança do professorado.

Mas existem professores que não são enquadrados em virtude da Lei Complementar nº 31, de 11.10.87 e nem concursados. Para esses professores contratados a título precário a FEPROSUL precisa dar

“... uma atenção maior a esse pessoal que precisa de segurança... Então todas as associações, tanto a associação municipal, como a FEPROSUL deveriam se empenhar mais para resolver

---

11. A maioria dos entrevistados entendeu que há relação entre o movimento reivindicatório e a segurança empregatícia, todavia quem mencionou explicitamente o concurso foram os professores Luis Alberto Abrão, Nelfitália Ferreira de Assis, Antonio Moraes, Paulo Roberto Marques Pereira, Maria Lucia, Amarilho Ferreira Junior, Antonio Carlos Biffi e Wilson Valentim Biasotto.

12. Parágrafo 1º do Art. 97 da Constituição.

13. Art. 100 da Constituição.

14. Cf. a entrevista do Professor Luis Alberto Abrão.

15. Cf. a entrevista da Professora Nilcéia Maria Pacco Mendes.

16. Cf. a entrevista do Professor Sultan Rasslan.

esses problemas com um concurso classificatório, que seria o essencial... nós tentamos que a FEPROSUL assumisse essa proposta e eles se negaram... Então eu acho que a nossa FEPROSUL e as nossas associações estão pecando nisso aí” (17).

Outro professor nas mesmas condições, ou seja contratado a título precário, entendeu que existe discriminação entre os contratados e os concursados e acrescenta

“... como convocado que estou, não tenho a mínima segurança de emprego, quer dizer que eu como qualquer outro, como grande parte dos professores que vivem essa situação de subemprego...”

Inquirido se ele conhecia algum trabalho da entidade no sentido de resolver essa situação, o professor respondeu

“Bom, não tem. As discussões **no âmbito** do sindicato não vão profundo... não vão fundo na questão. O sindicato só consegue organizar a classe nas questões exclusivamente salariais em época de arrocho...” (18).

Tem boa parte de razão o professor Odriel. Na realidade tanto as Associações municipais de forma geral e a própria FEPROSUL, ao longo de suas existências, têm encontrado dificuldades em aglutinar a categoria de forma coesa, a não ser quando o arrocho salarial é muito grande. Todavia tem havido exceções e os Congressos Estaduais constituem-se na prova mais eloqüente de que os professores têm-se reunido para tratar de outros assuntos que não salários. Mas a questão é se a FEPROSUL deve ou não intervir favoravelmente aos contratados a título precário.

Claro está que deve. Todavia a intervenção da FEPROSUL jamais deve ser no sentido de tornar o contratado efetivo (19) sem que passe pelo teste do concurso público. Essa medida além de inconstitucional pode levar a um sério prejuízo na qualidade do ensino, uma vez que qualquer professor, mesmo os que obtivessem seus diplomas sem terem frequentado regularmente qualquer curso, poderiam ingressar no magistério. Mas além desse risco, há um outro talvez até maior: a ação dos políticos inescrupulosos que voltariam a nomear, ao bel-prazer, quem entendessem.

A bandeira de luta da FEPROSUL então para esse caso, deve

---

17. Cf. a entrevista do Professor Enivaldo de Angélica.

18. Cf. a entrevista do Professor Odriel Vargas de Souza Carvalho.

19. O governo do Estado através do Decreto 661 efetivou todos os professores contratados precariamente regidos pela Lei 274, e a FEPROSUL considerou isso uma vitória. Constatada a inconstitucionalidade do Decreto 661, foi logo revogado.

ser a insistência na realização de concursos públicos. Muito embora o novo Estatuto do Magistério estabeleça em seu artigo 35º que

“Dependendo da existência de 10% de cargos vagos e necessidades de ensino, o concurso será realizado, em âmbito regional ou estadual, no máximo a cada dois anos” (20).

Ainda não é o melhor para a categoria nem para o ensino. O ideal seria que, verificada a vaga, houvesse concurso público. E se ocorresse do número de aulas não atingir 18, para então contratar-se por 22 horas, o professor assumiria as que houvesse e ficaria à disposição da Agência onde estivesse lotado, até que surgissem aulas suficientes para preencherem o seu contrato.

Tem-se alegado que isso causaria prejuízo para o Estado, todavia sem esse procedimento o prejuízo é do professor contratado precariamente e da própria educação. Então, mesmo que houvesse prejuízo para o Estado ele deveria assumi-lo em benefício da educação. Outra providência seria a de que se deixasse em aberto o número de aulas semanais, respeitado evidentemente o que prevê o Estatuto (21). O professor aprovado em concurso seria contratado por, no mínimo, 22 horas semanais, mas na medida em que fossem aparecendo mais aulas na cidade onde foi lotado, ele ampliaria seu contrato para 34 horas semanais e para 40 ou 44, conforme fosse necessário (22).

Concluindo: o trabalho da FEPROSUL e das Associações Municipais ao longo dos dez anos de existência do movimento reivindicatório foi profícuo. Quando o movimento se iniciou, 90% do magistério era contratado a título precário — através de portarias — não possuindo portanto nenhuma garantia trabalhista. Agora, mais de 90% do magistério de Mato Grosso do Sul é efetivado no cargo e goza conseqüentemente de todos os benefícios previstos em lei.

É verdade que a forma de efetivação nem sempre correspondeu aos desejos da FEPROSUL — como foi o caso da efetivação em massa em 79/80 — mas a pressão exercida foi grande e os fins positivos. A luta continua e não é de se duvidar que agora, mais árdua, porque, provavelmente, é mais difícil se conseguir a efetivação dos 10% restantes do que foi conseguido até então.

---

20. O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO em vigor é a Lei Complementar nº 35 de janeiro de 88.

21. Em seu Art. 65 o Estatuto prevê uma carga horária mínima de 12 horas semanais, uma básica de 22 horas e uma especial de 40 horas.

22. Evidentemente que o professor aprovado num concurso de 22 horas semanais seria aprovado da mesma forma se o concurso fosse para 12 ou 40 horas.

## 9.3. MOVIMENTO DO MAGISTÉRIO X SALÁRIOS

De todas as reivindicações trabalhistas empreendidas pela FEPROSUL, a questão salarial sem dúvida, ocupou o maior espaço do movimento (23).

Não quer dizer que o professorado tenha sido ganancioso e egoísta a ponto de lutar única e exclusivamente por salários. Não quer dizer também que tenha lutado para obter aumentos reais de salários. Na verdade a categoria se viu praticamente obrigada a envolver-se mais na questão salarial.

Em primeiro lugar deve-se considerar que ao se organizar o movimento, os salários estavam defasados em mais de 100%, portanto não havia como desprezar esse fato. Depois deve-se levar em conta que o processo de inflação no Brasil seguiu uma trajetória semelhante ao movimento reivindicatório: começou com certa timidez e foi-se tomando muito forte com o passar do tempo. A inflação nesse aspecto levou grande vantagem sobre o movimento reivindicatório e cresceu muito mais. Como uma nuvem de gafanhotos que destrói toda plantação onde passa, a inflação tem corroído brutalmente os salários dos trabalhadores brasileiros, inclusive, evidentemente, o dos professores.

Como se disse acima, o magistério viu-se praticamente obrigado a permanecer em constante estado de alerta para não permitir uma brutal defasagem salarial e nesse sentido o movimento pode ser considerado vitorioso. Veja-se o quadro a seguir:

| ANO    | US\$      | Mínimo     | Prof.        | Prof. US\$ | Prof/Min |
|--------|-----------|------------|--------------|------------|----------|
| jan/77 | 12.590    | 768.00     |              |            |          |
| jan/78 | 16.250    | 1.116.40   |              |            |          |
| jan/79 | 21.790    | 1.560.00   | 2.370.00     | 108.76     | 1.51     |
| jan/80 | 43.890    | 2.932.80   | 4.980.00     | 113.46     | 1.69     |
| jan/81 | 68.440    | 5.780.80   | 14.060.00    | 205.43     | 2.42     |
| jan/82 | 134.440   | 11.928.00  | 16.170.00    | 120.27     | 1.35     |
| jan/83 | 272.280   | 23.568.00  | 27.490.00    | 99.86      | 1.16     |
| jan/84 | 1.080.00  | 57.120.00  | 75.810.00    | 70.19      | 1.32     |
| jan/85 | 3.585.00  | 116.560.00 | 223.540.00   | 62.35      | 1.34     |
| jan/86 | 12.155.00 | 600.000.00 | 1.110.000.00 | 91.35      | 1.85     |
| jan/87 | 16.537    | 964.80     | 2.412.00     | 145.91     | 2.50     |
| jan/88 | 84.061    | 4.500.00   | 7.650.00     | 91.00      | 1.70     |

---

23. Muitos professores, em virtude de terem interiorizado a ideologia dominante de que o magistério é um sacerdócio, ficam relutantes em afirmar que a luta do movimento organizado em associações é por melhorias salariais. As lideranças



A cotação do dólar e o valor do salário mínimo foram fornecidos pela Folha Informações (24).

## **9.4. MOVIMENTO DO MAGISTÉRIO X CONDIÇÕES DE ENSINO**

Como vai o ensino no Brasil?

Faça-se esta pergunta a qualquer brasileiro que tenha ao menos freqüentado dois ou três anos de escola e a resposta será praticamente unânime: o ensino no Brasil vai mal, muito mal (25). Mato Grosso do Sul não é nenhuma ilha com características diferentes do restante do país, e como o todo, sofre dos mesmos males.

Sabe-se que, para reverter essa situação, será necessário muito mais do que a criação de uma entidade representativa da categoria. Há que ser feita uma verdadeira revolução. Uma revolução que passe pela superação da estrutura autoritária deixada pelo regime militar introduzido em 1964. Conseqüentemente, uma revolução democrática que oportunize condições iguais ao povo brasileiro para freqüentar a escola pública e, em caso de permitir a existência de escolas particulares, a criação de mecanismos que impeçam a proliferação dentro do país de “fábricas de diplomas”. Uma revolução, enfim, que passe pela tomada de consciência de que somente no momento em que a classe trabalhadora estiver fortalecida é que se terá um equilíbrio, mesmo no mundo capitalista, a proporcionar menos desigualdades em todos os setores da atividade humana, inclusive, e principalmente na educação.

Face a essa perspectiva, que se mencionou acima, torna-se evidente que nem sequer cogitou-se da hipótese de que tenha havido uma

---

da FEPROSUL, ao longo de sua história procuraram mudar essa imagem o professor Antonio Carlos Biffi, nos quatro anos que esteve à frente da FEPROSUL demonstra essa meta ao afirmar que o objetivo principal da entidade é propiciar salários condignos à categoria. O primeiro presidente da entidade Eusébio Garcia Barrios também jamais negou a importância da reivindicação salarial para a categoria. Cf. suas entrevistas no CRD/CEUD.

24. Observa-se que houve, ao longo dos últimos dez anos, estabilidade dos salários do magistério, nem em relação ao dólar, nem em relação ao salário mínimo. Esse fato demonstra que todo o movimento reivindicatório da categoria é feito de avanços e recuos, concluindo-se que havendo descuido da parte da categoria, sem dúvida, o valor real do salário baixa

25. Sobre as condições do ensino no Brasil há se escreveram milhares de páginas em livros científicos e revistas especializadas. Para o presente trabalho não há necessidade de ir além das constatações mais elementares.

mudança profunda em função da organização do magistério. O que se apreciará doravante portanto são as mudanças que seriam possíveis em função da organização da categoria.

Colheram-se a respeito do assunto dezenas de opiniões, a maioria dos entrevistados julga que a organização da categoria contribui para a melhoria do ensino, todavia sem aprofundar na questão. Uns poucos entendem que não há relação alguma entre a organização do movimento e a melhoria do ensino. Tomar-se-ão em seguida algumas opiniões favoráveis, outras contrárias para uma síntese final.

“... a associação luta pela implantação de uma política educacional...” (26).

A afirmação da professora Maria Lúcia é completada pela resposta dada pelo professor Amarilho Ferreira Junior, quando lhe foi perguntado se ele achava que sua associação contribuía para melhoria da qualidade do ensino. Disse o professor Amarilho:

“... a nossa atuação sindical ela não é uma atuação estritamente corporativista do ponto de vista exclusivo do salário, ela também é uma atuação sindical que tem como ponto importante, decisivo, a questão da educação. A questão da educação é uma questão que está diretamente vinculada à questão da sociedade como um todo. Nós defendemos a escola pública e gratuita em todos os níveis, defendemos verba pública só para escola pública, e defendemos a melhoria e a qualidade do ensino. E nós já fizemos vários congressos, nós já fizemos vários seminários, já formulamos várias propostas com esses objetivos: da melhoria do nível do ensino, da verba pública só para escola pública, da defesa irrestrita e intransigente da escola pública... Agora, só para ilustrar essa argumentação que eu fiz aqui, agora nesse congresso mesmo, nesse 14º congresso da FEPROSUL foi aprovada uma proposta de realização da primeira conferência que tem como título: ‘A Escola Pública: o ensino na escola pública’ para o ano que vem, onde a FEPROSUL vai tentar definir uma política global de escola pública...” (27).

Os dois professores levantaram uma questão que vem sendo cobrada pela FEPROSUL desde a sua fundação. O Estado deve ter uma política educacional. Nesse sentido têm-se encaminhado ao longo dos anos as reivindicações do professorado. Em parte, diga-se de passagem, elas foram atendidas. Durante o governo de Wilson Barbosa Martins, o Secretário de Educação Leonardo Nunes da Cunha coordenou a elaboração do 1º Plano Estadual de Educação, denominado ‘Educação

---

26. Cf. a entrevista da Professora Maria Lucia.

27. Cf. a entrevista do Professor Amarilho Ferreira Júnior.

para a Democracia' (28). Ainda no governo Barbosa Martins elaborou o 2º Plano Estadual de Educação (29) e no governo de Marcelo Miranda elaborou-se o 3º Plano Estadual de Educação (30). Todavia, esses Planos não têm passado de simples discussões estéreis que jamais saíram do papel.

Em arrojada iniciativa, como afirmou o professor Amarilho em sua entrevista, a FEPROSUL, prontifica-se agora fazer, ela própria, o que o Estado vem protelando há muitos anos. Não é um trabalho fácil, deve-se admitir. Se o próprio Estado, com toda sua estrutura ainda não conseguiu elaborar um Plano, e colocá-lo em prática conseguiu-lo-á a FEPROSUL?

É provável que sim, única e exclusivamente porque até hoje o Estado não conseguiu definir um plano uma vez que os interesses representados pelos governantes não são os mesmos dos representados pelos professores. Se a FEPROSUL elaborar um Plano, uma Política Educacional para o Estado, ela estará prestando um grande serviço à educação, ao mesmo tempo em que provavelmente estará levantando bandeiras de luta por longos anos, uma vez que será inevitável o confronto entre o Estado e a FEPROSUL, até porque os governantes estão a serviço da classe dominante.

Mas existem outros pontos a serem observados. Um deles está intimamente relacionado com a questão salarial e foi lembrado pelo professor Vanderlei Rodrigues Dias.

“... todo e qualquer profissional que está satisfeito com sua situação econômica, com sua situação social, então ele vai trabalhar mais, o seu trabalho vai passar a ter outro nível...” (31).

Tem razão o professor Vanderlei. Quando o profissional é mal remunerado e não possui uma entidade que defenda seus interesses, ele se vê só e impotente diante do sistema. Sua reação natural é a revolta íntima, que gera a apatia pelo trabalho, o descompromisso com a educação.

---

28. “Educação para a Democracia” foi um plano que envolveu pais, alunos e professores com grander estardalhaço publicitário. Seus resultados foram entretanto muito pequenos, razão pela qual foi cognominado “Educação para a Demagogia”.

29. O segundo Plano, em, virtude talvez do fracasso do primeiro foi elaborado sem muita publicidade.

30. O terceiro Plano, (1988), por ter sido elaborado num novo governo procurou envolver a comunidade de forma geral. Todavia a reação do professorado foi de absoluta descrença. Muitas escolas sequer fizeram reuniões para discutir um plano, outras, que fizeram, criticaram as condições atuais do ensino.

31. Cf. a entrevista do professor Vanderlei Rodrigues Dias. Esse tipo de afirmação não pode, a nosso ver, ser justificativa para não se trabalhar. Quem não está satisfeito deve optar entre o abandono da profissão ou por atitudes concretas que promovam modificações do estado de coisas vigentes.

Nesse sentido era muito comum ouvirem nas escolas públicas, antes de 70, expressões mais ou menos assim

“Pelo que ganho faço até demais”

Sem considerar-se ainda que, além do desestímulo, os baixos salários faziam com que os chefes de família fossem levados a procurar outras atividades paralelas que lhes garantissem o sustento.

Hoje, embora as condições salariais não sejam as ideais, ao menos elas não empurram o professor para o desespero como ocorria anteriormente e nem o obriga a fazer serviços — ‘bicos’ — extras para completar o orçamento familiar.

Outra questão refere-se à politização do magistério. Biasotto em sua entrevista afirmou que o professor:

“... se politizou e em se politizando, evidentemente se tornou mais crítico e então, conseqüentemente essa criticidade se fez sentir em sala de aula...” (32).

De fato, ao participar de Assembléias Gerais, Seminários e Encontros diversos promovidos pelas suas respectivas associações municipais ou pela própria FEPROSUL, o professorado de forma geral desinibiu-se, soltou, debateu, trocou idéias, comentou com outros colegas, refletiu sobre o que ouviu. Em suma, o professorado construiu um espaço de que até então não dispunha. Aqueles que não falavam por medo da repressão formal ou da própria auto-censura, perceberam que esse espaço criado pelas associações lhes oferecia a retaguarda necessária para poderem expôr suas idéias.

Esses reflexos positivos do movimento reivindicatório sobre a qualidade do ensino são imensuráveis. Mas isso se percebe no dia a dia. É muito provável que professores que acompanharam a organização do movimento, ao lerem essas linhas acima, diga apenas: é verdade, foi isso mesmo o que aconteceu comigo.

Finalmente, outro aspecto muito importante foi detectado pelo professor Paulo Roberto Marques Pereira. Ao ser inquirido se achava que sua associação contribuía para melhorar a qualidade do ensino, respondeu:

“... contribuiu na medida em que ela denuncia uma série de coisas que acontecem na educação...” (33).

A afirmação do professor Paulo é conclusiva. Em praticamente todas as reuniões efetuadas, em todas as passeatas, em todos os movimentos grevistas, o professorado sempre denunciou as péssimas qualidades do ensino e essas denúncias, essas críticas, motivaram a opinião

---

32. Cf. a entrevista do Professor Wilson Valentim Biasotto.

33. Cf. a entrevista do Professor Paulo Roberto Marques Batista.

pública — principalmente pais e alunos — de tal forma que os governos estaduais não tinham como negligenciar os problemas.

Claro que a afirmação é de difícil comprovação. Da parte do governo, poder-se-ia afirmar que, se houve alguma melhoria na qualidade do ensino nos últimos dez anos, ela deveu-se única e exclusivamente à ação governamental: da parte do magistério poder-se-ia dizer exatamente o contrário: que as melhorias ocorridas em termos de qualidade do ensino foram provocadas pela pressão do professorado sobre o governo, pela politização da categoria e em consequência das próprias melhorias salariais que teriam tirado o magistério da apatia, do marasmo, que se verificava antes da organização da categoria.

Bem, mas existiram também professores que manifestaram uma posição diferente da até então defendida acima. Entendem alguns que, em hipótese alguma, a organização do movimento contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino, porque as associações são corporativistas, só se preocupam com a questão salarial e como

“... a qualidade do ensino não está vinculada única e exclusivamente a questão salarial... (mas) é uma coisa muito maior, muito mais ampla...” (34).

Não haveria relação alguma entre as duas coisas. Outros professores ainda entendem que não há relação porque as associações não têm força suficiente para modificar o quadro educacional brasileiro (35).

Isso é verdade, mas como afirmamos no início desta questão, os problemas educacionais brasileiros devem ser enfrentados de maneira revolucionária e isto não poderá mesmo ser feito somente pelas Associações representativas da categoria, mas pela sociedade como um todo, no momento em que estiver, de fato, representada no governo do Estado. De qualquer forma, constatou-se ao longo deste trabalho que houve mudanças significativas na qualidade do ensino em virtude da organização da categoria.

E, por fim, não é demais lembrar que a classe trabalhadora, jamais na História do Brasil ocupou tanto o espaço educacional em termos quantitativos. Milhares de alunos, filhos de trabalhadores, graças à expansão da rede escolar estão estudando na rede oficial de ensino: É preciso tomar consciência disso, para que os professores, apesar dos percalços, não se desestimulem e procurem, a cada momento, contribuir para a transformação da sociedade através do ensino público. Trabalhar a consciência de classe.

---

34. A afirmação é do professor Carlos Alves Rocha. Pensa de forma análoga o professor Luis Alberto Abraão. Cf. suas entrevistas.

35. Cf. a entrevista do Professor Sultan Rasslan.

# CONCLUSÃO

Este estudo, apesar das lacunas e imperfeições, revelou conclusões, ao nosso ver, merecedoras de reflexões e aprofundamentos principalmente por parte das pessoas inseridas no meio educacional.

Depreendeu-se das análises que antes da organização em associações representativas da categoria, os professores defrontaram-se com problemas extremamente sérios, como a falta de condições materiais de trabalho, salários irrisórios — verdadeiras migalhas salariais que, normalmente, chegavam com atraso — e insegurança empregatícia.

Os fundamentos desse estado de coisas foram encontrados na estrutura arcaica de Mato Grosso, até a década de 60 e, principalmente, no golpe militar de 64, quando o grupo mais conservador do exército brasileiro apoderou-se do poder e nele permaneceu durante 21 anos. Este fato impôs ao país um projeto autoritário de governo. A educação brasileira passando por um processo recessivo, culminou com a Lei 5.840 de 1968, que estabeleceu as diretrizes para o ensino de 3º grau e Lei de número 5.692 de 1971, que estabeleceu as diretrizes para o I e II graus. O regime militar, reproduzindo as contradições do modelo capitalista, acenou com a pregação ideológica de um estado liberal, onde deveria haver “educação para todos”, mas na verdade encarou a educação como ônus e não como investimento. Teoricamente, estimulou a que todos estudassem, mas na prática reduzia as despesas do Estado com educação. Dentro desta visão, o número de vagas nas escolas públicas foi ampliado, mas os salários dos professores e a qualidade do ensino foram reduzidas.

Viu-se também que, Mato Grosso, especialmente no território que hoje compreende Mato Grosso do Sul, a história recente do povoamento favoreceu a implantação da política nacional de mais vagas por menos custo. Na realidade, o povoamento de Mato Grosso, iniciado por volta de 1.503, com a fixação dos espanhóis, evoluiu muito lentamente: ainda no século XVI vieram alguns jesuítas e no século XVII alguns bandeirantes: em 1.893/95 uns tantos gaúchos fugindo às perseguições políticas aqui chegaram com os seus carros de bois: em 1.943, cerca de 800 famílias nordestinas fixaram-se na recém-implantada Colônia Federal Agrícola de Dourados. Nas várias etapas do povoamento matogrossense, os sucessivos governos pouco se preocuparam com a educação. A classe dominante mandava seus filhos para as boas escolas da Federação ou, quando não, para as escolas particulares, principalmente as de orientação religiosa, presentes nas principais cidades do Estado. Somente em 1969, com o incentivo da monocultura da soja para exportação, é que uma vaga enorme de migrantes, principalmente gaúchos, paranaenses e paulistas, aportaram ao sul do Estado, gerando-lhe um crescimento demográfico sem precedentes.

Esses novos migrantes, sendo muitos e esclarecidos, forçaram, naturalmente, a preocupação governamental no setor educacional, já que a migração alterava, inclusive, as relações de produção do Estado.

Essas relações de produção, ao que parece, delineiam-se em duas fases distintas: a primeira, atingindo até os anos sessenta — em que pese à implantação da colônia agrícola — caracterizou-se pela existência de uma classe dominante tradicional, proprietária de grandes latifúndios, que reinou, hegemonicamente, sobre uma população predominantemente rural. Vigorava até então a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. Os núcleos urbanos eram, em sua maioria, aglomerados efêmeros, sem infra-estrutura urbana. A segunda fase caracterizou-se por relações de produção novas, sobretudo através da introdução da monocultura e da crescente modernização da pecuária. Nessa segunda fase, paralelamente à migração, as cidades se incharam não só como consequência da própria migração, como também em razão da expulsão do homem do campo para a cidade, sobretudo nas áreas da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Expulsão que se deu justamente pelo impacto da penetração do grande capital industrial no campo, que trouxe como resultado a passagem da policultura para a monocultura: da pecuária extensiva para a semi-intensiva, liberando, via modernização do campo, forte contingente de mão-de-obra.

Pelas novas relações de produção introduzidas no sul de Mato Grosso, no início dos anos 70, é que os governantes foram levados a se preocupar com o aumento de vagas escolares. Mas como aumentá-las se não existiam professores?

Um primeiro recurso foi apelar para os professores leigos, e, seguidamente, para os cursos extensivos de formação de professores para o I e II Grau, tipo CADES. Finalmente, forçou-se a criação ou a expansão dos chamados Centros Pedagógicos, que visavam à formação rápida de professores. Estes centros, ligados a Campo Grande, formavam a Universidade Estadual de Mato Grosso (1).

Não é por coincidência que todos os Centros Pedagógicos — hoje Centros Universitários — de Aquidauana, Corumbá, Dourados e Três Lagoas, localizavam-se exatamente no recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul e não do Norte, no Mato Grosso. Foi, sem dúvida o aumento demográfico que colocou para o governo o problema da formação de professores. E o incremento demográfico foi tão intenso que, a opção preferencial, coerente com a política educacional dos generais voltada para a massificação do ensino, recaiu não nos cursos de licenciatura plena, mas, sim, nos chamados cursos de licenciatura de curta duração, cursos que formavam professores em até dois anos e meio de estudos.

---

1. Em 1962 foi criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia em Campo Grande. De 62 a 67 foram criados o Instituto de Ciências Biológicas, em Campo Grande, o Instituto Superior de Pedagogia em Corumbá e o Instituto de Ciências Humanas e Letras em Três Lagoas. Em 69 a Universidade Estadual de Mato Grosso integrou esses institutos e em 70 foram criados os Centros Pedagógicos de Dourados e Aquidauana.



Mas embora os Centros Pedagógicos lançassem anualmente no mercado de trabalho um número considerável de profissionais, estes não eram suficientes para suprir à demanda. Então, o governo de Mato Grosso lançou mão de um recurso humano disponível, graças justamente ao descaso do governo federal com a Educação, ou seja, de professores formados em cursos vagos, das escolas particulares, disseminadas por todo o Brasil.

Essa mão-de-obra, formada nas chamadas “fábricas de diplomas”, tão bem aproveitada pelo governo de Mato Grosso era, em sua maioria, radicada no próprio Estado. Pessoas que nos finais de semana chegaram a formar caravanas, alugando ônibus especiais, para irem em busca dos seus diplomas de professores.

Sabiam e sabem os governos, que a formação desses professores das Escolas-Fábricas não é boa. Pouco importa o nível do ensino; basta-lhes dar ao povo a ilusão de que seus filhos estão sendo educados.

Interessavam-se mais em construir obras faraônicas, à custa dos empréstimos externos. Isto foi possível graças aos baixos juros então vigentes, no mercado internacional. Era a época do “milagre brasileiro”. No âmbito nacional, são exemplos dessas malfadadas obras faraônicas a Transamazônica, a Ponte Rio Niterói, a Hidrelétrica de Itaipu, a Ferrovia do Açúcar, o projeto de energia nuclear. No Mato Grosso, as obras gigantescas foram também uma tônica, guardadas as proporções de subdesenvolvimento do Estado. Assim é que no Governo Pedro Pedrossian (67-70) foram construídas grandes obras como o “Verdão” e “Moreirão”, dois estádios de futebol, o primeiro em Cuiabá, o segundo em Campo Grande: o Parque dos Poderes, em Cuiabá: as Universidades de Cuiabá e a Estadual de Mato Grosso, com sede em Campo Grande.

Mas o “milagre” foi desmistificado, as dívidas ficaram para os governos futuros, não só aquelas em dinheiro, mas principalmente a grande dívida social para com o povo. E dessa dívida social deve-se ressaltar para o caso deste trabalho, a Educação.

No Mato Grosso do Sul, para o desconforto dos governos do Estado que comungaram com o autoritarismo militar, essa dívida social foi muito elevada, pois, no final da ditadura, havia cem mil crianças sem escola no recém-criado Estado.

Embora longe de atender à demanda houve, sem dúvida, uma expansão do ensino. Mas não uma expansão ordenada, pois se a mesma gerou mais emprego a professores e aumento do número de vagas aos alunos, não promoveu o essencial, ou seja, a melhoria da qualidade do ensino. O ensino foi massificado e aviltado tal qual a profissão do professor.

Tais razões despertaram o professor do sul de Mato Grosso para um grande movimento de organização da classe.

As entrevistas realizadas não deixaram dúvidas de que o descaso do governo para com a Educação foi o fator determinante para a

organização da categoria. Todavia, outras circunstâncias da época contribuíram para a organização da categoria, destacando-se a divisão de Mato Grosso e o ingresso de centenas de professores oriundos de outras unidades da federação.

Houve consenso entre os entrevistados em torno da idéia de que o ingresso de professores de outros Estados, na medida em que esses profissionais trouxeram uma bagagem de experiência diferente, que estimulou os colegas matogrossenses. Também a expectativa da divisão do Estado, que reduziria distâncias e facilitaria contatos, foi fundamental para despertar o ânimo pela organização da categoria.

Nesse contexto a fundação da Associação Douradense de Professores, foi de uma importância indiscutível. Pólo de desenvolvimento do sul do novo Estado, a cidade de Dourados destacou-se como centro difusor da organização do magistério. Viu-se, pois, que a fundação da Associação Douradense de Professores não foi fato isolado. O raio de ação da ADP influenciou direta ou indiretamente todos os municípios da Grande Dourados, os quais foram decisivos na formação da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul, ao lado de outras Associações, como as de Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas e da capital, Campo Grande.

Infere-se, porém, que a criação da FEPROSUL não foi obra fácil. Embora tivesse contado, **no âmbito** estadual, com o apoio da Associação Campograndense de Professores e na Grande Dourados com o respaldo da ADP, o que se depreende é que foi muito difícil conciliar os interesses.

Campo Grande quis a ACP transformada em Associação Estadual, já o interior lutou para uma Federação. Vingou a idéia interiorana. E se não houve vencedores nem vencidos, isto deveu-se a um trabalho de grande envergadura das lideranças, um verdadeiro exercício de diplomacia em busca da conciliação. Só assim foi possível à FEPROSUL nascer com o apoio generalizado da categoria.

Apesar da coesão do magistério, as dificuldades iniciais desta entidade foram muitas. Sem sede, sem dinheiro, sem estrutura, a FEPROSUL não se firmou gratuitamente. Foi necessário muito sacrifício de seus dirigentes, muito esforço pessoal e muito respaldo de toda a categoria. Nos primeiros quatro anos, enquanto a Federação foi dirigida pelo professor Eusébio Garcia Barrios, o magistério conseguiu unir-se em torno de questões comuns (instabilidade empregatícia, baixos salários, péssimas condições de trabalho) e arregimentar tamanha força empregatícia que promoveu em 1980 a mais espetacular concentração pública já vista no centro-oeste brasileiro. Tamanha foi a repercussão dessa concentração-passeata realizada em Campo Grande que o governo do Estado viu-se forçado a negociar. Nessa época chegou-se ao mais elevado salário já obtido pela categoria em toda sua história: 2,9 salários mínimos.

Após essa vitória jamais as passeatas surtiram tanto efeito. A categoria passou então a recorrer às greves, tendo-se realizado, desde a primeira, em 1981 até 1987, quatro greves gerais. Na de 1981 o professorado enfrentou a intransigência do governo Pedrossian que se negou a negociar com a FEPROSUL. Como os professores conseguiram um arco de alianças muito forte o governo criou uma entidade paralela, a APMS — Associação dos Professores de Mato Grosso do Sul — e através dela concedeu boa parte das reivindicações feitas pela FEPROSUL. A greve de 83. segunda do magistério não redundou em ganhos salariais satisfatórios, mas dela o professorado tirou uma grande lição ao romper com o governo peemedebista de Wilson Martins: de nada adiantara apoiá-lo nas eleições contra o indicado de Pedrossian. Wilson Barbosa Martins embora não tenha promovido nenhuma perseguição, deixou de cumprir pontos importantes que havia estabelecido em campanha, como por exemplo, melhorar a qualidade do ensino, o nível salarial do magistério e ter como Secretário de Educação um professor. A terceira greve — 1986 — teve apenas três dias de duração. Iniciou-se no dia 28 e encerrou-se no dia 30 de outubro. Dois pontos foram destacados no trabalho quanto a essa paralisação: ela foi decidida em um congresso na cidade de Ponta Porã, do qual participaram cerca de 2.500 professores mas como o presidente da entidade, Antonio Carlos Biffi concorria pelo PMDB a uma vaga na Assembléia Legislativa, os líderes não estavam interessados na manutenção da paralisação, num evidente erro de leitura da realidade, porque além de desgastar a imagem da FEPROSUL, Biffi não se elegeu. Finalmente concluiu-se sobre a quarta greve — 1987 — que em que pese ao fato das lideranças do movimento terem adotado uma tendência favorável ao fim do movimento, o que realmente pesou foi a estrutura da Federação que delibera por número de entidades municipais e não por número de filiados. Veja-se que na época votaram pelo fim da greve 29 associações municipais e pela continuidade 26, todavia há que se considerar que as que votaram pelo fim da paralisação congregavam 3.381 associados e as que votaram pela continuidade, 6.037. Um absurdo para uma entidade tão bem organizada como a FEPROSUL.

No último capítulo do trabalho analisaram-se os “Reflexos do Movimento Reivindicatório do Magistério de Mato Grosso do Sul”. Para tanto estudaram-se as relações existentes entre o movimento e as condições materiais das escolas públicas, as garantias trabalhistas, os salários e as condições de ensino, concluindo-se no geral, que a Organização do Magistério apesar do altos e baixos foi extremamente importante para a Educação .

# APÊNDICE

## ESTATUTOS DO MAGISTÉRIO

### 1. O Plano de Carreira

“Para se compreender o real significado da legislação não basta ater-se à letra da lei: é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso examinar o contexto. Não basta ler nas linhas; é necessário ler nas entrelinhas” (1).

Em consonância com esta assertiva procurar-se-á analisar as condições gerais do magistério matogrossense por volta de 1979, para entender-se a origem do Plano de Carreira do Magistério e também do primeiro Estatuto, de 1981. Para a compreensão do Estatuto atual, aprovado em 1987, os comentários analíticos serão superficiais, pois se entende que ele seja fruto de todo um processo encaminhado pela FEPROSUL, e que de certa forma encontra-se relatado em todo o transcurso deste trabalho (2).

De início deve-se chamar a atenção do leitor para os salários percebidos pelo “Grupo Ocupacional do Magistério”, em janeiro de 1979. Veja-se o quadro abaixo:

---

1. SAVIANI, Dermeval, Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis 5.540/6 e 5.692/71. In: **Educação brasileira contemporânea: Organização e Funcionamento**. São Paulo. Mc Graw Hill do Brasil (Rio de Janeiro) Fundação do Material Escolar 1978, p.175.

2. As condições de funcionamento do magistério têm sido vistas em praticamente todas as páginas deste trabalho, todavia, mesmo correndo o risco da repetição, adotar-se-á esta postura.

| Qualificação | N' de Profissionais | Salário Mensal    |
|--------------|---------------------|-------------------|
| pp 1         | 806                 | Cr\$ 1.530,00     |
| pp 2         | 66                  | Cr\$ 1.930,00     |
| pp 3         | 779                 | Cr\$ 2.210,00     |
| pp 4         | 1.934               | Cr\$ 2.380,00     |
| ps 1         | 774                 | Cr\$ 2.570,00     |
| ps 2         | 640                 | Cr\$ 3.270,00     |
| ps 3         | 1.571               | Cr\$ 3.660,00     |
| Efetivos     | 911                 | Cr\$ 3.800,00 (3) |

---

|                |     |                   |
|----------------|-----|-------------------|
| Diretores      | 256 | Cr\$ 6.350,00     |
| Aux. Diretores | 73  | Cr\$ 6.450,00     |
| Supervisores   | 45  | Cr\$ 6.010,00     |
| Sub-Diretores  | 1   | Cr\$ 6.690,00     |
| Coordenadores  | 10  | Cr\$ 6.017,00 (4) |

Da análise do quadro acima, duas coisas saltam à vista: a caótica situação financeira e o reduzido número de professores efetivos.

A situação financeira era insustentável. O magistério matogrossense passava por uma situação de penúria. A defasagem salarial acumulava-se ano a ano. Apenas no período 1974-1979, a perda do poder aquisitivo elevava-se a mais de 100% (cem por cento), conforme consta da carta endereçada ao governador Cássio Leite de Barros, no final de seu mandato em 1978.

Quem toma esses dados, em 1988, e os analisa sem ter em conta as mudanças que ocorreram de lá para cá na política salarial, pode até então não se impressionar porque a inflação mensal do primeiro semestre de 1988 beirou sempre a casa dos 20% (vinte por cento). Bastariam, portanto, cinco meses e não cinco anos para se atingir uma perda real nos salários em torno de 100% (cem por cento). Ocorre que ultimamente os salários são corrigidos mensalmente, tornando-se por base a URP — Unidade Relativa de Preços — dos últimos três meses. Esse procedimento, se não atualiza em termos reais os salários, ao menos evita urna corrosão desenfreada como ocorria no período que se mencionou acima. E isto porque, naquela época, o salário era corrigido anualmente, o que provocava uma distorção violenta no poder aquisitivo. Quer dizer: quando o professor recebia o reajuste salarial, ele conseguia respirar, mas mês a mês ia perdendo o poder aquisitivo até que,

---

3. Segundo a Professora Sueli Vinha, da ARE de Dourados, PP 1. era o professor leigo, PP 2. cursando magistério, PP 3. Normalista, PP 4. normalista com mais de um ano de estudos complementares; PS 1. cursando terceiro grau. PS 2. licenciatura curta; PS 3. Licenciatura plena. Os professores efetivos ou eram PP 4 ou PS 3 o salário de Cr\$ 3.800 (três mil e oitocentos cruzeiros) e, portanto uma média.

4. Esses valores são médias salariais, uma vez que o salário depende do nível de enquadramento, ao qual é acumulada a gratificação. Por serem média e que justificam inclusive as discrepâncias.

no décimo segundo mês após o reajuste, não conseguia mais pagar sequer as suas despesas básicas.

Quanto ao segundo ponto que se levantou anteriormente, o reduzido número de professores efetivos tem-se que considerar, pelo que se conhece, que no Mato Grosso foram realizados apenas três concursos públicos (5). Essa falta de concursos culminou, em 79, com a constatação de que um universo de 7.481 (sete mil e quatrocentos e oitenta e um) professores, apenas 911 (novecentos e onze) eram efetivos. Em outras palavras, 88% (oitenta e oito por cento) dos professores da rede estadual estava exercendo a profissão através de nomeações feitas por simples portarias governamentais. Não existia qualquer segurança empregatícia. O professor era um verdadeiro bóia-fria do magistério, nomeado e exonerado quando bem entendessem as autoridades que estivessem no poder (6).

Salários irrisórios e instabilidade empregatícia foram as causas principais que fizeram com que se levantasse a voz do professor, num movimento reivindicatório que rapidamente se estendeu por todo o Estado. E, quando em janeiro de 1979, era empossado o primeiro governador nomeado para o Mato Grosso do Sul, Harry Amorim Costa, a categoria já se encontrava mais ou menos organizada (7).

Paralelamente a esta organização, é necessário que se tenha em mente a conjuntura política da época. Uma vasta extensão territorial (8), estava sendo dividida em dois Estados e essa experiência gerava grande expectativa, especialmente para a população do Sul, por se constituir em antigo anseio seu. O então presidente da República, General Ernesto Geisel, procurou escolher para o cargo um técnico conceituado que fizesse de Mato Grosso do Sul um verdadeiro “Estado Modelo” e sua indicação recaiu sobre um gaúcho, com larga experiência administrativa no Departamento Nacional de Obras, Harry Amorim Costa.

Mas nem as inegáveis qualidades administrativas de Harry Amorim, nem a grande pompa de sua posse foram suficientes para apagar o indiferente mal-estar que sua indicação provocou no povo e nos políticos. Apesar da euforia da divisão, era visto com certa reserva pelo povo porque havia sido nomeado e não eleito democraticamente. Os políticos, por seu lado, o tinham como uma espécie de usurpador de suas prerrogativas; viam-se feridos em seus brios, pois tal nomeação dava margem a que se supusesse a inexistência de homens públicos dotados para o cargo, em Mato Grosso do Sul.

---

5. Em Mato Grosso do Sul foram realizados concursos em 1968, 1969 e 1971. Em Mato Grosso do Sul em 1981, 1984. Cf. a respeito as entrevistas dos professores Nilcéia Maria Pacco Mendes Antonio Carlos Biffi. Este trabalho já estava concluído quando em 1989 realizou-se outro concurso em MS.

6. cf. A esse respeito o capítulo I deste trabalho.

7. Sobre a organização do magistério confira o II capítulo deste trabalho.

8. Mato Grosso possuía 1.231.549 Km<sup>2</sup>. Com a divisão ficaram 88.001 Km<sup>2</sup> para o Mato Grosso e 350.548 Km<sup>2</sup> para o Mato Grosso do Sul.

A chamada “classe política”, ou se opunha frontalmente ao novo governo — caso da oposição peemedebista — ou conspirava — caso do partido da situação, a ARENA — e o primeiro governador, visto como um estrangeiro invasor de território alheio, esforçava-se em todos os sentidos para evitar desgastes em sua administração. Inclusive, não subestimou o magistério, que bem poderia — neste estágio de organização — promover uma greve geral, com inevitável apoio dos políticos e de muitos segmentos da população.

Os professores, nesse momento, ao mesmo tempo em que iam organizando a FEPROSUL procuravam organizar também as suas reivindicações, tendo por prioridade melhorias salariais e estabilidade empregatícia. E foi justamente numa dessas reuniões organizativas, na Escola Maria Constança de Barros Machado, em Campo Grande, que a professora Quintina Bueno, àquela época presidente da ACP, anunciou que o Secretário de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Odilon Martins Romeo, far-se-ia presente para expor, em linhas gerais, os planos do governo na área da Educação.

De fato, o “super-secretário” fez uma explanação do plano do governo, prometendo melhorias muito em breve para o professorado. Diante das novas promessas, os professores responderam que estavam cansados e que queriam soluções imediatas. Isso irritou o Secretário e o fez perder a postura (9). Todavia foi um fato isolado, pois Odilon mostrou-se um negociador habilidoso.

Odilon Martins Romeo, dias após convocou as lideranças do magistério, reconheceu a precariedade de funcionamento do ensino, mostrou a predisposição do governo em acertá-lo, entretanto, propôs a divisão de responsabilidade entre Estado e professorado, convidando-o para elaborar o “Plano de Carreira do Magistério”.

Recusar tal proposta, nesse momento, era totalmente inviável. Essa atitude provocaria um esvaziamento profundo do movimento, uma vez que o governo promoveria com alarde as suas boas intenções e, por outro lado, a indisposição do magistério em colaborar na solução de problemas que, em última análise, eram seus próprios.

A categoria aceitou o chamamento do governo como um verdadeiro desafio, tanto é que a comissão, num esforço muito grande, reunindo-se diariamente de manhã, à tarde e à noite e, ainda participando de Assembléias Gerais nos finais de semana para consultar as bases, conseguiu em cerca de sessenta dias, deixar pronto o ante-projeto do “Plano de Carreira do Magistério”.

Passível de críticas, é verdade, o “Plano de Carreira” foi entretanto muito importante como passo inicial para a consolidação da estabilidade empregatícia do professorado. A carta, encaminhada ao Secretário de Desenvolvimento de Recursos Humanos, por ocasião da conclusão dos trabalhos, reflete as linhas gerais do plano:

---

9. Odilon Martins Romeo nessa oportunidade bateu violentamente na mesa e aos berros, chamou seu interlocutor de tumultuado. Sobre esse desagradável

episódio confira as entrevistas com os professores Antonio Carlos Biffi, Wilson Moretti e Wilson Valentin Biasotto.



“Senhor Secretário,

O ante-projeto do Regulamento do Quadro de Carreira do Pessoal do Magistério Oficial de 1º e 2º graus de Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul é o resultado do trabalho do Grupo constituído por V. Excia. e integrado pelos representantes de Associações de Classe de Três Lagoas, Aquidauana, Dourados, Ponta Porã e Campo Grande e da Fundação de Educação.

A prioridade conferida à consecução do trabalho decorreu da convicção de que o desafio da Educação em Mato Grosso do Sul não seria equacionado sem que se oferecesse condições condignas de trabalho aos que, em última análise, respondem pelo êxito da ação do Governo em área tão fundamental: o Magistério.

Nortearam a realização do ante-projeto a necessidade de estruturar a Carreira, tendo em vista o interesse da Educação, as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus e a valorização do professor, dentro da realidade do nosso Estado.

O Grupo firmou resolução de que o Quadro de Carreira deveria ser elaborado com a contribuição de todas as partes interessadas em tão relevante matéria, alcançando-se, o quanto possível, consenso fiador da validade e autenticidade do documento.

Em consequência, o grupo situou-se na perspectiva de conduzir amplo debate destinado a fixar diretrizes gerais e aspectos fundamentais.

Em reuniões abertas realizadas nos municípios já mencionados compareceram professores, diretores, especialistas, técnicos de educação, delegados de ensino, e ofereceram sugestões que se revelaram de grande valia para o desenvolvimento do trabalho. Aprimorou-se, ainda mais o documento, considerando os conhecimentos e as posições do Senhor Presidente da Fundação de Educação.

Um Regulamento, é, por outro lado, o conjunto ordenado e sistemático de regras que objetiva criar um novo “princípio da realidade”, e por outro lado, o instrumento que concilia a precisão das formulações com a necessária flexibilidade, de modo a que, no decurso do tempo, venha a permitir o exercício da arte de interpretar a ordem normativa instaurada e sua aplicação às situações casuísticas que se manifestarão e que se confrontarão com a norma.

Um bom Regulamento é, pois, um documento que não pode tudo explicitar, tudo prever e antecipadamente a tudo responder.

Não se pretende obra perfeita e irretocável que dê solução a todos os problemas. Descortina-se, isto sim, a perspectiva de uma nova etapa das relações entre o Magistério e o Estado, na medida que se tornará propiciador de estímulos concretos do ingresso e a permanência no Quadro de Carreira.

O Grupo considera os seguintes aspectos como os mais inovadores:

- a) progressão vertical representada pela promoção a seis classes;
- b) progressão horizontal representada pelo acesso a oito níveis de habilitação;
- c) criação dos empregos para os especialistas;
- d) criação do instituto de suplência;
- e) instituição dos incentivos valorizando a efetiva regência de classe, com enfoque especial à alfabetização;
- f) profissionalização do magistério;
- g) substituição do regime jurídico.

O último aspecto foi objeto de maiores discussões, levando-se em conta a tradição da estabilidade estatutária.

Resta a tarefa, difícil por certo, de implantar e tornar realidade as disposições aqui contidas.

Ao magistério é oferecido o presente Quadro de Carreira, esforço solidário de muitos e penhor de promessas e de novas conquistas” (10).

Embora reflita, com se disse, as linhas gerais do Plano de Carreira, a Carta ao Secretário de Recursos Humanos deixou de lado aspectos importantes, dentre os quais deve-se destacar aquele que talvez seja o mais inovador, ou seja, a conquista das eleições para diretores e diretores adjuntos das escolas públicas.

No Plano de Carreira elaborado em 1979, após muitas discussões, não só dentro do grupo de trabalho, mas nas Assembléias Gerais dos professores e, principalmente, após muita resistência da parte do governo (11), foi aprovado o princípio de que

---

10. Assinaram o documento em Campo Grande, no dia 23 de abril de 1979, os professores Irani Franco de Almeida (Fundação de Educação) Enir Mechi e Nelly Bacha (Campo Grande), Eusébio Garcia Barrios (Aquidauana), Nilce Camargo (Três Lagoas), Neuza Siqueira (Ponta Porã) e Wilson Valentim Biasotto (Dourados).

11. Naquela época se discutia principalmente se a categoria devia defender a realização de concursos públicos para as direções, ou eleições. O governo, por sua vez, não queria nem uma coisa e nem outra, pretendia que os cargos continuassem sendo de confiança. Após muita discussão, Odilon Martins Romeo refletiu por uma noite e, na manhã seguinte ele comunicou a comissão que elaborava o Plano de Carreira o seguinte: “Professores, eu pensei com muita seriedade e estou realmente convencido que os senhores estão com a razão. O diretor e o diretor adjunto da escola devem ser escolhidos pelos

senhores como professores da escola”. Cf. a entrevista com o professor Eusébio Garcia Barrios.

“O diretor e diretor adjunto dos estabelecimentos escolares serão escolhidos em lista tríplice, elaborada pelo corpo docente da escola” (12).

Porém, mal se ensaiavam os primeiros passos para a implantação do Plano de Carreira, que fora publicado no Diário Oficial do Estado do dia 6 de junho de 1979, o governo Harry Amorim foi substituído. Em seu lugar assumiu Marcelo Miranda, nomeado graças ao acordo — segundo os comentários da época — foi feito entre os três senadores da República por Mato Grosso do Sul, Mendes Canalle, Saldanha Derzi e Pedro Pedrossian, que não estavam encontrando espaço no governo.

Com o novo governo, nova filosofia administrativa. A Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, estruturada no governo Harry e que englobava diversas fundações — Educação, Saúde, Cultura, Esportes e Promoção Social — foi desativada e em seu lugar, criadas apenas as tradicionais Secretarias de Educação e Saúde. O Plano de Carreira tornou-se inviável aos olhos do governo. E muito embora nos dias 27 e 28 de setembro de 1979, o anfiteatro do SENAI de Campo Grande fosse palco de treinamento para a implantação do “Plano de Carreira”, o governo do Estado, concomitantemente, ensaiava a elaboração de “Estatuto do Magistério”.

Na oportunidade, o governo acenava com a possibilidade de opção entre o Plano de Carreira e o Estatuto, que se elaborava. O jornal “Quadro Verde”, em vista da desconfiança no Estatuto, defendia a opção pelo Plano de Carreira.

“Final, o que está acontecendo com o Plano de Carreira do Magistério? Quais são as intenções do governo... E o Professor? Deve optar pelo Plano ou pelo Estatuto?... a intenção do governador Marcelo Miranda (é) de forçar o professorado a não optar pelo Plano de Carreira...”

Porque

“Dinheiro o governo tem. Mas também ele tem prioridades. Quem tem nos dedos, a torneira dos cofres do Estado, sabe muito bem que a curto e médio prazo, as opções pelo Plano vão onerar sobremaneira a despesa orçamentária do nosso Estado. Os encargos sociais e as obrigações patronais podem deixar um vazio perigoso para realizações de obras em outros setores, que em parte, podem solapar o futuro do grupo político que agora está mandando no Estado” (13).

---

12. Cf. o artigo 68 do Decreto - Lei nº 102, de 06.06.79. O referido decreto Constitui-se no Plano de Carreira. Não obstante o Plano de Carreira não ter sido implantado muitas escolas realizaram eleições para diretores e até fins de 1987 e muitas, por certo, deverão continuar realizando-os, pois embora não seja uma conquista de direito, para muitos é de fato.

13. Cf. o editorial do jornal Quadro Verde, de setembro de 1979.

De fato as despesas do Estado com pessoal, praticamente dobrariam se houvesse o enquadramento pelo Plano de Carreira. O governo passaria a recolher para o Fundo de Garantia, para o Instituto Nacional de Previdência Social, para o PIS, além de ter que arcar com o pagamento do décimo terceiro salário (14).

Ao contrário, pelo Estatuto, o governo desembolsaria apenas para o Instituto de Previdência, mas este, sendo do próprio Estado, não acarretaria nenhum problema.

Em suma, para os professores, o Plano de Carreira era como que pássaro na mão e o Estatuto, pássaro voando. E o professor admitido precisava segurar com firmeza esse pássaro porque

“... ele é laranja que chupado o suco é jogado fora, no lixo, como bagaço imprestável. Há muita diferença entre um bagaço imprestável com direitos estatutários ou trabalhistas e um bagaço sem esses direitos” (15).

De nada adiantaram, todavia, os protestos do magistério. Caiu por terra um trabalho inédito no Brasil: a elaboração e implantação de um Plano de Carreira, pelos próprios professores, obviamente com o apoio da Fundação de Educação.

## **2. O Estatuto do Magistério de 1981**

Como se afirmou anteriormente, ao mesmo tempo em que acenava com a possibilidade de implantação do Plano de Carreira, o governo do Estado elaborava através de uma comissão, o “Estatuto do Magistério”.

A comissão era composta por seis elementos, dois representando o magistério e quatro representando o governo, sendo três advogados e um representante da Secretaria de Educação (16). Na composição da comissão pode-se perceber a diferença de trato dada pelo governo na elaboração do Estatuto. Na época de Harry Amorim, a comissão era composta por seis representantes do magistério e um representante da Fundação de Educação: no início do governo Marcelo Miranda apenas dois professores representaram o magistério. Isso quer dizer que a participação dos professores na comissão para elaboração do Estatuto não era decisória.

A maioria da comissão sendo constituída por representantes do governo, não permitiu nenhum avanço, em relação ao Plano de Carreira, ao contrário.

---

14. É verdade que com a promulgação da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, ficou assegurado, o direito do funcionalismo público estadual receber o 13º. Até 1978, entretanto os funcionários não recebiam esse benefício.

15. Cf. o Editorial do jornal Quadro Verde de setembro de 1979.

16. Representavam os professores Eusébio Garcia Barrios e Neli Bacha. Cf. a respeito a entrevista com o professor Eusébio Garcia Barrios.

“Perdeu, por exemplo, a eleição dos diretores...” (17).

E além do mais, o Estatuto do Magistério

“.. copia 80, 90% do Decreto-Lei 102, portanto não há um avanço, há um retrocesso em certos pontos. Já naquela época no Decreto-Lei 102, nós temos o direito do dirigente de classe ficar à disposição, nós temos os incentivos financeiros para o pessoal de I a IV, nós temos a licença prêmio, foi criada naquela época a comissão de valorização do magistério... são estabelecidos o salário do professor e os índices para cada uma das classes...” (18).

De fato, quiçá pela pressa do governo em apresentar logo um substitutivo para o Decreto-Lei nº 102 — Plano de Carreira do Magistério — e acalmar os ânimos dos professores, inconformados pela alteração abrupta sofrida em seus destinos (19), o Estatuto encaminhado à Assembléia Legislativa foi pobre, até mesmo em número de páginas. Não necessitaram seus organizadores mais que 17 (dezessete) laudas para “regular as atividades do magistério público”.

É verdade que em seu artigo 85, o Estatuto reza que

“Os direitos, vantagens, concessões e deveres do membro do magistério estadual estão contidos no Estatuto dos Servidores Civis do Estado de Mato Grosso do Sul, Lei Complementar nº 2, de 18 de janeiro de 1980 e no Plano de Classificação e Sistema de Retribuição do Pessoal Civil do Poder Executivo, Lei nº 55, de 18 de janeiro de 1980” (20).

Mas, um Estatuto não deveria ser completo em si? O antigo Estatuto de Mato Grosso, aprovado em 1971 o era. Então, pode-se afirmar, só por esse fato, que o Estatuto — Lei nº 4, de 81 — não foi apenas um retrocesso em relação ao Plano de Carreira, mas também em relação ao seu congênere, que vigorava em Mato Grosso, antes da divisão do Estado. Ademais, entre as três leis — nº 2, nº 4 e nº 55 — existem tantos conflitos que o professorado acabava sentindo-se desprotegido (21).

---

17. Cf. a entrevista do Professor Eusébio Garcia Barrio.

18. Cf. a entrevista do Professor Eusébio Garcia Barrio.

19. O professor Paulo Marques Pereira, Presidente da APA antes mesmo de estar aprovado o novo Estatuto, alertava que o Plano de Carreira seria revogado pelo artigo 117 do novo Estatuto, apesar do governo acenar com a possibilidade de opção. Cf. o of. 03/79 da Associação de Professores de Aquidauana nos arquivos da ADP.

20. Cf. o Estatuto do Magistério de Mato Grosso do Sul — Lei Complementar nº 4 artigo 85.

21. A Lei nº 2 — Estatuto dos Servidores — e a Lei nº 4 — Estatuto do Magistério — conflitam nos seguintes artigos. 41/42 e 48, 46 e 14,48 e 15,50 e 13/15/16. 54 e 17/19. Além desses conflitos o Estatuto de 81 peca por omissão.

Nada

diz

a



Além dos conflitos entre as três leis constataram-se também problemas numa mesma lei. O artigo 304, da Lei nº 2, reza, por exemplo, que

“Os servidores que passarem a ser regidos por este Estatuto, e que não tinham direito a gratificação adicional, por tempo de serviço, terão a contagem de tempo, para este fim, iniciada no dia da publicação do seu ato de inclusão no Quadro Permanente”.

Logo adiante, a mesma Lei nº 2, em seu artigo 310 diz que

“Computar-se-á para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado no antigo Estado de Mato Grosso pelos funcionários que dele provierem, em virtude do desdobramento estabelecido na Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, observado no artigo 304”.

Ora, o Estado assume os funcionários, reconhece para todos os efeitos o tempo de serviço prestado ao antigo Estado de Mato Grosso, menos no que concerne a gratificação adicional.

Mas os problemas não se restringem aos já citados, entre o Estatuto e a Lei nº 2. Têm-se que mencionar ainda os conflitos existentes entre o Estatuto e a Lei nº 55 (22) e lembrar, por fim, que nenhuma das disposições constitucionais relativas ao funcionário público constaram do Estatuto — Lei Complementar nº 4 (23).

As denúncias desses choques foram feitas dezenas de vezes. Todavia o Estatuto do magistério, iniciado na primeira gestão de Marcelo Miranda em 1979, so sofreu alterações em sua segunda gestão em 1988, mesmo assim, superficiais.

### 3. O Estatuto do Magistério de 1988

Insatisfeita com o Estatuto de 1981, a FEPROSUL tanto fez que conseguiu do governo Wilson Barbosa Martins a constituição de uma comissão para reformulá-lo.

Composta por seis membros (24), a comissão apresentou, em

---

respeito da vacância do cargo (artºs. 69 e 71 da Lei nº 2) da aposentadoria (artºs 95 e 105 da Lei nº 2), das Licenças (artº 106 a 112 da Lei nº 2), das Licenças para tratamento de saúde (artºs 113 a 147 da Lei nº 2), da Gratificação por tempo de serviço (artº 163 da Lei nº 2) e do Processo Administrativo (artºs 25 a 280 da Lei nº 2).

22. Cf. os artigos 14 e 95 da Lei 55 que conflitam entre si. Também conflitam os artigos 76 do Estatuto com o artigo 304 da Lei nº 2, o artigo 96 da Lei 55 com o artigo 304 da Lei nº 2 e o artigo 46 da Lei 55 com o artigo 76 do Estatuto.

23. Os artigos da Constituição que tratam das garantias do funcionalismo público — 97, 100, 101, 102 e 105 — não constaram no Estatuto do Magistério muito embora os direitos constitucionais não tenham sido feridos pois foram observados nas Leis nº 2 e 55 de 1980. Cf. especialmente os artigos 22, 32, 92 e 95 da Lei Complementar nº 2.

24. Representavam a Secretaria de Administração Wilmar Nabarrete e Roberto

1º de outubro de 1985, o resultado de seu trabalho: a proposta de um novo Estatuto para o magistério, contendo 132 artigos que eliminavam a necessidade de se recorrer constantemente a outras Leis para verificar direitos e deveres.

Além da proposta do novo Estatuto, a comissão apresentou também, em nove laudas, as justificativas para todas as mudanças sugeridas em relação ao Estatuto de 1981.

Todas essas propostas ficaram paradas até que em 30 de março de 1987, através do Decreto 4.045, o governador Marcelo Miranda criou uma comissão para rever os Estatutos dos Servidores Cíveis, do Magistério e da Polícia Civil (25).

Essa comissão manteve, praticamente, todas as propostas anteriormente formuladas e as entregou ao governo do Estado.

De posse desse ante-projeto de Estatuto, o governo encaminhou-o à Assembléia Legislativa, tendo antes o cuidado de proceder a algumas alterações, à revelia do magistério.

A Assembléia Legislativa, por sua vez, promoveu outras alterações antes de aprovar o Estatuto do Magistério, em 12 de janeiro de 1988.

De mudança em mudança, o trabalho da Comissão acabou sendo muito prejudicado e o novo Estatuto, no momento em que foi sancionado, já pôde ser considerado incompleto para regular as atividades do magistério.

Para se ter uma idéia dos avanços verificados no novo Estatuto em relação ao anterior e das propostas defendidas pela FEPROSUL que acabaram não sendo aceitas, publicar-se-á o Estatuto e colocar-se-á em notas de rodapé as observações pertinentes. Evidentemente que não se levarão em consideração os pequenos detalhes, mas as mudanças substanciais.

### **3. Estatuto do Magistério (26)**

Lei Complementar nº 35 de 12 de janeiro de 1988.

Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Estadual do Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

---

Adala Lins, a Secretária de Educação Marisa Bittar e Euler Ribeiro Teixeira e a FEPROSUL Eusebio Garcia Barrio e Olemiro Hardoim.

25. No que concerne ao Estatuto do Magistério foi criada uma subcomissão tendo como representantes dos professores Elza Aparecida Jorge e Antonio Carlos Biffi

26. Antes da divisão do Estado os professores efetivos eram regidos pelo Estatuto do Magistério que era a Lei nº 3.478 de 10.01.74 com 215 artigos. Depois da divisão do Estado foi elaborado o Plano de Carreira do Magistério. Decreto Lei nº 102 de 10.06.79, sem ser sequer implantado. Depois do Plano de Carreira foi implantado o Estatuto do Magistério, Lei Complementar nº 4 de

1981. Finalmente foi sancionado o Estatuto atual Lei Complementar nº 31, de 12 de janeiro de 1988, com 108 artigos.

O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

## Título 1

### Do Estatuto, dos seus Objetivos e do Regime Jurídico

#### Capítulo 1

##### Disposições Preliminares

Art. 1º — Esta Lei Complementar regula as atividades do magistério público de 1º e 2º graus do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Constituição Estadual, art. 25, parágrafo único, alínea f, observadas as disposições da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e denominar-se-á Estatuto do Magistério (27).

Art. 2º — São atribuições dos membros do magistério, para efeitos deste Estatuto, as relacionadas com o ensino de 1º e 2º graus, o ensino supletivo, o ensino especial, o ensino pré-escolar, a execução de atividades técnico-pedagógicas, bem como as atividades relativas a planejamento, administração, supervisão, orientação e inspeção escolar (28).

Art. 3º — O regime jurídico dos ocupantes de cargos do Grupo Magistério é o deste Estatuto e, subsidiariamente, o do Estatuto dos Servidores Civis do Estado (29).

Art. 4º — Compete à Secretaria de Educação aplicar as disposições desta Lei Complementar e, no que couber, articular-se, para a sua execução, com a Secretaria de Administração.

## Título II

### Da Estrutura e Organização do Magistério Estadual

#### Capítulo I

##### Dos Conceitos Básicos

---

27. A Comissão sugeriu a supressão “observadas as disposicoes da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971”, mas mesmo sabendo se que tal Lei ja sofreu modificações através da Lei 7.044, não foi aceita a proposta.

28. A comissão pretendia, nesse artigo, incluir um paragrafo que definisse o que são as atividades correlatas ao magistério.

29. A Comissão, em obediência ao artigo 25, § Único, Alinea F da Constituição Federal, pretendia a definição de um regime jurídico para o magistério. Um Estatuto que fosse completo em si e não subsidiado pelo Estatuto dos Servidores Civis do Estado. É bom chamar a atenção para o fato de que se o Estatuto fosse completo em si, mesmo repetindo leis maiores seria muito mais pratico e racional o seu uso.

Art. 5º — Para efeitos desta Lei Complementar, entende-se:

I — Sistema Estadual de Ensino: é o conjunto de Instituições e de órgãos, de natureza pública ou privada, que tem por objetivo a formação de melhores níveis educacionais da população, através da promoção, orientação, coordenação, execução e do controle das atividades relacionadas com o ensino no território do Estado;

II — Professor: o membro do magistério que exerce atividades docentes, objetivando a educação do discente;

III — Especialista de Educação: o membro do magistério que exerce atividades de orientação, supervisão, planejamento, administração e inspeção, na área educacional;

IV Cargo: o conjunto de deveres, responsabilidades, atividades, tarefas ou atribuições cometidas a titulares, denominados funcionários, regidos por estatutos;

V — Categoria Funcional: profissão definida, integrada de classes hierárquicas, constituídas de cargos da mesma natureza, classificados em níveis crescentes de habilitação;

VI — Classe: um conjunto de cargos da mesma natureza funcional de igual padrão ou escala de vencimentos e do mesmo grau de responsabilidades;

VII — Nível: é o grau de habilitação exigido para as categorias funcionais de professor e de especialista de educação;

VIII — Progressão Funcional: a passagem de um nível de habilitação para outro superior, na mesma classe;

IX — Ascensão Funcional: a passagem de uma classe para a imediatamente superior, dentro da mesma categoria funcional, observadas as disposições do Capítulo II do Título II desta Lei Complementar (30).

## Capítulo II

### Dos Princípios Básicos do Magistério

Art. 6º — As categorias funcionais de Professor e Especialista de Educação, têm como princípios básicos:

I — a profissionalização, entendida como a dedicação ao magistério, para o que se tornam necessárias:

a) qualidades individuais, formação e atualização que garantam resultados positivos no Sistema Estadual de Ensino;

b) predominância das atividades de magistério;

c) remuneração que assegure situação condigna nos planos econômico e social;

d) existência de condições ambientais de trabalho, pessoal de apoio qualificado, instalações e materiais didáticos adequados;

---

30. A Comissão pretendia ainda definir vencimento básico, piso salarial e salário magisterial (sic).

II — retribuição salarial baseada na classificação de funções, levando-se em conta o nível educacional exigido pelos deveres e responsabilidades do cargo, a experiência que o exercício deste requer, a satisfação de outros requisitos que se repute essenciais ao seu desempenho e às condições do mercado de trabalho.

III — a progressão e ascensão funcionais através de valorização dos servidores, com base na avaliação de desempenho e aperfeiçoamento profissional decorrente de cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento e especialização e o tempo de serviço de efetivo exercício no magistério.

### Capítulo III Das Categorias Funcionais

Art. 7º — O magistério público estadual é exercido por ocupantes de cargos integrantes das categorias funcionais de Professor e de Especialistas de Educação, que constituem o Grupo Ocupacional Magistério do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo Único — A categoria funcional de Especialista de Educação se desdobra nas seguintes habilitações:

- I — Planejamento;
- II — Administração Escolar;
- III — Supervisão Escolar;
- IV — Orientação Educacional;
- V — Inspeção Escolar (31).

Art. 8º — As categorias funcionais do magistério são constituídas de cargos de provimento efetivo.

### Capítulo IV Da Estruturação do Grupo Magistério

Art. 9º — O Grupo Magistério é constituído pelas categorias funcionais de Professor e Especialista de Educação, integradas de classes em número de 06 (seis) cada uma.

Parágrafo Único — As classes das categorias funcionais de que trata este artigo, desdobram-se em níveis de habilitação, em número de 08 (oito) para a de professor e de 05 (cinco) para a de Especialista de Educação.

Art. 10º — A categoria funcional de Especialista de Educação é constituída de cargos, cujos ocupantes serão identificados pela habilitação em planejamento educacional, administração escolar,

31. A Comissão pretendia que os professores formados em Pedagogia pudessem transferir-se da categoria funcional professor para a de Especialista



de Educação desde que comprovassem, no mínimo cinco anos de exercício e que houvesse vaga.

supervisão escolar, orientação educacional e inspeção escolar.

Art. 11 — As classes constituem a linha de ascensão funcional do Professor e Especialista de Educação, sendo designadas pelas letras A, B, C, D, E e F.

Art. 12 — Os níveis constituem a linha de habilitação de Professor e de Especialista de Educação e objetivam a progressão prevista na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Art. 13 — Os níveis de habilitação correspondem:

I — Para o Professor:

- a) Nível I — habilitação específica de 2º grau, obtida em três séries;
- b) Nível II — habilitação específica de 2º grau, obtida em quatro séries ou em três seguidas de estudos adicionais, correspondentes a um ano letivo;
- c) Nível III — habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- d) Nível IV — habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração, seguida de estudos adicionais correspondentes, no mínimo, a um ano letivo;
- e) Nível V — habilitação específica em curso superior, ao nível de graduação, correspondentes à licenciatura plena;
- f) Nível VI — habilitação específica de pós-graduação obtida em curso da mesma área, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;
- g) Nível VII — habilitação específica obtida em curso de mestrado;
- h) Nível VIII — habilitação específica obtida em curso de doutorado.

II Para o Especialista de Educação

- a) Nível I — habilitação específica obtida em curso superior de curta duração;
- b) Nível II — habilitação específica obtida em curso superior de graduação, com duração plena;
- c) Nível III habilitação específica de pós-graduação, obtida em curso da mesma área, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;
- d) Nível IV — habilitação específica obtida em curso de mestrado;
- e) Nível V — habilitação específica obtida em curso de doutorado.

Parágrafo Único — Entende-se por estudos adicionais uma seqüência organizada de estudos de uma área, com o mínimo de 720 (setecentos e vinte) horas, proibida a soma de cursos de extensão. (32)

### Título III Da Progressão e Ascensão Funcionais

#### Capítulo I Da Progressão Funcional

Art. 14 — Progressão Funcional é a elevação do membro do magistério, de acordo com a correspondente habilitação, aos níveis previstos no artigo 13 desta Lei Complementar.

§ 1º — Progressão Funcional a um nível superior dar-se-á, independentemente do número de vagas, desde que o membro do magistério possua o correspondente diploma e se habilite na forma estabelecida em regulamento.

Art. 15 — A progressão funcional será concedida, uma vez comprovada a nova habilitação, e o direito se dará a partir de 30 (trinta) dias após a entrada do requerimento no órgão central do Sistema Estadual de Educação, desde que o pedido esteja devidamente instruído. (33)

Parágrafo Único — Comprovante de nova habilitação é o diploma devidamente registrado no órgão competente, acompanhado do respectivo Histórico Escolar.

Art. 16 — O nível é pessoal de acordo com a habilitação específica do servidor ocupante de cargo de Professor ou Especialista de Educação, que o conservará na ascensão funcional.

Parágrafo Único — O beneficiário da progressão será obrigado a restituir o que mais houver recebido, devidamente corrigido, caso tenha havido má fé de sua parte, comprovada em processo administrativo disciplinar, independentemente das demais sanções legais. (34)

#### Capítulo II Da Ascensão Funcional

Art. 17 — Ascensão Funcional é a elevação do membro do magistério pelos critérios de merecimento e antigüidade, à classe imediatamente superior, dentro da mesma categoria funcional, e será feita à razão de 70% (setenta por cento) por antigüidade e 30% (trinta por cento) por merecimento. (35)

---

32. A Comissão entendia que se devesse acrescentar um outro parágrafo especificando que “entende-se por curso da especialização aquele com duração mínima de 360 horas na mesma área de habilitação”, todavia as alíneas f do inciso do artigo 13 e C do inciso II, do mesmo artigo, deixam claro esse aspecto.

33. Tanto o Estatuto antigo como a proposta da Comissão previam que a progressão funcional deveria ocorrer duas vezes ao ano março e setembro. A redação do novo Estatuto, todavia, parece ter ficado mais comoda para o professor.

34. Nem o Estatuto antigo nem a comissão especificavam que o valor pago por progressão indevida devesse ser restituído com correção monetária.

35. O Estatuto antigo previa que a ascensão funcional seria a razão de 50% (cinquenta por cento) por antigüidade e 50% (cinquenta por cento) por merecimento a comissão julgou que a ascensão somente deveria ocorrer por antigüidade

Art. 18 — Cada classe das categorias funcionais de Especialista de Educação e de Professor terá a seguinte proporção em relação ao total da lotação fixada por lei, para fins de provimento e ascensão funcional:

I — Classe F: 1;

II — Classe E: 4;

III — Classe D: 10;

IV — Classe C: 20;

V — Classe B: 25;

VI — Classe A: 40.

Art. 19 — O interstício para ascensão funcional é de 05 (cinco) anos e será apurado pelo tempo de efetivo serviço na classe a que pertença o membro do magistério. (36)

§ 1º — Poderá o Poder Executivo por ato próprio, quando julgado conveniente pela Administração, reduzir para 03 (três) anos o interstício a que se refere este artigo.

§ 2º — O tempo de efetivo exercício, de que trata este artigo, refere-se àquele dedicado ao exercício do cargo ou em atividades correlatas às do magistério, e que, em ambos os casos, seja cumprido exclusivamente em Unidades da Secretaria de Educação, e nos casos de afastamento previstos neste Estatuto, que permitam a contagem de tempo de serviço para essa finalidade.

§ 3º — Até que se preencham os percentuais estabelecidos no artigo 18 o tempo de efetivo exercício será apurado levando em consideração o tempo de serviço prestado ao magistério do Estado de Mato Grosso, desde que em efetivo exercício em território de Mato Grosso do Sul em 31 de dezembro de 1978.

§ 4º — A Ascensão Funcional terá lugar anualmente no dia 15 de julho através da Secretaria de Educação, elaborada pela Comissão de Valorização do Magistério.

Art. 20 — O provimento nos cargos da classe F, considerada como final de carreira, tanto na categoria funcional de Professor, quanto na de Especialista de Educação, só poderá ocorrer mediante concurso público de provas e títulos, conforme o disposto no inciso X do artigo 154 da Constituição Estadual. (37)

Art. 21 — O merecimento será apurado por critérios objetivos levando-se em conta a assiduidade, bem como a contínua atualização

---

para evitarem se as injustiças oriundas da subjetividade no preenchimento das fichas de avaliação. No Estatuto novo ficou reduzido de 50% (cinquenta por cento) para 30% (trinta por cento) o percentual de ascensão por merecimento. De qualquer forma isso não reduz os juízos valorativos conflitantes dependendo de escola para escola, direção, professor e região administrativos, conforme opinião da própria comissão.

36. A comissão queria que fosse acrescentado um parágrafo determinando que a ascensão por tempo de serviço fosse automática mas a sugestão não foi aceita.

37. Não foi aceita a proposta da comissão de que os concursos públicos para a promoção para a classe F fossem realizados bienalmente.

e aperfeiçoamento para desempenho de suas atividades, constantes de fichas de avaliação.

§ 1º — Para efeito deste artigo, não será considerada a titulação inerente aos níveis de habilitação.

§ 2º — O merecimento é adquirido na classe; promovido o membro do magistério, recomeçará a apuração do merecimento, a contar do ingresso na nova classe.

§ 3º — Verificada a igualdade de condições de classificação por merecimento, o desempate será feito pelo maior tempo de efetivo exercício na classe.

Art. 22 — A ficha de avaliação do Professor será preenchida anualmente pela Equipe Técnico-Pedagógica da Escola, assinada pelo Diretor e visada pelo Agente Regional de Educação ou autoridade equivalente.

Parágrafo Único — O membro do Magistério que se julgar prejudicado na avaliação poderá recorrer ao Secretário de Educação, no prazo de até 30 (trinta) dias, da data da ciência das informações constantes na respectiva ficha.

Art. 23 — A ficha de avaliação do Especialista de Educação será preenchida, anualmente, pelo chefe imediato e visada por outro hierarquicamente superior.

Art. 24 — Bienamente, e havendo vagas, o órgão próprio da administração estadual realizará concurso público para o provimento de cargos da classe F do Grupo Magistério.

Art. 25 — Para todos os efeitos, será considerado, promovido o membro do Magistério que for aposentado ou vier a falecer sem que tenha sido efetuada a promoção que lhe cabia na data do evento.

### Capítulo III

#### Da Comissão de Valorização do Magistério

Art. 26 — A Secretaria de Educação constituirá uma Comissão de Valorização do Magistério com a seguinte competência.

I — Examinar as solicitações sobre a progressão funcional;

II — Examinar as fichas de avaliação, para fins de ascensão funcional;

III — Emitir parecer nos casos de reclamação sobre progressão funcional;

IV — Classificar os candidatos à ascensão funcional;

V — Elaborar boletins de ascensões funcionais;

VI — Apreciar os recursos interpostos pelo Membro do Magistério, contra as decisões da Equipe Técnico-Pedagógica;

VII — Pronunciar-se, anualmente, sobre os aspectos técnicos e administrativos do Sistema de Valorização do Magistério.

VIII — Atribuir níveis de habilitação aos membros do magistério, nomeados em virtude de Concurso Público;

IX — Emitir parecer preliminar nos casos de reclamação sobre a ascensão funcional.

§ 1º — A Comissão de Valorização do Magistério será composta de 08 (oito) membros efetivos, todos Professores e Especialistas de Educação do Quadro Permanente do Estado, com exceção do da Secretaria de Administração, a saber:

I — 04 (quatro) indicados pelo órgão de classe;

II — 03 (três) indicados pelo Secretário de Estado de Educação;

III — 01 (um) indicado pelo Secretário de Estado de Administração.

§ 2º — A Comissão de valorização do Magistério será presidida por um de seus membros, escolhidos pelos seus pares, designados por ato do Secretário de Estado de Educação.

§ 3º — As designações, seu prazo de duração, normas de funcionamento e atribuições complementares da Comissão de Valorização do Magistério serão objetos de Resolução do Secretário de Estado de Educação.

§ 4º — É defeso ao membro da Comissão participar de reunião em que for julgado assunto de seu interesse ou de parente consanguíneo ou afim, na linha reta ou colateral, até 3º grau. (38)

#### Título IV

#### Do Ingresso no Magistério Estadual

##### Capítulo 1

##### Do Concurso Público

Art. 27 — O provimento dos cargos iniciais e finais das categorias funcionais de Professor e Especialista de Educação, dependerá, sempre, de concurso de provas ou de provas e títulos, conforme o disposto na Constituição Estadual.

Art. 28 — As provas de habilitação do concurso para o cargo de professor, versarão, conforme o caso sobre o conteúdo e a didática de:

I — área de estudo;

II — disciplina;

III — fundamentos de educação.

Art. 29 — As provas de habilitação do concurso para o Especialista de Educação, versarão sobre o conteúdo de língua portuguesa, fundamentos de educação e atribuições específicas a serem exercidas pelo planejador educacional, supervisor escolar, orientador educacional, administrador escolar e inspetor escolar, observada a respectiva habilitação.

Art. 30 — Os programas de provas de concurso a que se referem os artigos 27 e 28 constituirão parte integrante do Edital bem como a seriação de valores atribuídos aos títulos.

---

38. Defeso significa proibido, mas a comissão para evitar dúvidas, queria trocá-la por “é vedado”, que dava no mesmo. Prevaleceu entretanto a palavra defeso, tão pouco usada na língua portuguesa.

Art. 31 — O concurso para as categorias funcionais do magistério obedecerá ao disposto no respectivo regulamento.

§ 1º — O prazo de validade do concurso para o ingresso em cargos do Grupo Magistério será de 02 (dois) anos, contados da sua homologação, permitida a prorrogação por igual período.

§ 2º — Representante da Secretaria de Educação, da Secretaria de Administração e de órgão de classe, deverão participar da comissão de concurso. (39).

Art. 32 — No julgamento de título dar-se-á valor à experiência no Magistério, à produção intelectual, a graus e conclusões de cursos promovidos ou reconhecidos dentro da área educacional e à aprovação em concursos públicos relacionados com o Magistério.

Art. 33 — O resultado do concurso será homologado pelo Secretário de Estado de Administração, publicando-se, no Órgão Oficial, a relação dos candidatos aprovados, em ordem de classificação, até 120 (cento e vinte) dias após a realização do concurso.

Art. 34 — A chamada de candidatos concursados, será feita obrigatoriamente pela ordem de classificação.

Art. 35 — Dependendo da existência de 10% (dez por cento) de cargos vagos e das necessidades do ensino, o concurso será realizado, em âmbito regional ou estadual, no máximo a cada 02 (dois) anos.

## Capítulo II Da Suplência

Art. 36 — Suplência é o exercício da função de membro do Magistério, nas atribuições integrantes ao ensino e na execução de atividades técnico-pedagógicas e ocorrerá:

I — por aulas excedentes; (40)

II — por convocação.

§ 1º — Ato do Poder Executivo regulamentará o processamento da suplência de que trata este Capítulo.

§ 2º — É vedada a suplência de membro do Magistério, por

---

39. O desejo da comissão era de que uma representação partiria das secretarias de Administração e Educação realizasse os concursos públicos. O § 2º do artigo 30 não garante a paridade mas preve a participação das duas secretarias e da entidade representativa da categoria.

40. Se dependesse da proposta da comissão não haveria suplência por aulas excedentes mas “por substituição”. Suplência “por substituição” era o que previa também o Estatuto antigo. Na realidade deve ter havido equívoco, pois a suplência é exercida por substituição ou por convocação para que possam ser ministradas as aulas excedentes. O equívoco torna-se evidente quando se lê em seguida, no § 2º que “é vedada a suplência de membro do magistério, por substituição ou convocação havendo vagas e candidatos a serem chamados”.



substituição ou convocação, havendo vagas e candidatos a serem chamados.

## Seção I

### Das Aulas Excedentes

Art. 37 — São consideradas horas-aulas excedentes, para efeito desta Lei Complementar, as que forem ministradas em caráter temporário, em número superior ao da carga horária semanal a que estiver sujeito o titular do cargo de Professor: (41)

I — obrigatoriamente e sem remuneração adicional, por professor da mesma disciplina, área de estudos ou atividades, para completar carga de horas-aulas até o limite de carga horária a que estiver sujeito, podendo ser atribuída a Professor em exercício na mesma escola ou em escola próxima;

II — facultativamente, mediante gratificação equivalente ao valor da hora-aula fixado para a classe A e nível de habilitação correspondente até o limite de 09 (nove) horas-aulas-semanais, além da carga horária a que estiver sujeito o Professor, atribuindo-se na seguinte ordem de preferência:

a) por Professor da mesma titulação;

b) por Professor de outra titulação, que, de preferência, tenha também a habilitação do Professor substituído.

## Seção II

### Da Convocação

Art. 38 — Convocação é o cometimento das funções de Magistério, em caráter temporário, na forma da legislação vigente.

Art. 39 — Do ato da convocação deverá constar:

I — a atividade, a área de estudo ou as disciplinas;

II — o prazo de convocação, incluindo o período proporcional de férias;

III — a remuneração respectiva. (42)

Art. 40 — A convocação de Professor para regência de classe far-se-á por processo seletivo, observados os seguintes critérios quanto à ordem de preferência:

---

41. Nem o Estatuto antigo, nem na proposta da Comissão se trata das aulas excedentes especificamente. No novo tenta-se definir o que sejam, todavia a conceituação é imprópria. No artigo 37 deveria tratar da convocação, aí sim os itens I e II teriam sentido. Como estão dispostos não tem.

42. No ato da convocação não deveria constar “a remuneração respectiva”, embora esse equívoco constasse do Estatuto antigo e da sugestão da comissão. A explicação é simples: faz-se, por exemplo, a convocação de um professor para ministrar aulas na 2 série do 1º Grau, se aparecer um candidato com curso normal ele terá um salário, se o candidato todavia tiver licenciatura curta plena, especialização mestrado ou doutorado a remuneração será outra. Nele está expresso que “o valor da hora aula do professor convocado sera igual à do vencimento da classe A, nível correspondente a sua habilitação”. Tem-se portanto, além do equívoco apontado, uma situação conflitante.

I — aprovado em concurso ainda não nomeado, observada a ordem de classificação;

II — registrado no órgão competente mediante habilitação específica e ainda não aproveitado em concurso.

Art. 41 — O valor da hora-aula do professor convocado será igual à do vencimento da classe A, no nível correspondente à sua habilitação.

Art. 42 — A convocação fica limitada a cada período letivo, não podendo ter início durante as férias, salvo necessidade imperiosa de reposição de aulas.

Art. 43 — Compete ao Secretário de Estado de Educação a expedição dos atos de convocação.

Art. 44 — O candidato convocado fará jus, durante o período de convocação a:

I — remuneração, consoante o disposto neste Estatuto;

II — férias e gratificação natalina proporcionais;

III — licença gestante e para tratamento de saúde, limitada ao período de convocação;

IV — os incentivos financeiros pelo desempenho da função do Magistério, em razão do exercício do cargo de Magistério, capitulados neste Estatuto. (43)

Art. 45 — É vedada a designação de Professor e Especialista de Educação, na condição de convocado, para o exercício de função gratificada, no âmbito da Secretaria de Educação.

Art. 46 — Serão aplicados à convocação do Especialista de Educação, no que couber, as normas estabelecidas nesta seção.

### Capítulo III

#### Da Lotação e Remoção

Art. 47 — A lotação e a remoção do membro do Magistério serão efetuadas de acordo com as normas de procedimentos baixadas através de regulamentação específica.

§ 1º — Lotação é a indicação da localidade, da escola ou órgão do Sistema Estadual de Ensino em que o ocupante de cargo do Magistério tenha exercício.

§ 2º — Remoção é o deslocamento do membro do Magistério entre escolas, municípios, jurisdições e órgãos do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 48 — O membro do Magistério, obrigatoriamente, será lotado em Unidade Escolar, ou em órgão do Sistema Estadual de Ensino, observados os respectivos quadros de lotação.

---

43. As vantagens obtidas no novo Estatuto para os professores convocados representa um passo adiante em relação ao Estatuto antigo que previa uma remuneração de “80% (oitenta por cento) do quociente da divisão do vencimento da classe A, do nível correspondente à sua habilitação...” A comissão sugeriu o que foi aprovado em outros termos, mas sugeriu também que a contratação se fizesse pela CLT, no que não foi atendida.

Parágrafo Único — O membro do Magistério legalmente afastado, conserva sua lotação no órgão de origem.

Art. 49 — O membro do Magistério será removido por uma das seguintes formas:

I — a pedido;

II — ex-offício, por conveniência do ensino, na forma do estabelecido em regulamento;

III — por permuta, na forma disposta no artigo 42 da Lei Complementar nº 2, de 18 de janeiro de 1980. (44)

Art. 50 — Para efeito de remoção a pedidos, a Secretaria de Educação divulgará, no Diário Oficial, entre 1º e 31 de outubro de cada ano as vagas existentes nas jurisdições dos órgãos regionais.

Art. 51 — Os requerimentos de remoção devem ser protocolados no órgão regional de ensino, até 30 de novembro de cada ano, devidamente instruídos.

Art. 52 — Os candidatos a remoção para determinada localidade serão classificados de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

I — o mais antigo, isto é, o de maior tempo de efetivo exercício no Magistério Estadual, na localidade de onde requer remoção;

II — o mais antigo no Magistério Estadual;

III — o mais antigo no serviço público estadual;

IV — o de maior idade.

Art. 53 — Ao ocupante de cargo do Magistério, casado com servidor público, fica assegurado o direito a remoção para acompanhar o cônjuge, quando removido ex-offício ou em virtude de promoção que o obrigue a mudança de domicílio.

§ 1º — A remoção a que se refere este artigo não está sujeita às prioridades estabelecidas no artigo 52, mas o exercício dependerá de vagas na lotação da escola.

§ 2º — Não havendo vaga será concedida licença na Seção VI do Capítulo VI do Título V da Lei Complementar nº 02, de 18 de janeiro de 1980, até que haja vaga na lotação em escola no domicílio para o qual for removido o cônjuge.

Art. 54 — Ao ocupante de cargo do Grupo Magistério fica assegurado o direito de remoção, em qualquer época, condicionada à existência de vaga.

I — quando necessitar de tratamento médico especializado, comprovado pela Junta Médica Oficial do Estado;

II — quando o cônjuge ou filho ou aquele que viva comprovadamente sob o mesmo teto, judicialmente justificado, às suas expensas, necessitar de tratamento médico especializado, comprovado pela Junta Médica Oficial do Estado.

---

44. Embora fosse direito adquirido pela Lei nº 02 de 18 de janeiro de 1980, a remoção por permuta não constava nem do antigo Estatuto, nem da proposta da comissão.

## Capítulo IV Da Qualificação Profissional (45)

Art. 55 — A Secretaria de Educação, visando a melhor qualidade de ensino e obedecendo à legislação em vigor, possibilitará a freqüência de membro do magistério a curso de formação, aperfeiçoamento, especialização, treinamento e outras atividades de atualização profissional, de acordo com os programas prioritários do Sistema Estadual de Ensino.

§ 1º — Para fins deste artigo, poderão ser realizados cursos diretamente ou através de convênios com universidades e outras instituições autorizadas ou reconhecidas pelo Conselho de Educação competente.

§ 2º — Os cursos a que se referem o parágrafo anterior serão realizados, de preferência, nas diversas regiões geo-educacionais do Estado, para atender necessidades dos vários setores da Secretaria de Educação.

Art. 56 — A concessão de licença para estudo, ao membro do magistério, obedecerá, no que couber, à Lei Estatutária.

Art. 57 — Ao membro do magistério, autorizado a freqüentar cursos diretamente vinculados à sua área de atividade durante o ano escolar, será facultado computar, como atividade própria do seu cargo, até um terço da carga horária, quando esta coincidir necessariamente com o horário do curso.

Parágrafo Único — As vantagens de que trata este artigo deixará de ser concedida quando se tratar de recuperação de curso.

Art. 58 — Mediante critério seletivo, de acordo com as normas para este fim adotadas pelo Sistema Estadual de Ensino Público, poderá ser concedida ao membro do Grupo do Magistério bolsa de estudo, que consistirá em auxílio financeiro para custeio de despesas decorrentes de freqüência a cursos de formação, aperfeiçoamento, atualização, especialização, mestrado e doutorado.

Parágrafo Único — O auxílio de que trata este artigo será concedido somente a servidor que conte, no mínimo, quatro anos de atividades no magistério, na forma a ser estabelecida em regulamento.

Art. 59 — O membro do Grupo Magistério beneficiado com bolsa de estudo, fica obrigado a prestar serviços à Secretaria de Educação durante o período no mínimo equivalente ao dobro do lapso do afastamento e após a conclusão do respectivo curso, sob pena de ressarcimento do valor corrigido.

Parágrafo Único — No caso de desistência ou desligamento do curso, fica obrigado a restituir o valor recebido, devidamente atualizado.

---

45. As disposições sobre “Qualificação profissional” possibilitam em termos legais a reciclagem do magistério. Há que se alertar, todavia para o fato de que na prática, o Estado não tem aplicado a Lei, e os professores dificilmente tem a oportunidade de realizar algum curso.

## Título V Da Associação de Classe

Art. 60 — Os membros do magistério poderão associar-se para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses.

§ 1º — O professor, bem como o Especialista de Educação, não poderá ser despedido, salvo por falta grave e devidamente apurado em inquérito administrativo, a partir do momento de sua candidatura até 02 (dois) anos após o término do mandato, nem transferido para lugar o mister que lhe dificulte ou tome impossível o desempenho de suas atribuições.

§ 2º — O Presidente, o Tesoureiro e o Secretário da entidade estadual do magistério e ainda 02 (dois) de seus membros, por ela indicados, poderão ficar até 44 (quarenta e quatro) horas-aula semanais à sua disposição.

§ 3º — O membro do magistério que tenha sido eleito para ocupar cargo na diretoria da Confederação dos Professores do Brasil poderá ficar à disposição da entidade estadual.

§ 4º — Os presidentes das associações municipais de professores poderão ficar até 22 (vinte e duas) horas-aula semanais à disposição da mesma, havendo até 150 (cento e cinquenta) filiados, ou até 44 (quarenta e quatro) horas-aulas semanais, havendo número superior de filiados.

§ 5º — Havendo número de filiados igual ou superior a quatrocentos, poderá ficar, também, à disposição da entidade municipal de professores, o seu secretário.

§ 6º — Os membros do magistério postos à disposição de suas entidades, não sofrerão prejuízos em seus vencimentos, vantagens e direitos, sendo assegurando seu retorno à função ou local de origem após o término do mandato.

§ 7º — Mediante anuência do associado, o competente órgão do governo estadual descontará na folha de pagamento as contribuições fixadas, creditando-se em favor da entidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observada a legislação específica que rege a matéria.

§ 8º — Os direitos e prerrogativas acima declinados são assegurados ao professor ou especialista de educação pertencente ou eleito por entidade que primeiro for fundada dentro da mesma base territorial.

## Título VI Do Mérito Funcional

Art. 61 — Aos membros do magistério, selecionados anualmente

em decorrência do desenvolvimento de trabalho pedagógico, considerado de real valor a elevação da qualidade do ensino, serão concedidos Diplomas de Mérito Educacional.

Art. 62 — Caberá a uma Comissão Especial, instituída por decreto, estabelecer divulgar, anualmente, os critérios para o julgamento dos trabalhos e concessão dos Diplomas do Mérito Educacional, bem como analisar e classificar os trabalhos apresentados.

Art. 63 — Os agraciados com os Diplomas terão os mesmos registrados nas respectivas fichas funcionais.

Art. 64 — A entrega dos Diplomas de Mérito Educacional será feita em sessão solene oficial, no dia 15 de outubro, em comemoração ao “Dia do Professor”.

## Título VII

### Da Carga Horária

Art. 65 — O professor ficará sujeito a uma das seguintes cargas horárias:

I — a mínima, correspondente a 12 (doze) horas-aulas semanais;

II — a básica, correspondente a 22 (vinte e duas) horas-aulas semanais;

III — a integral, correspondente a 40 (quarenta) horas-aulas semanais. (46)

§ 1º — O professor de 5ª a 8ª série do 1º grau ou de 2º grau terá as seguintes horas dedicadas às atividades na escola:

I — 2 (duas) horas-aulas para o professor com 12 (doze) horas-aulas;

II — 4 (quatro) horas-aulas para o professor com 22 (vinte e duas) horas-aulas;

III — (oito) horas-aulas para o professor com 40 (quarenta) horas-aulas.

§ 2º — A hora-atividade é um tempo remunerado, de duração igual ao da hora-aula, de que disporá o professor, prioritariamente, para participar de reuniões pedagógicas e, ainda, para preparação de aulas, correção de provas, pesquisas e atendimento a pais e alunos.

3º — O professor não poderá administrar, por dia, mais de 04 (quatro) horas-aulas consecutivas, nem mais de 08 (oito) intercaladas.

---

46. O Estatuto antigo estabelecia simplesmente horas semanais. O novo Estatuto acompanhou com acerto a proposta da comissão e estabeleceu as cargas horárias em horas-aulas. O mesmo aconteceu com as atividades antigamente previstas em hora relógio e agora hora aula. No caso das horas dedicadas as atividades os professores de 1ª a 4ª série do 1º Grau saíram se prejudicados em relação ao Estatuto antigo. Neste previam se 2 (duas) horas de atividades semanais no novo nenhuma.

Art 66 — O especialista de educação ficará sujeito a uma carga horária correspondente a 36 (trinta e seis) horas semanais .(47)

Parágrafo Único — O especialista de educação deverá permanecer na unidade escolar, em período concomitantemente ao dos professores.

Art. 67 — A hora-aula, ministrada pelo professor e cumprida pelo especialista de educação, terá a duração mínima de 50 (cinquenta) minutos no período noturno.

## Título VIII

### Dos Direitos e Vantagens

#### Capítulo I

##### Dos Vencimentos

Art. 68 — Vencimentos Base: é a retribuição pecuniária ao professor ou especialista de educação, pelo exercício do cargo correspondente à classe e ao nível de habilitação, independente do grau de ensino em que exerça suas funções, considerando a carga horária.

Art. 69 — Piso Salarial: é o fixado para a Classe A da respectiva categoria funcional, ao nível de habilitação mínima, correspondente à carga horária de 22 horas-aulas semanais de trabalho.

§ 1º — O valor do vencimento de cada classe e de cada nível de habilitação das categorias funcionais é representado pelo piso salarial a que se refere este artigo aplicados os coeficientes seguintes e na forma indicada:

I — quanto à categoria funcional de professor:

a) em relação às classes:

Classe A, coeficiente 1,00;

Classe B, coeficiente 1,20;

Classe C, coeficiente 1,30;

Classe D, coeficiente 1,40;

Classe E, coeficiente 1,50;

Classe F, coeficiente 1,60. (48)

b) em relação aos níveis de habilitação:

Nível I, coeficiente 1,00;

Nível II, coeficiente 1,25;

---

47. A comissão sugeriu para o Especialista de Educação uma das seguintes cargas horárias: a mínima, 22 horas semanais a básica, 34 horas-aulas e a especial, 44 horas-aula.

48. O Estatuto antigo e a proposta da comissão coincidiam, apresentando os seguintes coeficientes: 1,00 — 1,10 — 1,30 — 1,40 — 1,50. Houve portanto, um aumento real de 10% em relação ao antigo.



Nível III, coeficiente 1,50;  
Nível IV, coeficiente 1,75;  
Nível V, coeficiente 2,00;  
Nível VI, coeficiente 2,25;  
Nível VII, coeficiente 2,50;  
Nível VIII, coeficiente 2,75. (49)

II — quanto à categoria funcional de especialista de educação:

a) em relação às classes:

Classe A, coeficiente 1,00;  
Classe B, coeficiente 1,20;  
Classe C, coeficiente 1,30;  
Classe D, coeficiente 1,40;  
Classe E, coeficiente 1,50;  
Classe F, coeficiente 1,60. (50)

b) em relação aos níveis de habilitação:

Nível I, coeficiente 1,50;  
Nível II, coeficiente 2,00;  
Nível III, coeficiente 2,25;  
Nível IV, coeficiente 2,50;  
Nível V, coeficiente 2,75. (51)

§ 2º — Para efeito de determinação do vencimento do professor, serão aplicados, sobre o piso salarial, os seguintes pesos, segundo a respectiva carga horária:

I — para 12 (doze) horas-aulas semanais, peso 0,5;

II — para 22 (vinte e duas) horas-aulas semanais, peso 1,0;

III — para 40 (quarenta) horas-aulas semanais, peso 1,82. (52)

§ 3º — Para efeito de determinação do vencimento do especialista

---

49. Em relação aos níveis de habilitação o antigo Estatuto apresentava os seguintes coeficientes: 1,00 - 1,15 - 1,65 - 1,85 - 1,90 - 1,95 - 2,00. A proposta da Comissão foi de: 1,00 - 1,15 - 1,50 - 1,65 - 1,85 - 2,00 - 2,30 - 2,50. O novo Estatuto é então, nesse aspecto, mais generoso que a própria proposta da comissão...

50. Quanto aos especialistas de educação, a proposta da comissão não propôs alterações em relação ao Estatuto antigo, mantendo os coeficientes: 1,00 - 1,10 - 1,20 - 1,30 - 1,40 - 1,50. Neste caso o novo Estatuto provocou um aumento real de 10%.

51. Em relação aos níveis de habilitação dos normalistas o Estatuto antigo previa os seguintes coeficientes: 1,00 - 1,24 - 1,27 - 1,30 - 1,33. A proposta da Comissão foi: 1,70 - 2,10 - 2,25 - 2,55 - 2,80. Nesse caso, o novo Estatuto dispôs os coeficientes sem privilegiar os especialistas de educação em reação aos professores como pretendia a comissão.

52. No Estatuto antigo os pesos eram: 1,0 - 2,0 - 3,0. A proposta da comissão era 0,5 - 1,0 - 1,15, o que dá na mesma. O novo Estatuto privilegiou quem tem 40 horas semanais, ou seja, um ou dois professores em todo o Estado porque via de regra quem trabalha oito horas por dia tem dois contratos de 22 horas aulas semanais.

de educação, será aplicado, sobre o piso salarial, peso 2,00. (53)

§ 4º — Os pesos indicados nos §§ 2º e 3º serão aplicados, em cada classe e nível de habilitação, após a incidência dos coeficientes de que trata os incisos I e II deste artigo.

Art. 70 — Ressalvadas as permissões contidas neste Estatuto e outras previstas em Lei, a falta ao serviço acarretará desconto proporcional ao vencimento mensal do Professor e do Especialista de Educação.

Art. 71 — Para fins do desconto proporcional, referido no artigo anterior, será considerada a unidade de hora-aula, atribuindo-se o valor da divisão do vencimento mensal respectivo pelo número de aulas semanais obrigatórias, multiplicadas por 4,5 (quatro e meio).

## Capítulo II

### Dos Incentivos Financeiros

Art. 72 — Os incentivos financeiros são adicionais temporários, estabelecidos em razão do exercício do cargo pelo membro do Grupo Magistério nas condições especificadas por este Estatuto.

Art. 73 — Os incentivos financeiros serão calculados sobre o vencimento base, conforme os percentuais determinados, a seguir.

I — pelo exercício em escola de difícil acesso ou provimento, 40% (quarenta por cento);

II — pelo exercício em escola ou classe de alunos excepcionais, 30% (trinta por cento);

III — pela efetiva regência de classe de pré-escolar, de 1ª a 4ª série do 1º grau, 25% (vinte e cinco por cento); (54)

IV — pela efetiva regência de classe de alunos de 5ª a 8ª série do 1º grau e do 2º grau, regular ou supletivo, 18.5% (dezoito ponto cinco por cento); (55)

V — pelo efetivo exercício do Especialista de Educação na função vinculada à sua formação profissional em Unidade Escolar 18.5% (dezoito ponto cinco por cento). (56)

---

53. O Estatuto antigo não previa peso algum para os salários dos especialistas. A comissão, porque previra três possibilidades de cargas-horárias, propôs 1,00 - 1,50 - 2,00. Não se entende, porque no Estatuto novo foi aplicado peso 2,00 sobre o piso salarial. A verdade é que o especialista passou a ser privilegiado em termos de vencimentos em relação ao professor, o que se configura em flagrante injustiça.

54. Nesses três itens o Estatuto novo manteve os mesmos incentivos que o antigo. A comissão sugerira entretanto 50% (cinquenta por cento) para o exercício em escolas de difícil acesso, 40% (quarenta por cento) para exercício em classe de alunos excepcionais e 30% (trinta por cento) para o exercício nas quatro primeiras séries do 1º grau.

55. O Estatuto antigo nada previa a respeito. A comissão sugeriu 20%.

56. No Estatuto antigo nada constava. A comissão sugeriu 20% (vinte por cento).

§ 1º — os incentivos previstos neste artigo não são cumulativo, prevalecendo em caso de colisão o de maior valor.

§ 2º — O incentivo de que trata o inciso I, é impeditivo à concessão de auxílio-moradia.

§ 3º — O professor regente de classe pré-escolar ou alfabetização receberá o dobro do incentivo previsto no inciso III deste artigo, desde que tenha curso específico, com a carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas. (57)

§ 4º — A Secretaria de Educação publicará até 30 (trinta) dias antes do início do ano letivo, a relação das escolas de difícil acesso e/ou provimento.

§ 5º — Os incentivos financeiros de que trata este capítulo somente serão concedidos depois de disciplinados em Regulamento próprio pelo Poder Executivo.

Art. 74 — Os incentivos de que trata este Estatuto deixarão de ser pagos ao membro do Grupo Magistério que se afastar da efetiva regência de classe, salvo no caso de:

I — férias;

II — casamento ou luto, até 08 (oito) dias, em cada caso;

III — licença para repouso à gestante;

IV — licença para tratamento da própria saúde;

V — acidente em serviço ou moléstia profissional;

VI — participação em congresso, seminário, conferência ou outros conclaves, diretamente ligados à educação, desde que o afastamento seja autorizado pelo Governador.

VII — missão oficial, diretamente ligada ao exercício do cargo, até 10 (dez) dias;

VIII — prestação de serviços obrigatórios por Lei;

IX — gozo de licença especial;

X — passagem à disposição de entidade de classe do artigo 82;

XI — afastamentos previstos nos incisos II e V do artigo 82.

---

57. Quando o Estado de Mato Grosso foi dividido e se elaborou o “Plano de Carreira do Magistério”, as discussões sobre a prioridade do ensino básico foram muito amplas. Chegou-se à conclusão, naquela época, que o ensino básico era de fato, fundamental. Então procurou-se um meio de atrair profissionais especializados principalmente para a primeira série, mais valorizando, de forma geral o ensino básico. No Estatuto novo todo mundo recebeu incentivos. É certo que uns mais e outros menos mas todos esses incentivos acabaram deturpando a idéia original. Além do mais há que ser ressaltado o fato de que os incentivos à regência acabaram se constituindo numa grande mentira, pois os especialistas de educação, se somados os benefícios previstos no § 3º do Art. 69 com os que constam no inciso V do artº. 73, acabaram sendo muito valorizados através desses incentivos que os professores de forma geral. Na realidade esses incentivos todos mostram que o governo não tem qualquer meta prioritária estabelecida para a educação. Pior ainda que os privilégios recebidos pelos especialistas suas deturpações que podem ocorrer em virtude do que prevê o artº 82, incisos II e Veja-os e verifique, por si, que no fim das contas todos acabaram gozando dos benefícios da regência. Isso tudo se contarem também os professores que ficam à

disposição de entidade de classe e gozam dos mesmos benefícios (inciso X do artº 74).

### Capítulo III

#### Da Gratificação Adicional Por Tempo de Serviço (58)

Art. 75 — A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada sobre o valor da referência em que se encontrar classificado o membro do magistério, correspondente a 10 (dez por cento) desse valor no primeiro e 5 (cinco por cento) desse por quinquênio subsequente, até o limite de 40% (quarenta por cento).

Art. 76 A gratificação adicional por tempo de serviço é a vantagem calculada sobre o valor da referência do cargo efetivo a que faz jus o membro do magistério, por quinquênio de efetivo exercício no Estado.

§ 1º — A gratificação é devida a partir do dia imediatamente àquele em que o funcionário completar o quinquênio.

§ 2º — O funcionário investido em cargo de provimento em comissão continuará a perceber a gratificação adicional por tempo de serviço, calculada sobre o valor da referência do seu cargo efetivo.

Art. 77 — Quando ocorrer aproveitamento ou reversão, serão considerados os quinquênios anteriormente atingidos, bem como a fração de quinquênio interrompido, retornando-se a contagem de tempo de serviço, a partir do novo exercício.

Art. 78 — O tempo de serviço será apurado em dias de efetivo exercício, considerando-se o quinquênio como sendo 1.825 (hum mil, oitocentos e vinte e cinco) dias.

### Capítulo IV

#### Dos Direitos

Art. 79 — São direitos do professor e do especialista de educação:

I — receber remuneração de acordo com a classe, o nível de habilitação, o tempo de serviço e a carga horária, conforme estabelecido neste Estatuto, independente da série e do grau de ensino em que atue;

II — escolher e aplicar livremente os métodos, os processos, as técnicas didáticas e as formas de avaliação de aprendizagem, observadas as diretrizes do Sistema Estadual de Ensino;

III — dispor no ambiente de trabalho, de instalação e material didático suficiente e adequado para exercer com eficiência suas funções;

IV — participar do processo de planejamento das atividades relacionadas com a educação;

---

58. A gratificação adicional por tempo de serviço (quinqüênio) não estava incorporada no Estatuto antigo, nem era proposta da comissão, embora fosse garantida pelo Estatuto do servidor Civil.

- V — ter assegurada a oportunidade de freqüentar cursos de formação, atualização, treinamento e especialização profissional;
- VI — receber, através dos serviços especializado da educação, assistência ao exercício profissional;
- VII — receber auxílio para a publicação de trabalhos didáticos ou técnico-científico, quando solicitados e/ou autorizados pela Secretaria de Educação;
- VIII — ser designado para as funções de diretor e diretor-adjunto; (59)
- IX — usufruir as demais vantagens previstas em lei. (60)

## Capítulo V Das Férias (61)

Art. 80 — O membro do magistério, gozará de 45 (quarenta e cinco) dias de férias por ano, assim distribuídos:

I — 30 (trinta) dias no término do período letivo;

II — 15 (quinze) dias entre as duas etapas letivas.

§ 1º — A designação de membros do magistério para trabalhos de exame e outros que se hajam de realizar nos períodos das férias previstas nos incisos I e II deste artigo, será feita com a concordância dos membros e remunerada na forma do inciso XI do artigo 156 da Lei Complementar nº 02, de 18 de janeiro de 1980.

§ 2º — Se, entre os períodos letivos regulares houver recessos na unidade escolar, o membro do magistério, poderá incorporar, além das férias regulares, o recesso referido, desde que não fique prejudicado o cumprimento da legislação de ensino.

Art. 81 — Gozarão férias de 30 (trinta) dias os membros do magistério que:

I — não estiverem em efetivo exercício em unidade escolar;

II — se aposentados, ocuparem cargos em comissão;

III — forem readaptados, em conseqüência de laudos médicos, em funções extra-escolares.

---

59. A comissão pretendia que o diretor e o diretor-adjunto possuíssem curso de Pedagogia, com habilitação em administração escolar. O novo Estatuto manteve simplesmente o que previa o antigo. Para os pedagogos isso não deve ser bom. Para os professores que defendem eleições para diretor, fica ao menos aberta uma possibilidade.

60. Usufruir as demais vantagens previstas em lei é obvio. Importante todavia ressaltar que não passaram quatro propostas da comissão 1ª - não ser recolhido a prisão antes da sentença transformada em julgado a não ser em sala (cela?) especial; 2ª - redução de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária após 20 (vinte) anos de efetivo exercício ou de 50 (cinquenta) anos de idade; 3ª - dispensa de ponto para participar de congressos, encontros, seminários e semelhantes dentro e fora do Estado, na área de educação; 4ª - representatividade no Conselho Estadual de Educação na proporção de 1/4 (um quarto) de seus membros.

61. A comissão propôs 60 dias de férias, sendo 15 (quinze) entre dois períodos letivos e 45 (quarenta e cinco) ao término do período letivo.

## Capítulo VI Dos Afastamentos

Art. 82 — O professor e o especialista de educação poderão ser afastados do cargo, respeitado o interesse da administração Estadual, para os seguintes fins:

I — prover cargo em comissão;

II — exercer atividades inerentes ou correlatas às do magistério em cargos ou funções previstas nas unidades e nos órgãos da Secretaria de Estado de Educação, e no Conselho Estadual de Educação, de acordo com quantitativo a ser estabelecido, por ato do Poder Executivo;

III — exercer, por tempo determinado, atividades em órgãos ou entidades da União, ou de outros Estados, de Municípios, em outras Secretarias de Estado de Mato Grosso do Sul, em Autarquias e em outros Poderes Públicos, desde que com prejuízo dos vencimentos e demais vantagens específicas do Grupo Magistério;

IV — exercer, junto a entidades conveniadas com a Secretaria de Educação, atividades inerentes às do Magistério;

V — para, sem prejuízo do ensino, ter exercício em outro estabelecimento, quando isto lhe permitir realizar curso regular de formação de professor pelo período de duração do curso, mediante comprovação de matrícula e respectiva frequência.

Parágrafo Único — Os afastamentos previstos nos incisos II e V somente ocorrerão sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo.

Art. 83 — A cessão funcional para outros Estados somente será permitido quando sem ônus para o Órgão de origem, ou com ônus se em contrapartida houver cessão de outro funcionário, de igual categoria funcional, para vir prestar serviços ao Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 1º — Em qualquer hipótese o afastamento será autorizado somente pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado.

§ 2º — Incumbe à Secretaria de Estado de Educação, o controle dos servidores colocados à disposição, na forma deste artigo, bem como a lotação daqueles que forem colocados à disposição de Mato Grosso do Sul, em regime de contrapartida. (62)

## Título IX Dos Deveres e Proibições

### Capítulo I Dos Deveres

Art. 84 — O professor e o especialista de Educação têm o dever

---

62. Sobre os afastamentos, nada estava incorporado no Estatuto antigo e nada foi sugerido pela comissão.

constante de considerar a relevância social de suas atividades, mantendo conduta moral e funcional adequada à dignidade profissional em razão do que deverão:

I — conhecer e respeitar as leis, os estatutos, os regulamentos, os regimentos e as demais normas vigentes;

II — preservar os princípios, ideais e finalidades da Educação Brasileira;

III — esforçar-se em prol da formação integral do aluno, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da Educação e sugerindo medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;

IV — desincumbir-se das atividades, funções e encargos próprios do magistério;

V — participar das atividades do magistério que lhe forem cometidas por força de suas funções:

VI — freqüentar cursos planejados pelo Sistema Estadual de Ensino, destinados à sua habilitação, atualização e/ou aperfeiçoamento;

VII — comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando as tarefas com eficiência, zelo e presteza;

VIII — apresentar-se ao serviço, decente e discretamente trajado;

IX — manter espírito de cooperação e solidariedade com a comunidade;

X — cumprir as ordens superiores, representando contra as mesmas quando ilegais:

XI — acatar orientações dos superiores e tratar com urbanidade os colegas e os usuários dos serviços educacionais;

XII — comunicar à autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento na sua área de atuação ou às autoridades superiores, ao caso daquela não considerar a comunicação;

XIII — zelar pela economia do material e pela conservação do que for confiado à sua guarda e uso;

XIV — zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação da classe;

XV — guardar sigilo profissional;

XVI — fornecer elementos para a permanente atualização de seus assentamentos junto aos órgãos da administração.

## Capítulo II

### Das Proibições

Art. 85 — É vedado ao professor e ao especialista de educação:

I — uso de credenciais de que não sejam titulares;

II — a participação em atividades em desacordo com os dispositivos legais em vigor;



III — o uso de cargo para lograr proveito pessoal ou de terceiro em detrimento da dignidade da função;

IV — a coação e o aliciamento de subordinados com objetivos de natureza político-partidária;

V — cometer a outrem o desempenho de encargos que lhe competir. (63)

Parágrafo Único — A inobservância da disposição constante no inciso V deste artigo acarretará a aplicação da pena de demissão prevista no artigo 238 da Lei Complementar nº 02, de 18 de janeiro de 1980. (64)

Art. 86 — Ao professor e, ainda, expressamente vedado:

I — lecionar, em caráter particular, aulas remuneradas, individualmente ou em grupo, aos alunos das turmas sob sua regência;

II — comparecer com os educandos a manifestação pública estranha à finalidade educativa;

III — exceder-se na aplicação dos meios disciplinares de sua competência;

IV — ocupar-se em sala de aula, de assuntos estranhos à finalidade educativa ou permitir que outros o façam.

## Título X

### Da Aposentadoria

Art. 87 — O membro do grupo magistério será aposentado:

I — por invalidez;

II — compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade;

III — voluntariamente, ao completar, de efetivo exercício em funções do magistério:

a) 25 (vinte e cinco) anos, se do sexo feminino;

b) 30 (trinta) anos, se do sexo masculino (65).

## Título XI

### Dirigentes das Agências de Educação e das Escolas

Art. 88 — O exercício das funções gratificadas e cargos em comissão, no âmbito das Agências de Educação e das Unidades Escolares, é privativo de ocupantes de cargos de provimento efetivo e Quadro Provisório do Grupo Magistério.

Art. 89 — O cargo de Agente de Educação será de provimento em comissão, integrante do Grupo de Direção e Assessoramento Superior.

---

63. Não constava nem do Estatuto antigo e nem da proposta da comissão.

64. Também não constava do Estatuto antigo e nem da proposta da comissão.

65. A comissão pretendia fazer constar no novo Estatuto, mais algumas vantagens proventos revistos na mesma proporção dos vencimentos dos ativos, maior provento que tivesse recebido no desempenho de cargo em comissão se o desempenhou, ininterruptamente nos últimos cinco anos ou com

interrupção, durante dez anos e aposentadoria compulsória aos 65 para o sexo feminino.

Art. 90 — Será considerado como habilitação mínima para o exercício do cargo de Agente de Educação, das funções de Diretor e de Diretor-Adjunto de escola, e das funções de Chefe de Núcleo das Agências, a licenciatura de nível superior de curta duração. (66)

Art. 91 — O membro do magistério designado para o cargo de Agente de Educação e para as funções de Diretor e Diretor-Adjunto de escola, e de Chefe de Núcleo das Agências, cumprirão carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 92 — Pelo exercício da função de Diretor e de Diretor-Adjunto de Escola ou de Chefe de Núcleo das Agências, o membro do magistério perceberá retribuição de acordo com o tipo em que for classificada a Agência ou a Escola a que se referir, aplicados os percentuais previstos na Tabela I, sobre o vencimento base do cargo de maior classe e nível de que for detentor, ao qual se aplicará peso 2.

§ 1º — Na hipótese de o membro do Grupo Magistério deter o cargo de Especialista de Educação o peso a que se refere o artigo terá o valor 1.

§ 2º — Na hipótese de o membro do Grupo Magistério deter um cargo de professor e um cargo de especialista de educação, poderá optar quanto ao cargo a ser tomado como base para aplicação dos percentuais de que trata este artigo.

§ 3º — O Diretor-Adjunto perceberá pela referência imediatamente inferior à do Diretor da mesma unidade escolar.

Art. 93 — A contar da data do início do exercício do cargo em comissão ou da função gratificada, o membro do magistério ficará automaticamente afastado do exercício do seu cargo efetivo e, sendo ocupante de dois cargos, de ambos se afastará.

§ 1º — Investido em cargo em comissão ou designado para exercer função gratificada, o membro do magistério perceberá vencimentos de acordo com os dispositivos da Lei Complementar nº 02, de 18 de janeiro de 1980, combinados com o artigo 92 deste Estatuto.

§ 2º — Em caso de acumulação legal, com relação a um dos cargos, perceberá somente a gratificação adicional por tempo de serviço, se a ela tiver direito.

---

66. O Estatuto antigo previa que os cargos de diretor e diretor-adjunto seriam ocupados por pedagogos com habilitação em administração escolar e experiência mínima de três anos de docência. A proposta da comissão mantinha esse dispositivo. O Estatuto antigo, embora previsse exceções caso não houvesse profissionais habilitados disponíveis era sem dúvida melhor nesse aspecto. Há que se considerar que se tivesse sido aprovado o dispositivo que previa eleições para agente diretor e diretor-adjunto então não haveria maiores problemas o novo Estatuto teria democratizado a escolha. Mas esse dispositivo não foi aprovado e além do mais, baixando o nível de

exigência para as nomeações — em termos de habilitação — abriram-se maiores perspectivas para a ingerência política. Nesse aspecto houve um acentuado retrocesso em relação ao Estatuto antigo.

## Título XII

### Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Art. 94 — Ficam assegurados os direitos dos professores que concluíram o curso normal, com duração de dois anos, de acordo com os artigos 5º e 8º do Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, bem como os dos professores com registro definitivo no Ministério de Educação e Cultura.

Parágrafo Único — O portador do registro definitivo de que trata este artigo será enquadrado nos níveis III ou V conforme seu registro tenha sido expedido para lecionar no 1º ou no 2º ciclo, respectivamente.

Art. 95 — Os professores catedráticos referidos no artigo 189 da Constituição Estadual, se optarem pelo ingresso no Quadro Permanente serão enquadrados no nível VII, observado, quanto à classe, o disposto no artigo 91 da Lei nº 55, de 18 de janeiro de 1980.

Art. 96 — Fica resguardado o direito do servidor do Quadro Suplementar, oriundo do Estado de Mato Grosso, à transferência para o Quadro Permanente, na forma da Lei.

Art. 97 — O portador de diploma superior que não tenha sido habilitado na forma do artigo 78 da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, integrante do Quadro Provisório, terá vencimento nunca inferior ao valor do nível III da habilitação, classe A.

Art. 98 — O portador de diploma de curso superior que não tenha habilitação legal para lecionar, caso venha a ser convocado pela falta de professor habilitado, será admitido na forma de legislação vigente e a sua remuneração fixada por hora-aula, em número de aulas estabelecido em regulamento, equivalerá ao valor da hora-aula do professor habilitado nível III, classe A.

Art. 99 — O portador de diploma de 2º grau do curso técnico-profissionalizante sem habilitação legal para lecionar, integrante do Quadro Provisório, que leccione matéria específica do seu curso, terá vencimento nunca inferior ao vencimento base do nível I de habilitação, classe A, considerada a carga horária.

Art. 100 — O portador de diploma de 2º grau de curso técnico-profissionalizante sem habilitação legal para lecionar, caso venha a ser convocado por falta de professor habilitado para dar aula nas disciplinas específicas do curso técnico-profissionalizante, será convocado na forma da legislação vigente a sua remuneração por hora-aula será equivalente à remuneração do professor habilitado nível I, classe A.

Art. 101 — A carga horária do professor de que trata o artigo 50 da Lei nº 55, de 18 de janeiro de 1980, será de 22 horas semanais e o seu vencimento mensal de 100 (cem por cento) do previsto na Tabela X do Anexo III da Lei acima referida.

Art. 102 — Quando a oferta de professores legalmente habilitados para o exercício do cargo, não bastar para atender às necessidades de uma dada disciplina, permitir-se-á que, em caráter excepcional e mediante autorização prévia e específica do Secretário de Estados de Educação, as aulas sejam ministradas por professores com habilitação diversa da exigida.

Art. 103 — Aos professores leigos oriundos do Estado de Mato Grosso, integrantes do Quadro Permanente de Mato Grosso do Sul, fica assegurado o direito de ingresso nos quadros do magistério, comprovada a habilitação legal.

Art. 104 — Os direitos, vantagens, concessões e deveres do membro do Magistério Estadual estão contidos neste Estatuto e no Estatuto dos Servidores Civis do Estado de Mato Grosso do Sul, Lei Complementar nº 02, de 18 de janeiro de 1980, e no Plano de Classificação de Cargos e Empregos, Quadro Permanente e Sistema de Retribuição do Pessoal Civil do Poder Executivo, Lei nº 55, de 18 de janeiro de 1980.

Ai. 105 — Para atender o disposto no artigo 88 deste Estatuto, ficam criados 19 (dezenove) cargos em comissão de Agente Regional de Educação, símbolo DAS-4 01 (um) cargo de Agente Especial de Educação, símbolo DAS-4.

Art. 106 — Este Estatuto terá suas disposições regulamentadas por ato do Poder Executivo.

Art. 107 — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias da Secretaria de Educação, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário.

Art. 108 — Esta Lei Complementar entrará em vigor em 16 de abril de 1988, revogadas a Lei Complementar 04, de 12 de janeiro de 1981, e demais disposições em contrário. (67)

Campo Grande, 12 de janeiro de 1988

MARCELO MIRANDA SOARES  
GOVERNADOR

ALEIXO PARAGUASSÚ NETTO  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

---

67. Não foram incorporadas, ao novo Estatuto algumas disposições importantes de que o professor tem direito, mas que constam em outras Leis. Esse fato lamentável provoca sérios transtornos, que seriam facilmente contornados com o gasto apenas de um pouco mais de tinta e papel para tornar o Estatuto completo em si. Faltaram, embora tenham sido sugeridas pela comissão, disposições sobre a estabilidade o tempo de serviço, a readaptação, a cedência, o acúmulo de cargos, a reversão o salário família a gratificação adicional a gratificação. Outros itens importantes que não se constituem em direito adquirido mas que seriam bons para a educação também não passaram a gratificação pela elaboração ou execução de trabalhos técnicos científicos, a

licença especial. a junta consultiva do magisterio e as eleições para agente diretores e diretores ajuntos Este trabalho a estava terminado quando em 6 de setembro de 1988. através da Lei Complementar numero 37 a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul aprovou mensagem do Governador Marcelo Miranda modifi cando substancialmente o Estatuto do Magisterio desfigurando o e retirando da cateGoria as mais significativas conquistas obtidas nos ultimos dez anos Alem de cortar o rea uste mensal através da URP e vincula lo ao aumento da arrecadação dos impostos de tres em tres meses a nova Lei modificou a Progressao Funcional diminuiu de 25 para 18' os incentivos de regencia de 1 a 4 seria do 1 grau dificultou o incentivo financeiro para a regencia de pre escolar e 1 spre 'ia medida em que passou a exigir mestrado na area. ao inves de especia izacao para pagar salario em dobro cortou o beneficio, da ' disposicao que gozavam os dirigentes das associacoes enfim como se afirmou em outras pala cras rasgou a carta de direitos que havia custado ao magisterlo dez anos de lu tas Analisar as implicações dessas alterações o comportamento do governo dos deputados e dos lideres sindicais e tarefa necessaria e atrativa mas lamen tavelmente fora do alcance deste trabalho.

# BIBLIOGRAFIA

Sobre os: “Antecedentes: Balanço da Educação no MS antes de 1977”

JORNAL MEMORIAL — Dourados — 24/11/71.

JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 30/07/78, 26/09/78, 01/02/79, 12/04/79.

JORNAL DE NOTÍCIAS — Dourados — 29 e 30/07/78.

JORNAL PARANAIBENSE — Paranaíba — 11/10/78.

JORNAL CORREIO DO ESTADO — Campo Grande — 19/01/79, 27/10/81, 11/05/82, 22/02/83, 26/02/85.

JORNAL FOLHA DO ESTADO — Dourados — 24/03/79.

JORNAL O PANORAMA — Dourados — 18/09/79, 28/10/79, 07/05/83.

JORNAL DA CIDADE — Campo Grande — 02 a 08/03/80, 23 a 29/08/81, 18 a 24/10/81, 16 a 22/05/82, 13 a 19/06/82.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO — São Paulo — 21/03/82.

JORNAL A VERDADE — 09/06/83.

JORNAL DA MANHÃ — Campo Grande — 06/04/84.

Sobre o “Plano de Carreira”

JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 15/11/78, 08/04/79, 11/04/79, 01/05/79, 13/05/79, 29/08/79, 05/09/79.

JORNAL O PROGRESSO — Dourados — 27/04/79, 25/07/79, 05/09/79, 25/03/80, 21/04/83, 27/11/85, 16/09/86, 25 e 26/10/83.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA — Campo Grande — 09/06/79, 24/07/79, 29/07/79, 02/09/79, 28/09/79, 17/10/79, 13/11/79, 02/02/80, 08/05/80, 01/05/81, 09/10/79.

JORNAL DA MANHÃ — Campo Grande — 25/07/79, 31/07/79, 20 e 21/04/79.

JORNAL FOLHA DE MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande — 07 a 13/08/79.

JORNAL CORREIO DO ESTADO — Campo Grande — 07/08/79, 19/09/79, 22/09/79, 27/09/79, 20/05/80, 31/03/81, 12/04/85, 21 e 22/06/86, 16/09/86, 19/09/86.

JORNAL A TRIBUNA — Campo Grande — 13/09/79, 02/02/80.

JORNAL O PANORAMA — Dourados — 19/09/79, 02/10/79, 23/10/79, 27/10/79, 30/10/79, 11/11/79, 16/02/85, 08/08/86, 16/09/86.

JORNAL ENFOQUE — Dourados — 18 a 24/10/86.

JORNAL DA CIDADE — Campo Grande — 07/10/79, 04/11/79, 25 a 31/10/81.

JORNAL FOLHA DE DOURADOS — Dourados — 18/03/80, 14/10/86.

JORNAL TEMPO — 28/02/85.

JORNAL CORREIO DO BOLSÃO — Três Lagoas — 32/06/82.



Sobre os “Encontros e Seminários”

JORNAL O PROGRESSO — Dourados — 15/08/79, 13 e 14/09/80, 20/08/81, 16/03/82, 27/04/82, 17/09/82, 14/10/86, 29/08/80.

JORNAL O PANORAMA — Dourados — 28/10/79, 30/10/79, 12/11/80, 27/04/82— P. 4, 17/10/84, 01/10/80.

JORNAL CORREIO BRAZILIENSE — Brasília — 21/01/80.

JORNAL A TRIBUNA — Campo Grande — 01/02/80.

JORNAL DA CIDADE — Campo Grande — 17/02/80, 18 a 24/04/82.

JORNAL DA CIDADE — Campo Grande — 17/02/80, 18 a 24/04/82.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA — Campo Grande — 08/05/80, 28/05/81, 24/03/82, 27/04/82, 30/12/82.

JORNAL FOLHA DE GOIÁS — Goiânia — 22/01/82.

JORNAL DA MANHÃ — Campo Grande — 02/10/82.

JORNAL CORREIO DO ESTADO — Campo Grande — 03/04/83, 30/08/83, 29/09/83, 08/10/86, 24/10/86.

JORNAL O LIBERAL — Três Lagoas — 27/07/85.

JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 18 e 19/10/85.

Sobre a: “Organização do Movimento — Cartas Abertas”

JORNAL O PROGRESSO — Dourados — 26/09/78, 10/11/78, 17/10/78, 24/10/78, 01/02/80.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO — São Paulo — 20/10/78.

JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 24/10/78.

JORNAL PARANAIBENSE — Paranaíba — 02/11/78.

JORNAL O PANORAMA — Dourados — 31/01/80, 23/02/80, 19/04/84.

JORNAL DO POVO — Campo Grande — 04/01/81, 08/03/81, 28/06/81, 12/07/81, 19/07/81, 26/07/81.

JORNAL DA MANHÃ — Campo Grande — 12/03/81.

JORNAL DE TRÊS LAGOAS — Três Lagoas — 03/05/81.

JORNAL DA CIDADE — Campo Grande — 05 a 11/07/81, 11/07/81, 19 a 25/07/81, 26/07 a 01/08/81, 02 a 08/08/81, 23 a 29/08/81, 06 a 12/09/81, 11 a 17/10/81.

JORNAL CORREIO DO ESTADO — Campo Grande — 14/07/81.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA — Campo Grande — 02/08/81.

Sobre a: “Organização do Movimento: A Tarde de Reflexão”

JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 01/10/78, 17/09/78.

Sobre a: “Organização do Movimento: O Quadro Verde”

JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 05/07/79, 13/05/79.

JORNAL O PROGRESSO — Dourados — 15/12/78.

JORNAL DE NOTÍCIAS — Dourados — 22/08/78.

Sobre a: “Marcha do Movimento: Reação Governamental”

JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 22/10/78.

JORNAL O PROGRESSO Dourados — 16/02/79, 20/01/80, 20/03/80, 09/04/80, 19 e 20/04/80, 13 e 14/07/81, 31/07/81, 20/04/83.

JORNAL A TRIBUNA — Campo Grande — 13/09/79.

JORNAL CORREIO DO ESTADO — Campo Grande — 05/03/80, 25/09/80, 26/02/82, 05/07/82.

JORNAL A CRÍTICA — Campo Grande — 29 a 05/12/81.

JORNAL O PANORAMA — Dourados — 22/01/82.

JORNAL DA MANHÃ — Campo Grande — 25/02/82, 26/02/82.

JORNAL DE PARANAÍBA — Paranaíba — 1983 — P. 05.

JORNAL A VERDADE — 09/06/83.

Sobre a: “Organização do Movimento: As Associações Existentes Antes de 1977 (Condições de Funcionamento)”.

JORNAL CORREIO DO ESTADO — Campo Grande — 09/10/81.

JORNAL DA CIDADE — Campo Grande — 25 a 31/10/81, 22 a 28/11/81, 22 a 28/11/81.

JORNAL A CRÍTICA — Campo Grande — 15 a 21/11/81, 02 a 08/10/83.

Sobre a: “Organização do Movimento: A Criação da ADP”

JORNAL O PROGRESSO — Dourados — 09/05/79, 05/10/78, 13/05/82.

JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 31/08/78, 06/10/78.

JORNAL O PANORAMA — Dourados — 23/10/79.

Sobre a: Criação da FEPROSUL

JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 11/08/78.

JORNAL O PROGRESSO — Dourados — 16/01/79.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA — Campo Grande — 07/02/79.

JORNAL DA MANHÃ — Campo Grande — 16/12/80.

JORNAL CORREIO DO ESTADO — Campo Grande — 10/12/82, 13/11/86.

JORNAL DO ESTADO — Campo Grande — 14/02/86.

JORNAL FOLHA DE DOURADINA — Douradina — 12/1986.

JORNAL O PANORAMA — Dourados — 02/12/86, 03/12/86, 10/12/86, 11/12/86, 13 e 14/12/86, 16/12/86.

JORNAL FOLHA DE DOURADOS — Dourados — 12/12/86.  
JORNAL ENFOQUE — Dourados — 13 a 19/12/86, 16/12/86.

Sobre os: Pagamentos Atrasados

JORNAL FOLHA DE MS — Campo Grande — 21 a 27/01/80.  
JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 09/04/80.  
JORNAL O PROGRESSO — Dourados — 20/06/80.

Sobre: As Passeatas

JORNAL DA CIDADE — Campo Grande — 30/03 a 05/04/80.  
JORNAL O REPÓRTER — Campo Grande — 11 a 17/05.  
JORNAL DA MANHÃ — Campo Grande — 21/03/80, 28/03/80.  
JORNAL A TRIBUNA — Campo Grande — 28/03/80.  
JORNAL O PROGRESSO — Dourados — 30/03/79.  
JORNAL FOLHA DE DOURADOS — Dourados — 05/05/79.  
JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 18/03/80, 28/03/80, 10/05/80.

Sobre a: Rede Municipal de Ensino

JORNAL DA MANHÃ — Campo Grande — 06/03/80, 24/04/80.  
JORNAL DIÁRIO DA SERRA — Campo Grande — 13/05/80, 25/04/80.  
JORNAL CORREIO DO ESTADO — Campo Grande — 08/05/80.

Sobre: As Greves

JORNAL A CRÍTICA — Campo Grande — 15 a 21/11/81, 07 a 13/06/81, 12 a 21/11/81.  
JORNAL EDIÇÃO EXTRA — Campo Grande — 16 a 22 (1984), 25/06 a 03/07/87.  
JORNAL O PROGRESSO — Dourados — 18/04/79, 25/04/79, 21 e 22/07/79, 28/03/80, 08/04/80, 09/04/80, 10/04/80, 11/04/80, 15/04/80, 19 e 20/04/80, 25/04/80, 29/04/80, 01/05/80, 07/05/80, 01/05/81, 14/05/81, 29/05/81, 04/09/81, 10/09/81, 17/09/81, 08/10/81, 14/10/81, 15/10/81, 16/10/81, 17/10/81, 27/10/81, 30/10/81, 31/10/81, 01 a 12/11/81, 06/11/81, 10/11/81, 11/11/81, 13/11/81, 16/11/81, 17/11/81, 18/11/81, 20/11/81, 24/11/81, 25/11/81, 01/12/81, 17/12/81, 18/11/81, 20/11/81, 24/11/81, 25/11/81, 01/12/82, 08 e 09/05/82, 23/10/82, 21/11/83, 24/02/83, 26 e 27/02/83, 01/03/83, 03/03/83, 23/11/83, 26 e 27/03/83, 10/04/84, 12/04/84, 01/05/84, 13/08/86, 17/10/86, 22/10/86, 29/10/86, 30/10/86, 31/10/86, 11/12/86, 09/05/87, 19/05/87, 15/10/87, 16/10/87, 20/10/87, 22/10/87, 25/10/87, 27/10/87, 29/10/87, 30/10/87, 04/11/87, 05/11/87, 06/11/87, 10/11/87, 11/11/87, 14 e 15/11/87, 17/11/87, 19/11/87.

JORNAL DA PRAÇA — Ponta Porã — 27/03/79, 11/04/79, 12/04/79, 25/03/80, 10/04/80, 18/04/80, 25/04/80, 14/10/81, 17/11/81, 18/11/81, 20/11/81, 1986.

JORNAL O PANORAMA — Dourados — 19/08/79, 04/09/79, 21/09/79, 10/04/80, 11/04/80, 15/04/80, 01/05/80, 06/05/80, 07/05/80, 08/05/80, 16/10/81, 25/10/81, 06/11/81, 08/11/81, 10/11/81, 11/11/81, 12/11/81, 13/11/81, 14/10/81, 15/11/81, 17/11/81, 18/11/81, 20/11/81, 21/11/81, 22/11/81, 24/11/81, 25/11/81, 26/11/81, 29/11/81, 01/12/81, 13/12/81, 06/02/83, 22/02/83, 23/02/83, 24/02/83, 25/05/83, 22 e 23/10/83, 22/11/83, 01/05/84, 14/08/86, 17/09/86, 01 e 02/10/86, 17/10/86, 21/10/86, 23/10/86, 28/10/86, 29/10/86, 11/12/86, 12/12/86.

JORNAL ESTILETE — Dourados — 25/11/81.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO — São Paulo — 10/11/81, 24/11/81.

JORNAL DA SEMANA — Campo Grande — 13/02 a 21/02/84.

JORNAL CORREIO DO ESTADO — Campo Grande — 07/04/80, 08/04/80, 14/04/80, 17/04/80, 18/04/80, 25/04/80, 12/06/81, 19/11/81, 21 e 22/11/81, 23/11/81, 24/11/81, 27/11/81, 30/11/81, 11/08/82, 21/02/83, 27/06/83, 10/01/84, 08/02/84, 09/03/84, 12/03/84, 14/03/84, 05/04/84, 06/04/84, 08/04/84, 10/04/84, 11/04/84, 12/04/84, 02/04/86, 01/10/86, 03/10/86, 20/10/86, 21/10/86, 27/10/86, 29/10/86, 14 e 15/11/87.

JORNAL DA MANHÃ — Campo Grande — 08/04/80, 09/04/80, 11/04/80, 15/04/80, 17/04/80, 19/04/80, 20 e 21/04/80, 23/04/80, 10/10/81, 14/10/81, 27/10/81, 24/11/81, 27/11/81, 06/04/84, 06/05/86, 16/05/86.

JORNAL FOLHA DE MS — Campo Grande — 07 a 13/04/80, 11 a 18/04/80, 24 a 30/04/80.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA — Campo Grande — 05/08/79, 07/08/79, 31/08/79, 12/04/80, 13/04/80, 25/04/80, 03/05/80, 08/05/80, 16/06/81, 27/06/81, 11/11/81, 14/11/81, 17/11/81, 18/11/81, 20/11/81, 22/11/81, 24/11/81, 25/11/81, 02/03/83, 23/11/83, 09/03/84, 11/03/84, 22/03/84, 06/04/84, 07/04/84, 10/04/84, 14/10/87, 15/10/87, 17/10/87, 20/10/87, 21/10/87, 22/10/87, 23/10/87, 27/10/87, 28/10/87, 29/10/87, 30/10/87, 30/10/87, 04/11/87, 11/11/87, 12/11/87, 13/11/87, 15/11/87.

JORNAL A TRIBUNA — Campo Grande — 10/04/80, 12/04/80, 14/04/80, 15/04/80, 25/04/80.

JORNAL A TRIBUNA — Campo Grande — 10/04/80, 12/04/80, 14/04/80, 15/04/80, 25/04/80.

JORNAL A RAZÃO — 12 a 30/04/80.

JORNAL DE NAVIRAÍ — Naviraí — 05/04/80.

JORNAL DO POVO — Campo Grande — 21/10/81, 18/11/81, 02/12/81.

JORNAL O ESTADO DE MS — Campo Grande — 18/11/81, 20/11/81.

JORNAL O DEMOCRATA — Caarapó — 09/11/81.

JORNAL DA CIDADE — Campo Grande/Miranda — 23 a 29/11/81, 08 a 14/04/84.

JORNAL O COMBATE — Corumbá — 14/11/84, 07 a 13/04/84.

JORNAL PANFLETO — Dourados — 14/04/84.

JORNAL FOLHA DE DOURADOS 22/02/83, 24/02/83, 26 e 27/02/83, 29/10/86.

JORNAL ENFOQUE — Dourados — 21/10/87.

JORNAL TRIBUNA LIVRE — Campo Grande — 22 a 28/04/87.

## Utilização Diversa

Atas de Assembéias Gerais da Associação Douradense de Professores de 1977 a 1982 e de 1982 a 1986.

Estatutos do Magistério de Mato Grosso do Sul de 1981 a 1988.

Quadro Verde — FEPROSUL — 1978-1987.

Atas de Reuniões da Associação Campograndense de Professores — 1975-1980.

Plano de Carreira do Magistério de Mato Grosso do Sul

Ofício/Gov./MS/Nº 425/81 — Campo Grande-MS — Governo do Estado de Mato Grosso do Sul — Gabinete do Governador.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento**. São Paulo. MC Graw-Hill do Brasil (Rio de Janeiro) Fundação do Material Escolar. 1978, p.175.

VEJA. Número 990 de 26 de agosto de 1987 pp. 30 a 33.

## Fontes Orais

Depoimentos (39 fitas de 60 minutos)

1. ANCEL, Zilda de Matos
2. BACHA, Nelly Elias
3. BARRIOS, Eusébio Garcia
4. BIASOTTO, Wilson Valentim
5. BIFFI, Antonio Carlos
6. BUENO, Quintina
7. CAZON, Aparecida Teixeira
8. DAVID, Lauro Sérgio
9. LEITÃO, Mário Duran
10. LORO (Neto) Abramo
11. MENDES, Alda Silva Lima
12. MENDES, Nilcéia Maria Pacco
13. MORAES, Ceres
14. MORETTI, Wilson
15. OLIVEIRA, Eva Freitas de
16. OLIVEIRA, Ramão Vargas
17. RASSLAN, Irene Nogueira
18. RASSLAN, Sultan
19. ROSA, Leila Fioravante
20. SERRANO, Marisa Monteiro
21. SOUZA, Cláudio Freire de
22. TETILA, José Laerte Cecilio
23. TETILA, Zonir Freitas

## Entrevistas

1. ABRÃO, Luís Alberto
2. ASSIS, Nelfitálio Ferreira
3. CANDIDO, Nicola

4. CARVALHO, Odiel Wagner de Souza
5. COSTA, Rosita Conceição
6. DIAS, Wanderlei Rodrigues
7. FABRE, Zenaide Nogueira
8. FERREIRA, (JR.) Amarílio
9. GRAÇAS, Maria das
10. LÚCIA, Maria
11. MELO, Joani Emidon
12. MORAES, Antonio
13. NASCIMENTO, Osana
14. PEREIRA, Paulo Roberto Marques
15. ROCHA, Carlos Alves
16. SANTANA, Anivaldo
17. SILVA, Maura Queiroz de Freitas
18. SOARES, Nice.

Momentos de grandes mobilizações têm feito do professorado de Mato Grosso do Sul a vanguarda do movimento sindicalista deste Estado. Este fato motivou a realização deste livro que teve como grande proposta inicial analisar criticamente o movimento reivindicatório do magistério de Mato Grosso do Sul, na perspectiva de revelar-lhe, tanto quanto possível, o perfil de luta, ao longo de sua palpitante trajetória em busca de melhorias salariais, estabilidade empregatícia e melhoria da qualidade do ensino.

---